UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

HENRIQUE MENDES GONÇALVES

Cálculo e Jogo:
metáforas para a linguagem na filosofia de Ludwig Wittgenstein

Versão Corrigida

São Paulo,
2020

HENRIQUE MENDES GONÇALVES

Cálculo e Jogo:

metáforas para a linguagem na filosofia de Ludwig Wittgenstein

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter.

Versão Corrigida

São Paulo,
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G635c Gonçalves, Henrique Mendes
 Cálculo e jogo: metáforas para a linguagem na
 filosofia de Ludwig Wittgenstein / Henrique Mendes
 Gonçalves ; orientador João Vergílio Gallerani Cuter. -
 São Paulo, 2020.
 272 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
 concentração: Filosofia.

 1. Filosofia da linguagem. 2. Linguagem. 3.
 Lógica. 4. Gramática. 5. Jogos de linguagem. I.
 Cuter, João Vergílio Gallerani, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Henrique Mendes Goncalves

Data da defesa: 21 / 12 / 2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): João Vergílio Gallerani Cuter

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 06 / 02 / 2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

‘No princípio era o Verbo’. É esta a letra expressa;
aqui está... No sentido é que a razão tropeça.
Como hei de progredir? Há ’í quem tal me aclare?
O Verbo!! Mas o Verbo é coisa inacessível.
Se apurar a razão, talvez se me depare
para o lugar de Verbo um termo inteligível...
Ponho isto: ‘No princípio era o Senso’... Cautela
nessa primeira linha; às vezes se atropela
a verdade e a razão co’a rapidez da pena;
pois o Senso faz tudo, e tudo cria e ordena?...
É melhor: “No princípio era a Potência”... Nada!
Contra isto que pus interna voz me brada.
(Sempre a almejar por luz, e sempre escuridão!)
... Agora é que atinei: No princípio era a ação.

(Goethe, *Fausto*, Parte I – Cena III) ¹

¹ Tradução de António Feliciano de Castilho. Original em alemão:

„Geschrieben steht: »im Anfang war das Wort!« / Hier stock’ ich schon! Wer hilft mir weiter fort? / Ich kann
das Wort so hoch unmöglich schätzen, / Ich muß es anders übersetzen, / Wenn ich vom Geiste recht erleuchtet
bin. / Geschrieben steht: im Anfang war der Sinn. / Bedenke wohl die erste Zeile, / Daß deine Feder sich nicht
übereile! / Ist es der Sinn, der alles wirkt und schafft? / Es sollte stehn: im Anfang war die Kraft! / Doch,
auch indem ich dieses niederschreibe, / Schon warnt mich was, daß ich dabey nicht bleibe. / Mir hilft der
Geist! auf einmal seh’ ich Rath / Und schreibe getrost: im Anfang war die That!“

Agradeço

a Bianca, pelo amor, companheirismo e companhia em todas as longas horas que investi neste projeto;

aos meus pais, Luiz Henrique e Rita Helena, e às minhas irmãs, Letícia e Viviane, por todo o apoio e carinho com que sempre me estimularam;

ao meu orientador, Prof. João Vergílio, por me ajudar a encontrar o caminho certo em meio às tantas possibilidades que se apresentavam;

aos professores Bento Prado Neto e Marcelo Carvalho, pelas valiosas sugestões dadas durante o exame de qualificação;

à equipe da secretaria do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, pela gentileza e solicitude com que sempre me auxiliaram;

a todos os bons amigos que atravessaram minha história, deixando contribuições muito maiores do que imaginam.

Resumo

GONÇALVES, H. M. **Cálculo e Jogo:** metáforas para a linguagem na filosofia de Ludwig Wittgenstein. 2020. 272 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Este trabalho examina duas analogias frequentemente empregadas por Ludwig Wittgenstein para a descrição da linguagem ao longo de sua obra. São elas: a concepção da linguagem como um cálculo autônomo dotado de regras fixas e determinadas, sustentada pelo filósofo no período intermediário de seu desenvolvimento filosófico, e a noção de jogos de linguagem, extensivamente mobilizada nas *Investigações Filosóficas*. Além disso, busca-se mostrar quais são os motivos que levaram o autor a caracterizar, retrospectivamente, também sua abordagem lógico-sintática no *Tractatus Logico-Philosophicus* como parte de uma concepção da linguagem como cálculo. Por fim, mostra-se como a elucidação do que está por trás de cada um desses dois modelos pode auxiliar na compreensão das transformações ocorridas ao longo do chamado período intermediário.

Palavras-chave: filosofia da linguagem, linguagem, lógica, gramática, jogos de linguagem.

Abstract

GONÇALVES, H. M. **Calculus and Game:** metaphors for language in the philosophy of Ludwig Wittgenstein. 2020. 272 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This study examines two analogies that are frequently employed by Ludwig Wittgenstein in order to describe language throughout his work. Namely: the conception of language as an autonomous calculus with fixed and determinate rules, held by the philosopher during the intermediate period of his philosophical development, and the notion of language games, extensively used in the *Philosophical Investigations*. Furthermore, I try to show what were the reasons that made the author characterize, retrospectively, also his logico-syntactical account in the *Tractatus Logico-Philosophicus* as part of the conception of language as a calculus. Finally, I show how the elucidation of what lies behind each one of these two models may help in understanding the transformations that took place throughout the intermediate period.

Keywords: philosophy of language, language, logic, grammar, language games.

Sumário

<i>Lista de abreviações</i>		
1	<i>Introdução</i>	12
i.	Período de transição na obra de Wittgenstein e fortuna crítica	13
ii.	Sinopse dos capítulos	22
2	<i>Linguagem como cálculo</i>	28
i.	Origens do modelo do cálculo	28
ii.	Interlúdio: linguagem como cálculo e linguagem como meio universal	45
2.1	<i>Linguagem como cálculo no Tractatus Logico-Philosophicus</i>	50
i.	Atomismo lógico	52
ii.	Teoria figurativa	56
iii.	Composicionalismo	63
iv.	O cálculo verifuncional do <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	67
v.	Filosofia da matemática no <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	82
2.2	<i>Linguagem como cálculo no período intermediário</i>	88
i.	O fim do cálculo lógico <i>a priori</i>	89
ii.	O projeto da linguagem fenomenológica	98
iii.	Introdução do conceito de gramática	114
iv.	Crítica à teoria causal do significado	125
v.	O cálculo no período intermediário	149
3	<i>Linguagem como jogo</i>	168
i.	A virada antropológica	170
ii.	O novo método	185
iii.	Jogos de linguagem	207
iv.	<i>Investigações Filosóficas</i> : crítica ao modelo do cálculo	231
4	<i>Conclusão</i>	261
	<i>Bibliografia</i>	267

Lista de abreviações

Obras de Wittgenstein (ordem cronológica de redação ou publicação):

NB	<i>Notebooks 1914-1916</i> (1914-1916)
TLP	<i>Tractatus Logico-Philosophicus</i> (publ. 1921)
SRLF	<i>Some Remarks on Logical Form</i> (publ. 1929)
PB	<i>Philosophische Bemerkungen</i> (1929-1930)
WWK	<i>Wittgenstein und der Wiener Kreis</i> (1929-1931)
BT	<i>Big Typescript</i> (1932-1933)
PG	<i>Philosophische Grammatik</i> (1932-1934)
BlB	<i>Blue Book</i> (1933-1934)
BrB	<i>Brown Book</i> (1934-1935)
EPB	<i>Eine Philosophische Betrachtung</i> (1936)
PPO	<i>Public and Private Occasions</i> (1930-1937)
FF	<i>Frühfassung</i> (TS 225, TS 220, TS 221) (1937–1938)
LFM	<i>Lectures on the Foundation of Mathematics in Cambridge</i> (1939)
BGM	<i>Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik</i> (1937-1944)
LC	<i>Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief</i> (1938, 1942 & 1946)
Z	<i>Zettel</i> (1945-1948)
LS I	<i>Letzte Schriften zur Philosophie der Psychologie</i> , volume I (1948-1949)
LS II	<i>Letzte Schriften zur Philosophie der Psychologie</i> , volume II (1949-1951)
ÜG	<i>Über Gewissheit</i> (1949-1951)
BÜF	<i>Bemerkungen über die Farben</i> (1951)
PO	<i>Philosophical Occasions</i> (1912-1951)
VB	<i>Vermischte Bemerkungen</i> (1914-1951)
PU	<i>Philosophische Untersuchungen</i> (publ. 1953)
MS	Manuscritos do <i>Nachlass</i> . A numeração segue a catalogação da <i>Bergen Electronic Edition</i> .
TS	Datiloscritos do <i>Nachlass</i> . A numeração segue a catalogação da <i>Bergen Electronic Edition</i> .

Obras de outros autores:

BS	<i>Begriffsschrift</i> , de Gottlob Frege (1879)
GA	<i>Die Grundlagen der Arithmetik</i> , de Gottlob Frege (1884)
PM	<i>Principia Mathematica</i> , de Bertrand Russell & Alfred N. Whitehead (1910, 1912 & 1913)
PLA	<i>The Philosophy of Logical Atomism</i> , de Bertrand Russell (1918)
AM	<i>Analysis of Mind</i> , de Bertrand Russell (1921)
MoM	<i>The Meaning of Meaning</i> , de C. K. Ogden e I. A. Richards (1923)
M	<i>Wittgenstein: Lectures, Cambridge 1930-33</i> , de G. E. Moore (1930-1933)
PLP	<i>Principles of Linguistic Philosophy</i> (orig. <i>Logik, Sprache, Philosophie</i>), de Friedrich Waismann (1965)

1

Introdução

Pareceu-me necessário, ao desenvolver um trabalho que se debruça sobre diferentes momentos da filosofia de Ludwig Wittgenstein, lidar com o fato inescapável de que há hoje uma grande diversidade de interpretações divergentes a respeito do tratamento dado pelo filósofo a alguns dos temas mais importantes e constantes em sua obra. Dois exemplos são: a natureza da atividade filosófica bem orientada e o tipo de necessidade que fundamenta as regras lógicas e gramaticais.² Tais problemas, se minha análise não for falha, dificilmente surgem no contexto da apreciação de uma resposta dada a essas questões no interior de textos específicos, historicamente delimitados e extraídos da dimensão maior da obra como totalidade. São as encruzilhadas do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein, os momentos de ruptura, portanto, que tendem a fazer aparecer as mais recalcitrantes divergências exegeticas. Não parece gratuito que, embora o exercício seja reconhecido por muitos comentadores como fútil e contrário ao próprio espírito da obra analisada,³ o problema frequentemente se traduza nos termos de uma periodização adequada da produção do filósofo.⁴

Evidentemente, está fora do escopo deste estudo oferecer uma abordagem exaustiva e específica de cada um desses temas. O assunto aqui abordado é a diferença entre dois modelos para a descrição do fenômeno linguístico, representados pela analogia entre linguagem e cálculo, por um lado, amplamente utilizada pelo filósofo ao longo de seu período

² Nesse sentido, a dissensão a respeito da natureza da atividade filosófica surge como uma discussão sobre a possibilidade de se incluir, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, a mesma visão da filosofia como atividade teoricamente negativa e essencialmente terapêutica que se encontra em sua filosofia madura. A discussão a respeito do tipo de necessidade contida nas regras lógicas ou gramaticais se circunscreve ao momento do abandono da filosofia intermediária do *Big Typescript* e da *Gramática Filosófica*, quando uma concepção específica da gramática, com a qual se almejava substituir a sintaxe lógica tractariana, passa a ocupar um lugar cada vez mais secundário na filosofia de Wittgenstein.

³ Como observa David Stern, em seu artigo “How Many Wittgensteins?”, citando as *Investigações Filosóficas*: “Por que deveríamos discutir se há ‘algo comum a tudo o que chamamos’ (PU §65) a filosofia de Wittgenstein (inicial, tardia ou em sua totalidade)? Porque há tanto continuidades quanto descontinuidades no pensamento de Wittgenstein, seria melhor que reconhecêssemos que seus escritos ‘estão relacionados uns aos outros de muitas maneiras diferentes’ (PU §65) e nos voltássemos à tarefa mais produtiva de investigar tais relações em maior detalhe”. Stern, 2013, p. 206.

⁴ Cf. Moyal-Sharrock, 2013, p. 2.

intermediário, e, por outro, a analogia entre linguagem e jogo, particularmente no que tange a natureza de suas regras estruturantes. Porque acredito, contudo, que essa mudança de paradigmas é ao mesmo tempo altamente ilustrativa e essencialmente dependente das transformações pelas quais passa o pensamento de Wittgenstein a respeito dessas duas grandes questões, julgo oportuno antecipar, em linhas gerais, algumas das discussões exegéticas que emolduram esta pesquisa. É inevitável que, ao se familiarizar com os argumentos e evidências textuais levantados por defensores de cada uma dessas diferentes interpretações, tenda-se a tomar partido. Aproveito a oportunidade, portanto, para situar também o ponto de vista que pretendo desenvolver em relação à fortuna crítica.

i.

Período de transição na obra de Wittgenstein e fortuna crítica

Durante muito tempo, a divisão da produção filosófica de Ludwig Wittgenstein foi objeto de controvérsia entre comentadores e intérpretes de sua obra, não havendo um consenso geral quanto à maneira mais adequada de se organizar e caracterizar as diferentes etapas de seu pensamento. Uma proposta mais ortodoxa e difundida, reproduzida em vários textos de introdução ao autor e, portanto, amplamente familiar entre o público, apresentava sua obra como composta de dois momentos principais – duas filosofias, pode-se dizer. A primeira seria a filosofia do *Tractatus Logico-Philosophicus*, único livro publicado em vida pelo autor, lidando majoritariamente com temas caros ao pensamento de duas figuras inaugurais na história da filosofia analítica: Gottlob Frege e Bertrand Russell.⁵ Sua segunda filosofia se apresentaria, por outro lado, como uma crítica radical de pressupostos relativos à linguagem que estariam na base não apenas das filosofias de Frege, Russell e do jovem Wittgenstein do *Tractatus*, como também de todo e qualquer tipo de discurso filosófico historicamente mobilizado. Embora alguns de seus principais temas coincidam com aqueles abordados em sua obra de juventude, o método absolutamente distinto, assim como a própria concepção inédita da natureza da atividade filosófica, faria com que seus objetivos e resultados fossem muito diferentes.

⁵ Stern, 2013, p. 206.

Consequência importante de tal leitura é a caracterização do *Tractatus* como uma obra superada, cujo maior ponto de interesse seja talvez precisamente o de oferecer um contraste nítido ao pensamento mais bem acabado de sua fase madura. Segundo Mauro Engelmann, quando da hegemonia de tal leitura, “as opções interpretativas para o livro, dizia o mantra, eram ou considerá-lo um óbvio fracasso em que perspectivas interessantes sobre a lógica são introduzidas, ou tratá-lo como um enredo místico carregado das mais absurdas teses metafísicas, como a do ‘solipsismo realista’”.⁶ Em princípio, a ideia parece ser corroborada por uma observação feita pelo próprio autor no prefácio das *Investigações Filosóficas*, onde afirma ter-lhe parecido ideal que ambas as obras fossem publicadas em um só volume, já que “esta só poderia ser verdadeiramente iluminada pelo contraste e contra o plano de fundo daquela”.⁷ A essa bipartição da obra de Wittgenstein parece subscrever grande parte da primeira leva de comentadores, intérpretes, tradutores e interessados em geral, como G. E. M. Anscombe, Norman Malcolm, Alice Ambrose, Morris Lazerowitz e John Wisdom, além de dois influentes nomes da fortuna crítica wittgensteiniana, G. P. Baker e P. M. S. Hacker. Na verdade, a chamada filosofia da linguagem ordinária de Oxford, que envolveu muitos desses primeiros estudiosos de Wittgenstein e foi dominante no Reino Unido ao longo dos anos 50 e 60, teve como um de seus pontos de partida a constatação de que há uma drástica ruptura entre o projeto filosófico do *Tractatus* e os resultados obtidos na obra de maturidade do autor, favorecendo esses últimos. Em outras palavras, em um momento inicial, a interpretação da obra de Wittgenstein como composta de duas filosofias radicalmente distintas foi hegemônica.⁸

A partir da morte de Wittgenstein em 1951, G. E. M. Anscombe, Rush Rhees e Georg von Wright foram encarregados da execução testamentária de seus escritos não publicados, o *Nachlass*, o que consistia efetivamente na escolha e organização do material digno de vir a público.⁹ Ao longo das décadas seguintes, o acesso gradual e paulatino a uma grande quantidade de textos escritos por Wittgenstein nesse agora chamado “período intermediário” – que se estende de seu retorno à filosofia, em 1929, até o início da redação das *Investigações Filosóficas*, publicadas ainda inconclusas – permitiu um estudo mais detalhado dos

⁶ Engelmann, 2013, p. x.

⁷ PU, prefácio.

⁸ Cf. Gellner, 1959; cf. Stern, 2013.

⁹ Hacker, 1996, pp. 67–97, 137–183.

problemas que o levaram a transitar de suas concepções de filosofia, lógica e linguagem conforme apresentadas no *Tractatus* rumo ao método alegadamente antidogmático das *Investigações Filosóficas*. É importante observar que muitas das obras publicadas no período não foram concebidas pelo próprio filósofo como unidades textuais acabadas, mas são antes fruto da seleção feita por seus executores testamentários. É esse o caso, por exemplo, das *Observações Filosóficas*, do *Big Typescript* e da *Gramática Filosófica*.¹⁰

A publicação de tais obras e o consequente enriquecimento da bibliografia crítica possibilitariam, nas décadas seguintes, uma reavaliação da forma como se deu a passagem da filosofia do *Tractatus* em direção ao pensamento tardio do autor. A partir de meados dos anos 50, nomes influentes como Paul Feyerabend e Anthony Kenny já expressavam sua insatisfação com a dupla divisão da obra,¹¹ e, desde o final da década de 80, Cora Diamond e outros comentadores passaram a explorar possíveis novas abordagens.¹² Foi no ano de 2000, contudo, com a publicação de *The New Wittgenstein*, que veio à tona de maneira bem articulada uma leitura alternativa. Com ares de manifesto, trata-se de uma coletânea de artigos, organizada por Alice Crary e Rupert Read, que sustentam o consenso de uma unidade indissociável entre o projeto inicial de Wittgenstein no *Tractatus* e o novo método empregado nas *Investigações Filosóficas*.¹³ A nova interpretação parece ter como fio condutor a ideia de que uma única concepção de filosofia perpassa toda a obra de Wittgenstein. Há um esforço por reconciliar as duas filosofias, salientando-se com frequência aquilo que se identifica como uma coincidência de “método e espírito” entre o pensamento do *Tractatus* e o das *Investigações Filosóficas*.¹⁴ Essa é, possivelmente, a característica mais distintiva de tal interpretação, frequentemente tida por seus defensores como uma vantagem por apresentar o desenvolvimento filosófico de Wittgenstein como um processo contínuo, e é de particular interesse para nossos propósitos pois explicita o ponto de vista dessa escola no que diz respeito à segmentação da obra: Wittgenstein teria sido o autor de uma única filosofia.

Seus defensores são chamados “leitores resolutos” (*resolute readers*) pois afirmam encarar com a devida seriedade a recomendação final da obra: “Minhas proposições elucidam

¹⁰ Hacker, pp. 137–183.

¹¹ Cf. Feyerabend, 1955; Kenny, 1973.

¹² Stern, 2013, p. 207.

¹³ Cf. Crary & Read (org.), 2000.

¹⁴ Cf. Proops, 2001.

desta maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela)”.¹⁵ Nesse contexto interpretativo, o trecho é de suma importância, pois sugere que a já bem reconhecida negatividade doutrinária das *Investigações Filosóficas* – a ideia de que a filosofia ali contida não deve avançar teses – também já poderia ser encontrada no *Tractatus*, a despeito de possíveis contraevidências textuais. De fato, embora haja significativa diversidade de opiniões entre os leitores resolutos, parece ser parte de um programa compartilhado a eliminação de qualquer vestígio de uma teoria propositiva ao longo da totalidade da obra do filósofo.¹⁶

É provavelmente ponto pacífico, entre intérpretes de variadas tendências, o reconhecimento do caráter majoritariamente negativo da filosofia contida nas *Investigações Filosóficas*. Mais difícil é sustentar que não haja, no *Tractatus*, quaisquer teses a respeito da relação entre linguagem e mundo, palavra e objeto e, portanto, uma visão ontológica que se apresenta como consequência inevitável de tais teses, alicerçada em uma versão modificada do atomismo lógico russelliano e desenvolvida através do método analítico. Afinal, as proposições 1–2.063 dissertam abertamente sobre o mundo, objetos e estados de coisas, dispondo para tanto, ao menos aparentemente, de uma perspectiva filosófica abertamente realista. É precisamente esse, no entanto, o principal objetivo dos leitores resolutos: mostrar que o que se acreditava haver de teórico ou positivo no *Tractatus* não deve ser encarado como tal. Jogar fora a escada após ter por ela subido significaria, portanto, reconhecer que tudo aquilo que foi anteriormente exposto viola os limites da linguagem, é contrassensual.

Uma das mais desconcertantes consequências de tal leitura é o fato, amplamente reconhecido por seus defensores, de que o *Tractatus*, desprovido de qualquer positividade, vê-se então reduzido a uma grande sequência de contrassensos, no sentido estrito da palavra, contrassensos que sequer poderiam pertencer à duvidosa categoria dos “contrassensos elucidativos”.¹⁷ Cabem, portanto, algumas perguntas: qual seria o propósito de tal filosofia?

¹⁵ TLP, 6.54.

¹⁶ Diamond, 1991; p. 202-203; Conant, 1992, p. 156; Goldfarb, 1997, p. 58.

¹⁷ Uma recorrente interpretação não resoluta da exortação encontrada em 6.54 do *Tractatus* é a de que, embora as proposições ali contidas devam de fato ser consideradas contrassensos, integram uma categoria distinta daquela dos contrassensos mais corriqueiros, uma vez que *mostram* de maneira oblíqua aquilo que não podem propriamente *dizer* a respeito da linguagem. Pode-se argumentar que se trata de um apelo *ad hoc* à ideia da distinção entre o *dizer* e o *mostrar*, problemático pois apenas superficialmente coincidente com o uso dado por Wittgenstein a essas noções.

Se o *Tractatus* não pode ser julgado pelas proposições que traz enumeradas, uma vez que não são proposições legítimas, qual é a sua relevância? Por que nos debruçamos sobre uma obra cujas ideias são abertamente reconhecidas, por seu próprio autor, como contrassensuais? O maior mérito do livro seria, de acordo com leitores resolutos, seu potencial terapêutico. Nas palavras de Proops, em artigo no qual critica a concepção resoluta, “o valor do *Tractatus* residiria em sua capacidade de facilitar a autocompreensão e oferecer alívio diante da perplexidade filosófica – e em nada mais”.¹⁸

Não por acaso, na introdução aos artigos de *The New Wittgenstein*, Alice Crary afirma que “o propósito primário de Wittgenstein em filosofia é [...] terapêutico” e, além disso, que os artigos ali publicado “têm em comum o fato de entenderem que Wittgenstein não busca apresentar teorias metafísicas, mas antes ajudar o leitor a se libertar das confusões em que se envolve ao filosofar”.¹⁹ A analogia entre a atividade filosófica genuína e a psicoterapia, particularmente a psicanálise freudiana,²⁰ surge de fato esporadicamente em seus escritos, embora apenas em textos tardios ou do período intermediário. Característica da terapia filosófica de Wittgenstein seria a tendência a se recusar, frente a uma determinada questão filosófica, a apresentar *explicações* – o que significa, efetivamente, abster-se de avançar teses e teorias. Muito pelo contrário, a resposta filosófica adequada consistiria, na realidade, na *elucidação* da incorreção da pergunta, o que conduziria o leitor a uma mudança de postura e perspectiva em que, percebendo a ausência de significado de suas questões, deixaria de desejar certo tipo de resposta. São notáveis, de fato, as semelhanças com a abordagem clínica freudiana. A natureza dialógica de muitas das passagens das *Investigações Filosóficas*, em que Wittgenstein alterna com frequência a voz de dois interlocutores, parece ilustrar o procedimento de maneira mais clara, mas leitores resolutos defendem que o mesmo tipo de quietismo filosófico pode ser identificado também na proposição 6.53 do *Tractatus*:

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de

¹⁸ Proops, 2001, p. 375.

¹⁹ Cf. Crary & Read, 2000.

²⁰ Wittgenstein se autodescreveu como “um discípulo de Freud” e, aparentemente, admirava o fundador da psicanálise por ter tentado desenvolver uma linguagem adequada à expressão do conteúdo do inconsciente, embora tenha também qualificado a visão freudiana como “mítica” e levantado várias objeções à teoria psicanalítica.

que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas seria o único rigorosamente correto.²¹

Seria a partir de 1998, contudo, com a publicação da *Bergen Electronic Edition* do *Nachlass* e a ampliação do acesso à íntegra dos textos produzido por Wittgenstein no período intermediário, que efetivamente se consolidariam propostas interpretativas heterodoxas para a relação entre os diferentes momentos de sua obra. O acesso facilitado ao espólio literário do filósofo, a partir da virada do milênio, abriu a possibilidade de uma reavaliação ainda em curso da natureza da continuidade entre o projeto filosófico tractariano e aquele que se pode encontrar nas *Investigações Filosóficas*, o que passa necessariamente por um estudo minucioso das diversas obras, manuscritos e datiloscritos, em diferentes estágios de acabamento, que compõem o chamado período intermediário. De fato, em *Wittgenstein's Philosophical Development*, Engelmann afirma que uma carência compartilhada tanto pela vertente neo-wittgensteiniana, quanto pela interpretação ortodoxa, é a atenção limitada prestada ao desenvolvimento filosófico do autor ao longo desse período.²² Wittgenstein não desenvolveu uma única ou duas filosofias – como sustentam, respectivamente, leitores resolutos e comentadores tradicionais – nem mesmo três, como propõem ainda outros,²³ tendo em conta as novas ideias sobre a filosofia da psicologia e epistemologia trabalhadas em textos de seus últimos anos de vida. Na verdade, a partir de 1929, quando regressa a Cambridge e retoma sua pesquisa e atividade acadêmica, a filosofia de Wittgenstein passa por uma série de transformações sucessivas e paulatinas que o levam a se convencer, gradualmente, da impossibilidade de dar continuidade ao projeto tractariano, não sem que antes buscasse salvaguardá-lo por meio de diversas e malfadadas tentativas sucessivas de adaptação. Nesse sentido, qualquer periodização se mostra meramente convencional, útil na elucidação de mudanças específicas em sua filosofia, mas nunca definitiva.

O estudo das obras intermediárias restabelece, portanto, a tão almejada continuidade no interior do *corpus* wittgensteiniano, mas não ao custo de solapar as inúmeras transformações pelas quais passou seu pensamento. Não o faz por meio da indicação de uma

²¹ TLP, 6.53.

²² Engelmann, 2013, p. xi.

²³ Danièle Moyal-Sharrock, em seu livro *The Third Wittgenstein: the Post-Investigations Work*, de 2004, defende a ideia de que uma periodização mais adequada incluiria uma terceira fase da filosofia de Wittgenstein, particularmente importante pela discussão de questões epistemológicas, que teria em *Da Certeza* sua obra-prima.

única constatação que teria sido a causa primária do abandono da primeira filosofia e a gênese das *Investigações Filosóficas*, mas antes explicita as modificações feitas pelo autor em ideias e métodos que se mostraram inadequadas e improdutivo. Os anos 30, particularmente, são um período de intensa transformação no pensamento de Wittgenstein. Deixa de ser necessária, por exemplo, a adoção de uma notação perspicua e livre de quaisquer ambiguidades que possam ser encontradas na linguagem natural, possivelmente em razão da constatação de que certas proposições não respondem ao método das tabelas de verdade da maneira como se antecipava no *Tractatus*. Para além disso, algumas das que eram percebidas por Wittgenstein como as maiores conquistas de seu primeiro livro perdem a sua relevância diante de novas considerações a respeito da natureza da linguagem. Outros temas permanecem, contudo: Wittgenstein não parece disposto a abandonar o modesto papel que reserva à filosofia, atividade prioritariamente elucidativa, de esclarecimento das confusões conceituais e categoriais que nos são legadas por um uso inadequado da linguagem.

Nesse contexto, a discussão doxográfica sobre a periodização mais adequada da produção filosófica de Wittgenstein parece se tornar obsoleta, com grandes prejuízos para ambas as interpretações antes hegemônicas. Torna-se difícil seguir sustentando a ideia resoluta de que não teriam havido quaisquer transformações significativas na concepção e no método da filosofia wittgensteiniana. Muito pelo contrário, várias das mudanças pelas quais seu pensamento passa, no período intermediário, parecem efetivamente apontar para um reconhecimento, por parte do autor, do caráter doutrinário e dogmático de sua obra de juventude. É reavaliada como um típico caso de dogmatismo, por exemplo, a presunção de que, embora não caiba ao filósofo levar a cabo no *Tractatus* a análise lógica completa da linguagem, por meio da qual se dariam nomes e proposições elementares, basta a delineação de seus contornos lógico-sintáticos para que se garantam a existência e autonomia de ambos. As críticas de Ramsey mostraram não ser esse o caso.²⁴ O *Tractatus* parece, de fato, avançar teses ontológicas, ainda que de maneira oblíqua, ao contrário do que ocorre na obra tardia de Wittgenstein.

Por outro lado, diante das novas evidências que se acumulam a partir da leitura de obras do período intermediário, também a interpretação tradicional parece sofrer seus próprios contratempos. Curiosamente, isso ocorre não em razão das diferenças que defende

²⁴ Cf. Ramsey, 1923.

existir entre a filosofia do *Tractatus* e a das *Investigações*, mas precisamente naquilo que supõe ter se mantido constante ao longo do desenvolvimento intelectual do filósofo. O exemplo mais paradigmático e, ao menos para nossos propósitos, o mais relevante, parece ser o da concepção de normatividade que alguns de seus defensores atribuem a Wittgenstein. Não é dado o devido peso à mudança de perspectiva operada pelo abandono da concepção gramatical de linguagem, em que, conquanto contingentes, vigoram ainda regras rígidas e bem definidas, em prol de um novo modelo, inaugurado pelas analogias cada vez mais frequentes entre linguagem e jogo.

Não parece fortuito que, a partir do final dos anos 80, Baker tenha optado por abandonar o projeto do extenso comentário às *Investigações Filosóficas* que até então havia conduzido em parceria com Hacker.²⁵ A obra, inicialmente publicada em quatro volumes, é considerada um trabalho de referência emblemático da interpretação tradicional da filosofia tardia de Wittgenstein, tendo como objetivo primário oferecer uma análise, na forma da exegese detalhada de cada parágrafo e de ensaios, da totalidade do assim chamado primeiro livro das *Investigações Filosóficas*. As seções finais, em que são discutidas majoritariamente questões relativas à filosofia da psicologia, não são abrangidas pelo comentário. Tendo em vista propósitos metodológicos e expositivos, a obra foi dividida em grandes “capítulos” temáticos, que, embora não estejam sinalizados no próprio texto analisado, devem conferir maior fluidez e organicidade ao desenvolvimento das ideias e argumentos ali apresentados.

Baker abandonou o projeto após a publicação do segundo volume, que abrange as seções §§185–242, onde são discutidas questões relativas às regras da gramática e à necessidade lógica. Sua motivação parece ter sido simplesmente uma mudança de opinião quanto à validade da explicação ali oferecida do papel desempenhado pela gramática – e, conseqüentemente, por suas regras estruturantes – no interior da nova concepção de linguagem apresentada nas *Investigações Filosóficas*. Stern afirma que, na interpretação tradicional, seriam duas as tarefas reservadas à filosofia nas *Investigações*: uma tarefa negativa, que corresponde à terapia acima descrita e acarreta uma recusa em se tomar partido em discussões filosóficas; e uma positiva, que consistiria no levantamento das regras gramaticais constitutivas de nossa linguagem.²⁶ Baker parece ter-se tornado cético em

²⁵ Cf. Baker & Hacker, 1980; Baker & Hacker, 1988.

²⁶ Stern, 2013, p. 213.

relação a esse suposto segundo papel da filosofia. A dimensão positiva da atividade filosófica – ou seja, a identificação das regras gramaticais que estruturam os jogos de linguagem nos quais tomamos parte – é, de fato, um elemento muito importante da leitura hackeriana, sendo salientada com frequência e em contextos diversos. Hacker vincula a ela os conceitos, frequentemente usados por Wittgenstein, de *Übersicht* e *übersichtliche Darstellung*, que podem ser traduzidos como “visão geral” e “representação panorâmica”.²⁷

É interessante observar que, se a estrutura de algumas das obras intermediárias, como é o caso do *Big Typescript* e da *Gramática Filosófica*, parece sugerir qualquer coisa no sentido de uma possível catalogação prévia das regras gramaticais, isso definitivamente não pode ser encontrado no texto das *Investigações Filosóficas*. As duas obras intermediárias estão divididas em capítulos temáticos, em que conceitos e palavras de ocorrência frequente no discurso filosófico – por exemplo, “entendimento”, “proposição elementar”, “significado”, “indução” etc. – são estudados de maneira individual e fora de um contexto específico de uso. Nas *Investigações*, muito pelo contrário, a elucidação da violação gramatical que está na origem das questões filosóficas é fundamentalmente condicionada por instâncias específicas de aplicação do novo método de Wittgenstein. Em outras palavras: apresenta-se primeiro o caso de uso irregular e, apenas depois, procede-se à identificação de sua gênese. Em princípio, seria inútil propor-se a tarefa de identificar previamente a totalidade das regras da gramática, haja vista que a linguagem não é estática e está condicionada pelas vicissitudes da vida comunitária. Não se trata, portanto, de uma “tabulação” preliminar das regras que compõem nossa linguagem.

Talvez seja possível especular que, como previra Russell,²⁸ a identificação da totalidade das assim chamadas regras gramaticais seja simplesmente um processo extremamente difícil, de execução possivelmente sobre-humana, o que teria obrigado Wittgenstein a se limitar a um estudo mais particularizado, focado em casos específicos de violação gramatical. Tais casos seriam escolhidos, evidentemente, tendo em vista sua

²⁷ Os termos foram traduzidos como “disposição clara” e “exposição de conjunto” na tradução de Marcos Galvão Montagnoli, como “visão panorâmica” e “representação panorâmica” na de M. S. Lourenço. Em inglês, opta-se com frequência pela tradução “overview” para “Übersicht”. Escolhi uma tradução híbrida, sabendo que com isso se perde a clara conexão entre os dois termos no original em alemão.

²⁸ Monk, 1991, p. 293. Russell diz, em carta a Moore na qual explica o que foi capaz de entender da exposição que Wittgenstein lhe fizera de seu novo método filosófico: “Suas teorias são certamente importantes e, certamente, muito originais. Se são verdadeiras, não sei: eu espero que não o sejam, pois tornam a matemática e a lógica quase inacreditavelmente difíceis”.

relevância para os propósitos específicos do autor, a saber, tornar evidente a natureza contrassensual de certas teses filosóficas. No entanto, acredito que, no momento da compilação e redação das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein já não mais sustentava a ideia de que a gramática fosse condição *sine qua non* para a estruturação da linguagem, o que limitava em muito o papel que regras gramaticais poderiam ali desempenhar e ampliava aquele de uma nova dimensão do fenômeno linguístico: sua contingência, uma vez que está embasado em práticas humanas histórica, empírica e acidentalmente constituídas. Tentarei apresentar, nos capítulos subsequentes deste estudo, algumas consequências da manutenção da necessidade gramatical ao longo da filosofia tardia de Wittgenstein, expondo como alternativa mais consistente a inclusão da experiência empírica como elemento importante na constituição da linguagem. Ao mesmo tempo, buscarei mostrar como o tema central aqui investigado, a transição da concepção de linguagem como um cálculo para a noção de que ela seja estruturada por jogos de linguagem, é altamente elucidativa dessa ruptura.

ii.

Sinopse dos capítulos

Este trabalho tem como principal objetivo, portanto, descrever a transformação operada na concepção de linguagem de Ludwig Wittgenstein entre o ano de 1929, quando o autor retorna a Cambridge e retoma sua produção filosófica após um período de dez anos de inatividade, e o final dos anos 40, quando a maior parte do material que viria a compor as *Investigações Filosóficas*, postumamente publicadas, já havia sido escrita e compilada. Opõem-se aqui uma concepção da linguagem como cálculo, sustentada por Wittgenstein durante seu chamado período intermediário e retrospectivamente atribuída, pelo próprio autor, ao *Tractatus Logico-Philosophicus*, a uma descrição dos fenômenos linguísticos centrada na noção de jogos de linguagem, introduzida quando da publicação do *Livro Azul* e do *Livro Marrom* e mais plenamente desenvolvida ao longo das *Investigações Filosóficas*. Apresento, na sequência, uma sinopse dos capítulos que compõem este trabalho.

Começarei, em 2.i, por uma inevitavelmente breve descrição da origem histórica da concepção da linguagem como cálculo, ideia que ganhou corpo no interior de diferentes disciplinas e tradições teóricas a partir do século XIX. Ela tem sua origem no projeto de

desenvolvimento de uma linguagem lógica adequada à expressão do conteúdo puramente conceitual do pensamento, cuja gênese remota é a obra de Gottfried Leibniz. Será tratado o sucesso da abordagem fregiana, que tem seu elemento central no conceito de função proposicional, uma generalização para toda a linguagem da noção matemática de função. Será abordada também, em 2.ii, a ideia proposta por Merrill Hintikka e Jaakko Hintikka de que há uma cisão, na tradição filosófica, entre duas concepções irreconciliáveis de linguagem, distinção que se mostrará elucidativa em um momento posterior deste trabalho: linguagem como cálculo e linguagem como meio universal.

Na sequência, em 2.1, apresentarei aquilo em que consistiu a concepção da linguagem como cálculo no período inicial da filosofia de Wittgenstein. Ali, tentarei elucidar como dois pressupostos legados por Bertrand Russell ao filósofo são indispensáveis para a atribuição das características de um cálculo à linguagem no *Tractatus*: a teoria do atomismo lógico (2.1.i) e a visão composicionalista da linguagem (2.1.iii); a esses, acrescenta-se um terceiro, desenvolvido pelo próprio Wittgenstein em resposta a problemas intrínsecos à filosofia da lógica russelliana: a teoria figurativa da linguagem (2.1.ii). Mostrarei então em que consiste o cálculo no *Tractatus*, na seção 2.1.iv. Wittgenstein busca ali estabelecer limites precisos para significatividade da linguagem por meio de um cálculo verifuncional baseado em uma versão infinitária da operação de negação conjunta, a operação *N*. É dessa forma que se obtêm todas as proposições possíveis da linguagem. Tratarei da posição ocupada pela matemática no sistema tractariano em 2.1.v.

Passarei então à exposição daquilo em que consistiu o modelo do cálculo no período intermediário. Engelmann identifica quatro transformações centrais na filosofia pós-tractariana: a linguagem fenomenológica suplementar ao *Tractatus*, o conceito de gramática, o método genético e a perspectiva antropológica.²⁹ O projeto da construção de uma linguagem fenomenológica será abordado nos subcapítulos 2.2.i e 2.2.ii, em que buscarei mostrar que alguns dos problemas identificados por Frank Ramsey no *Tractatus*, advindos em grande parte da postulação da autonomia das proposições elementares, levaram Wittgenstein a repensar vários dos pressupostos de sua obra de juventude. A linguagem fenomenológica reintroduziria, no âmbito da proposição, o conceito de número, que no *Tractatus* havia sido identificado ao expoente de uma operação. A ideia é anunciada em

²⁹ Cf. Engelmann, 2013.

Algumas Observações sobre a Forma Lógica, artigo de 1929, mas o projeto da linguagem fenomenológica se vê rapidamente abandonado, o que é patente no texto das *Observações Filosóficas*, de 1930. Ocorre que a construção da linguagem fenomenológica se viu inviabilizada pela imprecisão e ambiguidade intrínsecas ao objeto fenomenológico.

Wittgenstein não abandonará, no entanto, o projeto da explicação do funcionamento da linguagem nos termos de um cálculo, embora já não tenha mais na lógica seu paradigma. Marcando uma nova etapa no seu desenvolvimento filosófico intermediário, assumirá protagonismo em seus escritos a noção de *gramática*, um sistema de regras autônomo e contingente, não mais *a priori* como o era a sintaxe lógica. Isso será abordado na seção 2.2.iii. Deu-se aí o rompimento com aquilo que o autor identificou, nos capítulos iniciais das *Investigações Filosóficas*, como sendo a tão pervasiva concepção agostiniana da linguagem: a ideia de que deve haver algum tipo de correspondência entre palavra e objeto, ou seja, entre *denotans* e *denotatum*. A partir daí, a ideia de gramática não será mais abandonada pelo filósofo, embora passe por significativas alterações que redefinirão drasticamente o conceito ao longo da década de 30 e o levem a ter importância secundária à época da *Investigações Filosóficas*.

No entanto, para explicar o contexto em que o conceito de gramática é introduzido na filosofia de Wittgenstein, bem como o papel por ele desempenhado, será necessário também abordar as novas ideias semânticas a que se opõe, então em voga no universo acadêmico britânico: a teoria causal do significado, defendida por Russell, C. K. Ogden e I. A. Richards nos anos 30. Isso será feito na seção 2.2.iv deste trabalho e tomará como base principalmente o texto das *Observações Filosóficas*, embora tal crítica também possa ser encontrada ainda no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica*, textos que guardam entre si uma relação de grande proximidade. Uma parte final do capítulo, notadamente a seção 2.2.v, será dedicada a um estudo da forma como a concepção da linguagem como cálculo se apresenta nessas duas obras, contrastando-a às etapas anteriores de seu desenvolvimento, correspondentes aos textos *Algumas Observações sobre a Forma Lógica* e *Observações Filosóficas*.

A ruptura com a ideia de que a linguagem é um cálculo contingente, mas fechado, coincide com o período de maior proximidade e intercâmbio intelectual entre Wittgenstein e Piero Sraffa, então professor de economia na Universidade de Cambridge. No prefácio das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein reconhece o impacto exercido pelas conversas com

Sraffa sobre suas novas ideias apresentadas no livro. Em razão da ausência de registros textuais fidedignos, é difícil uma reconstrução precisa do conteúdo de tal diálogo, mas acredito ser possível lançar conjecturas razoáveis quanto aos tópicos discutidos, tendo como base as esparsas referências de Wittgenstein às conversas com Sraffa em seus manuscritos e relatos de terceiros. O principal ponto de ataque da crítica de Sraffa é a ideia de que toda sentença significativa da linguagem deve, necessariamente, ser dotada de uma gramática: isto é, uma estrutura interna que, ainda que contingente, é dada por regras fixas. Tornou-se célebre uma versão anedótica da conversa que teria sido responsável por essa reavaliação. Diante da insistência de Wittgenstein na necessidade da existência de regras gramaticais por trás de qualquer interação linguística significativa, Sraffa teria reproduzido um típico gesto napolitano de desdém – o de passar os dedos sob o queixo – e perguntado: “Qual é a gramática disto?”.³⁰

A própria natureza das regras gramaticais que fundamentam a linguagem torna-se então um ponto contencioso. Se já não são mais *a priori* como o eram as regras da sintaxe lógica tractariana, uma vez que reconhecidamente arbitrárias, as regras gramaticais do final do período intermediário tinham ao menos ainda como características distintivas sua rigidez e autonomia – isto é, o fato de que, conquanto arbitrárias, eram completamente alheias a considerações empíricas e psicológicas como processos associativos, gênese histórica e autobiográfica etc. Em outras palavras, eram efetivamente equivalentes a um cálculo, um sistema formal. Desse ponto em diante, já não será mais esse o caso. O período é caracterizado por Engelmann como uma *virada antropológica* na filosofia de Wittgenstein: considerações antes tidas como secundárias ou absolutamente irrelevantes para os propósitos em questão, como a maneira pela qual somos treinados em práticas governadas por regras, passam a ocupar o primeiro plano.³¹ É o caso, por exemplo, do treinamento por meio do qual uma criança passa a dominar sua língua materna ou as operações aritméticas elementares, do papel desempenhado na produção do significado por elementos inicialmente tidos como extralinguísticos – amostras de cores, o metro padrão em Paris, tabelas de referência e

³⁰ Stern, 1995, p. 107. Stern observa que, na versão mais difundida da anedota, o tema discutido era forma lógica e Sraffa teria, portanto, perguntado: “Qual é a forma lógica disto?”. Contudo, em *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*, Norman Malcolm afirma que Von Wright teria confirmado que a versão relatada por Wittgenstein é aquela acima transcrita. (p. 58, n. 3)

³¹ Wittgenstein afirma, por exemplo: “A forma como aprendemos [a aplicar as regras] é irrelevante para nosso uso futuro e compreensão. [...] É uma questão de interesse puramente histórico”. (Lectures 1930-1932, p. 116)

diversos tipos de objetos paradigmáticos –, bem como do gestual mobilizado pelos interlocutores durante uma conversa, incluindo-se aí o importante gesto dêitico de apontar, que indica o objeto sobre o qual se discursa. À discussão de tais tópicos está reservado o subcapítulo 3.i deste estudo.

Os anos intermediários da década de 30 – particularmente de 1933 a 1936 –³² compõem o período em que Wittgenstein desenvolveu as características mais distintivas do método empregado nas *Investigações Filosóficas*. Trata-se da identificação retrospectiva das falsas analogias que estão na origem da formulação inadequada de questões filosóficas, condição indispensável para a dissolução de tais problemas. As motivações que levaram o filósofo a abandonar os antigos métodos usados no *Tractatus* e em textos do período intermediário, profundamente dependentes da possibilidade de uma determinação inambígua do sentido das sentenças, serão apresentadas na seção 3.ii. Nos *Livros Azul* e *Marrom*, são empregados pela primeira vez de maneira sistemática aquele que será o elemento mais distintivo de seu novo método: os jogos de linguagem. No *Livro Azul*, o filósofo dá um uso ainda tateante a esse expediente filosófico. Por outro lado, no *Livro Marrom*, pode-se já perceber um emprego concomitante e articulado tanto da análise casuística de jogos de linguagem, representativa de uma adoção definitiva da perspectiva antropológica, quanto de outros aspectos do método sinóptico. Serão esses os temas e as obras – *Livro Azul* e *Livro Marrom* – abordados, portanto, na seção 3.iii, onde tentarei identificar certos padrões na longa sequência de jogos de linguagem apresentada ali pelo filósofo.

A partir de 3.iv, chegamos por fim às *Investigações Filosóficas*, obra em que a concepção da linguagem como um jogo já se encontra muito bem desenvolvida e definitivamente formulada. A fim de ilustrar satisfatoriamente a forma como ela se apresenta no interior da grande obra de maturidade do filósofo, analisarei a crítica ali apresentada por Wittgenstein ao *Tractatus*, salientando contrastes entre perspectivas sustentadas nas fases inicial e tardia de sua filosofia. Essa crítica toma como ponto de partida a chamada “visão agostiniana”, um tipo de referencialismo ingênuo que é por vezes pressuposto tácito de grande parte das teorias filosóficas sobre a linguagem, exposta nas seções iniciais das *Investigações*. Porque o referencialismo do *Tractatus* e de alguns dos textos do período

³² Sendo 1933 o ano em que se inicia a redação do *Livro Azul* e 1936 o ano em que Wittgenstein traduz ao alemão e adapta o *Livro Marrom*, sob o título *Eine Philosophische Betrachtung*.

intermediário é mais sofisticado do que a versão apresentada por Agostinho, é necessário em seguida que se discutam outros temas recorrentes ao longo da trajetória intelectual de Wittgenstein, particularmente aqueles que tratei na seção 2.1 como elementos importantes do *Tractatus*: composicionalidade, atomismo lógico e teoria figurativa. Na conclusão, capítulo 4, reafirmo algumas das posições que defendi ao longo deste trabalho, reproduzindo sucintamente os argumentos mais relevantes e tecendo algumas considerações finais e mais genéricas sobre os temas abordados.

2

Linguagem como cálculo

i.

Origens do modelo do cálculo

Pode-se dizer que, na primeira metade do século XX, a comparação entre linguagem e cálculo aparece com significativa frequência em diversas fontes, nem sempre em razão de uma influência compartilhada. Ferdinand de Saussure, por exemplo, um dos fundadores da linguística moderna, mobiliza precisamente essa analogia em seu *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, ao comparar a estrutura sistemática e regrada da *langue*, dimensão da linguagem que se presta a uma análise propriamente científica, à natureza instável da *parole*, a língua como fenômeno empírico, dialógica e diacronicamente contingente.³³ Porque a analogia, para Saussure, atende aos propósitos específicos de sua disciplina, estende-se portanto também a aspectos do fenômeno linguístico de pouca relevância para a abordagem filosófica, como é o caso da morfologia ou da fonologia. De maneira semelhante, contudo, mas já no interior da tradição filosófica, o projeto de Rudolf Carnap em *A Sintaxe Lógica da Linguagem* é frequentemente caracterizado como um caso paradigmático da aplicação do modelo do cálculo à linguagem. Em um artigo de 1934, Carnap afirma, a propósito do papel desempenhado por regras formativas e transformativas em seu sistema:

A formação e a transformação das proposições lembram o xadrez: assim como as peças de xadrez, as palavras são aqui combinadas e manipuladas de acordo com regras bem definidas. Mas com isso não queremos dizer que a linguagem não é nada além de um jogo com peças, não negamos que palavras e proposições tenham significado, apenas o evitamos metodologicamente. Poderíamos expressar a ideia também assim: *a linguagem é tratada como um cálculo*.³⁴

Antes de uma descrição mais detalhada das características comuns que permitem a aproximação entre linguagem e cálculo, é prudente que avaliemos algumas das dificuldades

³³ Cf. Saussure, 1916.

³⁴ Cf. Carnap, 1934.

que a ela se antepõem. A primeira é o fato de que as palavras de nossa linguagem natural não parecem, em um primeiro momento, dotadas da mesma precisão e inambiguidade que os elementos constitutivos de um cálculo matemático, como números e operações. Nele, afinal, as operações são normalmente definidas de maneira precisa e inambígua. Na aritmética, por exemplo, pressupõe-se que não haja maneiras alternativas de interpretar os sinais de adição ou divisão. Por outro lado, em nossa linguagem natural, atribuímos com frequência a um único símbolo significados absolutamente distintos. Um exemplo é o verbo “ser”, que tem ao menos três acepções diferentes na maioria das línguas indo-europeias. A primeira é a predicação ou cópula verbal, que ocorre na sentença “Sócrates é filósofo”. A segunda é a relação de igualdade, que pode ser observada na equação “Dois mais dois é quatro”. Por fim, embora um pouco mais rara e livresca na língua portuguesa, há ainda a atribuição de existência, exemplificada pela sentença “Deus é”.

Essas considerações não são meras filigranas gramaticais e, na verdade, mostram-se sumamente importantes para um estudo mais rigoroso dos fenômenos linguísticos. Um aspecto da linguagem de grande interesse para aqueles que a estudam é seguramente sua capacidade informativa, ou seja, a possibilidade de ampliarmos o conhecimento de que dispomos a respeito de um determinado objeto atribuindo-lhe certas propriedades, características, equivalências ou participação em determinados fatos e relações. Nesse sentido, sérias dificuldades se apresentam quando ignoramos a ambiguidade característica do verbo “ser” acima mencionada. Tomemos como exemplo o seguinte par de sentenças: “A estrela da manhã é a estrela da manhã” e “A estrela da manhã é a estrela da tarde”.³⁵ Observe-se que “estrela da manhã” e “estrela da tarde” são apenas duas maneiras distintas de se referir ao mesmo objeto, o planeta Vênus. Informalmente, mobilizamos com frequência uma versão ingênua do princípio da substituição *salva veritate*, o que nos leva a postular que, sendo dois termos sinônimos, podem ser livremente permutados. Nesse sentido, concluímos que sentenças como “Seu irmão acaba de sair” e “O outro filho de sua mãe acaba de sair” trazem precisamente a mesma informação, embora façam uso de expressões distintas. “Seu irmão” e “o outro filho de sua mãe” parecem ser, afinal, termos que podem ser livremente substituídos um pelo outro, independentemente do contexto.

³⁵ O exemplo é tomado do artigo “Sobre o Sentido e a Referência” (*Über Sinn und Bedeutung*), escrito por Gottlob Frege em 1892.

Contudo, no caso das duas sentenças acima citadas, “A estrela da manhã é a estrela da manhã” e “A estrela da manhã é a estrela da tarde”, há uma diferença fundamental. A primeira não parece trazer em si nenhuma nova informação. Isso acontece porque é tautológica, ou seja, verdadeira unicamente em virtude de sua forma. Afinal, seria verdadeira ainda que substituíssemos “estrela da manhã”, em ambas as suas ocorrências, por qualquer outro termo que desejássemos. Por outro lado, a segunda sentença é informativa, ainda que inicialmente as tenhamos tomado por equivalentes. Reflitamos um pouco sobre algumas consequências disso. Na Antiguidade, pensou-se que o corpo celeste mais luminoso a aparecer no céu durante o período matutino – a estrela da manhã, denominada Eósforo pelos gregos – fosse distinto de seu equivalente vespertino, ao qual se chamava Héspero ou estrela da tarde. Foi necessária uma investigação astronômica para que se concluísse se tratar do mesmo planeta, Vênus. Nossa primeira sentença, “A estrela da manhã é a estrela da manhã”, era e sempre será uma trivialidade, um truísmo. A segunda sentença, “A estrela da manhã é a estrela da tarde”, no entanto, em um contexto histórico específico, foi a formulação de uma descoberta empírica de grande importância. Além disso, não poderíamos sequer dizer que um indivíduo que julgasse a primeira verdadeira, em virtude de sua forma, poderia ter uma opinião bem informada a respeito do valor de verdade da segunda. O seguinte argumento, inválido, torna isso evidente:

- (1) José acredita que a estrela da manhã é a estrela da manhã;
- (2) A estrela da manhã é a estrela da tarde;
- (3) José acredita que a estrela da manhã é a estrela da tarde.

Semelhantes a esse, são numerosos os paradoxos que podem ser extraídos do uso irrefletido de nossa linguagem ordinária. Aparentemente, ela simplesmente não é capaz do mesmo tipo de precisão e inambiguidade que caracterizam o cálculo matemático. Ao mesmo tempo, contudo, é notório que há algo de meramente acidental na maior parte de suas imperfeições. É perfeitamente concebível, afinal, que outros idiomas disponham de palavras ou recursos sintáticos e morfológicos distintos para denotar as três diferentes relações

abrangidas em nossa língua pelo mesmo verbo, “ser”.³⁶ Ao menos teoricamente, portanto, parece ser possível a construção de uma linguagem artificial imune a tais dificuldades, uma linguagem capaz de refletir o modo de operação puramente conceitual do pensamento. Excluir-se-iam, assim, todas as características das linguagens naturais que se mostrassem acidentais ou secundárias, preservando-se unicamente o que há de necessário e essencial no raciocínio humano. A hipótese da linguagem do pensamento, o “mentalês”, é precisamente a de que as linguagens naturais nada mais são do que a roupagem externa de uma outra linguagem, mais fundamental e logicamente rigorosa, com a qual formamos e operamos nossos conceitos e inferências. A linguagem natural estaria invariavelmente carregada de traços acidentais que não desempenham papel algum na determinação do sentido e, muito pelo contrário, por vezes a impossibilitam, introduzindo ambiguidades, omissões e redundâncias. Teoricamente, no entanto, seria possível despi-la de tais acidentes.

As origens remotas dessa ideia podem talvez ser encontradas na *characteristica universalis* de Gottfried Leibniz, projeto de uma linguagem lógica capaz de denotar com absoluta precisão aquilo que o filósofo considerava os elementos últimos e inanalísáveis do pensamento, bem como os conceitos compostos subsequentemente formados a partir de sua combinação. Tais elementos seriam catalogados em um *alphabetum cogitandi*, o alfabeto do pensamento humano. Por meio de um sistema dedutivo denominado *calculus ratiocinator*, em que seriam estipuladas regras legítimas para a inferência de um juízo a partir de outro, Leibniz pretendia ser capaz de levar à filosofia a clareza e a inambiguidade que caracterizam a aritmética e a álgebra.³⁷ O objetivo central de seu projeto era o desenvolvimento de uma linguagem unificada adequada à expressão inambígua das teorias científicas então em elaboração, com ampla inspiração na matemática e na simbologia química empregada à época.³⁸

Suas aspirações, no entanto, só poderiam ser parcialmente concretizadas cerca de dois séculos mais tarde. Identifica-se frequentemente na *Conceitografia* (*Begriffsschrift*) de Gottlob Frege a primeira tentativa bem-sucedida de construção de uma linguagem formal

³⁶ A cópula verbal, por exemplo, embora quase onipresente nas línguas indo-europeias, não é uma característica distintiva dos idiomas da família semítica e de certas línguas eslavas, onde inexistente no presente do indicativo.

³⁷ Brown & Fox, 2006; Hintikka, 1997, p. xv.

³⁸ Glock, 1996, p. 67.

com grande parte das características almejadas por Leibniz.³⁹ Na realidade, o próprio Frege reconhece, na introdução de seu livro, a semelhança de propósitos entre sua obra e o projeto leibniziano, afirmando ter desejado “[...] expressar conteúdos de uma maneira mais exata e mais perspicua do que é possível com as palavras [...], criar uma *lingua characteristic* no sentido leibniziano, não apenas um *calculus ratiocinator*, embora o cálculo dedutivo seja um componente necessário de uma *Begriffsschrift*”.⁴⁰ Diferentemente do que ocorria no caso da *characteristica universalis* leibniziana, o interesse prioritário do idealizador da conceitografia, no entanto, era claramente o de aplicá-la a investigações pertinentes à filosofia da matemática, mais particularmente a questões relativas ao que mais tarde viria a ser chamado de crise dos fundamentos da matemática.⁴¹

Seu programa, ao qual se convencionou chamar logicismo, investiga a possibilidade da redução à lógica pura de todos os conceitos da aritmética e, particularmente, do conceito elementar de número. Compara-se, com frequência, a estrutura do conhecimento matemático à de uma pirâmide invertida, em que a aritmética ocupa a posição de base e as disciplinas mais complexas são construídas a partir de sucessivas elaborações sobre seus conceitos fundamentais. O estabelecimento de um esquema hierárquico para a redução das disciplinas e conceitos mais complexos da matemática em termos de seus equivalentes mais simples já era uma possibilidade entretida desde a Antiguidade. Na época de Frege, avanços relativamente recentes em teoria dos números mostravam ser possível novos tipos de redução de determinados conjuntos numéricos a outros, como é o caso dos cortes de Dedekind, por meio dos quais é possível a construção do conjunto dos números reais a partir de números racionais. Conceitos de uma disciplina mais complexa eram, portanto, fundamentados nos termos de sua antecedente teórica mais elementar. A aritmética, no entanto, sendo o âmbito mais elementar de todos e a base sobre a qual todo o restante do conhecimento matemático é

³⁹ Glock, 1996, p. 67.

⁴⁰ BS, prefácio.

⁴¹ Na verdade, costuma-se situar a chamada crise dos fundamentos da matemática (*Grundlagenkrise der Mathematik*) no período abrangido pelas três primeiras décadas do século XX, em que ao menos três grandes escolas já haviam se constituído e apresentavam possíveis soluções à questão da fundamentação adequada dos juízos aritméticos e, consequentemente, da matemática como um todo, uma vez que esta deveria poder ser reduzida àqueles. Na medida em que o logicismo de Frege foi pioneiro na discussão de tais temas, permito-me a imprecisão de aproximar sua produção precoce à discussão que viria a ganhar corpo apenas algumas décadas mais tarde.

construído, ainda apresentava um problema fundamental: ela própria estava desprovida de fundamentos.

Desde os *Elementos* de Euclides, o modelo axiomático da geometria é tomado como paradigma do pensamento rigoroso. Ali, constrói-se um sistema no qual um conjunto reduzido de axiomas idealmente autoevidentes determina de maneira inequívoca todos os teoremas que deles possam ser deduzidos. A aritmética, no entanto, não é um sistema axiomático. Immanuel Kant, por exemplo, reservou à intuição pura o papel de legitimar os juízos matemáticos. Embora o próprio Kant não concordasse com tal tese, foi sob a influência de sua categorização dos juízos que se defendeu, ainda, que as equações aritméticas seriam analíticas e *a priori*. Ou seja, não apenas totalmente autônomas em relação à experiência empírica (*a priori*), como também tautológicas, incapazes de contribuir novas informações (analíticas), uma vez que o resultado à direita do sinal de igualdade seria permutável pela adição à sua esquerda.⁴² Uma das soluções esboçadas para o problema da fundamentação da aritmética, possivelmente a mais precocemente apresentada, passava pela inusitada ideia de que na base da pirâmide do conhecimento matemático não estaria uma disciplina propriamente matemática como o é a aritmética, mas a lógica pura. O logicismo fregiano é uma teoria pioneira no interior dessa vertente teórica. Parece difícil conceber hoje que, até a segunda metade do século XIX, lógica e matemática fossem vistas como disciplinas pouco relacionadas entre si. Era essa a situação, no entanto, quando da publicação de obras como a *Conceitografia* (1879) e *Os Fundamentos da Aritmética* (1884), o que faria com que os livros e artigos de Frege tenham inicialmente atraído pouca atenção da comunidade acadêmica.

A *Conceitografia* visava, portanto, apresentar uma linguagem simbólica e um sistema dedutivo adequados à formalização de juízos matemáticos pertinentes ao contexto específico do projeto logicista. O curioso subtítulo dado por Frege à obra, no entanto, “uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a da aritmética”, suscita algumas questões: como seria possível fundamentar a aritmética por meio de uma linguagem lógica que é, ela própria, decalcada da linguagem aritmética? É necessário distinguir aqui a lógica, enquanto objeto de estudo de uma ciência que se encontrava ainda em estágio de constituição, da lógica enquanto tal ciência propriamente dita. Enquanto disciplina, a lógica deve ser

⁴² O próprio Kant, em sua *Crítica da Razão Pura*, defende que os juízos da aritmética sejam sintéticos *a priori*, oferecendo argumentos contrários à ideia já em voga de que pudessem ser analíticos.

“essencialmente normativa (visa separar argumentos válidos de argumentos inválidos), autônoma (não depende de conhecimentos derivados de outras disciplinas) e universal (é aplicável a todo o âmbito do raciocínio linguístico)”.⁴³ Além disso, é notório que, no raciocínio bem orientado, conforme aplicado a qualquer disciplina científica, já estejam em pleno vigor as leis lógicas que se deseja investigar.

Para o lógico, portanto, foi muito proveitosa a observação do discurso logicamente sólido das ciências: foi possível extrair dele precisamente as formas válidas de inferência que viriam a ser universalizadas, interesse primário da ciência da lógica nesse estágio inicial de seu desenvolvimento. Observe-se que não há, nisso, nenhum prejuízo intrínseco à autonomia da lógica enquanto ciência *a priori*, uma vez que tal recurso às ciências empíricas é apenas *metodologicamente* posterior à constituição destas. Anderson Nakano observa que “[...] a oficina de trabalho científico, assevera Frege, é o campo de trabalho próprio da lógica”.⁴⁴ Parece-me ponto pacífico que, entre as várias ciências, haja uma hierarquia no que diz respeito à sua universalidade, que é precisamente o que permite que falemos sobre a possibilidade de redução de uma ciência a outra. Porque a lógica é o domínio do universal e do normativo, é de interesse do lógico que a observação do emprego das leis de inferência seja feita no interior da mais geral e normativa das ciências: a matemática. Na matemática, por sua vez, é à aritmética que se atribui a maior generalidade. Em última instância, em razão dessa grande generalidade compartilhada, não parece ser possível delimitar fronteiras nítidas entre as disciplinas da lógica e da aritmética – o que justificaria um grande intercâmbio metodológico entre as duas.

No contexto histórico em que Frege publica sua *Conceitografia*, contudo, há uma aparente disparidade entre as linguagens empregadas pela matemática e pela lógica. Nakano observa que, na matemática, a formulação de generalizações como “para todo $\varepsilon > 0$, existe um $\delta > 0$ tal que (...)” exigia que se recorresse à linguagem natural ou ao ferramental da lógica clássica aristotélica, que ainda analisava as proposições em termos de sujeito e predicado e as entendia como atribuição de determinadas propriedades aos sujeitos. Isso era, contudo, uma mera característica acidental do fato de que não se tivesse ainda encontrado um meio simbólico de expressividade adequada para o conteúdo conceitual de tais expressões.

⁴³ Nakano, 2015, p. 20.

⁴⁴ Nakano, 2015, p. 20.

Fazia-se necessário, portanto, a criação de um tal simbolismo capaz não apenas de formalizar proposições de caráter geral ou existencial, como também de expressar as relações lógicas entre tais juízos.

A resposta ao impasse se encontra em uma das mais inovadoras ideias de Frege, bastante ilustrativa do decalque ali mencionado: a função proposicional.⁴⁵ Concebida como uma generalização da noção matemática de função, o motivo mais persuasivo para sua adoção é o fato de que ela apresenta diversas vantagens sobre os demais métodos de análise lógica do discurso então disponíveis, majoritariamente dependentes de uma distinção gramatical contingente entre sujeito e predicado. Uma proposição como “Sócrates é homem” era historicamente analisada, de acordo com a lógica aristotélica, no sujeito “Sócrates” e no predicado “é homem”. A análise da sentença nos termos de uma função proposicional, por outro lado, identifica “Sócrates” como objeto e “homem” como conceito. Objeto e conceito podem aqui ser vistos como simples generalizações das noções matemáticas de “argumento” e “função”. Em sua definição mais formal, que toma noções da teoria dos conjuntos como seu fundamento, Frege faz corresponder a todo e cada conceito uma determinada classe, cujos elementos são os objetos dos quais se pode predicar de maneira verdadeira o conceito. Nesse sentido, corresponde ao conceito “homem” a classe de todos os homens; ao conceito “filósofo”, a classe de todos os filósofos; ao conceito “cavalo” a classe de todos os cavalos; e assim por diante. O sistema fregiano contava, efetivamente, com uma regra sintática que fazia com que cada conceito significativo correspondesse a uma classe, sua extensão.

Uma proposição como “Sócrates é o mestre de Platão” pode ser, portanto, lida como um valor da função proposicional “ x é o mestre de Platão”. É interessante observar, no entanto, que a análise da forma lógica de uma sentença, para Frege, pode ser feita de mais de uma maneira, o que dá a ela uma primeira vantagem sobre as demais formas de análise. A isso se chama princípio das múltiplas análises. Afinal, é também uma imperfeição característica da linguagem natural que, nela, uma mesma proposição possa assumir estruturas sintáticas distintas, a depender do sujeito ser ativo ou passivo. A análise lógica que parte da noção de função proposicional exclui tal problema. No caso da proposição supracitada, “Sócrates é o mestre de Platão”, pode-se tomar como argumento tanto

⁴⁵ Embora uma introdução prévia do conceito de função proposicional já possa ser encontrada, por exemplo, na obra de Giuseppe Peano, é em Frege que ele assume sua forma mais bem acabada e definitiva.

“Sócrates”, o que geraria a função “ x é o mestre de Platão”; quanto “Platão”, o que produz “Sócrates é o mestre de x ”. Além disso, é possível ainda tratar a sentença como uma função proposicional binária da forma “ x é o mestre de y ”. Fica evidente, assim, que características acidentais da linguagem natural, consideradas estruturantes pela análise clássica nos termos de sujeito e predicado, são completamente superadas em uma análise funcional.

Uma segunda vantagem trazida por esse método de análise é a possibilidade do desenvolvimento de uma teoria da generalidade, e nisso reside, possivelmente, um dos maiores méritos da lógica de Frege. Na silogística aristotélica, uma sentença como “Todos os atenienses são homens” era analisada nos termos do sujeito “todos os atenienses” e do predicado “são homens”. Com a introdução do conceito de generalidade na lógica e o desenvolvimento de uma simbolização a ele adequado, pode-se agora desmembrar tal proposição nos termos de “ateniense”, “homem”, um quantificador universal e uma relação condicional, obtendo-se uma análise que pode ser lida da seguinte maneira: “Para todo x , se x é ateniense, x é homem”. A terceira vantagem da abordagem fregiana é a exclusão, do domínio da lógica, de quaisquer considerações de ordem psicológica, como ocorria no recurso de Kant ao modo de apresentação mental dos juízos em sua definição do analítico e do sintético. Para Frege, a distinção entre as duas categorias não depende, em absoluto, da experiência psíquica e subjetiva do indivíduo enquanto julga, mas exclusivamente de seu modo de justificação. Um juízo que possa ser justificado tão somente pelo recurso à lógica é analítico; aquele que deve ser corroborado por qualquer tipo de evidência empírica, sintético.

Uma ideia muito importante de Frege é a de que o sentido de uma proposição são suas condições de verdade. Assim como um termo a denota o indivíduo que é argumento da função fx , a proposição fa em sua totalidade denota a verdade ou a falsidade, a depender da ocorrência ou não do fato que descreve.⁴⁶ Da mesma forma, no caso de proposições gerais como $(\exists x)fx$ ou $(x)fx$, a primeira denotará a verdade se houver ao menos um indivíduo na classe dos objetos que são extensão do conceito f , e a falsidade em caso contrário. A segunda, por sua vez, denotará a verdade se todos os indivíduos pertencerem à classe dos objetos que

⁴⁶ Na verdade, o princípio fregiano do contexto interdita a possibilidade de que se fale do significado de uma palavra de maneira isolada, devendo-se buscá-lo apenas no contexto específico da proposição. (Frege, 1884) Para fins meramente expositivos, no entanto, e conscientemente me afastando de uma caracterização *stricto sensu* da filosofia de Frege, optei por preservar aqui a analogia entre a denotação do termo individual e o da proposição.

são extensão do conceito f , e a falsidade em caso contrário. Surge aqui, no entanto, uma primeira dificuldade. Quando uma função proposicional é saturada por um determinado argumento, deve assumir um único valor, que é identificado por Frege, na época da publicação da *Conceitografia*, ao “conteúdo conceitual” do juízo em questão. Pensemos no caso do par de proposições mencionado há alguns parágrafos: “A estrela da manhã é a estrela da manhã” e “A estrela da manhã é a estrela da tarde”. A função “ x é a estrela da manhã” deve assumir, portanto, o mesmo valor quando saturada pelos argumentos “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, já que ambos se referem ao planeta Vênus. Como já foi discutido anteriormente, no entanto, o conteúdo conceitual das duas proposições é fundamentalmente distinto: no primeiro caso, trata-se de uma identidade, uma tautologia; no segundo, de uma proposição informativa, cuja asseveração depende, em princípio, de observações empíricas.

A solução encontrada por Frege consistiu numa distinção, apresentada em seu artigo *Sobre Sentido e Referência*,⁴⁷ entre duas dimensões semânticas de cada sinal da linguagem. A primeira é a *referência*, fortemente vinculada ao conceito de denotação, e consiste simplesmente no objeto ao qual a expressão em questão – seja um nome, seja uma proposição – se refere. À palavra “Sócrates”, portanto, corresponde como referência o homem Sócrates; às palavras “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, o mesmo objeto astronômico, Vênus. Trata-se, portanto, de algo objetivo. Uma segunda camada é dada pela forma de apresentação da expressão em questão e consiste em seu *sentido*. Pode-se entender o conceito fregeano de sentido como o que garante que uma expressão como “o filho do imperador Marco Aurélio” possa ser compreendida, ainda que não saibamos se tratar de Cômodo. No caso das proposições que analisamos, “estrela da tarde” é significativa por trazer em sua apresentação ao menos a noção de se tratar de um determinado corpo celeste que se apresenta no período vespertino, ainda que desconheçamos sua identidade exata. Diante da tipificação dessas duas propriedades semânticas das expressões significativas, o problema original parece se resolver, na medida em que a diferença de sentido dos sinais usados, “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, preserva a significatividade da proposição, a despeito da coincidência denotativa.

Discutimos, até o momento, os conceitos de referência e sentido em um âmbito restrito de sua aplicação, o dos termos ou nomes. Frege, no entanto, estende a diferenciação entre referência e sentido também à dimensão mais ampla da proposição como um todo. Não

⁴⁷ Cf. Frege, 1892.

é difícil compreender em que consistiria a caracterização do sentido da proposição, ou seja, de seu conteúdo conceitual. Mas qual é a sua referência? A universalização dos conceitos de função e argumento faz com que a distinção entre proposição e nome se torne inessencial. Se o correlato externo do nome, sua referência, é o objeto por ele denotado, a proposição terá em seu valor de verdade o seu *denotatum*. Mais uma vez, a proposição verdadeira denotará, portanto, a verdade; a proposição falsa, a falsidade.

Nessa breve caracterização da filosofia da linguagem de Frege, percorremos, portanto, toda uma estrutura lógica da linguagem, partindo da camada mais fundamental dos nomes e passando, em seguida, à da proposição, ambos dotados de referência e de sentido. Observamos que não há uma diferença fundamental entre os dois, uma vez que é possível tomar a proposição como um nome que tem como referência a verdade ou a falsidade. É necessário agora apenas avançar em direção àquilo que une as diversas proposições em um discurso coerente, para que estejam assim dados todos os elementos constitutivos do cálculo proposicional conforme concebido por Frege e, portanto, uma caracterização geral do modelo do cálculo no interior de sua filosofia. Isso se dá por meio dos conectivos ou constantes lógicas: “e”, “ou”, “não”, “se... então” e “se e somente se”. Para Frege, eles nada mais são do que funções que recebem valores de verdade como argumentos – portanto, referências de proposições – e que apresentam como resultado outros valores de verdade. São, portanto, aquilo a que se chama funções de verdade.

Da teoria de Frege pode-se extrair, no entanto, uma conclusão que pareceu particularmente incômoda a Bertrand Russell, quando este entrou em contato com a obra de seu par alemão. Ocorre que não há qualquer característica ou propriedade intrínseca às proposições verdadeiras que faça com que sejam preferíveis às falsas, uma vez que ambas denotam objetos de idêntico estatuto ontológico – verdade e falsidade. Para Russell, isso era inaceitável. Em seu artigo *Sobre a Denotação*, Russell observa, na verdade, a existência de um paralelo entre essa concepção neutra da falsidade na semântica fregiana e uma proposta semelhante apresentada pelo filósofo austríaco Alexius Meinong, à qual ele próprio subscrevera ao longo dos anos precedentes.⁴⁸ O problema em questão é o do estatuto ontológico de termos desprovidos de denotação ou referencialidade em sentenças significativas. Tomemos como exemplo a proposição “O atual rei da França é calvo”. Para

⁴⁸ Cf. Russell, 1905.

Meinong, embora não possamos atribuir existência a nomes como “o atual rei da França”, é necessário que tenham ao menos algum tipo de *subsistência*, a fim de que tomem parte em uma proposição. Afinal, do contrário, como decidir que valor de verdade deve ser atribuído a uma proposição dotada dessa forma? Por afirmar algo a respeito de um objeto inexistente, ela é falsa ou um contrassenso?⁴⁹ A discussão apresenta muitos desdobramentos possíveis, que não serão exaustivamente explorados aqui, basta-nos entender por quê Russell parece perceber um paralelismo entre as conclusões de Frege e Meinong. À teoria meinongiana da subsistência dos termos sem referência corresponde, segundo Russell, a ideia de Frege de que as proposições falsas teriam, como contraparte na realidade e, portanto, como referência, a falsidade ou o Falso.

A solução dada por Russell ao problema de Meinong passa pela afirmação da complexidade intrínseca do discurso e, em última instância, leva ao desenvolvimento de sua teoria das descrições. A significatividade deve ser garantida pela simbolização das partes do discurso, enquanto sua verdade ou falsidade deve depender da correspondência entre os símbolos e objetos simbolizados na realidade. A proposição é verdadeira quando os objetos se organizam de modo a formar um complexo, sendo falsa em caso contrário, embora ainda assim significativa. Russell deve aqui romper com a tese fregiana de que nomes e proposições sejam igualmente dotados tanto de referência, quanto de sentido: há apenas a referência dos nomes enquanto elementos que compõem a proposição, o sentido é uma entidade semântica inessencial, um subproduto da estrutura interna da proposição. Como isso se dá, no entanto, no caso da problemática proposição “O atual rei da França é calvo”, onde não há um correspondente externo à linguagem? Nisto reside a radicalidade do ponto de vista russelliano: o próprio nome (“o atual rei da França”), tal como normalmente se apresenta, não pode ser descritivo, servindo antes como a abreviação de uma forma sintática mais complexa em que ele próprio não aparece. Sendo assim, o modo accidental de apresentação de uma proposição como “O atual rei da França é calvo”, na linguagem ordinária, oculta sua verdadeira forma lógica, que pode ser traduzida de maneira perspicua nas seguintes palavras: “Existe um x tal

⁴⁹ Como observa Thomas Moro Simpson, o problema é muito antigo, embora tenha ganhado uma magnitude inédita na discussão Russell-Meinong, podendo já ser encontrado em um diálogo do *Teeteto*, de Platão: “Sócrates: E se alguém formula um juízo, pensa [sobre] algo, não é assim? // Teeteto: Necessariamente. // Sócrates: E quando pensa [sobre] algo, pensa sobre uma coisa que é? // Teeteto: Sim. // De modo que pensar [sobre] o que não é, é pensar [sobre] nada. // Teeteto: Sim. // Sócrates: Mas, seguramente, pensar [sobre] nada não é pensar em absoluto”. (Simpson, 1976, p. 84)

que x é rei da França e x é calvo, para todo y , se y é rei da França, y é igual a x ".⁵⁰ Uma vez que a classe dos objetos que satisfazem tal proposição é vazia, já que não há nenhum argumento que sature a função " x é rei da França" de modo a gerar uma proposição verdadeira, pode-se dizer com segurança que a proposição é falsa. A conclusão extraída disso é que aquilo que para Frege era uma característica accidental do modo de apresentação da proposição, sua complexidade interna, deve ser para Russell um fator determinante na produção do sentido. Além disso, delineia-se assim uma característica distintiva do método analítico russelliano: a tendência à redução a meras relações sintáticas e ontologicamente neutras, quando possível, de expressões que exigem qualquer tipo de compromisso ontológico.

São várias as características que distanciam a concepção de Russell de proposição de sua contraparte fregiana, mas talvez o elemento central seja a seguinte inversão: se, para Frege, a função proposicional é uma expansão da noção matemática de função, para Russell, é a função proposicional que deve ser tomada como primária em relação a todas as demais formas funcionais. Nos *Principia Mathematica*, a função proposicional é definida da seguinte maneira: "Seja ϕx uma sentença contendo uma variável x e tal que ela se torne uma proposição quando a x é dado algum significado determinado fixo, ϕx é chamada de 'função proposicional'".⁵¹ Forma de apresentação e função proposicional coincidem, portanto, o que coloca Russell em franca oposição ao princípio fregiano das múltiplas análises. No *30 dos *Principia Mathematica*, Russell e Whitehead postulam que as funções proposicionais são primitivas em relação a todas as demais, que são dela derivadas. O motivo que os leva a isso é uma característica distintiva da função proposicional, não compartilhada pelas chamadas *funções descritivas*, que abrangem tanto funções matemáticas como $\sqrt{x}$, quanto casos como o de "pai de x ". Essa característica é o fato de que, no valor da função proposicional, que é obtido quando a função é satisfeita por um determinado argumento, função e argumento ocorram de maneira essencial. Em outras palavras, o argumento está já de alguma forma contido no interior da função, como seu constituinte.⁵²

⁵⁰ A cláusula final, "[...] para todo y , se y é rei da França, y é igual a x ", cumpre a função de limitar a um o número de objetos candidatos à saturação da função, uma vez que a descrição definida "o atual rei da França" traz implícita a ideia de que se trata de um único indivíduo.

⁵¹ PM, vol. 1, p. 15.

⁵² Nakano, 2015, p. 29.

Se voltarmos à caracterização da relação entre objeto e conceito nos termos da teoria das classes, é elucidativo pensar a questão do ponto de vista de que um determinado argumento a que sature a função proposicional fx já está, de certa forma, contido como objeto no interior da classe à qual corresponde tal função. Nakano afirma: “Assim sendo, a função proposicional ‘ x é sábio’, por exemplo, quando saturada pelo argumento Platão, engendra a proposição ‘Platão é sábio’, e não uma outra proposição qualquer, como, por exemplo, ‘Einstein é um grande homem’”. Isso é distinto do que ocorre no caso das funções matemáticas ou daquelas que expressam uma relação serial entre diferentes termos, descritas em nosso exemplo acima. Nakano complementa: “[...] a função $\sqrt{x}$, quando saturada pelo argumento 4, resulta no número 2, mas em que sentido o número quatro estaria contido no número dois? O mesmo ocorre [...] [com] a função ‘pai de x ’, quando saturada pelo argumento Alexandre Magno, resulta no rei Filipe II, mas seria até mesmo cômico dizer que o rei Filipe II contém Alexandre Magno como uma de suas partes constituintes”.⁵³ Uma consequência notável disso, que se mostrará particularmente relevante quando examinarmos a distinção tractariana entre funções e operações, é o fato de que as funções descritivas russellianas produzem séries formais, enquanto a função proposicional não o faz.

Um segundo aspecto importante da caracterização das proposições e funções proposicionais nos *Principia Mathematica* é o fato de que, ali, as constantes lógicas – negação, disjunção e implicação – sejam tratadas como casos particulares de funções proposicionais. Operações lógicas como a negação, em $\neg x$, ou a disjunção, em $x \vee \neg x$, devem ser vistas como funções proposicionais no mesmo sentido em que fx o é. Se a partir desta última é possível gerar proposições como fa , fb e fc ; a partir daquelas geramos outras, como $\neg a$, $\neg b$ e $\neg c$, bem como $a \vee \neg a$, $b \vee \neg b$ etc. Não há, portanto, uma distinção fundamental entre proposições atômicas e proposições moleculares, que são compostas de duas proposições mais simples unidas por um conectivo ou constante lógica. Assim sendo, da mesma forma como a proposição atômica a é parte constituinte da proposição molecular aRb , a proposição atômica q é parte constituinte de $(p \vee \neg q) \cdot q$. Evidentemente, no entanto, porque esta última proposição tem entre seus elementos constituintes a proposição q , deve ser considerada mais complexa do que a proposição atômica q . É importante observar que algumas consequências bastante contraintuitivas são obtidas a partir da proposta russelliana.

⁵³ Nakano, 2015, p. 31.

Pensemos no caso da aplicação iterada da operação de negação: a proposição $\neg p$ deve ser considerada mais complexa do que a proposição p , por tê-la como uma de suas partes constituintes. No entanto, isso implica que $\neg(\neg p)$ também deva ser considerada mais complexa do que p , embora sejam logicamente equivalentes. Torna-se claro, portanto, que o critério de identidade das proposições não pode ser a equivalência lógica, ou seja, a derivabilidade de uma a partir da outra.

Essas são, claramente, mais algumas consequências da caracterização do modo de apresentação como algo essencial à função apresentada. Para Frege, afinal, função e argumento são um modo de apresentação e, como tal, não refletem a complexidade intrínseca do objeto, o que faz com que o objeto apresentado por uma proposição e sua dupla negação seja o mesmo. Para Russell, o objeto que resulta da saturação de uma função proposicional é “a própria proposição, que é mais complexa que o argumento e que compartilha com a função certa estrutura. Nesse sentido, as proposições p e $\neg\neg p$ não podem de modo algum ser a mesma proposição, pois uma contém a outra como parte e o todo é sempre maior – neste caso, mais complexo – que a parte”.⁵⁴

Por fim, é necessário abordar um último desenvolvimento paralelo da lógica de Russell, necessário a fim de que se evite uma série de paradoxos correlatos que tornavam inconsistentes um sistema lógico como o eram as *Leis Básicas da Aritmética* de Frege. Como foi dito anteriormente, a principal motivação de Frege para a construção de sua conceitografia é a redução dos conceitos fundamentais da aritmética em termos lógicos. Este é o projeto que tenta levar a cabo em seu livro *As Leis Fundamentais da Aritmética*, de 1884. A fim de definir logicamente, portanto, o mais fundamental de tais conceitos, o de número, Frege mobiliza o instrumental da teoria dos conjuntos e, particularmente, a noção de classe, que define como sendo a extensão de um conceito. Conforme anteriormente exposto, para Frege, corresponde, portanto, ao conceito ‘homem’ a classe dos homens; ao conceito ‘filósofo’, a classe dos filósofos, e assim por diante. Dentre os axiomas de seu sistema e em consonância com o já mencionado princípio da multiplicidade analítica, o quinto deles exige de uma expressão como φx que seja considerada tanto uma função do argumento x , quanto uma função do argumento φ .

⁵⁴ Nakano, 2015, p. 31.

Qualquer função admitirá ao menos um valor para suas variáveis. Por exemplo, há vários valores de x que saturam a função “ x é um pássaro”. Frege chama de extensão do conceito “é um pássaro” todos os valores de x que satisfazem “ x é um pássaro”, ou seja, todos os pássaros. Russell, nos termos da teoria dos conjuntos, fala dos conjuntos ou classes de todos as coisas que saturam uma determinada função, como, por exemplo, o “conjunto de todos os pássaros”, o “conjunto de todos os números primos”, o “conjunto de todos os homens cujo nome começa com a letra ‘B’” e assim por diante. Pode-se ainda falar de conjuntos de conjuntos, como o “conjunto de todos os conjuntos com dois membros” ou o “conjunto de todos os conjuntos com três membros” etc., o que é instrumental na definição russelliana dos números. No mesmo sentido, é também possível se referir ao “conjunto de todos os conjuntos que têm ao menos um membro cujo nome começa com a letra ‘A’”. Se é possível falar de conjuntos de conjuntos, deve também ser possível falar de um conjunto que contenha a si próprio. Por exemplo, o “conjunto de todos os conjuntos cujo nome começa com a letra ‘C’” é um conjunto cujo nome começa com a letra “C” e, portanto, deve ser membro de si mesmo. Pode-se, portanto, imaginar que exista um “conjunto de todos os conjuntos que contêm a si mesmos como membros”, bem como um “conjunto de todos os conjuntos que não contêm a si mesmos como membros”. Surge então a pergunta: o “conjunto de todos os conjuntos que não contêm a si mesmos como membros” contém a si mesmo como membro? Se ele contiver a si mesmo como membro, já não poderá conter a si mesmo como membro; se não contiver a si mesmo como membro, deverá conter a si mesmo como membro.

Segue daí a contradição que caracteriza o Paradoxo de Russell. Porque ela é derivada das leis básicas da lógica conforme Frege e Russell as entendiam, é uma grande ameaça às conquistas de ambos no âmbito da análise lógica. De fato, após Russell comunicar sua descoberta a Frege por carta em 1901, este se viu obrigado a suspender temporariamente a publicação do segundo volume de suas *Leis Fundamentais da Aritmética*. De considerações semelhantes, no entanto, vários outros paradoxos podem também ser extraídos. Suas consequências para o projeto logicista de Russell e Frege são muitas, mas me deterei em uma delas em particular. Russell reconhece como característica distintiva dos paradoxos produzidos por sistemas semelhantes aos de Frege uma circularidade, a ideia de que uma coleção de objetos pudesse conter membros que fossem definidos nos termos da própria coleção. A solução por ele encontrada, de forte ressonância aristotélica, é a teoria dos tipos,

segundo a qual há diferentes ordens – ou tipos – de conjuntos, de modo que conjuntos do primeiro tipo só poderiam conter objetos como membros; conjuntos do segundo tipo, objetos e conjuntos do primeiro tipo; conjuntos do terceiro tipo, objetos e conjuntos do primeiro e segundo tipos; e assim por diante. Sendo assim, seria necessário incluir no simbolismo uma maneira de diferenciar objetos e os diferentes tipos de conjuntos. A teoria dos tipos, no entanto, foi criticada como uma condição *ad hoc* cuja única função é a de solucionar uma inconsistência interna ao sistema russelliano, sendo considerada por muitos, portanto, alheia a considerações estritamente lógicas.

Em 1911, quando Wittgenstein se determina a abandonar seus estudos em engenharia aeronáutica e a se focar em seus novos interesses, a lógica e a filosofia, recebe de Frege o conselho de buscar a mentoria de Russell em Cambridge. Na ocasião, o ponto de situação em que se encontrará a filosofia de Russell é precisamente o do desenvolvimento e teste de diferentes variantes de sua teoria dos tipos, uma tentativa de solução dos problemas colocados pelo paradoxo que descobrira dez anos antes na teoria dos conjuntos. Além disso, concluía, de maneira bastante anticlimática, a longa fase de elaboração e redação dos *Principia Mathematica*, obra escrita em conjunto com Alfred North Whitehead, em que busca demonstrar formalmente a derivabilidade da aritmética e dos demais campos da matemática de um conjunto restrito de axiomas lógicos.⁵⁵ Como veremos mais adiante, muitos dos temas e preocupações centrais à redação do *Tractatus* passam por uma refutação da teoria russelliana dos tipos, que é tida pelo filósofo como totalmente desnecessária quando se emprega uma notação adequada. O meio encontrado por Wittgenstein para refutar tal teoria é, como já foi aludido, a reformulação da distinção entre função e operação, noções que desempenharão um papel central no interior do cálculo lógico tractariano. Essa resposta de Wittgenstein às dificuldades encontradas por Russell é o que será discutido no próximo capítulo.

Tratei das origens remotas e dos argumentos específicos que levaram ao advento da ideia de que a linguagem natural deve ocultar, por trás de suas superficiais ambiguidades, omissões e redundâncias, um cálculo lógico dotado de regras fixas e precisas. Concomitantemente, abordei vários dos desenvolvimentos lógicos e filosóficos que servem como um pano de fundo teórico para o advento do *Tractatus* e, portanto, de uma primeira

⁵⁵ Cf. Monk, 1991.

formulação do modelo da linguagem como cálculo na obra de Wittgenstein. O modelo fregeano do cálculo, bem como seus desenvolvimentos encontrados na obra de Russell, é o do cálculo de predicados. O modelo tractariano, por seu lado, será o cálculo das funções de verdade. Antes de iniciarmos uma discussão das condições e características distintivas do cálculo no *Tractatus*, contudo, deve ser abordada também uma característica importante de seu pensamento, compartilhada em grande medida por Frege ao longo de toda a sua carreira filosófica e por Russell, ao menos em um momento inicial do desenvolvimento de sua filosofia. Trata-se daquilo que Merrill B. Hintikka e Jaakko Hintikka, em seu livro *Investigating Wittgenstein*,⁵⁶ chamam de uma visão da linguagem como “meio universal”. A isso contrapõem a noção de linguagem como cálculo, o que em um primeiro momento pode parecer contrário às ideias que são aqui desenvolvidas.

ii.

Interlúdio: linguagem como cálculo e linguagem como meio universal

Metade deste trabalho está voltado para a caracterização da concepção da linguagem como um cálculo na filosofia de Wittgenstein. Sendo assim, é inevitável que se tenham algumas breves considerações sobre uma tese avançada por Jaakko Hintikka e Merrill Hintikka em seu livro *Investigating Wittgenstein*, que devem ser vistas como um interlúdio à temática trabalhada nas seções anteriores e subsequentes. Ali, os autores declaram mobilizar uma interpretação da história da filosofia da linguagem inspirada em um artigo de Jean van Heijenoort sobre a filosofia da lógica de Frege. Van Heijenoort contrastava a ideia de “lógica como linguagem” à de “lógica como cálculo”. Hintikka & Hintikka transplantam tal divisão para o contexto mais amplo da filosofia da linguagem, traduzindo a questão na dicotomia entre “linguagem como cálculo” e “linguagem como meio universal”. Na introdução do segundo volume de seus artigos compilados, dedicado exclusivamente aos textos que abordam a questão da universalidade da linguagem, Jaakko Hintikka afirma que quando, em meados do século XIX, o desenvolvimento da lógica permitiu que o projeto leibniziano do *calculus ratiocinator* e da *characteristica universalis* começasse efetivamente a ganhar forma, duas escolas bastante distintas se configuraram.

⁵⁶ Cf. Hintikka & Hintikka, 1986.

A primeira, chamada por Hintikka de “escola algebraica”, tem em nomes como George Boole, Charles Sanders Peirce e Ernst Schröder seus mais destacados representantes. Sua característica distintiva, ao menos para os propósitos de nossa discussão, é uma visão pragmática do emprego dos sistemas lógicos. “Para alguém como Peirce, há uma grande variedade de diferentes lógicas que podem ser definidas, refinadas e livremente intercambiadas umas pelas outras, a depender do propósito da investigação em que se esteja envolvido”.⁵⁷ Consequência importante de tal concepção é, portanto, uma aplicação despreocupada da noção de metalinguagem, particularmente no que diz respeito ao estudo da semântica de uma linguagem-objeto.

Hintikka atribui a visão antagonica, linguagem como meio universal, a outros nomes de grande importância na primeira etapa do desenvolvimento da lógica moderna e da filosofia da linguagem, como Frege, Wittgenstein, Willard V. O. Quine, Alonzo Church e, por fim, Russell e Carnap, os dois últimos ao menos em um momento inicial de suas respectivas trajetórias intelectuais. Em contraposição à caracterização acima oferecida de linguagem como cálculo, uma das características mais distintivas dessa segunda visão é precisamente uma concepção unificada da lógica, em que não há espaço para tal diversidade ou considerações de ordem pragmática. Uma linguagem lógica não deve ser, por princípio, adotada em vista de meras questões de convenção, mas sim resultar da investigação das regras de inferência universalmente válidas em nossa linguagem natural, apoditicamente reconhecidas como tal por seus usuários. A simbologia e a notação escolhidas para a sua representação devem, portanto, ser idealmente perspicuas não apenas no que diz respeito à aplicação específica que dela se pretende fazer, mas sim à estrutura lógica de toda e qualquer linguagem possível.⁵⁸ Hintikka sumariza as características da universalidade pressuposta da linguagem, ao menos na obra de Frege, da seguinte maneira:

[...] para Frege existe, em certo sentido, apenas uma *Begriffsschrift* possível, pois há apenas um tipo de pensamento humano que ela deve refletir. A *Formelsprache* de Frege não é um desenvolvimento ulterior que parte de nossa linguagem ordinária; ela é uma versão purificada e aperfeiçoada de nossa própria linguagem ordinária. Ela é pensada de modo a substituir a linguagem ordinária, ao menos em seus usos matemáticos, e não estendê-la. Os significados das expressões dessa linguagem não podem ser definidos, pois teriam de ser pressupostos como uma pré-condição de qualquer tentativa do tipo de explicar sua semântica. Ao introduzir

⁵⁷ Hintikka, 1997, p. x.

⁵⁸ Cf. Hintikka & Hintikka, 1986.

sua *Formelsprache*, Frege depende de um entendimento anterior sobre o que essa linguagem deve fazer. Sua semântica não pode ser definida na própria linguagem sem que se produzam circularidades, pois essa semântica é pressuposta em todos os seus usos, e não pode ser definida em uma metalinguagem, pois não há uma tal linguagem para além de nossa linguagem atual. Em suma, a semântica de nossa única linguagem real não pode ser expressa nela.⁵⁹

Hintikka salienta que, por isso, o projeto de Frege estaria muito mais intimamente comprometido com a ideia da *characteristica universalis* leibniziana do que a com a de um *calculus ratiocinator* propriamente dito. Observa ainda que a filiação a uma ou outra concepção de linguagem traz consequências importantes para a metodologia filosófica, particularmente tendo-se em vista uma consequente “inexpressibilidade da semântica”, que acompanha necessariamente a visão da linguagem como meio universal. No caso específico de Wittgenstein, a distinção tractariana fundamental entre o *dizer* e o *mostrar* é vista por Hintikka & Hintikka como uma clara consequência da adoção da tese da linguagem como meio universal. Para além disso, já foi aventada a hipótese de que tal dificuldade teria desempenhado um grande papel nas escolhas estilísticas do filósofo, tanto na redação do *Tractatus*, quanto na das *Investigações Filosóficas*.⁶⁰

Wittgenstein tinha, tanto em sua primeira quanto em sua segunda filosofia, uma visão clara e abrangente de como a linguagem e o mundo estão conectados entre si. Assim como Frege, ele não acreditava que essa visão pudesse ser expressa na linguagem. Diferentemente de Frege, o jovem Wittgenstein acreditava, ainda assim, que poderia transmitir sua visão por meio de um uso oblíquo da linguagem. Esse emprego secundário e não literal da linguagem tinha de ser considerado por ele algo diferente de *dizer* o que é a semântica de nossa linguagem. Essa é a origem [...] da noção de Wittgenstein de que o *mostrar* é distinto do *dizer*.⁶¹

Já abordei, na introdução deste trabalho, o papel central que a distinção entre o dizer e o mostrar ocupam em certo tipo de interpretação do *Tractatus* e de sua relação com períodos posteriores da produção filosófica de Wittgenstein. Refiro-me à tese, fortemente vinculada a uma variedade específica da interpretação ortodoxa, de que seria possível enxergar os aforismos da obra de juventude do filósofo como indicações valiosas, embora não frontais, daquilo que não pode ser diretamente tematizado na linguagem, a relação entre linguagem e mundo. Seriam, portanto, contrassensos elucidativos: embora não satisfaçam as condições necessárias da linguagem significativa, são capazes de nos induzir, obliquamente, a *ver*

⁵⁹ Hintikka, 1997, p. x.

⁶⁰ Cf. Stern, 2013, pp. 220–229.

⁶¹ Hintikka & Hintikka, 1986, p. 2.

aquilo que não pode ser propriamente dito. A ela se contrapõem, é claro, tanto a leitura resolvida, que vê as proposições do *Tractatus* como contrassensos no sentido simples, desprovidos de qualquer capacidade elucidativa secundária, quanto uma interpretação tradicionalista que minimize a relevância da proposição 6.54. Hintikka & Hintikka parecem defender a ideia de que o próprio Wittgenstein reservava, para a maior parte do texto do *Tractatus*, o papel de contrassensos elucidativos.

De fato, em seu prefácio ao *Tractatus*, Russell observa que Wittgenstein parece ter conseguido *dizer* muito sobre aquilo que, supostamente, só poderia ser *mostrado*. Na sequência, aparentemente pouco ciente dos propósitos que Wittgenstein reservava à sua doutrina do *dizer* e do *mostrar*, à qual parece vincular as afirmações do autor sobre a dimensão do místico, aventa a possibilidade de que se possa, efetivamente, por meio da construção de uma hierarquia de metalinguagens, contornar o problema da inexpressibilidade da semântica:

Essas dificuldades fazem vir-me à mente uma possibilidade como esta: que toda linguagem tenha, como diz o Sr. Wittgenstein, uma estrutura sobre a qual, *na linguagem*, nada possa ser dito, mas que possa haver outra linguagem que trate da estrutura da primeira e tenha, ela própria, uma nova estrutura, e que possa não haver limite para essa hierarquia de linguagens. O Sr. Wittgenstein certamente responderia que toda sua teoria é aplicável, sem modificação alguma, à totalidade dessas linguagens. A única réplica seria negar que haja uma tal totalidade. A totalidade resultante de nossa hierarquia não seria meramente inexprimível, mas uma ficção, uma mera delusão, e a suposta esfera do místico estaria assim abolida.⁶²

Esse parece ser, para Hintikka & Hintikka, um importante ponto de ruptura para o filósofo britânico, ilustrando talvez diferenças que tornariam, bem mais tarde, impossível a cooperação continuada entre Wittgenstein e Russell. Afinal, é mais ou menos a partir desse momento que o alinhamento de Russell se inverte e, aparentemente, o filósofo se vê induzido a rejeitar a ideia da universalidade da linguagem. O recurso a uma metalinguagem proposto aqui por Russell se tornou há muito expediente comum em lógica. Wittgenstein jamais seria capaz de aceitá-lo, no entanto, por razões que abordaremos mais tarde. Uma metalinguagem seria, afinal, apenas um cálculo adicional, encontrando-se no mesmo nível do cálculo que caracteriza a linguagem-objeto a ser descrita. Essa posição seria mantida ao longo de toda a sua produção filosófica.

⁶² TLP, prefácio.

Deve-se dizer o mesmo a respeito de sua filosofia da matemática, tema sobre o qual Wittgenstein é frontal e decisivo: “Não existe metamatemática”.⁶³ Nesse sentido, todas as considerações do filósofo partem da alegada impossibilidade da construção de um tipo de teoria dos modelos capaz de fundamentar o cálculo aritmético. Uma das consequências disso é o fato de que Wittgenstein deva rejeitar toda e qualquer tentativa de construção de uma prova de consistência de determinado sistema matemático. Ou ainda, para ser mais preciso, deve considerar tais tentativas como “simplesmente outro cálculo matemático, [situado] no mesmo nível do sistema matemático original”.⁶⁴ Além disso, Hintikka & Hintikka defendem ainda a ideia de que o finitismo, construtivismo e antiplatonismo normalmente tidos como distintivos da filosofia da matemática de Wittgenstein⁶⁵ são, também, subprodutos de um compromisso original com a ideia da universalidade da linguagem.

Seja no *Tractatus*, seja nos textos do período intermediário, o cálculo linguístico é para o filósofo necessariamente universal.⁶⁶ Quando a analogia do cálculo passa a ser paulatinamente substituída pela noção de jogos de linguagem, temos aí, possivelmente, uma radicalização da universalidade da linguagem. A radicalização ocorre, evidentemente, porque diante do abandono dos princípios do composicionalismo e da análise lógico-gramatical, diante da crítica à visão agostiniana da linguagem e da identificação entre uso e significado, a própria discussão semântica ganha novos contornos. Não há mais motivo para se falar de uma relação entre linguagem e mundo, entre proposição e fato, uma vez que a própria linguagem é plenamente reintegrada ao mundo que lhe deu origem, como um elemento entre outros na composição daquilo que Wittgenstein chama de “formas de vida”. No momento oportuno, pretendo tentar mostrar como, no esquema geral da interpretação dos fenômenos linguísticos por meio da noção de jogo de linguagem, questões de natureza semântica que levaram o filósofo a buscar se exprimir de maneira oblíqua no *Tractatus* ou a postular a autonomia do cálculo gramatical no período intermediário perdem sua relevância.

Por fim, é de grande importância reafirmar aqui que, a despeito da infeliz coincidência terminológica, a concepção wittgensteiniana de linguagem como cálculo nunca foi propriamente alinhada à posição filosófica que Hintikka vincula a tal expressão. O modelo

⁶³ PG, 296–297.

⁶⁴ Hintikka & Hintikka, 1994, p. 25.

⁶⁵ Cf. Frascolla, 1976; Marion, 1992.

⁶⁶ Hintikka & Hintikka, 1994, pp. 13–16.

wittgensteiniano de cálculo é, afinal, o de um cálculo universal: inicialmente, tratava-se do cálculo tractariano infinitário das funções de verdade; no período intermediário, particularmente no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica*, trata-se do cálculo finitista das regras gramaticais.

2.1

Linguagem como cálculo no Tractatus Logico-Philosophicus

Wittgenstein não caracteriza a linguagem como um cálculo no *Tractatus Logico-Philosophicus*, ou mesmo em escritos contemporâneos ao desenvolvimento da filosofia ali apresentada, como os *Cadernos de 1914-1916*. Podemos, contudo, encontrar tal caracterização explicitamente formulada em uma variante mais antiga da §81 das *Investigações Filosóficas*, que não chegou de fato a integrar a versão editorialmente acabada do livro. Para além de tal constatação retrospectiva por parte do próprio autor, podem-se discernir uma série de características da filosofia apresentada no *Tractatus* que reforçam a ideia subjacente de uma visão da linguagem como cálculo.

Antes de tudo, no entanto, é muito relevante que se considere o limitado lastro bibliográfico que nos permite afirmar que a concepção de linguagem como cálculo é plenamente aplicável ao *Tractatus*, da mesma forma como o é às obras do período intermediário, onde Wittgenstein formula a analogia explicitamente e por reiteradas vezes. A razão disso é o fato de que se encontra comumente, na literatura secundária, uma apresentação absolutamente desproblematizada de tal caracterização. É o caso, por exemplo, de Glock, que afirma que “o *Tractatus* está comprometido com o ponto de vista de que falar uma língua é operar um cálculo com regras ocultas”.⁶⁷ Nesse caso, são caracterizadas também como ocultas, porque seria a análise lógico-sintática a responsável por sua recuperação, diferentemente do que ocorreria com a análise gramatical do período intermediário. De maneira similar, Baker & Hacker interpretam como uma referência indubitável ao *Tractatus* a octogésima primeira seção das *Investigações Filosóficas*, em que o autor rejeita de maneira definitiva e frontal sua antiga concepção da linguagem como um cálculo dotado de regras fixas. Dessa forma, afirmam: “§81a implicitamente critica como

⁶⁷ Glock, 1996, p. 68

dogmatismo a ideia de que usar a linguagem é jogar um jogo com regras fixas. É um erro pensar que *devemos* estar operando um cálculo com regras definidas sempre que queremos dizer (*mean*) ou compreendemos uma sentença. Este dogmatismo estava, de acordo com §81b, incorporado à ideia de análise no TLP”.⁶⁸ Embora o comentário de Baker e Hacker afirme que o segundo parágrafo da seção analisada (§81b) atribui o dogmatismo do modelo do cálculo dotado de regras determinadas ao *Tractatus*, o texto não faz qualquer referência direta à obra:

Mas tudo isto só pode começar a aparecer à sua verdadeira luz quando se tiver obtido uma maior clareza acerca dos conceitos de compreender, de intencionar, de pensar. Então tornar-se-á claro o que nos pode induzir na tentação de pensar (*e que a mim me induziu*) que quem pronuncia uma proposição e a intenciona ou compreende, põe a funcionar um cálculo com regras determinadas.⁶⁹

Como se pode ver, Baker e Hacker presumem que a autorreferência ressaltada acima deve necessariamente remeter ao *Tractatus*. Stern observa que as versões inicial e intermediária do texto das *Investigações Filosóficas* traziam, de fato, uma variação bastante elucidativa: Wittgenstein escrevera, efetivamente, “(e que a mim me induziu (*Tractatus*))”.⁷⁰ O fato, contudo, de que o filósofo tenha optado por não incluir a referência explícita em uma versão posterior e mais acabada do texto pode ser indicativo de certa relutância em direcionar a crítica explicitamente à sua obra de juventude, uma vez que é apenas na primeira metade da década de 30 que o modelo do cálculo se faz mais presente e central em suas reflexões.

De todo modo, será desenvolvida aqui uma apresentação de algumas das ideias centrais do *Tractatus*, partindo do pressuposto de que a obra pode ser lida pela chave do modelo do cálculo. A ideia é mostrar em que consiste e como funciona o cálculo no *Tractatus*, tomando como ponto de partida três pressupostos de sua filosofia, a saber: as noções de atomismo lógico, composicionalismo e a teoria figurativa. Essa exposição nos será de grande interesse pois permitirá, no próximo subcapítulo (2.2), uma análise contrastiva entre as características do cálculo da linguagem tal como apresentado no *Tractatus* e nas obras do período intermediário – particularmente o *Big Typescript* e a *Gramática Filosófica*. Começarei, portanto, desenvolvendo uma exposição da forma como os três pressupostos fundamentais para o cálculo no *Tractatus* – atomismo lógico, teoria figurativa e

⁶⁸ Baker & Hacker, 1985, p. 172

⁶⁹ PU, §81b; grifo nosso.

⁷⁰ Stern, 1995, p. 104

composicionalismo – são essenciais para a caracterização da concepção de linguagem ali apresentada como uma instância do modelo do cálculo. Simultaneamente, apresentarei uma caracterização em linhas gerais das filosofias da linguagem, da lógica e da matemática nesse período inicial do desenvolvimento intelectual de Wittgenstein. Por fim, descreverei a forma como o cálculo de funções de verdade é operado no *Tractatus*.

i.

Atomismo lógico

O atomismo lógico é uma parte importante do legado filosófico de Russell a Wittgenstein. De acordo com Klement, a ideia traz em si tanto uma visão metafísica, quanto uma metodologia filosófica.⁷¹ A visão metafísica consiste basicamente na ideia de que a linguagem pode ser analisada em termos de agregados de elementos irreduzíveis, de existência mutuamente independente, dotados de determinadas propriedades e participantes em determinadas relações. O contexto específico em que a teoria foi desenvolvida é o da resposta de Russell ao holismo lógico da tradição idealista então dominante no Reino Unido, que tinha em F. H. Bradley seu mais destacado representante. Bradley defendia, sob a influência hegeliana, a incognoscibilidade das partes senão por meio do conhecimento do todo, ao que Russell responde com várias tentativas de provar a independência de fatos elementares a respeito do mundo uns em relação aos outros.⁷² Esse empenho corresponde ainda a uma nova visão da natureza da práxis filosófica, inspirada na dinâmica do desenvolvimento das ciências naturais, em que contribuições parciais na resolução de problemas e aporias são mais valorizadas do que a construção de sistemas filosóficos acabados e extremamente abrangentes.

Ainda do ponto de vista metafísico, o atomismo lógico normalmente presume a existência de alguma espécie de relação entre mundo e linguagem que possibilite a sua significatividade. Com frequência, tal relação é identificada à propriedade linguística da extensionalidade, ou seja, a capacidade da linguagem de se referir, por meio de suas palavras, a determinados objetos extralinguísticos. A função denotativa ocupa, portanto, uma posição

⁷¹ Klement, 2019.

⁷² Coffa, 1991, pp. 83–113.

privilegiada no modelo de linguagem proposto pela filosofia do atomismo lógico. Contudo, para que seja possível alçá-la a tal posição, é necessário postular algum tipo de equivalência entre a estrutura do mundo, à qual a linguagem refere por meio da denotação, e a estrutura da proposição, forma assertiva por excelência da linguagem. Em um primeiro momento, tal correspondência não parece tão intuitiva: a linguagem natural é, afinal, dotada de inúmeros símbolos ambíguos ou redundantes. Já foi abordado, na seção anterior, um caso paradigmático de ambiguidade na linguagem, o verbo “ser”. Quanto à constatação de casos de redundância simbólica na linguagem ordinária, o tema é bem exemplificado pela solução encontrada por Russell para o problema das descrições.

Uma das ideias mais fundamentais de Russell, portanto, é a de que a investigação filosófica bem sucedida passa necessariamente por uma reorganização das ideias e argumentos, conforme apresentados na linguagem ordinária, de maneira que tais ambiguidades e redundâncias sejam resolvidas. Idealmente, tal procedimento se dá por meio de uma tradução de proposições e argumentos da linguagem natural para uma linguagem artificial perspicua, construída de tal modo que sua arquitetura não permita o acondicionamento das mesmas imprecisões que caracterizam a linguagem ordinária. Se a tradução for bem-sucedida, obtém-se uma clara apresentação da forma lógica das proposições em questão. A metodologia filosófica subjacente ao atomismo lógico será, portanto, a análise lógica da linguagem. Já as ferramentas mais importantes na condução de tal projeto serão aquelas forjadas por Frege algumas décadas antes: a generalização do conceito matemático de função para toda a linguagem, o que dá origem à noção de função proposicional, e o consequente desenvolvimento de uma teoria da generalidade.

Na primeira fase do pensamento de Wittgenstein, as ideias subjacentes à filosofia do atomismo lógico se manifestam particularmente no grupo de aforismos que vai de 1 a 2.063 do *Tractatus*. Ali, o filósofo apresenta uma descrição da estrutura do mundo e da linguagem, nos termos da redução de fenômenos mais complexos em seus componentes mais elementares. Se evitarmos, por ora, as já mencionadas controvérsias quanto a como interpretá-lo, pode-se, portanto, dizer que o trecho inicial do *Tractatus* expõe a visão ontológica subjacente à obra, descrevendo a estrutura geral do mundo. Os principais conceitos usados em tal descrição são os de *objetos* (*Gegenstände*), *estados de coisas* (*Sachverhalte*), *fatos* (*Tatsachen*) e *espaço lógico* (*logischer Raum*). Nessa estrutura, o objeto

é o elemento último, o átomo lógico, por ser absolutamente simples e inalisável em ulteriores componentes.⁷³ A autonomia do objeto é condicionada pelo fato de que ele só pode existir no interior de um determinado estado de coisas, que nada mais é do que uma combinação específica de objetos em relação mútua. É esclarecedor que, na versão original de 2.01, onde define a expressão “estado de coisas”, Wittgenstein faça equivaler os termos *Gegenstand*, usado preferencialmente para se referir ao objeto tractariano, e *Sachen* (“coisas”), que é um dos componentes do substantivo composto alemão *Sachverhalt*, significando “estado de coisas”: “O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas)”.⁷⁴ A propriedade mais importante de um estado de coisas é a sua contingência: ele pode ou não ser o caso e, quando o é, dizemos que o estado de coisas ocorre; quando não o é, dizemos, contrariamente, que não ocorre. Os estados de coisas que ocorrem – ou seja, aqueles que são o caso – combinam-se de modo a gerar fatos complexos. A totalidade dos fatos é o mundo, ou seja, “o mundo é tudo que é o caso”.⁷⁵

Os objetos têm uma forma lógica e é isso o que permite que se combinem em estados de coisas, nos quais se concatenam “como os elos de uma corrente”.⁷⁶ À noção de forma lógica vem atrelado o conceito de espaço lógico. Wittgenstein não o define explicitamente no *Tractatus*, mas é possível entendê-lo a partir do uso que o autor faz da ideia ao longo das proposições subsequentes. O espaço lógico é o conjunto de todas as possibilidades lógicas. De acordo com Glock, ele “[...] está para a ‘realidade’, a existência e inexistência de estados de coisas (TLP 2.05), da mesma forma como o potencial está para o atual”.⁷⁷ Ele é, portanto, um elo entre a “ordem *a priori* das possibilidades” e a existência contingente dos estados de coisas que são efetivamente o caso e que, portanto, compõem os fatos cuja somatória define o mundo.⁷⁸ É verdade que o mundo, a totalidade dos fatos, poderia ser diferente do que de

⁷³ No *Tractatus*, Wittgenstein não dá exemplos de tais objetos, embora se especule que objetos fenomenológicos dados de maneira imediata pela percepção, como manchas monocromáticas no campo visual ou tons sonoros puros, sejam bons candidatos. De fato, em uma carta a Frank Ramsey em que discutiam sua recém-publicada análise crítica do *Tractatus* (Ramsey, 1923) Wittgenstein reconhece ter acreditado, na época em que escreveu a obra, que não caberia propriamente a ele determinar quais seriam os objetos tractarianos, tarefa completamente alheia à investigação de natureza lógica ali desenvolvida, mas bastava que seus resultados mostrassem que a existência de tais objetos era necessária.

⁷⁴ TLP, 2.01. No original: “Der Sachverhalt ist eine Verbindung von Gegenständen (Sachen, Dingen)”.

⁷⁵ TLP, 1.

⁷⁶ TLP, 2.03.

⁷⁷ Glock, 1996, p. 220

⁷⁸ Glock, 1996, p. 220.

fato é; é impossível, no entanto, conceber que o mundo fosse de tal modo conflitante com as possibilidades dadas pelo espaço lógico no qual os fatos estão contidos.

A partir da proposição 2.1, Wittgenstein passa a abordar o modo de funcionamento da linguagem, isso é, quais são as propriedades que lhe permitem descrever o mundo. Nesse contexto, o conceito de forma lógica se mostrará de grande importância, como será exposto mais adiante, pois à estruturação dos objetos e estados de coisas em fatos, no mundo, há uma contraparte na linguagem, que também só é possível graças à forma lógica que lhe é intrínseca. Por ora, tendo já exposto sucintamente o modo como se pode analisar a estrutura geral do mundo, passemos a uma descrição de sua contraparte linguística. É fundamental ter em vista que toda a abordagem tractariana da linguagem está sustentada pela noção de proposição. Aqui Wittgenstein subscreve, efetivamente, a uma longa tradição cuja origem pode ser encontrada no *Órganon* de Aristóteles e que atribui preponderância às formas assertivas ou propositivas da linguagem. Toda a caracterização da linguagem no *Tractatus* tem como objeto, portanto, a proposição, ou seja, a sentença em que há a afirmação de algo a respeito do mundo, em contraposição a outros tipos de sentenças, como as interrogativas, imperativas, exclamativas ou performativas. Da proposição 2.1 à proposição 4.128, portanto, Wittgenstein apresentará uma concepção da linguagem que elucida a forma como se dá a relação semântica entre fato e proposição.

De um modo geral, as proposições que empregamos corriqueiramente são complexos compostos, em última instância, por proposições elementares. Wittgenstein tem como paradigma, possivelmente, uma ideia central da teoria russelliana das descrições definidas: a de que é possível, por meio da análise lógica, elucidar quais sejam os verdadeiros componentes de uma proposição da linguagem ordinária, em um processo dependente da substituição de certos termos por variáveis quantificadas e da desambiguação. Evidentemente, no entanto, da mesma forma como não oferece exemplos de fatos ou objetos elementares, Wittgenstein também não os oferece para as proposições ou nomes elementares, seus correlatos na linguagem. Naquele momento, a análise completa da linguagem – e, conseqüentemente, do mundo – era projeto secundário. É característico da proposição elementar que seja o ponto terminal da análise proposicional e, portanto, composta unicamente de nomes. Pode-se já perceber uma certa simetria entre a estrutura do mundo e a estrutura da linguagem. No âmbito da proposição, o nome é o correlato do objeto,

estabelecendo para com ele uma relação denotativa simples; ao estado de coisas, que é composto de objetos, corresponde a proposição elementar, que tem como sentido o estado de coisas ao qual se refere; por fim, aos fatos correspondem as proposições compostas que utilizamos corriqueiramente em nossas asserções. Uma proposição é, portanto, uma afiguração lógica da realidade. Da mesma forma como um fato pode ou não ser o caso, uma proposição pode ser verdadeira ou falsa: ela é essencialmente bipolar. Quando um fato ocorre, a proposição que o asserre é verdadeira; a que o nega, falsa. Conversamente, quando um fato não ocorre, a proposição que o nega é verdadeira; a que o asserre, falsa.

É característico da versão wittgensteiniana do atomismo lógico, portanto, que a relação semântica se dê entre objetos e nomes. Disso advém uma clara recusa ao modelo semântico fregiano, em que as dimensões do significado (*Bedeutung*) e do sentido (*Sinn*) são necessárias a fim de que se evite uma série de aporias. Para Wittgenstein, no *Tractatus*, apenas o nome tem significado e apenas a proposição tem sentido. Pode-se entender o mapeamento estrito entre nome e objeto, ao menos em certa medida, como resultado da influência filosófica de Russell sobre o jovem Wittgenstein, mas a abordagem tractariana do sentido, por seu lado, passa por um novo conjunto de ideias que só podem ser sustentadas no contexto filosófico específico do *Tractatus*: trata-se da teoria figurativa da linguagem, que será examinada na sequência.

ii.

Teoria figurativa

Quando Wittgenstein chega a Cambridge e estabelece contato com Russell, no ano de 1911, este trabalhava naquela que viria a ser conhecida como a *teoria do juízo como relação múltipla*. O conceito de juízo, aqui não muito distinto de sua formulação kantiana, pode ser basicamente identificado à proposição asserida por um determinado sujeito, o que o contrapõe ao conceito de proposição como uma entidade não mental. A motivação da teoria russelliana dos juízos é, portanto, bastante semelhante àquela que anteriormente o levara a desenvolver uma teoria das descrições definidas: admitir a possibilidade da formalização de juízos falsos sem que, para tanto, seja necessária a admissão de seu correlato ontológico. Embora a teoria dos juízos como relações múltiplas tenha eventualmente sido abandonada,

naquele momento, Russell acreditava que a relação expressa por um juízo não podia ser simplesmente reduzida à relação entre o sujeito e o conteúdo da proposição ajuizada.

A título de ilustração, pensemos em alguns dos exemplos oferecidos pelo próprio filósofo em suas reflexões. De acordo com a concepção do juízo como uma relação diádica, refutada pela nova teoria de Russell, quando Iago julga que Desdêmona ame Otelo, estabelece-se uma relação entre o sujeito que ajuíza, Iago, e a proposição “Desdêmona ama Otelo”, que é falsa. De modo inverso, quando Otelo julga que Desdêmona ame Cássio, trata-se também de uma relação diádica entre o sujeito que ajuíza, Otelo, e a proposição “Desdêmona ama Cássio”, que é por sua vez verdadeira. Russell se mostrou cada vez mais insatisfeito com tal teoria, em que os elementos constituintes da proposição ajuizada são completamente irrelevantes para a definição do sentido geral da proposição e a análise deve ser interrompida já no nível da proposição ajuizada.

Os motivos de tal insatisfação parecem ser sua constatação de que há uma estrutura ou organização interna dos termos em relações n -ádicas que também deve ser passível de análise. Seguem-se, portanto, as mesmas linhas argumentativas que levaram Russell a postular a já mencionada equivalência entre o modo de apresentação e o sentido da proposição. Por exemplo: tomemos $J(o)$ como uma análise simplificada da proposição “Otelo julga que Desdêmona ame Cássio”, definindo, portanto, “o” como “Otelo” e “J” como “julga que Desdêmona ame Cássio”. Tal análise e sua respectiva simbolização trazem grandes desvantagens se comparadas a uma segunda possibilidade, a saber, tratar a proposição não como composta do termo “Otelo” e do predicado “julgar que Desdêmona ame Cássio”, mas sim entre os termos e relações “Otelo”, “julgar”, “Desdêmona”, “amar” e “Cássio” individualmente. Nesse caso, uma simbolização possível, que será adotada por Russell, é a seguinte: $J(o, d, A, c)$. O que se ganha com tal análise é a possibilidade de diferenciar juízos que, embora compostos pelos exatos mesmos elementos – e.g. “Desdêmona”, “amar” e “Cássio” –, distinguem-se pelo arranjo específico em que tais elementos se encontram, uma vez que a troca da ordem dos termos – e.g. $J(o, c, A, d)$ – geraria uma proposição distinta. As condições de verdade de “Desdêmona ama Cássio”, afinal, e de “Cássio ama Desdêmona” não são necessariamente equivalentes, e é precisamente esse o fato que faz com que tais proposições tenham sentidos diferentes. Nossa proposta original de análise e simbolização

oculta, portanto, algo de suma importância a respeito da estrutura dos juízos.⁷⁹ Nas palavras de Russell:

Poderemos observar que a relação de ajuizamento tem aquilo que é chamado de “sentido” ou “direção”. Podemos dizer, metaforicamente, que coloca seus objetos em uma certa *ordem*, que podemos indicar por meio da ordem das palavras em uma sentença. [...] O julgamento de Otelo de que Cássio ame Desdêmona difere de seu julgamento de que Desdêmona ame Cássio, embora sejam constituídos pelos mesmos componentes, porque a relação de ajuizamento posiciona os componentes em uma ordem distinta nos dois casos.⁸⁰

A teoria figurativa ou pictórica da proposição é uma resposta à teoria do juízo como relação múltipla de Russell, considerada errônea por Wittgenstein. De fato, em proposições da forma “A julga que *p*” ou “A acredita que *p*”, parece ser o caso, inicialmente, que a proposição atômica *p* esteja sendo usada como parte de uma proposição molecular sem que exerça qualquer influência sobre sua verdade ou falsidade. Por exemplo, a proposição “João acredita que chova amanhã” pode ser verdadeira ou falsa, independentemente do fato de que vá ou não chover amanhã. Wittgenstein responde, no entanto, que uma proposição da forma “A acredita que *p*” não envolve propriamente uma relação entre o sujeito *A* e a proposição *p*. “A acredita que *p*”, “A tem o pensamento de que *p*” e “A julga que *p*” têm, na verdade, a forma: “‘*p*’ diz *p*”.⁸¹ Para que *A* pense, acredite ou diga que *p* é o caso, as palavras que constituem a expressão verbal de *p* devem ocorrer para *A*. A proposição não diz, na verdade, que é *A* quem julga que *p*, enquanto sujeito, seja lá em que consista tal subjetividade, mas antes que as palavras que compõem o julgamento estão relacionadas de tal e tal maneira com *p*, de modo que a semelhança interna entre palavras e proposição é óbvia. É essa a passagem que conduzirá Wittgenstein, no *Tractatus*, à célebre discussão do solipsismo, que culmina na conclusão da inexistência da subjetividade, de uma “alma” onde residam pensamentos e crenças, bem como na inesperada equivalência entre as visões de mundo solipsista e realista.⁸² Embora sua vinculação com o argumento do “solipsismo realista” seja mais frequentemente encontrada na literatura, interessa-me aqui, em particular, um outro desdobramento de tais ideias.

⁷⁹ Ricketts, In: Sluga & Stern, 1996, p. 64-69.

⁸⁰ Russell, 1912, pp. 126-127.

⁸¹ TLP, 5.542.

⁸² TLP, 5.5421.

Embora um estudo mais detalhado das particularidades e minúcias da resposta de Wittgenstein à teoria do juízo como relações múltiplas de Russell não possa ser plenamente desenvolvido no espaço do qual aqui se dispõe, é possível perceber que a teoria figurativa deverá com ela compartilhar ao menos de um aspecto de grande importância: a concepção de verdade como correspondência. A anedota por trás da teoria figurativa da proposição apresenta-a como resultado de uma epifania vivenciada pelo filósofo ao observar a reconstrução de um acidente de trânsito por meio de miniaturas, conforme era de praxe em tribunais parisienses.⁸³ A cada elemento envolvido na colisão corresponderia uma determinada miniatura em uma maquete. Verdadeira ou não, essa história não parece dar conta de algumas das características importantes da teoria figurativa no *Tractatus*, insinuando que a semelhança física entre os modelos miniaturizados e os carros e pessoas reais envolvidos na colisão possam ser relevantes de alguma forma. É precisamente a grande dessemelhança entre os meios envolvidos, linguagem e mundo, o que torna a teoria figurativa particularmente interessante e profícua. Uma palavra – um substantivo concreto, por exemplo –, enquanto mera sequência de sons convencionalmente vinculada a algo no mundo, raramente tem qualquer coisa em comum com aquilo que denota, enquanto objeto físico. O que é relevante aqui e o que efetivamente permite que tal palavra seja usada na formulação de asserções significativas sobre o mundo é o fato de que ocupe, na proposição, uma posição isomórfica em relação àquela que o objeto a que se refere ocupa no estado de coisas do qual faz parte. Tal isomorfia é garantida pela forma lógica compartilhada entre fato e proposição.

A proposição pode, portanto, representar um fato ao compartilhar de sua forma lógica, mas a forma lógica propriamente dita não pode ser afigurada. Aparece aqui a importante distinção entre o *dizer* e o *mostrar*. Não podemos dizer em que consiste a forma lógica de uma proposição ou de um fato, embora ela se mostre na maneira como fato e proposição estão internamente organizados, bem como na relação figurativa que esta tem para com aquele. De modo semelhante e, mais uma vez, como os elos de uma corrente, as conexões entre as diferentes proposições no espaço lógico e, paralelamente, as conexões entre diferentes fatos ou estados de coisas não são passíveis de tematização, não podem ser ditas, mas apenas se mostram. É isso o que levará Wittgenstein a desenvolver o que chamará de sua “ideia básica” (*Grundgedanke*) no *Tractatus*, apresentada na proposição 4.0312: a de que

⁸³ Stern, 1995, p. 35.

as constantes lógicas – conjunção, disjunção, condicional, bicondicional e negação – não são representativas de nada, não correspondem a objeto algum. Da mesma maneira como defendeu, na proposição 3.32 e no contexto de uma formalização adequada da linguagem, a necessidade da adoção de símbolos distintos para designar funções linguísticas distintas,⁸⁴ Wittgenstein deverá agora propor a eliminação de símbolos redundantes, como o são os conectivos lógicos que deveriam denotar os supostos objetos lógicos russellianos.

Uma proposição é, portanto, uma afiguração da realidade da mesma maneira como as notas em uma partitura afiguram uma peça musical. Da mesma forma como há uma regra geral para a tradução da notação musical em música, há também uma regra geral para a tradução de proposições em figurações da realidade.⁸⁵ É por causa dessa correspondência entre a forma da proposição e a forma da realidade que podemos compreender o sentido da proposição a partir dela própria: não é necessária uma segunda proposição que explique o que a primeira quer dizer.⁸⁶ Isso é semelhante ao que ocorre quando dizemos que uma figura, um retrato, *mostra* qual é a aparência de uma pessoa. Não são necessárias outras explicações que nos digam como devemos fazer corresponder as marcas no papel às características de um rosto. As conexões lógicas entre os objetos, por outro lado, não são representadas em uma proposição. Afinal, as proposições representam os fatos, mas não sua estrutura lógica, que na teoria russelliana é expressa por meio de conectivos como “e” ou “não”, bem como por conceitos lógicos mais genéricos como os de classe ou relação. Wittgenstein enfatiza também que o valor de verdade de uma proposição não tem qualquer influência sobre seu sentido. Verdadeira ou falsa, ela ainda assim é uma afiguração possível do mundo, e ainda podemos inferir logicamente a partir daquela figura. As proposições p e $\neg p$, afinal, representam a mesma situação possível, embora tenham sentidos opostos.⁸⁷

⁸⁴ A discussão ali gira em torno dos diversos significados do verbo “ser”, o que já foi mencionado anteriormente no contexto do atomismo lógico russelliano: “Na linguagem corrente, acontece com muita frequência que uma mesma palavra designe de maneiras diferentes – pertença, pois, a símbolos diferentes – ou que duas palavras que designam de maneiras diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo. // Assim, a palavra ‘é’ aparece como cópula, como sinal de igualdade e como expressão da existência: ‘existir’, como verbo intransitivo, tanto quanto ‘ir’; ‘idêntico’, como adjetivo; falamos de *algo*, mas também de acontecer *algo*”.

⁸⁵ TLP, 4.0141.

⁸⁶ TLP, 4.022: “A proposição mostra seu sentido. A proposição mostra como estão as coisas se for verdadeira. E diz que estão assim”.

⁸⁷ TLP, 4.0621.

O sentido de uma proposição é interno a ela, enquanto o significado de um nome lhe é externo, pois é o objeto que ele denota e não há nada no próprio nome, enquanto sinal, que nos indique qual é o objeto denotado. Afinal, isso nos é dado por convenção: aprendemos o significado do nome observando como e em referência ao quê ele é usado. Seu significado está, portanto, fora do nome e deve ser dado por meio de definições e exemplos, diferentemente do que ocorre com o sentido da proposição. É central à teoria figurativa que o sentido das proposições não precise ser esclarecido por meio de elucidações desse gênero. Uma proposição e a realidade por ela retratada têm em comum sua forma lógica, o que por si só é suficiente para a afiguração. Não há nada externo à proposição, portanto, que possa fazer a conexão entre ela e o que ela representa de maneira mais clara do que sua própria apresentação proposicional.

Já se prenuncia aqui, de certa maneira, a questão sobre a forma como regras vêm a ser seguidas, mais frequentemente associada à filosofia tardia de Wittgenstein. Suponhamos que haja certas regras estabelecidas que nos instruem sobre como compreender o sentido de uma proposição. Como, então, saberemos como interpretar tais regras? Há um outro conjunto mais elementar de regras que nos diz como interpretar esse primeiro? E, se não houver, o que há nesse conjunto inicial de regras que as torna tão inambiguamente claras? A resposta dada por Wittgenstein a essa questão, no *Tractatus*, é precisamente a de que elucidações se tornam desnecessárias uma vez que há um compartilhamento da forma lógica. Esse ponto dá suporte à distinção fundamental, proposta por Wittgenstein, entre o dizer e o mostrar: não precisamos e nem podemos dizer qual é o sentido de uma proposição, uma vez que esse sentido se mostra por meio da forma lógica compartilhada com a realidade representada. A própria forma lógica, contudo, não pode ser tematizada. Não podemos, como quiseram Frege e Russell, falar sobre inferência lógica ou relações lógicas: o modo de funcionamento da lógica se mostra na própria maneira como o mundo está estruturado e não é possível dizer nada que o esclareça.

Em 4.122, Wittgenstein introduz a noção de propriedades formais ou internas, que são as propriedades que se mostram, mas não são tematizadas, na proposição. Essas propriedades definem a estrutura lógica das proposições, fatos e objetos. Proposições têm as mesmas propriedades internas que os objetos que elas afiguram, e é o conceito formal que

define as propriedades formais de um objeto.⁸⁸ Nesse sentido, os conceitos formais devem ser distinguidos de conceitos propriamente ditos – como “ x é humano” –, que podem ser expressos como função e, portanto, podem ser parte integrante de uma proposição, enquanto os conceitos formais não podem ser tematizados pela proposição. Exemplos de conceitos formais são “ x é um número” ou “ x é um objeto”. Qualquer tentativa de usá-los em uma proposição (e.g. “cinco é um número”, “roxo é uma cor” etc.) tem como resultado pseudoproposições contrassensuais.⁸⁹ Diferentemente de Frege e Russell, portanto, Wittgenstein afirma que conceitos formais não são representados na notação lógica como conjuntos ou funções e que não podem ser introduzidos da mesma forma como os conceitos genuínos o são. Em vez de expressar conceitos formais como conjuntos ou funções – por exemplo, formalizar “ x é um objeto” como $O(x)$ –, Wittgenstein sugere que esses devam ser expressos como variáveis.⁹⁰ Proposições só podem falar sobre objetos e estados de coisas, e não há objetos ou estados de coisas que correspondam a conceitos formais.

Uma possível objeção a esse argumento seria a de que, quando ouvimos ou lemos sentenças como “dois é um número” ou “roxo é uma cor”, que descrevem propriedades formais de objetos, somos capazes de entender seu sentido. Wittgenstein acredita, no entanto, que o que há aqui é um entendimento ilusório, que advém da reiteração de uma estrutura gramatical familiar, a predicação. Se quisermos testar uma proposição quanto à sua significatividade, na verdade, podemos nos perguntar pela situação possível no mundo que é por ela afigurada. Não há no mundo situação que corresponda à sentença “dois é um número” e, portanto, trata-se de um contrassenso. Conforme já mencionado na introdução deste estudo, Wittgenstein lidará, nas proposições finais do *Tractatus*, com a autorreferencialidade de suas próprias proposições. Ao discutir conceitos formais, podemos ver como o filósofo já se prepara para a constatação de que seu próprio discurso é contrassensual. Ali, a questão que se coloca é, portanto, a seguinte: se, como afirma Wittgenstein, não se pode dizer nada sobre propriedades formais e conceitos, o que fazer das proposições encontradas no próprio *Tractatus*, que tratam com frequência de conceitos formais como “objeto”, “número” e “cor”?

⁸⁸ TLP, 4.124.

⁸⁹ TLP, 4.1272.

⁹⁰ TLP, 4.1271.

iii.

Composicionalismo

A partir de 3.2, Wittgenstein discute aquilo que qualifiquei como um terceiro pressuposto do cálculo tractariano, que advém, em última instância, da filosofia da lógica de Frege tal como recebida por Wittgenstein. Trata-se da tese da composicionalidade da linguagem. White a define nos seguintes termos: “Uma linguagem é composicional se o significado de uma proposição é uma função das palavras que contém e da forma como essas palavras foram arranjadas”.⁹¹ Podemos ilustrá-lo tomando como exemplo a expressão “Platão ama Sócrates”: ao substituir o termo “Platão” por “Alcebiades”, temos “Alcebiades ama Sócrates”, havendo mudança de sentido. Da mesma forma, permutar os termos “Platão” e “Sócrates” gera a proposição “Sócrates ama Platão”, em que também há alteração de sentido. A tese contrária consiste na ideia de que o contexto, a intenção do enunciador e outros elementos externos podem desempenhar um papel mais importante na determinação do sentido da expressão composta do que sua própria composição. Embora o composicionalismo seja um pressuposto dominante na maior parte dos estudos semânticos contemporâneos, ele apresenta variantes. Na filosofia de Frege, a discussão a respeito da composicionalidade da linguagem está vinculada ao princípio do contexto, que exorta a não procurar pelo significado de uma palavra isoladamente, mas apenas no contexto mais amplo da proposição.⁹² Frege, no entanto, distinguia entre os nomes saturados de objetos (e.g. “Londres”) e os nomes insaturados das funções (e.g. “é a capital da Inglaterra”). Wittgenstein, por outro lado, adotará uma versão mais radical de tal princípio, qualificando todo e qualquer nome como insaturado e, portanto, dotado de significado apenas em coordenação com os demais. Ocorre que, da mesma forma como o objeto tractariano não pode subsistir fora de quaisquer estados de coisas, em que está em relação externa com outros objetos, tampouco o nome pode ser tomado de maneira isolada.

No *Tractatus*, os objetos complexos do discurso podem, normalmente, ser analisados em partes mais simples por meio de definições. Os símbolos simples, no entanto, que representam nomes, não podem ser definidos, pois já estão completamente analisados. Na

⁹¹ White, 2006, p. 71.

⁹² GA, p. x.

proposição completamente analisada, o nome é o objeto ao qual o símbolo se refere.⁹³ Os nomes devem, portanto, mostrar o que querem dizer por meio de “elucidações”: ao usá-los em proposições, entendemos seu significado. Wittgenstein concorda com Frege e Russell que a proposição seja uma função das expressões nela contidas.⁹⁴ Uma proposição como “O livro está sobre a mesa”, por exemplo, é uma instância da função variável “o x está sobre o y ”. Expressões como “livro” e “mesa” saturam funções desse tipo, dando a elas um sentido, mas as próprias expressões são desprovidas de sentido fora do contexto da proposição.⁹⁵

Proposições como “O livro está sobre a mesa” e “O casaco está sobre a cadeira” são idênticas em suas características essenciais – em sua forma lógica –, já que variam apenas em razão dos valores que são atribuídos às suas variáveis, o que é absolutamente accidental. Embora os objetos em questão – livros, mesas, casacos e cadeiras – não sejam essenciais à função proposicional, o fato de que são tipos de valores que a saturam nos diz algo sobre suas características essenciais. Isso é, por meio deles, descobrimos quais são os tipos de coisas que podem ser substituídas em “o x está no y ” e, sendo assim, descobrimos também qual é o lugar ocupado por tais proposições no espaço lógico. Por isso, embora uma proposição como “O livro está sobre a mesa” não seja genérica, pode-se inferir muito a respeito da estrutura do espaço lógico a partir dela.⁹⁶

Uma distinção que coloca Wittgenstein em franca oposição a Frege é a ideia, sustentada no *Tractatus*, de que apenas a proposição é dotada de sentido (*Sinn*) e apenas o nome de significado (*Bedeutung*).⁹⁷ Para Glock, há dois possíveis motivos para essa restrição. O primeiro seria o fato de que, em consonância com a teoria figurativa, “no que diz respeito às suas possibilidades combinatórias, os nomes se comportam como os objetos que representam”. Assim sendo, uma vez que os objetos não podem ocorrer isoladamente, mas devem estar concatenados a outros na constituição dos estados de coisas e fatos, tampouco os nomes podem ser tomados individualmente. Nesse sentido, a própria proposição deve ser tomada como um fato: “O que retrata o fato de que a está na relação R com b não é uma mera lista de sinais, mas o fato de que ‘ a ’ esteja à esquerda e ‘ b ’ à direita de ‘ R ’”.⁹⁸ Embora o

⁹³ TLP, 3.203.

⁹⁴ TLP, 3.318.

⁹⁵ TLP, 3.314.

⁹⁶ TLP, 3.3421.

⁹⁷ Glock, 1996, p. 87.

⁹⁸ Glock, 1996, p. 87.

assunto seja mais exaustivamente discutido apenas em um momento posterior, Wittgenstein já adianta, na proposição 4.03, uma segunda preocupação intimamente relacionada à posterior mobilização da tese da composicionalidade: “Uma proposição deve comunicar um novo sentido com velhas expressões. A proposição comunica-nos uma situação; deve, pois, estar essencialmente vinculada à situação. E o vínculo é precisamente ser afiguração lógica dela. A proposição só enuncia algo na medida em que é afiguração”.⁹⁹ Trata-se aqui, ainda segundo Glock, de uma tentativa de explicação do fenômeno da “criatividade da linguagem”: o fato de que somos capazes de fazer sentido mesmo de proposições com as quais nunca antes tivemos contato.

Uma motivação importante para a adoção da tese da composicionalidade são os subsídios dados por ela na elucidação de um difícil problema relativo às proposições falsas. Frege havia presumido que as proposições tinham uma referência, podendo, portanto, ser vistas como nomes complexos. No âmbito da referência, as proposições só poderiam ser discernidas por meio de seus valores de verdade: proposições verdadeiras designariam a verdade; proposições falsas, a falsidade. Para Wittgenstein, no entanto, simplesmente não é possível falar da referência de uma proposição, já que elas têm uma característica fundamental que as distingue dos nomes. Essa característica é precisamente sua bipolaridade, a capacidade que têm de ser verdadeiras ou falsas e, portanto, de afirmar algo de significativo a respeito do mundo. Para que possam ser verdadeiras ou falsas, é necessário que possamos entendê-las ainda que não saibamos se são ou não verdadeiras. Wittgenstein afirma, afinal, que “entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira. (Pode-se, pois, entendê-la e não saber se é verdadeira)”.¹⁰⁰ Diferentemente do nome, que designa necessariamente algum elemento efetivamente existente no mundo, a proposição representa antes de tudo uma possibilidade. Conjugada ao composicionalismo, a teoria figurativa deve ser, portanto, vista como uma resposta à pergunta sobre como a proposição pode representar aquilo que não existe no mundo.¹⁰¹

Como se pode notar, a ideia de que a organização interna é condição necessária da proposição, não bastando a mera presença dos nomes, é bastante pertinente às teses já discutidas da teoria figurativa. A proposição é figurativa, afinal, apenas na medida em que

⁹⁹ TLP, 4.03.

¹⁰⁰ TLP, 4.024.

¹⁰¹ White, 2006, p. 68.

compartilha da mesma forma lógica do estado de coisas que representa. Isso ocorre porque há duas questões correlatas que levam Wittgenstein a defender a ideia de que a linguagem deva ser composicional: a primeira é o problema de como a proposição falsa pode ser figurativa; a segunda, a dificuldade ainda mais genérica e resistente que encontramos ao tentar explicar como é possível compreender o sentido de uma proposição que ainda não sabemos ser verdadeira ou falsa.

Tudo o que é necessário para entender um número ilimitado de proposições é conhecimento das expressões primitivas (nomes) e de suas regras combinatórias. Entender uma proposição é entender os significados de seus constituintes mais a sua forma lógica, isso é, a maneira como ela é composta [...]. Em última instância, o sentido de uma proposição elementar é uma função de seus nomes constituintes, isso é, tanto de seus significados – os objetos que representam – quanto de sua forma lógica, suas possibilidades combinatórias.¹⁰²

Diferentemente do que ocorre com novas palavras, cujo significado nos é desconhecido e que por isso devem ser definidas verbal ou ostensivamente, somos sempre capazes de compreender o sentido de uma nova proposição, se composta de palavras com as quais já estamos familiarizados. Ainda que não saibamos se àquela proposição específica corresponde um fato ou estado de coisas no mundo – ou seja, ainda que não saibamos se é verdadeira ou falsa –, podemos, por meio da afiguração por ela apresentada, entender o que seria o caso se a proposição em questão fosse verdadeira. Na verdade, para Wittgenstein, apenas uma linguagem composicional é capaz de expressar proposições que são verdadeiras ou falsas. No caso de uma proposição falsa, o que construímos é um modelo linguístico da situação inexistente composto de elementos que denotam objetos efetivamente existentes. De fato, Wittgenstein afirma que “na proposição, uma situação é como que montada para teste. Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal situação – ao invés de: esta proposição tem tal e tal sentido”.¹⁰³

O significado de um sinal torna-se, portanto, evidente a partir de seu uso nas proposições. Wittgenstein defende a ideia de que os sinais só possam ser significativos no contexto específico de uma proposição, manifestando seu significado por meio do próprio modo como são usados. Nesse sentido, que “livro” e “mesa” sejam valores de verdade possíveis da função “o x está sobre o y ” e que “nove” e “verde” não o sejam é altamente

¹⁰² Glock, 1996, p. 87

¹⁰³ TLP, 4.031

elucidativo do significado dessas palavras. Assim como uma função não pode ser usada para que se fale dela própria, um conjunto não pode conter a si mesmo, já que isso significaria dar a ele dois usos distintos. Já que o significado é determinado pelo uso, duas funções usadas de maneiras distintas não podem ter o mesmo significado, isso é, ser a mesma função. O sentido de uma proposição deve ser, portanto, totalmente interno a ela. Os elementos de uma proposição estão relacionados uns aos outros, e não a qualquer coisa externa a eles. Essa ideia é contrária à de Frege, que argumentava que cada proposição deveria ter um sentido externo, seu valor de verdade.

iv.

O cálculo verifuncional do Tractatus Logico-Philosophicus

Apresentarei agora a forma como é operado e em que consiste o cálculo de funções de verdade do *Tractatus*, salientando simultaneamente a maneira como cada um dos pressupostos acima descritos se mostra necessário para sua introdução no texto. Lembremos que, na versão tractariana do atomismo lógico, a proposição elementar é o tipo mais simples de proposição, sendo composta por nomes e afigurando estados de coisas possíveis. Assim como os estados de coisas são independentes entre si, também a verdade ou falsidade de uma proposição elementar em nada influencia a verdade ou falsidade de quaisquer outras. Além disso, um corolário da teoria tractariana da afiguração é o fato de que, do mesmo modo como a totalidade dos estados de coisas existentes é o mundo, a totalidade das proposições elementares verdadeiras deve ser uma descrição completa do mundo.¹⁰⁴ Por sua vez, uma descrição completa da linguagem deverá ser dada pela totalidade das proposições que podem ser geradas a partir da combinação de proposições elementares. Porque, partindo de uma sucessão recursiva de operações de verdade aplicadas às proposições elementares, serão produzidas todas as proposições possíveis da linguagem, o cálculo tractariano deverá, portanto, materializar a proposta central da obra: a determinação dos limites precisos da linguagem.

¹⁰⁴ TLP, 4.26: “A especificação de todas as proposições elementares verdadeiras descreve o mundo completamente. O mundo é completamente descrito através da especificação de todas as proposições elementares, mais a especificação de quais delas são verdadeiras e quais são falsas”.

Cada uma das proposições elementares é verdadeira ou falsa e, portanto, duas delas, p e q , quando consideradas conjuntamente, dão lugar a quatro possibilidades: tanto p quanto q são verdadeiras; p é verdadeira e q é falsa; p é falsa e q é verdadeira; tanto p quanto q são falsas. Chamam-se condições de verdade de uma proposição as combinações de valores de verdade de seus argumentos que a tornam verdadeiras.¹⁰⁵ As condições de verdade de uma proposição que tenha p e q como seus componentes, como é o caso da condicional “se p , então q ”, podem ser expressas por meio da seguinte tabela de verdade:

p	q	Se p , então q
V	V	V
F	V	V
V	F	F
F	F	V

O desenvolvimento do método das tabelas de verdade é frequentemente atribuído a Wittgenstein,¹⁰⁶ mas o uso dado a elas pelo filósofo no *Tractatus* é ainda mais abrangente do que aquele normalmente encontrado nos manuais de lógica contemporâneos. Para Wittgenstein, a própria tabela de verdade deve ser considerada um sinal proposicional da proposição molecular cujas condições de verdade são ali apresentadas; um símbolo, portanto, alternativo àqueles oferecidos pelas notações de Frege ou de Russell. Uma tabela como a acima exposta pode também ser expressa, linearmente, como $(VVFV)(p,q)$.¹⁰⁷ Ela é, portanto, um sinal proposicional para “se p , então q ”. Basicamente, Wittgenstein sustenta aqui que, dadas as condições de verdade de uma proposição, está também dado o seu sentido. Afinal, se sei em que circunstâncias uma proposição é verdadeira e, conversamente, em que circunstâncias é falsa, sei tudo o que se pode saber a respeito da proposição em questão. Esse é, na verdade, um pressuposto bastante razoável: se sei o que deve ser o caso para que uma proposição como “O homem esteve na Lua” seja verdadeira e, ao mesmo tempo, sei o que deve ser o caso para que não o seja, posso concluir que conheço o significado dessa

¹⁰⁵ TLP, 5.101.

¹⁰⁶ Embora Emil Leon Post tenha chegado aos mesmos resultados independentemente de Wittgenstein, em 1921, e a ideia também esteja presente em manuscritos não publicados de Charles Sanders Peirce.

¹⁰⁷ TLP, 4.31.

proposição. Portanto, deve bastar a listagem de todas as condições de verdade de uma proposição, suplementada pela indicação das possibilidades de verdade que fazem com que seja verdadeira ou falsa, para a determinação de seu sentido, e é precisamente isso o que as tabelas de verdade fazem. Para Wittgenstein, uma proposição consiste em uma ou mais proposições elementares, podendo cada uma delas ser verdadeira ou falsa, independentemente de qualquer outra. Listadas todas as proposições elementares que compõem uma dada proposição, sob a forma de uma tabela de verdade, teremos uma lista exhaustiva de suas condições de verdade.

Porque sustenta que as constantes lógicas não sejam representativas de nada e, portanto, não devam ser representadas de maneira análoga aos objetos e funções, Wittgenstein deve buscar um novo simbolismo, adequado à expressão da natureza estritamente verifuncional das relações interproposicionais.¹⁰⁸ Uma das maiores vantagens da notação proposta é, portanto, a de apresentar o sentido de uma proposição sem que se tenha, para isso, de dispor dos conectivos normalmente encontrados na notação lógica. A “ideia básica” do *Tractatus* ganha, assim, maior evidência.¹⁰⁹ Em uma tabela de verdade, as conexões entre proposições elementares *mostram* a si mesmas e, por isso, não precisam – e nem podem – ser *ditas*. Além disso, Wittgenstein sustenta que o método das tabelas de verdade mostra o funcionamento da inferência lógica, de modo que se tornam desnecessárias as leis de inferência incluídas por Frege e Russell em seus respectivos sistemas axiomáticos. De fato, Wittgenstein conclui que “a lógica deve cuidar de si mesma”.¹¹⁰ Não são necessárias leis ou regras externas que nos ditem o seu modo de funcionamento. A lógica deve ser vista, portanto, como o domínio de tudo aquilo o que é possível e concebível. O que quer que seja por ela descartado, o é precisamente por ser impossível e inconcebível: não são necessárias leis que nos digam o que está fora dos domínios da lógica. Uma proposição é desprovida de sentido porque não atribuímos significado aos seus sinais, como ocorre, por exemplo, em “Sócrates é idêntico”, onde não foi atribuído nenhum significado à palavra “idêntico” quando usada como adjetivo.¹¹¹

¹⁰⁸ TLP, 4.411: “É claro que ao complexo dos sinais ‘F’ e ‘V’ não corresponde nenhum objeto (ou complexo de objetos); como tampouco aos traços horizontais e verticais ou aos parênteses – Não há ‘objetos lógicos’. // Algo análogo vale naturalmente para todos os sinais que exprimem o mesmo que os esquemas dos ‘V’ e ‘F’”.

¹⁰⁹ TLP, 4.0312.

¹¹⁰ TLP, 5.473.

¹¹¹ TLP, 5.4733.

Pode-se dizer, na verdade, que Wittgenstein radicaliza as ideias de Frege e Russell de que a lógica deva ser supremamente geral. Para ele, afinal, uma contradição não é propriamente uma violação das leis da lógica, mas sim o limite externo do que pode ser expresso, da mesma forma como a tautologia é o seu limite interno. Assim sendo, “Sócrates é ateniense e Sócrates não é ateniense”, embora seja uma proposição contraditória, faz sentido; o mesmo não pode ser dito de uma sentença como “Ideias verdes incolores dormem furiosamente” ou “Sócrates é um objeto”. A diferença entre essas proposições é a seguinte: “Sócrates é ateniense e Sócrates não é ateniense” pode efetivamente ser expressa como uma proposição – a saber, $p \cdot \neg p$ ou $(FFFF)(p,q)$ –, mas não há proposições capazes de expressar sentenças como “Ideias verdes incolores dormem furiosamente” ou “Sócrates é um objeto”. No primeiro caso, falhamos em atribuir significado a certas palavras em nossa sentença; no segundo, cometemos uma violação categorial ao tratar “é um objeto” como uma função proposicional, algo que só pode ser *mostrado* como parte do simbolismo. Disso se conclui que não são necessárias leis que nos informem sobre o que é lógico e o que não é: tudo o que puder ser dito será lógico; tudo o que não puder, não o será.

Uma proposição se segue de outra se a primeira for verdadeira sempre que a segunda também o for. Se traduzirmos, para a notação wittgensteiniana, a proposição “ p ou q ” como $(VVVF)(p,q)$ e “ p e q ” como $(VFFF)(p,q)$, basta a comparação de seus fundamentos de verdade para que se conclua que a primeira deve se seguir da segunda. Afinal, onde há um V na segunda proposição, também o há na primeira. Não é necessária aqui nenhuma lei de inferência, já que isso é dado pelos próprios fundamentos de verdade das duas proposições. Aquilo que todas as proposições têm em comum é a forma geral da proposição, o que Wittgenstein também chama de sua “essência”.¹¹² A forma geral deve funcionar, portanto, como “a única constante lógica”, fazendo com que todas as demais se tornem supérfluas. A introdução da noção de forma geral da proposição é feita, no entanto, de modo paulatino, até que se chegue, no aforismo de número 6, à sua formulação definitiva. Por si mesmas, as tabelas de verdade não bastam, no entanto, como uma notação que exiba a totalidade das condições de verdade de toda e qualquer proposição arbitrária. Segundo White, se fosse esse o caso, grande parte do que se segue à apresentação das tabelas de verdade no *Tractatus* poderia ser abreviada, já que seria possível “dar a forma geral da proposição por meio de um

¹¹² TLP, 5.471.

procedimento mecânico para a construção, para n proposições elementares, de todas as matrizes 2^n de V s e F s, o que geraria todas as proposições possíveis”.¹¹³ No entanto, a notação das tabelas de verdade por si mesma só bastará se houver um número finito de proposições elementares. Por isso, a notação das tabelas de verdade deverá então ser substituída pelo operador N.

O elemento central na caracterização da forma geral da proposição é, portanto, a operação de negação conjunta. A partir das proposições elementares, é possível gerar todas as demais proposições por meio da iteração de uma operação que nega simultaneamente todas as proposições às quais é aplicada. A operação em questão é conhecida como negação alternativa, conjunção oposta ou conectivo de Sheffer, pois foi descrita pela primeira vez pelo lógico americano Henry M. Sheffer, em 1913, com a finalidade de provar que toda a álgebra booleana podia ser definida através de uma operação binária primitiva. O sistema fregiano toma a negação e a condicional como constantes lógicas elementares; no sistema russelliano, tal papel é reservado à negação e à disjunção. Sheffer mostrou ser possível, por meio dessa operação, definir todas as demais operações lógicas. Trata-se de uma operação binária que nega ambas as proposições às quais é aplicada, unindo-as por meio de uma conjunção; é frequentemente simbolizada por uma barra vertical. Analisemos alguns exemplos, portanto: a proposição p/q é equivalente a $\neg p \cdot \neg q$. As constantes russellianas podem ser reduzidas da seguinte maneira: a negação de uma proposição atômica, $\neg p$, pode ser expressa como p/p , o que gera a proposição equivalente $\neg p \cdot \neg p$; já a disjunção, $p \vee q$, pode ser expressa como $(p/q)/(p/q)$, o que também gera uma proposição equivalente, no caso, $\neg(\neg p \cdot \neg q) \cdot \neg(\neg p \cdot \neg q)$. Todas as proposições têm em comum, portanto, o fato de que podem ser expressas por meio dessa operação. Contudo, como já foi dito, porque não se sabe se o número de proposições elementares deve ser ou não finito, Wittgenstein deverá fazer uso de uma versão modificada, infinitária, do operador de Sheffer. A lógica, afinal, pode nos levar a concluir pela existência de objetos e proposições elementares, mas a descoberta da natureza e do número dos objetos e proposições elementares existentes depende de sua aplicação.¹¹⁴ Sua versão infinitária será chamada no *Tractatus* de operação N e empregada com a finalidade

¹¹³ White, 2006, p. 81.

¹¹⁴ TLP, 5.552.

específica de provar que é possível construir, a partir das proposições elementares, todas as demais proposições admissíveis na linguagem.

Inicialmente, Wittgenstein observa que todas as proposições podem ser obtidas por meio da aplicação recursiva da operação $(\neg V)(\xi, \dots)$. Na notação tractariana, ξ representa uma seleção arbitrária de proposições elementares a serem negadas. Se tivéssemos, por exemplo, proposições como $(\neg V)(p)$ e $(\neg V)(p, q)$, p se tornaria $\neg p$, p e q seriam combinadas de modo a formar $\neg p \cdot \neg q$ e assim por diante. Wittgenstein propõe então que se abrevie a terminologia como $N(\bar{\xi})$, onde N significa a operação de negação conjunta e $\bar{\xi}$ corresponde, coletivamente, a todas as proposições que ocupam os parênteses do lado direito da expressão.¹¹⁵ Pode-se seguramente concluir, portanto, que as várias apresentações de $\neg p$, i.e. $\neg\neg\neg p$, $\neg\neg\neg\neg\neg p$ etc., não correspondem na verdade a diferentes proposições,¹¹⁶ como acreditava Russell. São, na verdade, apenas distintas maneiras de se expressar a mesma proposição. Um corolário, que reforça ainda mais a tese da não representatividade dos conectivos lógicos, é o que sugere que os sinais usados na notação russelliana para “não” e “e” não sejam propriamente sinais para objetos.

A fim de concretizar uma redução efetiva de todas as constantes lógicas a uma única operação, contudo, Wittgenstein deve também expurgar da simbologia tanto os sinais de generalidade, quanto o de identidade. A forma como isso se dá no *Tractatus*, particularmente no que diz respeito à generalidade, é controversa e passível de contestação. Escapa de meus propósitos imediatos uma investigação mais detalhada dos argumentos contrários à redução proposta por Wittgenstein, de modo que me limitarei a uma exposição mais genérica. Essencialmente, Wittgenstein tenta acabar com a distinção entre a lógica verifuncional, que lida com proposições simples unidas de modo a formar proposições complexas, e lógica de quantificadores, que trata das generalizações feitas sobre classes inteiras de proposições. No *Tractatus*, o sinal de generalidade é supérfluo porque, sempre que uma variável é dada, já expressa por si mesma todos os objetos que podem ocupar sua posição.¹¹⁷ Por isso, não devem ser necessários sinais adicionais para a generalidade: desde que não seja especificado a que o x na função Fx se refere, qualquer valor pode ser usado. Para Wittgenstein, é como

¹¹⁵ TLP, 5.502.

¹¹⁶ TLP, 5.512.

¹¹⁷ TLP, 5.524.

se o quantificador universal já estivesse pressuposto no uso da variável, o que significa, na prática, a possibilidade de traduzir uma quantificação universal nos termos de uma conjunção infinita. A forma como se constroem as demais generalizações é a seguinte: negar $N(Fx)$ equivale a dizer que Fx é falso para todos os valores de x . Em outras palavras, equivale a tratar a proposição como se houvesse um sinal de negação no escopo do quantificador universal, $\forall x \neg (Fx)$. Portanto, negá-la novamente ($N(N(Fx))$) gera a proposição que afirma existir ao menos um valor de x que torna Fx verdadeiro, o que equivale a uma generalização existencial, já que $\neg \forall x \neg (Fx) \equiv \exists x Fx$. Para derivar a generalização universal, por sua vez, precisamos começar com a proposição $F(N(x))$, que diz que há um valor de x que torna Fx falsa. Ao negar essa proposição ($N(F(N(x)))$), obtemos a generalização universal: Fx é verdadeiro para todos os valores de x . Wittgenstein pretende assim dar conta da generalidade nos mesmos termos em que trata da lógica verifuncional.

Quanto à identidade, “dizer de duas coisas que elas são idênticas é um contrassenso e dizer de uma coisa que ela é idêntica a si mesma é não dizer rigorosamente nada”.¹¹⁸ O sinal de igualdade é, portanto, desnecessário; em uma notação perspicua, a identidade dos sinais deve ser suficiente para a expressão da relação de igualdade. A eliminação do sinal de igualdade implica que se reescreva grande parte das fórmulas russellianas, como mostram os exemplos dados por Wittgenstein em 5.531, 5.532 e 5.5321. Uma expressão como $f(a,b).a = b$ é reescrita, no *Tractatus*, simplesmente como $f(a,a)$ ou $f(b,b)$, em que não há diferenciação de sinais.¹¹⁹ Analogamente, $f(a,b).\neg(a = b)$ é reescrita como $f(a,b)$. Na maior parte dos casos, no entanto, a simbolização resultante não é mais simples do que a russelliana: $\exists(x,y).f(x,y)$ deve incorporar uma disjunção em sua expressão, $\exists(x,y).f(x,y) \vee \exists(x).f(x,x)$. Embora a notação wittgensteiniana seja por vezes mais complexa do que aquela proposta por Russell, parece ser efetivamente possível a completa eliminação do sinal de igualdade sem que haja perda de poder expressivo.

Passemos agora à descrição daquilo em que consiste de fato o cálculo verifuncional do *Tractatus*. Antes, no entanto, é pertinente recapitular em que consiste, precisamente, a noção de função de verdade. Diz-se de uma proposição P que é função de verdade de um dado conjunto de proposições $\{p, q, r, \dots\}$ quando definir os valores de verdade de cada uma

¹¹⁸ TLP, 5.5303.

¹¹⁹ TLP, 5.531.

dessas proposições é suficiente para definir o valor de verdade de P .¹²⁰ Wittgenstein acredita que a determinação do sentido de uma proposição depende exclusivamente de suas condições de verdade. Se for esse o caso, dizemos que P é função de verdade de um conjunto $\{p, q, r, \dots\}$ de proposições se conseguirmos explicar o sentido de P especificando as combinações de valores de verdade das proposições $p, q, r, \dots$ que a tornam verdadeira, bem como aquelas que a tornam falsas. Assim sendo, $p \cdot q$ é verdadeira quando tanto p quanto q o são; $\neg p$ é verdadeira quando p não o é; $p \supset q$ só não é verdadeira quando p o é e q é falsa; e assim por diante. De acordo com White, a relação verifuncional oferece, portanto, uma “explicação completa dos sentidos de $p \cdot q$ e de $\neg p$. Já um conectivo como ‘porque’ não é verifuncional, pois embora seja necessário que tanto p quanto q sejam verdadeiras para que ‘ p porque q ’ também o seja, o fato de que ambas são verdadeiras não garante que ‘ p porque q ’ também o seja”.¹²¹

Em 5.2, Wittgenstein introduz a importante distinção entre funções e operações. White afirma que é preciso ter o cuidado de observar certo descompasso terminológico, já que Wittgenstein não atualiza a já consagrada terminologia fregiana “função de verdade”, que para ele descreve, na realidade, o mais importante tipo de operação. Além disso, é preciso observar que, na classificação tractariana, as funções matemáticas não são efetivamente funções, mas sim operações.¹²² Começemos, portanto, pela definição da operação e, contrastivamente, caracterizaremos a noção wittgensteiniana de função. Basicamente, a operação é aplicada a uma proposição qualquer a fim de gerar uma segunda proposição. Nessa definição, mantém-se o uso tradicional do termo na caracterização das operações lógicas, uma vez que a aplicação, por exemplo, de “não é o caso que a ” a uma determinada proposição gera a sua negação, que é por sua vez uma segunda proposição distinta. Também se mantém grande parte de sua aplicação na matemática, como é o caso das operações aritméticas. Dado o caráter bastante peculiar das proposições matemáticas e do tratamento específico que recebem no *Tractatus*, algumas considerações adicionais a respeito do papel reservado à noção de operação na matemática se fazem necessárias, o que será feito na próxima seção deste capítulo.

¹²⁰ White, 2006, p. 84.

¹²¹ White, 2006, p. 84–85.

¹²² White, 2006, p. 87.

Wittgenstein identifica a diferença fundamental entre função e operação no fato de que as operações podem ser iteradas, mas as funções não: “Uma função não pode ser seu próprio argumento, mas o resultado de uma operação pode muito bem vir a ser base dela própria”.¹²³ Tomemos como exemplo a função proposicional “ x é sábio”. Se tomarmos “Sócrates” como argumento, seu valor será “Sócrates é sábio”, mas o resultado da iteração da função seria o contrassenso “Sócrates é sábio é sábio”. Por outro lado, a iteração da operação lógica de negação, aplicada à proposição “Não é o caso que Sócrates é sábio”, seria “Não é o caso que não é o caso que Sócrates é sábio”, uma proposição perfeitamente significativa. A distinção entre, de um lado, a função proposicional e, de outro, as diversas operações lógicas e matemáticas tem o propósito de delinear uma fronteira entre o *a priori* e o empírico na linguagem. A função proposicional, que cumpre um papel fundamentalmente semântico na lógica do *Tractatus*, é efetivamente o elo entre a proposição elementar, que deve também ser atômica, e o estado de coisas: o elo, portanto, entre linguagem e mundo. Essa ligação se dá, em última instância, através da forma lógica compartilhada, conforme descrita pela teoria figurativa. É por meio do conceito de operação de verdade, o subtipo de operação aplicável às funções de verdades das proposições, que são efetivamente realizadas as transformações das proposições elementares por meio das quais todas as demais são obtidas.

Podemos agora definir o conceito de operação de verdade: “Uma operação de verdade é aquela que, aplicada a uma função de verdade de um determinado conjunto de proposições, gera uma função de verdade diferente daquele mesmo conjunto de proposições”.¹²⁴ Na notação verifuncional linear proposta por Wittgenstein em 4.442, em que a proposição $p \cdot q$ é escrita como $(VFFF)(p,q)$, trata-se simplesmente da intersubstituição de todos os Vs por Fs. O resultado da aplicação de uma operação de verdade a tal proposição seria, portanto, $(FVVV)(p,q)$. Em 5.3, Wittgenstein afirma que “todas as proposições são resultados de operações de verdade com proposições elementares”.¹²⁵ Assim sendo, se a função de verdade resulta das proposições elementares, quando aplicada a operação de verdade acima descrita às funções de verdade, resultam daí outras funções de verdade. O que Wittgenstein faz por meio da redução de todos os conectivos lógicos a um único operador é, essencialmente,

¹²³ TLP, 5.251.

¹²⁴ White, 2006, p. 87.

¹²⁵ TLP, 5.3.

defender que a noção mais fundamental da lógica seja a de combinar proposições a fim de formar, a partir delas, proposições mais complexas. White afirma que “as ‘constantes lógicas’ de Russell e Frege serão simplesmente explicadas como casos especiais dessa ideia geral”.¹²⁶

A fim de fazer sentido das ideias que Wittgenstein apresenta na sequência, é preciso contrastar aquilo que o filósofo entende por função proposicional à mesma noção tal como aparece nas obras de Frege e Russell. Em 3.314, ao discutir o princípio do contexto, Wittgenstein afirma que toda variável pode ser construída como uma variável proposicional.¹²⁷ A ideia é de grande importância para o projeto da elaboração de um método que construa todas as proposições da linguagem a partir do conjunto das proposições elementares. Por variável proposicional, Wittgenstein entende uma variável cujos valores são todas proposições, e não variáveis que têm todas as proposições como objetos possíveis. Do modo como Wittgenstein as usa, variáveis proposicionais têm sempre um domínio restrito de proposições e é possível determinar a variável estipulando todos os valores que pode assumir. Wittgenstein apresenta três formas pelas quais é possível estipular os valores de variáveis proposicionais, embora tais métodos sejam limitados e, para os propósitos do *Tractatus*, devam ser suplementados por outros.¹²⁸ Quando se aplica uma operação de verdade a uma variável proposicional, gera-se uma proposição que é uma função de verdade das proposições que são valores da proposição. White observa que:

Assim sendo, podemos tomar $V(\bar{\xi})$ como uma operação de verdade que, aplicada a uma variável que abrange certo conjunto de proposições, produz uma proposição que diz que ao menos uma dessas proposições é verdadeira. Então, se a variável $\bar{\xi}$ abrange duas proposições, p e q , $V(\bar{\xi})$ será equivalente a $p \vee q$ e, se abrange todas as proposições da forma fx , será equivalente a $\exists(x)fx$.

White afirma que, quando Wittgenstein defende a ideia de que todas as variáveis possam ser construídas como variáveis proposicionais, tem em mente especificamente as variáveis lógicas, excluindo disso a noção tal qual aplicada na matemática.¹²⁹ Em uma

¹²⁶ White, 2006, p. 88.

¹²⁷ TLP, 3.314: “A expressão só tem significado na proposição. Toda variável pode ser concebida como variável proposicional. // (Inclusive o nome variável)”.

¹²⁸ TLP, 5.501: “Podemos distinguir três espécies de descrição: 1. A enumeração direta. Nesse caso, podemos simplesmente colocar, no lugar da variável, seus valores constantes. 2. A especificação de uma função fx , cujos valores para todos os valores de x sejam as proposições a serem descritas. 3. A especificação de uma lei formal segunda a qual tais proposições sejam constituídas. Nesse caso, os termos da expressão entre parênteses são todos os termos de uma série formal”.

¹²⁹ White, 2006, p. 90.

proposição como $\exists(x)fx$, a variável é a letra x , que toma como argumentos objetos, e a proposição diz que algum objeto tem a propriedade f . A mesma proposição pode, no entanto, ser construída de modo distinto: é possível tomar como variável não apenas o x , mas o sinal complexo fx , que abrange todas as proposições de forma fx e, em seguida, interpretar a proposição como dizendo que alguma proposição de tal forma seja verdadeira. O resultado é o mesmo, mas usou-se aqui uma variável proposicional. Wittgenstein quer mostrar que todo uso de uma variável pode ser interpretado como uso de uma variável proposicional. Sua motivação é o desejo de reduzir toda a lógica a relações verifuncionais e os operadores verifuncionais agem sobre uma proposição como um todo, ignorando sua complexidade interna. Por isso, só é possível construir um operador verifuncional capaz de lidar com as variáveis lógicas se os seus valores forem sempre proposições completas.

Agora podemos passar, finalmente, à formulação definitiva da forma geral da proposição, objetivo último de todas as definições e distinções feitas nos parágrafos anteriores. A forma geral da proposição, conforme enunciada na proposição 6, é $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$.¹³⁰ Ela é também, evidentemente, a forma geral da função de verdade. Wittgenstein já explicou o que entende por “operação”¹³¹ e por “série formal”,¹³² além de ter introduzido uma notação especial para a expressão do termo geral de uma série formal.¹³³ Embora a notação com colchetes já tenha aparecido em aforismos anteriores do *Tractatus*, é preciso fazer uma distinção fundamental quanto ao modo como é usada aqui. Quando, em 5.255, Wittgenstein a utiliza com a finalidade de determinar o termo geral de uma série formal, o segundo termo é representado por um sinal sem a barra sobrescrita e indica um termo arbitrário da série a ser construída. O primeiro termo é a base, ou seja, o termo inicial da série em questão. O terceiro termo, por sua vez, indica a operação através da qual é possível obter o próximo termo da série, partindo-se daquele que ocupa a segunda posição no interior dos colchetes. Aqui, contudo, o uso das barras horizontais sobre o termo que ocupa a segunda posição indica que o algoritmo não produzirá necessariamente uma série formal. A barra em $\bar{\xi}$ indica, na verdade, tratar-se ali de uma variável, cujos valores devem ser tomados da base $\bar{p}$ ou de resultados já obtidos por meio da aplicação da operação $N(\bar{\xi})$.

¹³⁰ TLP, 6.

¹³¹ TLP, 5.23.

¹³² TLP, 4.125.

¹³³ TLP, 5.255.

Assim sendo, os valores gerados não dependem unicamente da base, mas também da determinação dos valores da variável. Nesse caso, embora se tenha a “apresentação de uma totalidade determinada”, assim como nos casos anteriores, não é necessariamente gerada aqui uma série formal.¹³⁴ Podemos, portanto, interpretar o simbolismo da seguinte maneira: em $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$ cada proposição é construída a partir de uma seleção do conjunto de proposições elementares ($\bar{p}$), o termo inicial, que são em seguida transformadas em proposições complexas por meio de aplicações sucessivas da operação $N(\bar{\xi})$, ou seja, a negação conjunta de $\bar{\xi}$. A função da barra é indicar que os símbolos em questão têm como escopo variáveis proposicionais, e não proposições. Concretiza-se, assim, a intenção do *Tractatus* de delinear os limites da linguagem: ainda que semelhante a uma proposição, uma sentença que não se adeque à forma geral da proposição deve ser considerada um contrassenso. A fórmula dada aqui por Wittgenstein deve produzir, portanto, a totalidade das proposições possíveis na linguagem.

Há grandes divergências interpretativas no que diz respeito ao modo correto de aplicação do algoritmo descrito pela notação com colchetes. White acredita que advenham de um erro intrínseco na fórmula que, conquanto facilmente resolvido por meio de uma redefinição recursiva da operação, torna impossível que se tomem séries formais de proposições como resultado de sua aplicação. Já abordamos a forma como o operador N é capaz de lidar com proposições contendo generalidade, mas é pertinente observar que Fogelin, por sua vez, sustenta ser impossível aplicá-lo ao menos a generalizações múltiplas. Geach, por outro lado, acredita ser possível superar tais dificuldades por meio da introdução de um recurso notacional simples.¹³⁵ Um dos principais motivos de tais divergências parece ser a

¹³⁴ Nakano, 2015, p. 42; cf. Cuter, 2005.

¹³⁵ Para White, seria necessária a introdução de uma nova definição recursiva do operador, uma vez que se passa, ali, de variáveis proposicionais ($\bar{\xi}$), para uma proposição ($N(\bar{\xi})$), o que impossibilitaria a iteração imediata da operação conforme descrita por Wittgenstein. Uma vez que a operação gerasse uma proposição, seria necessário sempre especificar novamente uma variável proposicional à qual a operação deveria ser subsequentemente aplicada. Dessa forma, as proposições não seriam geradas em uma série linear, mas White afirma não advir disso qualquer consequência filosófica significativa. (White, 2006, pp. 102–104) Fogelin, por seu lado, observou que o algoritmo é incompleto para lidar com proposições que contêm generalidade múltipla, como $(x)(\exists y).fxy$, porque a negação dos valores da função fxy é feita para toda substituição de x e y de maneira simultânea. (Fogelin, 1979, pp. 78–82) Geach acredita que o problema identificado por Fogelin pode ser resolvido por meio da introdução de um recurso notacional suplementar: a substituição de expressões como $N(fx)$ por expressões da forma $N(x : fx)$, de modo que, havendo três objetos a , b e c , seja possível reescrever $N(x : fx)$ como $N(fa, fb, fc)$ e $N(x : N(fx))$ como $N(N(fa), N(fb), N(fc))$. (Geach, 1982) Seria possível, portanto, por meio dessa adaptação notacional, expressar a quantificação múltipla com o operador N

semelhança entre a notação usada ali e aquela aplicada por Wittgenstein na formulação do termo geral da série formal. Nesse sentido, a discussão parece abranger, portanto, a seguinte questão: é possível falar, no *Tractatus*, de uma transição da forma geral da proposição (i.e., $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$) para a forma geral da operação (i.e., $[\bar{\xi}, N(\bar{\xi})]'(\bar{\eta}) (= [\bar{\eta}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})])$) e, subsequentemente, para a forma geral da série (i.e., $[x, \xi, \Omega'x]$, sendo $\Omega = [\bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$) e, por fim, já que essa é reformulada com o uso de expoentes (i.e., $[\Omega^0x, \Omega^v x, \Omega^{v+1}x]$), para a forma geral do número (i.e., $[0, \xi, \xi + 1]$)? Uma resposta positiva implicaria a introdução de um conceito de número, no *Tractatus*, que não parece estar em concordância com a evidência textual posterior, particularmente no que diz respeito às seções 6.2–6.241 e às observações pertinentes ao *Tractatus* no artigo *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*. A redutibilidade implicaria, em um primeiro momento, a identificação da operação de verdade descrita em 6 às operações mais genéricas usadas na construção de séries formais¹³⁶ e essenciais na caracterização tractariana do cálculo matemático. Já se pode ver, portanto, que um ponto particularmente contencioso é a possibilidade da ordenação da totalidade das proposições assim obtidas em uma série formal. Escapa de meus propósitos uma discussão aprofundada de todas as minúcias envolvidas nas interpretações mencionadas, bem como a apresentação detalhada dos argumentos que as embasam. Deve-se observar, no entanto, que embora não seja essencial à forma geral da proposição que caracterize sempre uma série formal, isso é de fato possível em certos casos.

G. E. M. Anscombe afirma que se tomarmos, por exemplo, um par qualquer de proposições elementares, produz-se uma série finita composta pelas dezesseis funções de verdade binárias.¹³⁷ Assim sendo, Anscombe identifica a fórmula dada para a forma geral da proposição à fórmula que dá o termo geral em uma série, o que parece estar, em um primeiro momento, em concordância com observações feitas por Wittgenstein em 5.1 e 5.501.¹³⁸ Consequência natural disso seria que, caso a análise lógica concluísse pela existência de um

da seguinte forma: porque é possível manter variáveis livres, uma expressão como $(\exists x)(y).fxy$ pode ser escrita $N(N(x : (N(y : N(fxy))))))$. Landini observa que $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$ não é introduzida como “termo geral” da série de funções de verdade, mas sim como a forma geral da função de verdade. (Landini, 2007, p. 141)

¹³⁶ TLP, 5.2522.

¹³⁷ Anscombe, 1959, pp. 132–133.

¹³⁸ TLP, 5.1: “[...] funções de verdade podem ser ordenadas em séries. Esse é o fundamento da teoria da probabilidade”; TLP, 5.501: “Podemos distinguir três espécies de descrição: [...] 3. A especificação de uma lei formal segundo a qual tais proposições sejam constituídas. Nesse caso, os termos da expressão entre parênteses são todos os termos de uma série formal”.

número infinito de proposições elementares, a série gerada fosse igualmente infinita. É curioso, no entanto, que Anscombe não aborde a necessidade, no método de construção serial das proposições que apresenta, de um critério seletivo para as proposições às quais a operação deverá ser subsequentemente aplicada, o que claramente mostra que a operação descrita em 6 não pode ser simplesmente iterada sem que haja uma nova seleção para ξ . De todo modo, é evidente que tais séries não precisam ser finitas, assim como não o é a série $\{p, \neg p, \neg\neg p, \dots\}$, que também pode ser gerada por meio do operador N – e que seria, na verdade, o resultado de uma aplicação não seletiva do procedimento descrito por Anscombe. Um exemplo mais interessante consiste em séries em que as proposições atribuem cardinalidade, como é o caso de “Não há livros sobre a mesa”, “Há um livro sobre a mesa”, “Há dois livros sobre a mesa” etc.¹³⁹ No caso da atribuição de números cardinais, há uma clara regra recursiva que permite a passagem de um termo a outro, produzindo-se assim a série formal. A forma geral da proposição não pode ser tratada como a fórmula para o termo geral de uma série formal quando tal regra inexistente. Cuter afirma que “a operação N é suficiente para nos dizer como obter uma nova proposição quando uma coleção de outras antigas é dada, mas não é suficiente para nos dizer como obter uma coleção de proposições formalmente determinadas”.¹⁴⁰

A partir de 6.1, Wittgenstein apresenta várias consequências do que acaba de expor. Alguns casos exemplares de proposições que não parecem se adequar ao modelo proposto são analisados. Reafirma-se, por exemplo, que as proposições da lógica são tautologias e que, portanto, não dizem nada.¹⁴¹ Sua estrutura mostra que são verdadeiras e, como já foi mencionado, é precisamente essa estrutura o que nos ajuda a identificar quais são as propriedades formais tanto da linguagem, quanto do mundo.¹⁴² Nada pode ser asserido por meio das proposições lógicas, que, de certa maneira, funcionam como regras. Além disso, porque tautologias e contradições não dizem nada, as verdades da lógica são todas a mesma e, portanto, não há necessidade real de prová-las. Aquilo a que chamamos prova, em relação às proposições lógicas, é necessário apenas em casos mais complicados em que o caráter

¹³⁹ Cuter, 2005, pp. 67–70.

¹⁴⁰ Cuter, 2005, p. 70.

¹⁴¹ TLP, 6.1; TLP, 6.11.

¹⁴² TLP, 6.12.

tautológico de uma proposição não está totalmente evidente.¹⁴³ Esse tipo de prova, no entanto, é de um tipo inteiramente diferente daquelas por meio das quais podemos estabelecer a verdade de uma proposição significativa, onde é necessário mostrar que ela pode ser derivada de outra que já saibamos ser verdadeira. As proposições da lógica simplesmente nos dão a forma da prova lógica: a tautologia $((p \supset q) \cdot p) \supset q$, por exemplo, mostra que, dadas as proposições não tautológicas $p \supset q$ e p , é possível provar outra proposição não tautológica: q .¹⁴⁴

O cálculo tractariano tem um importante pressuposto na já mencionada cisão entre as noções de função, de um lado, a que corresponde unicamente a função proposicional, e, de outro, a de operação, que abrange tudo aquilo a que normalmente chamamos função em matemática, além das operações lógicas e aritméticas. A isomorfia lógica entre objetos e termos e as relações que esses estabelecem entre si – cada um em seu respectivo domínio – é o que é propriamente mostrado pela função proposicional. Aquilo que a função proposicional mostra quando é saturada por um determinado argumento é, portanto, precisamente o que não pode ser dito: a relação semântica entre linguagem e mundo. O cálculo se verá limitado, portanto, unicamente às operações, conforme entendidas de acordo com a definição bastante abrangente de Wittgenstein. Todo o cálculo lógico do *Tractatus* é, portanto, independente daquilo que deve tornar a proposição verdadeira ou falsa, que é determinado pela função proposicional, e se dá por meio da aplicação de operações lógicas. Há aqui um claro paralelo com o cálculo gramatical do período intermediário, sobre o qual Wittgenstein afirma:

A única coisa que não pertence à gramática é o que constitui a verdade e a falsidade de uma proposição. Essa é a única coisa da qual a gramática não se ocupa. Todas as condições de comparação da proposição com a realidade/com os fatos pertencem a ela. Quer dizer, todas as condições de compreensão. (Todas as condições de sentido).¹⁴⁵

Como veremos na sequência, isso se aplica, obviamente, também à matemática. Porque são simplesmente um cálculo de operações e, por serem desprovida da pictorialidade que é característica da função proposicional, as sentenças matemáticas não representam absolutamente nada. Consequência disso é uma visão francamente antiplatônica e

¹⁴³ TLP, 6.1262.

¹⁴⁴ TLP, 6.1264.

¹⁴⁵ BT, 43.

antipsicologista da matemática: seus objetos não são entidades mentais ou extramentais com as quais se entra em contato por algum tipo específico de experiência, mas simplesmente construções advindas da aplicação recursiva de uma determinada operação. Ela é desprovida de sentido da mesma forma como o são as proposições tautológicas e contraditórias da lógica, uma vez que essas também simplesmente mostram os limites da linguagem, mas não afirmam nada de empírico. A matemática também é fundada na aplicação sucessiva de operações. Se considerarmos a expressão “ $\frac{1}{2}'x$ ” como significando a operação $\frac{1}{2}$ aplicada a x , podemos definir um número em uma série nos termos de quantas vezes $\frac{1}{2}$ é aplicada a x . Por exemplo, x pode ser definida como $\frac{1}{2}^{(0)}x$, $\frac{1}{2}x$ como $\frac{1}{2}^{(1)}x$, $\frac{1}{2}'\frac{1}{2}'x$ como $\frac{1}{2}^{(2)}x$, e assim por diante. “Um número é o expoente de uma operação”.¹⁴⁶ O conceito geral de número é simplesmente a forma que todos os números têm em comum.

V.

Filosofia da matemática no Tractatus Logico-Philosophicus

Desde seu retorno a Cambridge, em 1929, até o ano de 1944, Wittgenstein dedica mais da metade de seus manuscritos a questões pertinentes à filosofia da matemática, chegando a solicitar, em 1944, que John Wisdom acrescentasse ao verbete que levava seu nome em um dicionário biográfico que sua maior contribuição filosófica fora dada nesse campo.¹⁴⁷ No *Tractatus*, no entanto, o tema pode parecer ocupar, ao menos inicialmente, uma posição secundária, haja vista a brevidade com que é abordado, ali entre as proposições 6.01 e 6.031 e, logo em seguida, novamente entre 6.2 e 6.241. Contudo, compreender o primeiro ponto de vista de Wittgenstein em relação a questões da filosofia da matemática, particularmente como reação ao logicismo de Russell, é profundamente importante para a elucidação de diversas outras escolhas que dão forma à arquitetura teórica da obra. Além disso, porque o modelo do cálculo tractariano ruiu, em grande medida, porque sua teoria dos números se mostrou inaplicável a um certo tipo de proposição, a dimensão matemática da filosofia do *Tractatus* se mostra essencial para uma melhor compreensão de desenvolvimentos posteriores no pensamento de Wittgenstein.

¹⁴⁶ TLP, 6.021.

¹⁴⁷ Monk, 1990, p. 466.

O ponto central da teoria tractariana da aritmética é a caracterização do número como expoente de uma operação aplicada iteradamente a um termo arbitrário, modo pelo qual se constrói uma série formal. Como já foi discutido, a essa aplicação específica da noção de operação, opõe-se a caracterização da relação descrita pela função proposicional, que é o único exemplo verdadeiro de função. Wittgenstein reserva à função proposicional a capacidade de ser figurativa por meio da forma lógica compartilhada entre fato e proposição, ou – em um nível mais fundamental da análise – entre estado de coisas e proposição elementar. Porque é fortemente vinculado à noção de operação, o número não é, portanto, figurativo. Deve-se, por isso, descartar a possibilidade de que o número seja um elemento constitutivo das proposições elementares. Ao mesmo tempo, contudo, Wittgenstein distingue o tipo de operação que o caracteriza, fortemente vinculada à noção de série formal, da operação de verdade dada pela forma geral da proposição. Já mencionei que a forma geral da proposição não deve, necessariamente, produzir séries formais; na definição do conceito de número, por outro lado, essas ocupam uma posição central. Será necessário, portanto, antes de prosseguir, esclarecer melhor em que consiste essa noção tractariana expandida de operação, tendo em vista suas distintas aplicações na lógica e na matemática. É a partir do aforismo 6.01, imediatamente após ter introduzido a forma geral da proposição, que Wittgenstein dissertará sobre a forma geral da operação e, na sequência, explicará como ela pode ser aplicada na construção de uma série numérica:

6.01 A forma geral da operação $\Omega'(\bar{\eta})$ é, portanto:

$$[\bar{\xi}, N(\bar{\xi})]'(\bar{\eta}) (= [\bar{\eta}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})])$$

Essa é a forma mais geral da passagem de uma proposição a outra.

6.02 E *assim* chegamos aos números: defino

$$x = \Omega^0 x \text{ Def.} \\ \text{e } \Omega' \Omega^v x = \Omega^{v+1} x \text{ Def.}$$

Segundo essas regras notacionais, escrevemos, pois, a série

$$x, \Omega' x, \Omega' \Omega' x, \Omega' \Omega' \Omega' x, \dots, \\ \text{assim: } \Omega^0 x, \Omega^{0+1} x, \Omega^{0+1+1} x, \Omega^{0+1+1+1} x, \dots \\ \text{Portanto, ao invés de "[x, } \bar{\xi}, \Omega' \bar{\xi}]", \text{ escrevo:} \\ "[\Omega^0 x, \Omega^v x, \Omega^{v+1} x]". \\ \text{E defino:}$$

$$0+1 = 1 \text{ Def.,} \\ 0+1+1 = 2 \text{ Def.,}$$

$$0+1+1+1 = 3 \text{ Def.,} \\ (\text{etc.})^{148}$$

Há, no trecho em questão, uma aparente contradição. Quando Wittgenstein emprega o símbolo “ Ω ”, em 6.01, ele o faz na caracterização da “forma geral da operação”, que está vinculada à descrição dada logo acima da forma geral da proposição. A operação descrita, afinal, é a negação conjunta ou operação N, por meio da qual é possível, como já vimos, gerar quaisquer proposições a partir das proposições elementares. Ali, $\Omega'(\bar{\eta})$ é, portanto, um operador de verdade; é possível obter o resultado de quaisquer operações de verdade por meio de aplicações sucessivas da operação $N(\bar{\xi})$. Estranhamente, Wittgenstein usará, logo em seguida, no aforismo 6.02, o mesmo símbolo “ Ω ” na definição da operação usada para a construção de séries numéricas. Já vimos que, no *Tractatus*, mais de um tipo de operação é admitido, ou seja, nem todas as operações são operações de verdade. Wittgenstein nos deu um exemplo quando discutiu, em 4.1252 e 4.1273, a série formal dada pelas proposições aRb , $\exists(x): aRx \cdot xRb$, $\exists(x,y): aRx \cdot xRy \cdot yRb$ etc., que expressa a relação “x é sucessor de y”. A operação que engendra os termos sucessivos de tal série não é uma operação de verdade.¹⁴⁹ O expediente adjetivista adotado por Russell na definição de números cardinais dependia em grande medida do encadeamento de proposições na série $\neg\exists(x)\phi x$, $\exists(x)\phi x \cdot \neg\exists(x,y)\phi y$, $\exists(x,y)\phi y \cdot \phi y \cdot \neg\exists(x,y,z)\phi y \cdot \phi z$, que tampouco pode ser reduzida a uma operação de verdade. Para Wittgenstein, no entanto, a aplicação do número é mais geral e, portanto, deve-se usar uma estratégia distinta.¹⁵⁰ Sua descrição deve se dar, portanto, por meio de algum outro tipo de operação. É mais consistente, portanto, aceitarmos que as operações descritas em 6.02 não sejam operações de verdade, a despeito da coincidência do sinal usado na representação de ambas.¹⁵¹

O algoritmo dado por Wittgenstein em 6.02 constrói uma série formal, entidade matemática que consiste em um número infinito de termos dispostos em uma determinada ordem, cada um deles gerado a partir da aplicação de uma determinada operação ao seu sucessor. Exemplos corriqueiros da aritmética são a série dos números cardinais $[1, 2, 3, 4, \dots]$ ou a dos números quadrados $[1, 4, 9, 16, \dots]$. No entanto, porque não deseja incluir o

¹⁴⁸ TLP, 6.01, 6.02

¹⁴⁹ Cuter, 2005, p. 5.

¹⁵⁰ Cuter, 2005, p. 5–6.

¹⁵¹ Nakano, 2015, p. 49.

número no rol das entidades linguísticas, Wittgenstein deverá subsumir o conceito de número a um esquema serial mais genérico. A forma geral do termo de uma série é apresentada, em 5.2522, como $[a, x, O'x]$, onde a denota o primeiro termo ou base, x significa um termo arbitrariamente selecionado, e $O'x$ representa aquele que se segue imediatamente a x . O' é a operação por meio da qual um termo na série é gerado a partir de outro. No *Tractatus*, os números serão obtidos por meio desse mesmo tipo de algoritmo.

O que caracteriza séries formais de proposições como as supracitadas – e.g. $[aRb, x, O'x]$ e $[\neg(\exists x) \cdot fx, x, O'x]$ – é o fato de que há, nelas, a atribuição de números cardinais. No primeiro caso, fala-se da relação de sucessividade ou hereditariedade, expressando-se, por exemplo, o número de gerações transcorridas entre um indivíduo e um de seus antepassados; no segundo, cada termo da série pode estipular a existência de um número determinado de objetos. Como se pode observar, no entanto, os próprios números não aparecem como componentes de tais proposições, uma vez que são substituídos por estruturas quantificacionais. Assim sendo, os números devem ser vistos como meros “dispositivos abreviatórios de nossa linguagem, que devem desaparecer sob a análise”.¹⁵² Já que são desprovidos de qualquer dimensão ontológica e reduzidos a uma mera relação sintática e não verifuncional, como são definidos os números no *Tractatus*?

Em 6.021, Wittgenstein identifica o número ao expoente de uma operação. Acrescenta ainda que “o conceito de número nada é senão o que todos os números têm em comum, a forma geral do número”.¹⁵³ Essa, por sua vez, é definida como $[0, \xi, \xi+1]$, o que claramente é apenas um caso particular da forma geral da operação.¹⁵⁴ O fato de que proposições em que há a atribuição de números cardinais têm a propriedade de poderem ser organizadas em uma série formal é o que define o próprio conceito de número: essa forma serial compartilhada. É importante observar aqui que há dois usos da palavra “forma” no *Tractatus*.¹⁵⁵ O primeiro, fortemente vinculado à noção de função proposicional, é aquele que descreve a forma lógica. Trata-se, portanto, do modo como os elementos que constituem tanto o fato quanto a proposição que o afigura se relacionam uns com os outros. Essa forma se torna evidente quando a proposição é transformada em função proposicional, ou seja,

¹⁵² Cuter, 2005, p. 6.

¹⁵³ TLP, 6.022

¹⁵⁴ TLP, 6.03

¹⁵⁵ Nakano, 2015, p. 50.

quando os elementos que a constituem se transformam em variáveis. É assim, afinal, que somos capazes de entender certas diferenças categoriais inexprimíveis na linguagem – “objeto”, “cor”, “número” etc. – por meio de uma análise contrastiva de proposições generalizadas em que objetos subsumidos a tais conceitos podem instanciar uma variável – “cavalo”, “roxo”, “dois” etc. O segundo uso da palavra, no *Tractatus*, é aquele que encontramos em expressões como “forma geral da proposição”, “forma geral do número” etc. Segundo Nakano, operações e números não assinalam formas, “mas apenas diferenças de formas”, pois “sob a forma geral da proposição repousam proposições de formas lógicas inteiramente distintas”.¹⁵⁶ Deve-se entender do seguinte modo essa segunda acepção do termo, frequentemente expressa pelo binômio “forma geral”: forma é a possibilidade de construir uma série a partir de uma base e uma operação. Em 6.022, Wittgenstein afirma:

O conceito de número nada é senão o que todos os números têm em comum, a forma geral do número. O conceito de número é o número variável. E o conceito de igualdade numérica é a forma geral de todas as igualdades numéricas especiais.¹⁵⁷

O corolário dessa curta passagem inicial sobre a filosofia da matemática é o seguinte: o número não pode ser parte essencial da proposição. Identificado ao expoente de uma operação, ou seja, às etapas sucessivas de sua aplicação na construção de séries formais, os números não são constitutivos do sentido das proposições em que aparecem, mas apenas de seu modo de apresentação. O número não ocorre de maneira essencial em proposições que, aparentemente, afirmam a existência de um determinado número de objetos, como é o caso de $\exists(x,y,z,w)\varphi x \cdot \varphi y \cdot \varphi z \cdot \varphi w$. Por fim, Wittgenstein conclui com a observação de que “a teoria das classes é, na matemática, inteiramente supérflua. Isso está ligado a que a generalidade de que precisamos na matemática não é casual”.¹⁵⁸ A recusa da teoria das classes ou teoria dos conjuntos e, particularmente, do papel a ela reservado pela escola logicista em seu projeto fundacional é um traço marcante da filosofia da matemática de Wittgenstein em toda a sua extensão. Se, no *Tractatus*, ela já é qualificada como supérflua, nos textos do período intermediário será considerada um “completo contrassenso”¹⁵⁹,

¹⁵⁶ Nakano, 2015, p. 50.

¹⁵⁷ TLP, 6.022.

¹⁵⁸ TLP, 6.031.

¹⁵⁹ PR, §145, §174; PG, 464, 470.

“errada”¹⁶⁰ e “risível”¹⁶¹. As razões específicas que levaram o filósofo a desenvolver uma opinião tão irredutível sobre o tema escapam do escopo deste estudo. Cabem aqui, contudo, algumas breves observações sobre quais foram suas motivações para descartá-la já no *Tractatus* e, mais especificamente, no contexto particular da apresentação de uma operação cuja aplicação seria capaz de construir a série dos números naturais.

A proposta de Russell para a construção da série dos números naturais a partir de noções estritamente lógicas, conforme exposta em obras como *Introdução à Filosofia Matemática* e *Principia Mathematica*, passa necessariamente pela redefinição do conceito de número em termos de classes. Wittgenstein parece sugerir que os números não são objetos que possam ser construídos a partir de formas lógicas. Como expoentes de operações, são antes uma espécie de abreviação, como já foi dito, que expressa a quantidade de vezes que uma operação foi aplicada. De fato, após abordar uma série de tópicos relativos ao estatuto das proposições lógicas e a natureza da inferência, Wittgenstein retorna à matemática em 6.2, constatando: “A matemática é um método lógico”.¹⁶² Mais algumas consequências de sua caracterização do conceito de número são então extraídas. As expressões da matemática são todas equações e, portanto, simplesmente constata a equivalência entre diferentes expressões. Porque o sinal de igualdade é supérfluo e não denota uma operação verdadeira, pode-se dizer que as proposições da matemática são, na verdade, pseudoproposições.

O cálculo, no *Tractatus*, dá-se no âmbito das funções de verdade. A aritmética, aqui, é simplesmente um método de manipulação de sinais. Sendo o número, portanto, um objeto factício e as operações matemáticas pseudoproposições desprovidas de sentido, Wittgenstein deve esclarecer o papel que devem efetivamente desempenhar em nossa atividade linguística. Para ele, porque “[...] não exprime pensamento”,¹⁶³ a proposição da matemática, “na vida, [...] nunca é aquilo do que precisamos, mas [a] utilizamos apenas para inferir, de proposições que não pertencem à matemática, outras que igualmente não pertencem à matemática”¹⁶⁴. Wittgenstein pareceu acreditar que suas considerações sobre a aritmética no *Tractatus* deveriam se estender naturalmente também ao caso específico da atribuição de dimensões.

¹⁶⁰ PR, §174.

¹⁶¹ PG, 464.

¹⁶² TLP, 6.2.

¹⁶³ TLP, 6.21.

¹⁶⁴ TLP, 6.211.

A estrutura quantificacional de ambos seria a mesma, contando-se objetos no primeiro caso e metros ou centímetros no segundo. No próximo capítulo, veremos que a impossibilidade de se aplicar o modelo tractariano a esse tipo de proposição foi, precisamente, o ponto de ruptura de todo o projeto tractariano.

2.2

Linguagem como cálculo no período intermediário

Passarei agora a uma abordagem das novas características assumidas pelo modelo do cálculo ao longo do período intermediário. O distanciamento em relação ao projeto tractariano da sintaxe lógica da linguagem, ligada ao cálculo verifuncional, dá-se de maneira paulatina, o que torna importante uma apreciação detalhada de alguns dos maiores pontos de ruptura ao longo do período, que abrange cerca de cinco anos de intenso trabalho filosófico, de 1929 a 1934.¹⁶⁵ Por isso, será abordada inicialmente a crítica formulada por Ramsey à concepção tractariana de necessidade lógica e, em seguida, a tentativa de suplementação da notação do *Tractatus* por meio de uma linguagem fenomenológica. Esses são temas circunscritos ao artigo *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, de 1929.

Em seguida, abordarei os problemas que impossibilitaram tal suplementação, mais extensivamente discutidos em alguns dos capítulos iniciais das *Observações Filosóficas*, redigidas entre 1929 e 1930. Contudo, uma vez que a comparação literal entre linguagem e cálculo só se faz presente em um momento posterior da filosofia intermediária de Wittgenstein – a saber, aquele que coincide com a redação do *Big Typescript* e da *Gramática Filosófica* –,¹⁶⁶ alguns de meus comentários se dirigirão à reformulação, no interior desses textos, de temas já anteriormente abordados nas *Observações Filosóficas*. Cabe destacar, dentre eles: a introdução dos conceitos de gramática e de investigação gramatical e, também, o desenvolvimento da crítica às teorias causais de Russell, Ogden e Richards. Por fim, dedicarei a última seção deste capítulo à rememoração de alguns dos tópicos já tratados e a uma exposição sumária das novas características assumidas pelo modelo do cálculo ao longo

¹⁶⁵ Há, evidentemente, controvérsias relativas à periodização adequada dessa fase da filosofia de Wittgenstein. Tomo como referência aqui o período que vai da publicação de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, em 1929, até a elaboração do *Livro Marrom*, de 1934–1935, embora a escolha seja passível de contestação.

¹⁶⁶ Respectivamente, em 1932–1933 e 1932–1934.

dessa etapa intermediária do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein. Atentarei, em particular, às consequências trazidas pela qualificação do cálculo gramatical como autossuficiente e autônomo em relação à realidade, o que o distingue fortemente de sua versão tractariana, em que a afiguração dos estados de coisas por meio de proposições elementares fundamentava semanticamente toda a linguagem.

i.

O fim do cálculo lógico a priori

O *Tractatus* veio originalmente a público como suplemento do periódico filosófico alemão *Annalen der Naturphilosophie*, em 1921. No ano seguinte, foi publicado no Reino Unido em tradução de C. K. Ogden. Como é bem sabido, após concluir sua redação, Wittgenstein se retirou da vida acadêmica, tendo exercido uma grande variedade de atividades profissionais ao longo da década seguinte.¹⁶⁷ O filósofo parecia estar convencido de ter apresentado a solução definitiva aos problemas ali discutidos, problemas que comporiam, em última instância, o núcleo duro da filosofia.¹⁶⁸ Ao desenvolvimento posterior e à aplicação da lógica competiriam levar a cabo a análise completa da linguagem, por meio da qual seriam descobertas as proposições elementares que fundamentam todo o discurso significativo. A tarefa a que se propusera, a de delinear os contornos sintáticos *a priori* de toda a linguagem possível, era independente, contudo, da elucidação posterior do conteúdo e da natureza dessas proposições elementares, que ocupam a posição de base em seu método.

Já nos primeiros anos do longo período sabático de seu autor, o *Tractatus* começou a despertar o interesse da comunidade acadêmica, particularmente nos dois polos de maior importância na biografia de Wittgenstein: Viena e Cambridge. Em Viena, todo um grupo de filósofos e cientistas organizados em torno de Moritz Schlick viria a incorporar algumas das ideias centrais da obra – e, simultaneamente, projetar sobre ela outras – no projeto filosófico

¹⁶⁷ Lecionou em escolas primárias dos vilarejos austríacos de Trattenbach, Hassbach e Puchberg am Schneeberg, trabalhou como jardineiro no monastério de Hütteldorf, próximo a Viena, e como arquiteto no projeto da casa de sua irmã, Margaret Stonborough-Wittgenstein.

¹⁶⁸ No prefácio ao *Tractatus*, Wittgenstein afirma: “[...] a verdade dos pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas. E se não me engano quanto a isso, o valor deste trabalho consiste, em segundo lugar, em mostrar como importa pouco resolver esses problemas”.

que mais tarde seria conhecido como empirismo ou positivismo lógico. Em Cambridge, por outro lado, seu impacto ainda se via reduzido a um círculo relativamente restrito de amigos e conhecidos: Russell, Moore, Ogden e, agora, um novo interlocutor, o jovem lógico e matemático Frank Ramsey.¹⁶⁹

Em 1923, um ano, portanto, após o lançamento da edição inglesa do *Tractatus*, Ramsey publica na revista *Mind* um artigo sobre o livro que ajudara Ogden a traduzir do alemão. Ali, embora ofereça uma avaliação bastante positiva de vários dos aspectos mais inovadores da obra, atenta para aquilo que julga ser uma inconsistência no sistema tractariano. Após um período de troca de correspondências, Ramsey acaba por viajar ao interior da Áustria com o intuito de se encontrar com Wittgenstein e discutir com ele algumas ideias advindas de suas leituras do *Tractatus*. Mais de duas décadas mais tarde, no prólogo das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein atribuirá grande importância à “crítica que Frank Ramsey fez às [suas] ideias”, forçando-o a “reconhecer erros graves no que [escrevera] em [seu] primeiro livro”.¹⁷⁰ Reproduzo abaixo, portanto, o trecho de sua *Nota Crítica* em que Ramsey expõe o problema encontrado:

É um princípio do Sr. Wittgenstein que toda proposição genuína asseire algo possível, mas não necessário, e se esse princípio é verdadeiro, trata-se de uma descoberta muito importante. Isso decorre de sua explicação de uma proposição como a expressão da concordância ou discordância com as possibilidades de verdade das proposições elementares independentes, de maneira que a única necessidade é a das tautologias e a única impossibilidade é a das contradições. Há uma grande dificuldade em sustentar isso, pois o Sr. Wittgenstein admite que um ponto no campo visual não pode ser ao mesmo tempo vermelho e azul, e, de fato, de outro modo, uma vez que ele pensa que a indução não tem base lógica, não deveríamos ter razão para pensar que não podemos deparar-nos com um ponto visual que seja ao mesmo tempo vermelho e azul. Portanto, ele diz que “Isto é vermelho e azul” é uma contradição. Isso implica que os conceitos aparentemente simples de vermelho, azul (supondo-se que queremos dizer com essas palavras tons absolutamente específicos) são, na verdade, complexos e formalmente incompatíveis.¹⁷¹

Já foi sugerido que, em certo sentido, a importante distinção entre operação de verdade e função proposicional marcava, no *Tractatus*, também a diferença entre a dimensão da necessidade lógica e a da contingência empírica. De fato, ali, necessidade e

¹⁶⁹ Monk, 1991, pp. 234–255.

¹⁷⁰ PU, prólogo.

¹⁷¹ Ramsey, 1923, p. 473. Trad. Rogério Saucedo Corrêa.

impossibilidade estavam explicitamente vinculadas à sintaxe lógica, onde se manifestavam como tautologia e contradição, produzidas no cálculo verifuncional por meio de operações de verdade aplicadas às proposições elementares. Tautologia e contradição, afirmava Wittgenstein, eram casos-limite da forma geral da proposição, logicamente necessárias, mas completamente desprovidas de significatividade. Mais uma vez, eram proposições sem sentido (*sinnlos*), distinguindo-se, portanto, do contrassenso (*Unsinn*) porque, enquanto este é uma violação categorial, aquelas são proposições perfeitamente bem formadas. Seu estatuto era, portanto, semelhante ao das regras de um sistema: embora não assiram nada, orientam-nos em nossas deduções a partir de proposições significativas. Uma tautologia, afinal, ainda que envolva a negação de duas proposições elementares, é necessariamente verdadeira. Por outro lado, que o resultado do uso de um determinado nome como argumento de uma dada função proposicional seja uma proposição verdadeira é um fato meramente contingente – o mundo poderia, afinal, ser de tal forma que a proposição gerada fosse falsa.

No entanto, há uma segunda e importante dimensão da necessidade, no *Tractatus*, que não está ligada à sintaxe lógica ou à noção de operação de verdade, mas é antes condição de possibilidade para a figuratividade da proposição. Ela diz respeito à forma lógica compartilhada por nomes e objetos. A ideia de que proposições altamente complexas da linguagem ordinária possam ser decompostas em seus elementos imediatos – “somas, produtos lógicos ou outras funções de verdades de proposições mais simples”¹⁷² – e, estes, por sua vez, possivelmente reduzidos a meras formas sintáticas por meio de expedientes similares aos da teoria das descrições de Russell, pode dar-nos a falsa impressão de que há algo de absolutamente irreduzível em uma proposição elementar, por ser ela o ponto terminal dessa série de etapas da análise. No entanto, de certa maneira, proposições elementares também são complexas,¹⁷³ embora tal complexidade seja de uma natureza bastante distinta daquela encontrada em suas contrapartes moleculares. São constituídas, afinal, por dois ou mais nomes concatenados entre si por meio de relações lógicas internas. Se extrairmos de uma proposição elementar um nome, substituindo-o por uma variável, obtemos uma função proposicional a ser saturada por quaisquer outros nomes que sejam categorialmente compatíveis ao primeiro. Se dermos um passo além e substituirmos, portanto, todos os nomes

¹⁷² SRLF, p. 162.

¹⁷³ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 180.

que compõem uma dada proposição elementar por variáveis, obtemos aquilo a que Wittgenstein chamou de protótipo lógico (*logisches Urbild*) da afiguração: uma expressão da forma lógica instanciada por aquela proposição.¹⁷⁴ O protótipo lógico interessa por ser uma função proposicional em que cada variável admite apenas argumentos pertencentes a uma determinada categoria lógica.¹⁷⁵

Se os conectivos lógicos da notação russelliana expressam relações externas entre as proposições, as possibilidades combinatórias entre os nomes da proposição elementar podem ser vistas como relações internas. O protótipo lógico – mais uma vez, uma função proposicional em que todos os nomes de uma proposição elementar foram transformados em variáveis – expressa todas as possibilidades combinatórias possíveis dos nomes pertencentes às categorias lógicas admissíveis em proposições daquela forma, e é capaz de fazê-lo por apresentar a mesma multiplicidade lógica dos fenômenos que afigura. Essas possibilidades combinatórias são necessárias e dadas de maneira intrínseca, o que dispensa o apelo a qualquer tipo de argumento transcendental. Assim sendo, certas combinações entre nomes são consideradas lícitas, produzindo proposições significativas, mas não outras: “ponto” e “vermelho” podem se concatenar de maneira significativa, mas não “ponto” e “agudo” ou “ponto” e “gelado”. Temos, portanto, um outro tipo de necessidade e impossibilidade no *Tractatus*: aquelas que são dadas pelas combinações possíveis de nomes no interior da proposição. Essas combinações configuram espaços lógicos, do qual o espaço cromático é um exemplo bastante ilustrativo.

Ramsey acredita que o caso das proposições em que há atribuição de cores parece desafiar a concepção mais limitada de necessidade que pode ser encontrada no cálculo de funções de verdade do *Tractatus*. Sabemos que um ponto no campo visual não pode, sob hipótese alguma, ter simultaneamente duas cores, mas qual é a natureza dessa necessidade? Claramente, não se trata aqui da necessidade acarretada pelo cálculo lógico, uma vez que, em princípio, não há nada em “O ponto no campo visual é vermelho” que torne lícita a

¹⁷⁴ TLP, 3.315: “Se transformamos em variável uma parte constituinte de uma proposição, há uma classe de proposições que são todos os valores da proposição variável assim originada. Em geral, essa classe depende ainda do que nós, segundo uma convenção arbitrária, queremos significar com partes daquela proposição. Se transformamos em variáveis, porém, todos os sinais cujo significado foi arbitrariamente determinado, ainda assim continua a haver uma tal classe. Esta, porém, não depende mais de qualquer convenção, mas apenas da natureza da proposição. Ela corresponde a uma forma lógica - a um protótipo lógico de afiguração”.

¹⁷⁵ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 180.

inferência de “O ponto no campo visual não é azul”. O cálculo verifuncional não dá conta, portanto, de uma necessidade de tal tipo. Tampouco o apelo à indução cabe no contexto tractariano, já que ali Wittgenstein subscreve à ideia de que o processo indutivo seja absolutamente contingente: a experiência anterior não pode nos garantir, por si só, que não venhamos a encontrar futuramente pontos no campo visual que sejam ao mesmo tempo vermelhos e azuis, da mesma forma como nenhuma lei das ciências naturais pode ser considerada *a priori*. No *Tractatus*, Wittgenstein conclui que proposições desse tipo não podem ser elementares, uma vez que o produto lógico de duas proposições elementares nunca é tautológico ou contraditório. O trecho do *Tractatus* que Ramsey tem em vista é o seguinte:

Assim como há apenas necessidade lógica, há também apenas impossibilidade lógica.

Que, p. ex., duas cores estejam ao mesmo tempo num lugar do campo visual é impossível e, na verdade, logicamente impossível, pois a estrutura lógica das cores o exclui. Pensemos na maneira como essa contradição se apresenta na física; mais ou menos assim: uma partícula não pode ter, ao mesmo tempo, duas velocidades; isso quer dizer que não pode estar, ao mesmo tempo, em dois lugares; isso quer dizer que partículas que estejam em lugares diferentes a um só tempo não podem ser idênticas. (É claro que o produto lógico de duas proposições elementares não pode ser nem uma tautologia nem uma contradição. O enunciado de que um ponto do campo visual tem ao mesmo tempo duas cores diferentes é uma contradição.)¹⁷⁶

No momento da redação do *Tractatus*, Wittgenstein já havia considerado, portanto, o caso das proposições com atribuição de cores, considerando contraditória – no sentido estritamente tractariano do termo – a asserção de que um ponto no campo visual tivesse duas cores ao mesmo tempo. Como mostra a citação acima, naquela ocasião, o filósofo acreditava que isso provasse que proposições que atribuem cores específicas a pontos do campo visual não poderiam ser consideradas elementares, uma vez que o produto lógico de duas proposições elementares não pode ser uma contradição. Consequência disso é o fato de que uma tal proposição deva poder ser analisada. No entanto, no *Tractatus*, Wittgenstein não esclarece a forma como a análise desse tipo de proposição deve se dar, já que é a “aplicação da lógica que decide a respeito de quais proposições elementares existem [...] [e] o que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar”.¹⁷⁷ No *Tractatus*, portanto, argumenta-se que é necessária a existência de proposições elementares logicamente independentes, embora não

¹⁷⁶ TLP, 6.375, 6.3751.

¹⁷⁷ TLP, 5.557.

seja possível dizer *a priori* quais são essas proposições. Ramsey parece solicitar que Wittgenstein mostre, precisamente, como é possível determinar as proposições elementares que expressam essas incompatibilidades.¹⁷⁸

As cores, como bem se sabe, são dotadas de três propriedades fundamentais – matiz, saturação e brilho –, que podem ser medidas e representadas por meio de posições em uma escala graduada.¹⁷⁹ Em sua *Nota Crítica ao Tractatus*, Ramsey não chega a colocar o problema das proposições com atribuição de cores nos termos de uma simbolização adequada dos graus específicos de cada propriedade apresentada por diferentes cores, atentando apenas para a incompatibilidade entre nomes genéricos como “azul” e “vermelho”. Para Wittgenstein, no entanto, que à época concebia proposições da forma “A é vermelho” como complexas – e, portanto, não elementares –, parecia óbvio que sua análise deveria passar por uma tradução, para a notação tractariana, dessas três posições determinadas em uma escala graduada, que determinam a cor em questão.

A análise das atribuições de cores seria levada a cabo, portanto, através de seu desmembramento em uma série finita de proposições que expressam quantidades, seguidas de uma cláusula suplementar que estipula serem essas proposições quantitativas as únicas.¹⁸⁰ Esse é o mesmo expediente usado por Wittgenstein na atribuição de valores numéricos de um modo geral, como no caso da proposição “Há três moedas em meu bolso”. O mesmo deverá ser válido, evidentemente, para todas as proposições que expressem diferentes graus de uma determinada qualidade.¹⁸¹ Em princípio, é essa a estratégia de Wittgenstein para a tradução de tais proposições em termos verifuncionais. Esse método, no entanto, não funcionará. Tentarei esclarecer esse ponto por meio de alguns exemplos. Se convencionarmos que b é uma unidade de brilho e $E(b)$ é a asserção de que a entidade E –

¹⁷⁸ Engelmann, 2013, p. 10.

¹⁷⁹ Por vezes também nomeados tom, valor e intensidade. A cor é um objeto privilegiado de um estudo fenomenológico dos dados sensíveis precisamente porque todas as suas propriedades podem ser mensuradas com exatidão. O som, por exemplo, apresenta uma propriedade em que a mensuração e o consequente estabelecimento de uma escala graduada se mostram particularmente problemáticos: o timbre. Evidentemente, as dificuldades são ainda maiores nos casos de percepções táteis ou gustativas.

¹⁸⁰ Em SRLF, p. 35, Wittgenstein afirma: “Seria possível pensar – e eu pensava assim não há muito tempo – que uma asserção que expressa o grau de uma qualidade poderia ser analisada como produto lógico de asserções simples de quantidade e uma asserção suplementar que as completaria. Isso é, de maneira semelhante a como eu poderia descrever o conteúdo do meu bolso ao dizer: ‘Contém um *penny*, um *shilling*, duas chaves e nada mais’. Esse ‘e nada mais’ é a asserção suplementar que completa a descrição. Mas ele não funciona na análise de asserções de graus”.

¹⁸¹ Kenny, 1974, p. 83.

um ponto no campo visual, por exemplo – possui um grau de brilho, a proposição $E(2b)$ dirá que E tem dois graus de brilho, devendo poder ser analisada como produto lógico de $E(b) \cdot E(b)$, de acordo com o método tractariano de análise das propriedades com atribuição numérica como conjunções. Ocorre, no entanto, que a fórmula $E(b) \cdot E(b)$ é equivalente a $E(b)$, o que mostra claramente a inadequação desse tipo de análise. Uma estratégia possível seria a distinção de cada unidade, definindo $E(2b)$ como $E(b') \cdot E(b'')$, de modo que b' e b'' sejam duas unidades distintas de brilho. Surge então a pergunta: se uma entidade possui uma unidade de brilho, qual das duas possui, b' ou b'' ? Diferenciar de tal maneira as unidades de brilho – ou de qualquer outra propriedade graduada, como saturação e matiz, no caso das cores; timbre, intensidade e altura, no caso do som etc. – é hipostasiá-las, o que é claramente absurdo.

Uma vez que não podem ser satisfatoriamente analisadas, Wittgenstein é forçado a concluir que as asserções que atribuem graus de uma qualidade são, de fato, proposições elementares, ao contrário do que pensava anteriormente. Consequência disso é que os números devam ser reintroduzidos como elementos irredutíveis de certo tipo de proposição elementar, como é o caso de “ E tem n graus da propriedade P ”. Além disso, o pressuposto de que proposições elementares devam ser absolutamente independentes entre si também deve ser abandonado, pois a admissão de uma proposição como “O ponto E no campo visual tem 8 graus da propriedade brilho” implica a exclusão de proposições que afirmem que o mesmo ponto E tenha três, nove ou qualquer outro número do grau n . Contudo, essa solução se mostrará igualmente insatisfatória. Ela produz distorções inaceitáveis nas tabelas de verdade das proposições moleculares formadas a partir da conjunção de proposições elementares com atribuição de grau, como se pode observar no seguinte caso, em que a proposição p atribui um determinado grau n da propriedade P a E ; enquanto q lhe atribui um grau n distinto da mesma propriedade P .

p	q	$p \cdot q$
<u>V</u>	<u>V</u>	<u>V</u>
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Está claro que a primeira linha da tabela de verdade acima é anômala. Afinal, $p \cdot q$ não pode ser verdadeira, uma vez que é logicamente impossível, embora não no mesmo sentido em que o é uma contradição convencional, obtida por meio da aplicação do operador N . Ao mesmo tempo, contudo, tampouco pode receber o valor de verdade F na primeira linha, já que obviamente a proposição molecular obtida pela conjunção de duas proposições atômicas verdadeiras nunca é falsa. O problema central aqui é a tese tractariana da independência mútua das proposições elementares, pois se uma proposição elementar pode excluir, dessa maneira, uma série de outras possíveis proposições, a notação perspicua deverá fornecer regras sintáticas adicionais que abranjam tais casos. Trata-se, quando falamos das proposições com atribuição de graus específicos de uma propriedade, da adoção de todo um “sistema de proposições” que, ao asserir algo sobre um determinado objeto, descarta simultaneamente uma série de outras asserções possíveis sobre o mesmo objeto. Isso é muito bem ilustrado por uma observação feita por Wittgenstein aos filósofos do Círculo de Viena em 1929, registrada por Friedrich Waismann:

Certa vez, eu escrevi: ‘Uma proposição é como uma régua colocada sobre a realidade. Apenas as marcas de gradação externas tocam o objeto a ser medido’. Agora, eu preferiria dizer: um sistema de proposições é colocado sobre a realidade, como uma régua. O que quero dizer é o seguinte: quando coloco uma régua contra um objeto espacial, coloco todas as suas linhas de gradação contra ele ao mesmo tempo.

Não são as linhas individuais que são colocadas ao lado do objeto, mas toda a escala. Se sei que o objeto atinge a marcação 10, sei imediatamente que ele não chega à marcação 11, 12 e assim por diante. As asserções, que descrevem para mim o comprimento de um objeto, formam um sistema, um sistema de proposições. É todo um sistema de proposições desse tipo que é comparado à realidade, não proposições individuais. Por exemplo, quando digo: tal e tal ponto no campo visual é azul, sei não apenas disso, como também que o ponto em questão não é verde, nem vermelho, amarelo e assim por diante. Coloquei ao seu lado toda a escala de cores, simultaneamente. Essa é também a razão pela qual um ponto não pode ter diferentes cores ao mesmo tempo. Pois se coloco um sistema de proposições contra a realidade, com isso já está afirmado – assim como no caso espacial – que apenas um estado de coisas pode ocorrer, e não mais de um.

Tudo isso são coisas que não percebi quando estava trabalhando em meu livro. Na época, eu pensava que toda inferência dependia da forma da tautologia. Ainda não tinha percebido que uma inferência também pode ter a forma “Um homem tem dois metros de altura e, portanto, ele não tem três metros de altura”. Isso está relacionado à minha crença de que as proposições elementares deveriam ser independentes; de que ninguém poderia inferir, a partir de um estado de coisas, a

inexistência de outro. Mas, se minha presente concepção, nos termos de sistemas de proposições, estiver correta, a regra é na verdade que é possível inferir de um estado de coisas a inexistência de todos os demais que sejam descritos pelo mesmo sistema proposicional.¹⁸²

A elucidação das regras sintáticas suplementares, no entanto, claramente passa pela conclusão da análise lógica, tarefa que Wittgenstein havia considerado secundária aos seus propósitos no *Tractatus*, como já foi anteriormente mencionado. O filósofo é levado a reconhecer, portanto, dois pontos de grande importância: que nem todas as relações entre proposições são de natureza verifuncional e que a análise lógica da linguagem não pode ser tratada como uma tarefa secundária e irrelevante ao propósito final do *Tractatus*, a determinação dos limites precisos da significatividade da linguagem. As reflexões motivadas pela crítica de Ramsey culminaram no artigo *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, publicado no ano de 1929, quando Wittgenstein resolve voltar a Cambridge e retomar sua atividade filosófica.

A primeira conclusão que se pode extrair do artigo é a de que não é mais possível sustentar a independência mútua entre proposições elementares. Uma segunda conclusão de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica* é que o número deve ser reintroduzido na proposição atômica: “E aqui, eu gostaria de fazer minha primeira observação definitiva sobre a análise lógica dos fenômenos reais: para sua representação, números (racionais e irracionais) devem integrar a estrutura das próprias proposições atômicas”.¹⁸³ Se é possível falar de algum tipo de redução logicista da aritmética no *Tractatus*, ainda que bastante peculiar quando comparada à sua contraparte no logicismo de Frege e Russell, ela reside na ideia de que os números devam ser tratados como expoentes e, portanto, como índices da aplicação sucessiva de determinadas operações que engendram séries formais. A crítica de Ramsey e a reflexão posterior sobre o tema das proposições com atribuição de graus levaram Wittgenstein a reconhecer a insustentabilidade dessa concepção da matemática: o número deve ser reintroduzido no interior da proposição – não é possível reduzi-lo, ele é um componente elementar da linguagem. A abordagem tractariana era ainda tida como bem-sucedida no que dizia respeito à explicação de todas as relações verifuncionais entre proposições, mas se fazia necessária, agora, a introdução de um complemento notacional que

¹⁸² WWK, pp. 63–64; PB, p. 317.

¹⁸³ SRLF, p. 165.

abrangesse os demais casos, e esse complemento é precisamente a linguagem fenomenológica matematizada esboçada em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, na qual deverão ser expressas as proposições sobre os fenômenos imediatos resultantes do procedimento de análise lógica. Será esse, portanto, o projeto levado a cabo a partir de 1929.

ii.

O projeto da linguagem fenomenológica

Em um primeiro momento, podem não parecer tão óbvias as razões que levam à introdução de uma investigação de natureza fenomenológica nessa fase inicial da filosofia intermediária de Wittgenstein. Seguramente, os argumentos extraídos de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica* conduzem à conclusão de que, se não houve ainda uma ruptura definitiva com o projeto tractariano, deve-se no mínimo esperar uma suplementação do instrumental analítico de que ali se dispunha, a fim de que sejam devidamente incorporadas novas formas de necessidade e impossibilidade, irreduzíveis a relações verifuncionais. No entanto, é lícita a pergunta: por que isso passa pela adoção de um novo método – o fenomenológico –, bem como de todo um novo objeto de estudo – os campos fenomênicos, como é o caso do campo visual –, ambos aparentemente alheios à temática central do *Tractatus*?

A leitura apresentada por João Vergílio Cuter no artigo “Uma fenomenologia sem métrica” lança luz sobre essa questão.¹⁸⁴ Ali, defende-se a ideia de que, no horizonte do *Tractatus*, encontra-se já prevista uma investigação de natureza fenomenológica, parte essencial da tarefa da “aplicação da lógica”¹⁸⁵ que Wittgenstein lega à posteridade. A isso, Cuter se refere como uma interpretação fenomenalista do *Tractatus* e diz que, sem ela, “o surgimento de uma fenomenologia nos textos do período intermediário acaba parecendo um evento mais ou menos gratuito”.¹⁸⁶ Sua formulação passa por um refinamento da distinção entre os domínios do *a priori* e do *a posteriori* no interior da obra, o que coincide apenas parcialmente com a maneira como tais conceitos são mobilizados na tradição filosófica: “É

¹⁸⁴ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 175.

¹⁸⁵ TLP, 5.557.

¹⁸⁶ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 183.

a priori aquilo que pode ser determinado anteriormente à análise completa da linguagem; é *a posteriori* aquilo que só pode ser exibido após a feitura dessa análise”.¹⁸⁷ Assim sendo, o *a priori* se limita exclusivamente à forma geral da proposição, que é dada pelo cálculo de funções de verdade por meio da aplicação recursiva do operador *N*. Por outro lado, a forma lógica das proposições elementares é conhecida *a posteriori*, o que significa que não pode ser determinada por meio de um método prévio, puramente formal.

No *Tractatus*, o método para a construção de todas as proposições da linguagem toma uma totalidade formalmente determinada de proposições elementares como base, à qual se aplicam operações de verdade que produzirão proposições cada vez mais complexas. Pode-se dizer que, de certa forma, o cálculo tractariano percorre a estrutura da análise “de baixo para cima”, uma vez que, nele, parte-se das proposições elementares de uma linguagem fenomenalista ainda pouco explorada rumo às proposições complexas e familiares de nossa linguagem ordinária. Ao fazer isso, não nos ocupamos, evidentemente, do conteúdo de tais proposições fenomenológicas. No entanto, esse movimento nos fornece algumas garantias em relação às proposições elementares: devem ser logicamente independentes umas das outras e suficientes para a construção de todas as demais proposições da linguagem. Cuter afirma: “Sabemos *a priori* quais são os processos que nos levam das proposições elementares até as proposições complexas, mas nada sabemos a respeito da estrutura interna – da forma lógica – das proposições elementares”. A investigação dessa estrutura interna deve se dar, como já foi dito, por meio da aplicação da lógica, que é evitada no *Tractatus*. Nela, a mesma estrutura da linguagem é percorrida “de cima para baixo”, já que as proposições elementares sobre os fenômenos são obtidas a partir da análise lógica de proposições da linguagem ordinária. Como é de se esperar, o produto final de tal análise são as proposições elementares, que nos dão uma “visão perspicua da gramática lógica que a gramática superficial da linguagem cotidiana, longe de revelar, oculta”, uma representação, portanto, de sua *forma lógica*.¹⁸⁸

Embora com frequência mobilizada na literatura secundária, do ponto de vista tractariano, é problemática a redução da forma lógica das proposições elementares às noções de função e argumento, nos moldes da filosofia da linguagem fregiana. Cuter afirma que tal

¹⁸⁷ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 178.

¹⁸⁸ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 179.

redução é, simultaneamente, deficiente e excessiva: “Dizer, portanto, que a forma lógica das proposições elementares é dada pelo par função/argumento é dizer muito pouco – é se esquecer daquilo que só a análise lógica poderá revelar. [...] Mas, dizer isso também pode ser demasiado, caso projetemos sobre as expressões ‘função’ e ‘argumento’ a sombra do par fregiano saturação/insaturação”.¹⁸⁹ Evidentemente, toda proposição elementar pode ser vista como uma função proposicional preenchida por um argumento. Como já foi mencionado, transformar em variável um dado nome que compõe uma proposição elementar resulta em uma função proposicional, e a transformação de todos os seus nomes em variáveis resulta em um protótipo lógico. O protótipo lógico é uma expressão da forma lógica da proposição elementar em questão, uma vez que explicita todas as possibilidades combinatórias entre nomes de diferentes categorias em proposições daquela forma:

Toda proposição, portanto, pode ser vista como um valor determinado de um protótipo lógico – como o valor de uma função proposicional. Mas a forma lógica destes nomes não nos é dada *a priori* – a tarefa de revelar a forma lógica dos nomes (suas possibilidades e impossibilidades combinatórias) coincide com a tarefa de exibir a totalidade das proposições elementares. Dada a totalidade dos nomes e dadas suas possibilidades combinatórias, a forma lógica das proposições elementares estará dada, e vice-versa.¹⁹⁰

No entanto, dizer que a forma lógica das proposições elementares é dada pelo par função e argumento pode também ser excessivo. Se, para Frege, as definições de função e argumento trazem em si uma clara divisão entre, respectivamente, entidades insaturadas e saturadas, para Wittgenstein, a situação é bastante distinta. No *Tractatus*, todo nome deve ser visto como uma entidade insaturada, uma vez que ganha significado precisamente em razão de suas possibilidades e impossibilidades combinatórias no interior das sentenças, que são aquilo que o define. Uma proposição é, no *Tractatus*, uma concatenação lógica de nomes. Portanto, a distinção fregiana entre função e argumento não pode ser plenamente aplicada à concepção tractariana da proposição.

A investigação *a posteriori* que Wittgenstein havia evitado no *Tractatus* consiste, precisamente, na determinação dessa rede de possibilidades combinatórias dadas pelas categorias de nomes que podem saturar uma determinada função proposicional reduzida a protótipo lógico. Os nomes da proposição elementar devem corresponder, portanto, a objetos

¹⁸⁹ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 179.

¹⁹⁰ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 180.

que apresentam, em razão da isomorfia entre proposições e estados de coisas possíveis, as mesmas possibilidades combinatórias e, portanto, a mesma estrutura lógica dos objetos que afiguram. É claro que as proposições elementares devem ser compostas de nomes que referenciam objetos irreduzíveis do ponto de vista da análise, mais ou menos no mesmo sentido em que o são, na física, partículas subatômicas e forças elementares. Mas qual é a natureza desses nomes? Diante disso, duas possibilidades se abrem: ou bem dizem respeito a objetos físicos, caso em que competiria à ciência empírica a sua investigação e provavelmente coincidiriam com entidades físicas irreduzíveis semelhantes às supramencionadas, ou bem a objetos fenomênicos, o que exigiria um novo tipo de abordagem. Por uma série de motivos, Custer acredita ser impossível a construção de proposições elementares tractarianas a respeito de objetos do mundo físico:

Qualquer objeto do mundo físico pode ser tematizado por uma narrativa cética: o cinzeiro pode ser um sonho, a caneta pode ser obra de um deus enganador, e assim por diante. Qualquer objeto do mundo físico, embora exista, poderia não existir. Todo objeto tractariano tem uma existência necessária, e nenhum objeto do mundo físico passaria nesse teste. Sejam quais forem as proposições elementares, portanto, elas não podem dizer respeito a objetos cuja existência ou inexistência nós possamos afirmar. Pelas razões expostas, não vejo como tais proposições poderiam incorporar objetos físicos como a *Bedeutung* de seus nomes. Parece-me que o campo fenomênico estava, por isso, na alça de mira do *Tractatus* desde o início, e que a análise completa da linguagem nos entregaria uma “linguagem fenomenológica” cujos nomes fariam referência aos elementos últimos daquele campo: pontos no espaço visual, marcas fenomênicas de temporalidade, cores – ou, mais exatamente, os elementos a partir dos quais as cores são constituídas (talvez a tonalidade, a saturação e o brilho), cuja multiplicidade composicional poderíamos chamar de “cromaticidade” (*Färbigkeit*). A descrição de um círculo vermelho no meu campo visual seria composta por elementos desse tipo, e seria uma proposição elementar na qual a palavra “vermelho” encobriria ainda uma camada de análise a ser empreendida.¹⁹¹

A notação fenomenológica parece ser, portanto, o meio mais perspicuo para a expressão da análise das proposições. As proposições da linguagem ordinária poderiam ser analisadas a partir de definições tomadas das formas dos fenômenos que, progressivamente, conduziriam até as proposições que tratam diretamente desses fenômenos constituintes. Essa constatação nos leva a mais uma característica distintiva do projeto de uma linguagem fenomenológica, o fato de que é privada de hipóteses.¹⁹² Isso deve ser entendido da seguinte

¹⁹¹ Custer, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 182.

¹⁹² Engelmann observa que, em seus escritos de 1929, Wittgenstein não define explicitamente a ideia de uma “linguagem primária ou fenomenológica”, mas que, em 1932, observa que se tratava “da descrição

forma: na linguagem natural, assim como no discurso científico, os objetos construídos a partir dos dados sensíveis são tomados como nomes recorrentes em proposições significativas. De maneira distinta, na linguagem fenomenológica, não se atribuem propriedades ou se postulam relações entre tais objetos, mas apenas entre os objetos fenomenológicos elementares e inanalísáveis. A descrição fenomenológica do mundo deve se limitar, portanto, aos objetos fenomenológicos. Nesse sentido, a cor ou o som, enquanto fenômenos físicos ou físico-químicos, não são de interesse algum para o tipo de investigação à qual Wittgenstein se propõe aqui: o objeto da fenomenologia é, antes, a cor enquanto fenômeno estritamente visual; o som como fenômeno estritamente auditivo. Da mesma forma, objetos ordinários tridimensionais – como mesas e cadeiras – não têm qualquer espaço nesse tipo de descrição. São hipotéticos porque sua construção, haja vista sua tridimensionalidade, implica a síntese de diversas perspectivas que, em última instância, são elas próprias reduzíveis a formas geométricas e pontos coloridos do campo visual.

Assim sendo, o estudo *a posteriori* da estrutura interna das proposições elementares deve ser fenomenológico, ou seja, fundamentado naquilo que é imediatamente dado à consciência, sem que haja portanto a necessidade de um apelo a construções hipotéticas sobre objetos que podem ser, afinal, postos em dúvida por um argumento cético. Os objetos hipotéticos das proposições de nossa linguagem ordinária – assim como os das proposições das ciências empíricas – são construções levadas a cabo a partir das proposições apodíticas da fenomenologia. É precisamente nesse sentido que Wittgenstein chama sua linguagem fenomenológica também de “linguagem primária”.¹⁹³ Os candidatos óbvios a objetos fenomênicos são, portanto, aqueles exaustivamente discutidos ao longo das *Observações Filosóficas*: manchas e pontos monocromáticos no espaço visual, sons no espaço auditivo, dores e sensações no espaço sensorial etc. Cuter defende uma convergência, nesse sentido, entre o modelo de análise de Wittgenstein no *Tractatus* e o método sintético de construção da linguagem a partir dos dados sensíveis vislumbrado por Russell em *Nosso Conhecimento*

(*Beschreibung*) da percepção sensorial imediata sem qualquer adição hipotética”. (MS 113, 123r; BT, 491)
(Cf. Engelmann, 2013, p. 14)

¹⁹³ PB, p. 51.

do Mundo Exterior, embora essa ideia não seja explicitamente formulada na obra de Wittgenstein.¹⁹⁴

Em um primeiro momento, a abordagem aqui proposta parece apresentar, de fato, grande convergência em relação a certos aspectos da epistemologia russelliana ou a um projeto como o da *Construção Lógica do Mundo*, de Carnap.¹⁹⁵ Engelmann acredita, no entanto, que se deve ter cuidado com tal aproximação. Segundo ele, ao caracterizar os objetos da linguagem ordinária e do discurso científico como hipotéticos, Wittgenstein não os considera “elementos mitológicos de um mundo hipotético (MS 105, 108), coisas inferidas ou construídas por meio de *classes* de dados sensíveis”,¹⁹⁶ mas simplesmente os trata como definíveis nos termos das formas implícitas nos fenômenos, uma vez que “os elementos indefiníveis, que devem fundamentar suas definições, são as formas espaciais, cromáticas, temporais e similares (MS 106, 171) – com ‘similares’ aqui se referindo, presumivelmente, às formas dos sons, odores etc.”.

No que diz respeito a possíveis comparações entre o projeto carnapiano em *A Construção Lógica do Mundo*, uma segunda diferença se mostra particularmente notória. Carnap concluíra, aprioristicamente, que as proposições elementares devem ser compostas de relações binárias, ternárias, quaternárias etc.¹⁹⁷ Como se pode deduzir a partir do que já foi exposto, na fase fenomenológica da filosofia de Wittgenstein, de maneira distinta, a reserva quanto à admissão de hipóteses se estende também à determinação da forma lógica da proposição, já que, antes da conclusão da análise, desconhecemos as possibilidades combinatórias dos nomes que a compõem. Segundo Kenny, porque passa a ser necessária uma investigação dos próprios fenômenos – uma investigação *a posteriori*, pode-se dizer – já não é mais possível presumir a forma das proposições elementares a partir da estrutura encontrada em sentenças da linguagem ordinária.¹⁹⁸ No *Tractatus*, propor uma forma interna específica para a proposição elementar era algo completamente alheio ao projeto e arbitrário,

¹⁹⁴ Mais uma vez, é natural que não o seja, uma vez que uma tal empreitada não faz parte do escopo do *Tractatus*.

¹⁹⁵ Cf. Russell, 1914; cf. Carnap, 1928.

¹⁹⁶ Engelmann, 2013, p. 15.

¹⁹⁷ Como observa Engelmann, Wittgenstein discute o tópico em WWK, p. 182: “Escrevi: ‘Somos incapazes de especificar a forma das proposições elementares’, e isso também estava correto. Para mim, estava claro aqui que de maneira alguma há hipóteses e que, no que diz respeito a essas questões, não podemos presumir desde o princípio, como faz Carnap, que as proposições elementares consistam em relações binárias etc.”. (Engelmann, 2013, p. 15)

¹⁹⁸ Kenny, 1974, p. 82.

como afirma Wittgenstein, por exemplo, nos aforismos 5.553 e 5.554: “Russell disse que haveria relações simples entre diferentes números de coisas (*Individuals*). Mas entre que números? E como se há de decidi-lo? – Pela experiência? [...] A especificação de qualquer forma específica seria completamente arbitrária”.¹⁹⁹ Por “forma específica”, Wittgenstein entende aqui algo como uma relação de vinte e sete ou qualquer outro número arbitrário de termos.²⁰⁰

Porque se tornou agora necessária a investigação fenomenológica e, além disso, percebeu-se que o instrumental tractariano não basta para a sua realização, Wittgenstein se ocupa, em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, de esboçar as características gerais que uma tal linguagem e sua respectiva notação devem assumir. O ponto mais distintivo de uma tal notação – e particularmente relevante para nosso estudo da forma como se manifesta o modelo do cálculo na fase intermediária – é, possivelmente, a necessidade da reintrodução do número como componente das proposições fenomênicas. No *Tractatus*, como já foi dito, a atribuição de números também podia ser reduzida à lógica verifuncional por meio da quantificação. No caso de proposições como “pelo menos três” ou “exatamente três”, isso se dava por meio do aninhamento de quantificadores existenciais. Eles seriam, por sua vez, reduzidos a aplicações reiteradas de funções de verdade a totalidades formalmente selecionadas de proposições.²⁰¹ O número era, portanto, uma mera abreviação que não apareceria em uma proposição completamente analisada. Agora, porque Wittgenstein não foi capaz de analisar proposições com atribuição de graus e medidas como o são as que falam sobre as cores e as dimensões no espaço, vê-se obrigado a reconhecer tanto que são elementares, quanto que dependem do uso de números como elementos irredutíveis a fim de que expressem o que exprimem. Isso ocorre porque, embora seja possível usar quantificadores para contar objetos, não é possível usá-los em medições. Se conto as moedas em meu bolso, por exemplo, e concluo que tenho ali três delas, posso exprimir essa informação da seguinte maneira: “Tenho uma moeda, outra moeda e ainda outra moeda – e nenhuma mais”, o que poderia ser simbolizado, na notação russelliana, como $\exists(x, y, z)(Px \cdot Py \cdot Pz) \cdot \forall(w)Pw \supset ((w = x \vee w = y) \vee w = z)$.

¹⁹⁹ TLP, 5.554. N.d.T.: A tradução “forma especial” (*spezielle Form*) foi substituída por “forma específica”.

²⁰⁰ Engelmann, 2013, p. 15.

²⁰¹ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 186.

Por outro lado, se concluo que tenho, portanto, três reais em meu bolso, já não posso exprimir tal conteúdo da mesma forma: “Tenho um real, outro real e ainda outro real – e nenhum mais”. O expediente quantificatório, aqui, é incapaz de preservar a unidade essencial à cada instância de aplicação da unidade de medida. Afinal, x , y e z não podem simbolizar “um real”, “outro real” e “ainda outro real”, respectivamente, uma vez que é essencial a uma unidade de medida, como o é a unidade monetária “real”, que seja sempre a mesma, e não uma outra. Se pudessem, afinal, o que seriam cinquenta centavos? Como seria representada tal quantia em nossa notação? O mesmo, evidentemente, pode ser aplicado a todas as demais proposições em que há a expressão de graus precisos de uma determinada propriedade, como é o caso da medição de dimensões físicas – em centímetros, metros quadrados ou cúbicos, polegadas, pés etc. –, de posições cromáticas – em tom, saturação e valor – ou acústicas – em hertz, decibéis, segundos etc.

Porque não é capaz de expressar a relação intrínseca de incompatibilidade entre proposições que atribuem diferentes gradações em uma mesma escala, a forma função-argumento claramente não é dotada da *multiplicidade* adequada à expressão de certos tipos de fenômenos. O projeto da linguagem fenomenológica busca, precisamente, a criação de um simbolismo dotado de tal multiplicidade. Que simbolismo é esse? Analisarei as propostas de Wittgenstein para o simbolismo fenomenológico adequado à análise das proposições relativas ao espaço e à cor conforme se apresentam no campo visual, já que é dessas duas formas que participam as proposições mutuamente excludentes identificadas por Ramsey em seu artigo. Para a análise das relações espaciais no campo visual, Wittgenstein introduz, em *Algumas Observações Sobre a Forma Lógica*, o sistema de coordenadas:

Em primeiro lugar, deve-se observar que essa versão do sistema de coordenadas é um mero esboço. Supostamente, sua versão mais bem acabada deve contar com a multiplicidade necessária para a descrição de toda a geometria dos fenômenos visuais, no que diz respeito à disposição e formato dos objetos encontrados no campo visual. Se quisermos descrever, portanto, a existência de uma determinada mancha *P* no campo visual, conforme representada na figura acima, podemos fazê-lo por meio de uma expressão como “(6–9) (3–8) Vermelho”.²⁰² Evidentemente, nessa sua forma ainda esquemática, a notação do sistema de coordenadas não é capaz de representar uma grande variedade de formas geométricas: triângulos, octógonos, círculos etc. Tampouco estão determinados, por exemplo, a localização do ponto zero das coordenadas em relação ao campo visual e, conseqüentemente, a forma como os demais quadrantes devem ser projetados sobre ele, ou mesmo a natureza da unidade de medida a ser usada.²⁰³ O que importa observar, contudo, é que, se o projeto fosse bem sucedido, números, cores e sistema de coordenadas viriam a substituir, aqui, as formas tractarianas função e argumento.

Embora um problema como o da impossibilidade da atribuição simultânea de diferentes cores ao mesmo objeto fenomênico já possa ser resolvido pelo simples emprego do sistema de coordenadas, enquanto parte essencial da linguagem fenomenológica, faz-se necessária a introdução também de um segundo tipo de simbolismo: o octaedro das cores. Ele é dotado da multiplicidade adequada para a representação da impossibilidade lógica de certas misturas cromáticas, como é o caso, por exemplo, de “verde avermelhado” ou “amarelo azulado”, expressões contrassensuais que não se referem a cor alguma. Que uma transição gradativa do vermelho em direção ao verde não seja possível, no mesmo sentido em que o é uma transição do vermelho ao amarelo, é algo que se torna óbvio por meio dessa notação. Porque ele é um verdadeiro mapa de todas as possibilidades cromáticas, dispensa a formulação verbal de regras de sintaxe relativas a forma como as cores podem ou não se misturar, da mesma maneira como um mapa geográfico impede a formulação de um contrassenso como “A está ao norte de B e B está ao norte de A”. Pode-se dizer, portanto, que o octaedro das cores é uma notação perspicua, no sentido tractariano do termo: mostra o que é e o que não é possível no campo cromático, sem que seja necessário dizê-lo. O octaedro

²⁰² Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 27.

²⁰³ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 18.

das cores era um dispositivo recorrente para a representação de possibilidades cromáticas em manuais de psicologia do século XIX; nas *Observações Filosóficas*, Wittgenstein o apresenta da seguinte forma:²⁰⁴

É seguro supor que, se a ideia de uma linguagem fenomenológica tivesse se mostrado viável, outros dispositivos notacionais deveriam ser desenvolvidos, visando a representação de diferentes aspectos das formas fenomênicas som, tempo, sensação tátil etc. O que todos esses sistemas deveriam ter em comum, no entanto, é a capacidade de uma representação dos fenômenos sensoriais inambígua e completamente matematizada. Embora o octaedro das cores seja, assim como o sistema de coordenadas, ainda uma notação esboçada e não definitiva, não é difícil perceber como se daria, por meio dele, a atribuição de valores numéricos específicos às expressões cromáticas. Valores de brilho poderiam ser representados pelo eixo vertical; valores de matiz, por uma escala graduada no perímetro do quadrado central; a saturação seria expressa pela distância em relação ao ponto central, que é o cinza puro dotado de grau zero de brilho. As proposições hipotéticas da linguagem secundária ou fisicalista poderiam, então, ser reduzidas a proposições fenomenológicas sobre os dados sensíveis em que há a expressão absolutamente inambígua, uma vez que matematizada, dos objetos fenomênicos. Como veremos mais adiante, no entanto, essas aspirações não se concretizarão.

Antes que eu possa tratar dos motivos que levaram ao fim do projeto da linguagem fenomenológica, no entanto, é pertinente que se aborde a forma como essa nova teoria da afiguração garante a significatividade das proposições, o que era uma das principais funções da teoria figurativa tractariana. Isso se dá por meio da noção de verificação, inserida no contexto da discussão das proposições fisicalistas como hipóteses e da possibilidade de

²⁰⁴ PB, p. 278.

redução destas às proposições mais elementares da linguagem fenomenológica. Kenny observa que o período da redação das *Observações Filosóficas* foi aquele em que Wittgenstein esteve em maior contato com os membros do Círculo de Viena. Não parece gratuito que seja precisamente nessa época que sua filosofia tenha mais se aproximado também do positivismo lógico, particularmente no que diz respeito à sua incorporação da noção de verificação.²⁰⁵ O verificacionismo, segundo Kenny, “em sua forma mais forte defende que o significado de uma proposição seja o seu modo de verificação”. Embora membros do grupo austríaco tenham com frequência atribuído a Wittgenstein sua formulação, a verdade é que a forma e o contexto em que tal ideia aparece no interior de sua obra são peculiares.²⁰⁶

No aforismo 4.024 do *Tractatus*, Wittgenstein afirma: “Entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira. (Pode-se, pois, entendê-la e não saber se é verdadeira.) Entende-se a proposição caso se entendam suas partes constituintes”.²⁰⁷ Ali, no entanto, o verificacionismo era desnecessário, uma vez que o sentido de uma proposição era dado por suas condições de verdade.²⁰⁸ Isso já não é mais possível após a constatação de que o significado dos conectivos lógicos depende, em inúmeros casos, das formas específicas dos fenômenos afigurados, como Wittgenstein constatou a partir de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*. Afinal, é necessário agora tratar como um contrassenso a primeira linha da tabela de verdade que expressa a conjunção entre “Este ponto é azul” e “Este ponto é vermelho”, o que mostra que uma regra não verifuncional participa na produção do sentido de tal proposição.²⁰⁹ A partir de 1929, portanto, a verificação das proposições – ou seja, a

²⁰⁵ Cf. WWK, pp. 47–48, p. 79, p. 244.

²⁰⁶ Wittgenstein chegou a dizer, durante uma reunião do Moral Science Club no ano de 1938, que nunca ouvira falar do princípio de verificação até quinze dias antes, conhecendo apenas o método de se perguntar pela verificação das proposições. (Wittgenstein, 2003, p. 334) É necessário, portanto, manter cautela na aproximação entre as ideias apresentadas nas PB sobre verificacionismo e suas equivalentes defendidas pelo Círculo de Viena.

²⁰⁷ TLP, 4.024.

²⁰⁸ Segundo Engelmann, a interpretação do *Tractatus* feita por membros do Círculo de Viena, particularmente Schlick, levou vários autores a atribuírem também àquela obra uma versão precoce do verificacionismo. Isso foi mais tarde replicado por comentadores como Michael Wrigley (Cf. Wrigley, 1989) e Karl Popper. No entanto, como Schlick já equiparava verificação e critério de verdade quando leu o *Tractatus* pela primeira vez, é compreensível que tenha projetado suas próprias ideias sobre a obra, ignorando o fato de que, ali, o sentido de uma sentença é totalmente determinado por suas condições de verdade, dadas em última instância pelas proposições elementares que a constituem, em que os nomes aparecem como simples. (Engelmann, 2014, p. 21).

²⁰⁹ É interessante confrontar essa ideia com T, 4.024: “Entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira”.

forma como são comparadas com a realidade – torna-se um tema de grande importância para Wittgenstein. Segundo Engelmann, essa “‘comparação com a realidade’ deve ser determinada pelo modo ou método de verificação: uma proposição é considerada comparável à realidade apenas se puder ser, em princípio, verificada”.²¹⁰ Já não basta mais, como antes, saber *o quê* é o caso para que se determine o sentido de uma proposição, é preciso saber *como* ele deve ser determinado, pois diferentes tipos de proposição solicitam diferentes métodos de verificação. Nas *Observações Filosóficas*, Wittgenstein afirma:

Queria dizer: para toda pergunta há sempre um *método* correspondente de descobrir [a resposta] [*eine Methode des Findens*]. Ou, pode-se dizer, uma pergunta denota um método de procura [*eine Methode des Suchens*] [...] Entender o sentido de uma proposição significa saber como a questão de sua verdade ou falsidade tem de ser decidida.²¹¹

A verificabilidade, obviamente, não indica que uma proposição é verdadeira, mas sim que é dotada de sentido.²¹² Em sua acepção mais corrente, fortemente influenciada pela formulação do Círculo de Viena, a doutrina do verificacionismo defende que o significado de uma proposição é o seu método de verificação, bem como que, conseqüentemente, a proposição é um contrassenso caso não possa ser verificada ou falseada. Uma proposição *p* tem sentido, portanto, apenas quando está dado o seu método de verificação. No curto espaço de tempo que vai de 1929 a 1930, Wittgenstein sustentou duas versões diferentes da ideia de um método de verificação. A primeira está vinculada à noção da linguagem fenomenológica primária; a segunda é a versão que permanece em voga após a constatação da impossibilidade da tradução das descrições fenomênicas nos termos de tal linguagem. Trato aqui da primeira versão, a segunda será abordada nas duas seções subsequentes deste capítulo.

A concepção verificacionista sustentada por Wittgenstein à época de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica* divide as proposições em três tipos, tendo em vista o seu método de verificação. Proposições genuínas (*Aussagen*) são aquelas que podem ser conclusivamente verificadas ou falseadas por meio da comparação à realidade, já que descrevem a “experiência primária”, ou seja, os dados do sentido. Um exemplo possível é “Um círculo branco se apresenta em meu campo visual”, uma proposição que é ou

²¹⁰ Engelmann, 2013, p. 26.

²¹¹ PB, p. 77.

²¹² MS 107, p. 143.

definitivamente verdadeira, ou definitivamente falsa.²¹³ Hipóteses, por outro lado, são proposições sobre objetos físicos ou sobre o estado mental de outros indivíduos, como “A lua está agora visível no céu”.²¹⁴ Elas não são verdadeiras ou falsas no mesmo sentido que uma proposição fenomenológica, mas sim mais ou menos prováveis, uma vez que, como já foi observado anteriormente, todos os objetos físicos são alvos possíveis de um argumento cético. Wittgenstein as caracteriza, por vezes, como leis ou regras para a construção de proposições genuínas:²¹⁵ proposições sobre objetos materiais (“Há uma cadeira diante de mim”) conectam várias proposições sobre o que vemos ao observar tais objetos. Por último, há as proposições da matemática, cujo significado é dado por meio de provas – e não da verificação –, que serão abordadas em um momento oportuno ao longo deste capítulo. No que diz respeito às proposições hipotéticas da linguagem secundária, Engelmann afirma que “[...] pode-se dizer que as proposições ordinárias são como hipóteses porque têm uma ‘multiplicidade maior’ do que aquelas que admitem uma ‘única verificação’”, sendo essa verificação única precisamente o que se desejava obter por meio da redução de tais proposições ordinárias a proposições de uma linguagem fenomenológica.

Portanto, a verificação se dá, ao menos inicialmente, no nível da linguagem fenomenológica. Já vimos que tal linguagem é composta por diversos dispositivos notacionais, como o sistema de coordenadas para o espaço visual e o octaedro das cores, que mapeiam a complexa estrutura interna da proposição, heurísticamente apresentada nos termos de função e argumento no *Tractatus*. Como ocorre a verificação por meio desses sistemas? No caso do sistema de coordenadas, a malsucedida tentativa de verificação de “O ponto *p* do espaço visual é simultaneamente azul e vermelho” mostra, imediatamente, o caráter contrassensual da proposição. Afinal, é impossível expressar tal proposição por meio da notação ali proposta. Conclui-se, portanto, que a proposição não pode ser verificada e é, portanto, um contrassenso. O mesmo é válido para o octaedro das cores: uma proposição como “O ponto *p* do espaço visual é vermelho esverdeado” tampouco se mostra verificável, pois é evidente que não há ali uma região cromática correspondente a tal qualificação. Em outras palavras: se pontos em um sistema de coordenadas no interior do octaedro das cores

²¹³ É claro, desde que estipulados os valores coordenados referentes à sua posição específica no campo visual, bem como os valores de matiz, saturação e brilho do “branco” em questão.

²¹⁴ Glock, 1996, p. 382.

²¹⁵ WWK, pp. 100–101, p. 159, pp. 210–211; PB, pp. 282–297.

podem ser expressos linearmente – por exemplo, como M:19-S:24-B:12 –, não haverá quaisquer valores numéricos que correspondam à atribuição cromática “vermelho esverdeado”.

Se a linguagem fenomenológica fosse de fato uma linguagem primária, como sustentou Wittgenstein, a verificação das hipóteses – ou seja, proposições fisicalistas da linguagem ordinária – deveria, portanto, dar-se no âmbito dela. Isso ocorreria porque todos os nomes ou expressões de uma proposição fisicalista deveriam poder ser reduzidos, em última instância, a nomes de uma proposição fenomenológica diretamente relacionada à experiência sensível. Engelmann acredita que a equivalência entre uma proposição ter sentido e ter um método de verificação deve ser encarada como uma resposta aos problemas colocados por Ramsey em seu artigo.²¹⁶ Para ele, a ideia tractariana de “espaço lógico” deve agora ser revisada, uma vez que a noção de “cor” como forma de um espaço fenomenológico torna problemática a explicação verifuncional da natureza da lógica e da inferência.²¹⁷ A explicação tractariana do sentido e do contrassenso já não dão mais conta dos casos particulares de proposições relativas às cores, ao espaço e ao tempo. Como são essas as proposições mais fundamentais da linguagem, às quais todas as demais devem ser reduzidas ao longo do procedimento de análise, o problema torna-se realmente grande. O princípio da verificação passa a ser necessário, portanto, a partir do momento em que falha a tentativa tractariana de dar limites precisos ao significado, de maneira apriorística, tornando necessária uma investigação casuística das formas lógicas.

Passemos agora aos motivos que levaram Wittgenstein a deixar de lado a busca pela linguagem fenomenológica. Anunciado em 1929, o projeto é abandonado dentro de pouco tempo, o que é atestado por sua reiterada rejeição no texto das *Observações Filosóficas*, que começam a ser escritas já no mesmo ano. De acordo com Engelmann, são duas as principais dificuldades encontradas. A primeira é a seguinte: no que diz respeito ao espaço, Wittgenstein acreditava, a princípio, que a distância acabaria eventualmente por se mostrar uma propriedade interna do campo visual, exprimível por meio de uma notação adequada. No entanto, o filósofo finalmente tem de reconhecer certa ambiguidade intrínseca à sua forma de apresentação. Dessa forma, o campo visual se mostra inadequado à medição, dotado de

²¹⁶ Engelmann, 2013, p. 27.

²¹⁷ O que fica claro, mais uma vez, pelas distorções produzidas em tabelas veritativas para conjunções de proposições incompatíveis com atribuição de cores.

uma inexatidão constitutiva, aquilo que Wittgenstein chamará de “fator de indeterminação”. Em segundo lugar, a determinação dessa ambiguidade interna do espaço visual, assim como sua tradução bem-sucedida para uma notação adequada, parece se tornar cada vez mais improvável.²¹⁸

Como já foi mencionado, a notação fenomenológica tem como um de seus pressupostos mais importantes o fato de que, nela, não se postulam quaisquer hipóteses sobre os fenômenos descritos. Dentre outras coisas, deve-se entender como uma hipótese, nesse sentido, a construção do objeto físico a partir dos objetos fenomenológicos – algo próximo aos dados sensíveis com que Russell desejou fundamentar sua epistemologia. Portanto, pode-se dizer que, na linguagem fenomenológica, ser e parecer coincidem: porque as proposições fenomenológicas não assumem quaisquer compromissos quanto à construção dos objetos, devem se limitar a asserir as propriedades tais quais *aparecem* ou *parecem ser* ao observador. Naturalmente, é também hipotética e, portanto, secundária em relação a essa linguagem fenomenológica, a proposição que atribui determinadas dimensões físicas a um objeto. Enfim, faltam-nos, na linguagem fenomenológica, critérios externos para a atribuição de verdade ou falsidade às proposições como os que estão disponíveis na linguagem natural, como padrões convencionais estáveis para a medição ou para a identificação de matizes cromáticas, por exemplo. Em outras palavras, a própria noção de verificação não é aplicável às proposições sobre campos fenomênicos. Não é possível medir o campo visual, por exemplo, simplesmente porque não dispomos de uma “régua fenomenológica”, de modo que proposições da linguagem ordinária como “Esta linha tem três centímetros” simplesmente não podem ser transplantadas de seu lugar de origem na linguagem.

Isso é precisamente o contrário daquilo que frequentemente se dá em nossa linguagem ordinária, onde atestamos muitas vezes, por meio de uma descoberta empírica, que nossas impressões iniciais quanto a um objeto eram falsas. Pode-se concluir, afinal, que um objeto que se tomou por uma pirâmide era, na verdade, um trapézio; que aquilo que se julgou ser um círculo é uma figura geométrica com milhares de lados; que duas linhas de comprimento aparentemente idêntico os têm, na verdade, distintos; e assim por diante. Mas como tais distinções seriam aplicáveis aos fenômenos do campo visual, o mais recorrente exemplo dado por Wittgenstein?

²¹⁸ Engelmann, 2013, p. 35.

[...] posso agora, ainda assim, dizer que no campo visual algo pode *parecer* diferente do que *é*? Certamente não! Ou que permanece sempre a mesma uma distância no campo visual que, em dado momento, *é n* e, em outro momento, *é n+1*? Tampouco.²¹⁹

De fato, Wittgenstein já formula aqui aquilo mais tarde chamará de “problema da ‘inexatidão’ dos dados do sentido”.²²⁰ A própria diferenciação entre o ser e o parecer implica a mobilização de uma hipótese, a fim de que se descreva o que é imediatamente visto, um critério de decisão externo que possa determinar com precisão aquilo que é realmente o caso. Isso, no entanto, é totalmente contrário ao espírito de uma investigação fenomenológica, em que o fenômeno, tal como se apresenta, deve ser soberano. O sistema de coordenadas, por sua vez, não representa corretamente a inexatidão daquilo que é visto no campo visual, já que nele a diferença entre *n* e *n+1* deve ser determinada por números e, portanto, de maneira precisa. Como observa Engelmann, “a expressão simples ou direta das distâncias em um sistema de coordenadas, portanto, não expressa a multiplicidade correta de distâncias no campo visual”,²²¹ o que, nas palavras de Wittgenstein, indica “como é difícil descrever aquilo que é realmente visto”.²²² Essas questões, bem como uma série de outros problemas correlatos, são o que levarão Wittgenstein a abandonar definitivamente o projeto de uma linguagem fenomenológica.

Nas *Observações Filosóficas*, texto redigido ao longo de 1930, o projeto da linguagem fenomenológica já havia sido abandonado. Isso não significa, no entanto, que a concepção da tarefa mais urgente da filosofia como sendo a de uma *investigação fenomenológica* também o fora. Na verdade, essa ideia continuará válida ao longo da maior parte do período que vai de 1929 a 1934, podendo ainda ser encontrada, ainda que já bastante modificada, no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica*.²²³ É necessário, no entanto, que se observe o enfraquecimento paulatino e o eventual abandono completo da noção de figuratividade. Não se deseja mais uma fundamentação semântica da linguagem em elementos linguísticos que afigurem dados sensíveis, uma vez que a própria linguagem fenomenológica se mostrou incapaz de proporcionar tais resultados. Será introduzido,

²¹⁹ MS 107, 29.

²²⁰ MS 107, 171.

²²¹ Engelmann, 2013, p. 35.

²²² MS 107, 30.

²²³ BT, 94; PG, 165.

portanto, o conceito de gramática – e, simultaneamente, uma nova concepção da atividade filosófica como *investigação gramatical*. As características mais distintivas da gramática e de suas regras são, precisamente, sua autonomia e arbitrariedade. É bastante elucidativo que Wittgenstein, alguns anos mais tarde, tenha dado a uma das seções do *Big Typescript* o curioso título “Fenomenologia é Gramática”. Ali, o filósofo explica: “A investigação das regras de uso de nossa linguagem, o reconhecimento dessas regras e de sua representação equivalem a – i.e. obtêm a mesma coisa – que frequentemente desejamos obter ao construir uma linguagem fenomenológica”.²²⁴ Essa observação esclarece que a noção de afiguração lógica, ainda essencial ao modelo do cálculo linguístico tal como este se apresentava no contexto da construção da linguagem fenomenológica, já fora definitivamente substituída por duas novas ideias, que virão a assumir agora o protagonismo em uma nova etapa da filosofia de Wittgenstein: gramática e regras gramaticais. A noção de gramática é, portanto, o tópico discutido na seção seguinte.

iii.

Introdução do conceito de gramática

As considerações apresentadas nas duas seções anteriores, relativas à impossibilidade da construção de uma linguagem fenomenológica, culminam na introdução do conceito de gramática à filosofia intermediária de Wittgenstein. A função da gramática será, inicialmente, a de complementar e, eventualmente, a de substituir a noção tractariana de sintaxe lógica. Ela a complementa no mesmo sentido em que a linguagem fenomenológica deveria tê-lo feito, permitindo uma investigação semântica da estrutura interna das proposições. Contudo, acaba por substituí-la por completo porque se tornam patentes sua maior abrangência e são revistos alguns dos pressupostos mais centrais da sintaxe lógica tractariana – como a tríade mencionada no primeiro capítulo deste estudo: teoria figurativa, atomismo lógico e composicionalismo. A ideia é incorporada já em 1929, quando da redação das *Observações Filosóficas*, embora sua formulação mais bem acabada só possa ser encontrada no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica*. Em um primeiro momento, o uso dado pelo filósofo à

²²⁴ BT, 94.

palavra “gramática” parece bastante idiossincrático. De fato, tanto em anotações de cursos ministrados por Wittgenstein entre os anos de 1930 e 1933, quanto em um artigo voltado à discussão das peculiaridades do conceito, G. E. Moore se mostra incomodado com a escolha terminológica:

[Wittgenstein] frequentemente faz afirmações como ‘Tal e tal é uma regra gramatical’, onde ‘tal e tal’ não é o tipo de coisa que você normalmente encontraria em nenhum [livro de] gramática como exemplo de regra gramatical [...], ele usa a expressão em algum sentido distinto.²²⁵

Como observa Moore, a gramática wittgensteiniana aparenta ser diferente da disciplina tal como tradicionalmente concebida, assim como suas regras parecem ter pouco em comum com a acepção mais corrente do que é uma regra gramatical. Afinal, sentenças gramaticalmente incorretas não necessariamente violam a gramática de Wittgenstein e, do mesmo modo, um contrassenso tampouco deve necessariamente ser uma sentença gramaticalmente incorreta, em sua acepção corriqueira.²²⁶ “Ideias verdes incolores dormem furiosamente”, por exemplo, embora completamente desprovida de sentido, é uma sentença perfeitamente gramatical, na acepção mais tradicional do termo.²²⁷ “Dois homens estranhos veio falar comigo”, por outro lado, é uma sentença perfeitamente significativa que viola regras gramaticais ordinárias. Curiosamente, no entanto, Wittgenstein tenta aproximar, no *Big Typescript*, sua peculiar noção de gramática daquela tradicionalmente empregada pelos gramáticos. Na seção 32 do livro, ele afirma:

Eu poderia explicar as coisas da seguinte maneira: a cor deste objeto é chamada de “vermelho”; a forma, de “círculo”. E, aqui, as palavras “cor” e “forma” representam tipos de aplicação (regras gramaticais) e realmente significam/realmente são tipos de palavras, assim como “adjetivo” e “substantivo”. Seria perfeitamente possível introduzir “palavra para cor”, “palavra para forma” na gramática (ordinária), junto dos termos anteriores.²²⁸

Wittgenstein parece acreditar que sua gramática filosófica, embora não seja qualitativamente distinta da gramática dos gramáticos, é mais refinada e nuançada, sendo capaz de identificar padrões linguísticos não abrangidos por esta, em razão de sua

²²⁵ M, pp. 202–203.

²²⁶ Engelmann, 2013, p. 140.

²²⁷ Chomsky, 1957, p. 15.

²²⁸ BT, 32.

categorização mais específica: “palavras para cores”, “palavras para forma” etc. Consequência disso é o fato de que seja capaz de identificar certos tipos de regularidade linguística ignorados pela gramática ordinária. É nesse sentido que o conceito deve ser entendido como uma expansão e modificação da ideia tractariana de sintaxe lógica. Embora se distancie dela em vários aspectos, preserva a função primordial que lhe havia sido reservada no *Tractatus*: a de delinear os limites da significatividade na linguagem. A sintaxe é, afinal, uma parte constituinte de toda e qualquer gramática, aquela que se ocupa das relações formais que interligam os constituintes da sentença, atribuindo a ela uma estrutura. A adequação de uma sentença a certas regras sintáticas é sempre uma condição necessária para a garantia de seu significado. Que uma determinada linguagem seja dotada de certas regras gramaticais contingentes não é de grande interesse, contudo, para a investigação gramático-filosófica em questão. Wittgenstein, é claro, não se ocupa das estruturas contingentes de linguagens específicas, mas busca mapear a gramática profunda da qual estas devem invariavelmente compartilhar.²²⁹ Se, no *Tractatus*, a análise sintática se detinha nas formas limítrofes função e argumento, ainda que apenas heurísticamente,²³⁰ deve-se agora incorporar à gramática também o estudo das formas específicas dos fenômenos, que a investigação fenomenológica mostrou serem necessárias: cor, tempo, espaço etc. Além disso, de modo a conferir unidade ao seu projeto filosófico, Wittgenstein inclui em sua gramática também os conceitos formais matemáticos.

A gramática, portanto, é o que dá continuidade ao projeto tractariano da demarcação dos limites da significatividade. De grande importância é a constatação de que, para uma investigação das regras gramaticais que determinam o sentido das proposições, já não é necessário desenvolver quaisquer novas linguagens, lógicas ou fenomenológicas, mas basta-nos a linguagem ordinária da qual já dispomos: “Não precisamos inventar uma nova linguagem ou construir um novo simbolismo, mas nossa linguagem cotidiana [já] é a

²²⁹ Na realidade, a ideia não é tão exótica quanto possa parecer em um primeiro momento. Alguns comentadores já consideraram elusiva e inadequada a escolha do termo “gramatical”, da parte de Wittgenstein, para a qualificação do tipo de investigação a ser conduzida ao longo do período intermediário. (Cf. McGinn, 1997) No entanto, a ideia de uma “gramática profunda” em que se descrevem regras sintáticas universalmente válidas – independentes, portanto, de considerações específicas à sintaxe particular da linguagem analisada – encontra já há muito tempo ampla circulação na linguística, tendo atingido sua forma mais bem desenvolvida nas diversas variantes da teoria gerativa de Noam Chomsky.

²³⁰ Afinal, como já mencionei, a própria ideia de que a proposição possa ser vista como composta de função e argumento é, já no *Tractatus*, apenas uma simplificação razoavelmente inconsequente para os propósitos ali desenvolvidos.

linguagem, desde que a livremos das obscuridades que ela esconde”.²³¹ Mais uma vez, no entanto, a investigação que deve ser conduzida é ainda claramente uma investigação fenomenológica, embora já se tenha concluído não ser possível criar uma linguagem artificial capaz de figurar com precisão tais fenômenos, por serem eles próprios, em alguma medida, dotados de certa imprecisão. Kenny observa que, nesse momento específico, diversos métodos de representação coexistem, sem que haja, no entanto, a preponderância de qualquer um deles. Se, por vezes, é vantajoso utilizar a notação russelliana a fim de elucidar, por exemplo, a derivabilidade de uma determinada proposição a partir de outras; em outros momentos é lícito apelar ao octaedro das cores a fim de que se determinem quais são as compatibilidades cromáticas possíveis. Ambas as ideias podem ser expressas, no entanto, também por meio da linguagem ordinária. Ou seja, se uma regra sintática a respeito do espaço cromático pode ser expressa através do octaedro das cores, onde se torna patente a impossibilidade de uma transição gradativa da cor vermelha em direção ao verde, ela também pode ser simplesmente expressa por uma sentença da linguagem ordinária: “Não existe tal coisa como ‘vermelho esverdeado’”.

Aqui, a comparação entre a gramática de Wittgenstein e a gramática normativa dos gramáticos se mostra, mais uma vez, profícua. Se há, na exposição da gramática ordinária de uma determinada linguagem natural, tópicos passíveis de uma abordagem sistemática, há também aqueles que se mostram particularmente resistentes à sistematização. Tabelas de declinação e conjugação verbal podem ser vistas como dispositivos notacionais adequados à expressão mais perspicua de determinadas propriedades semântico-morfológicas da linguagem, mas não é possível apresentar todas as regras gramaticais de uma língua por meio delas. Há regras, como aquelas que dizem respeito ao uso das vírgulas ou de outros sinais de pontuação, que têm em sentenças prescritivas da linguagem ordinária sua forma de expressão mais adequada: “Sujeito e verbo não devem ser separados por vírgula”. Uma notação alternativa pode ser concebida para a representação de conteúdos expressos na linguagem ordinária, assim como o conteúdo expresso em dada notação pode, ainda que frequentemente com perdas significativas em relação à perspicuidade, ser traduzido em sentenças de nossa linguagem comum. Assim sendo, a escolha pela forma mais adequada de expressão, por

²³¹ WWK, p. 45.

aquilo que Wittgenstein chama de “sistema de apresentação” (*Vorstellungssystem*)²³² atende a critérios, em última instância, de natureza estritamente pragmática:

Seria estranho que a lógica se preocupasse com uma linguagem “ideal” e não com a *nossa*. Pois o que exprimiria essa linguagem ideal? Presumivelmente, o que agora exprimimos em nossa linguagem cotidiana; se assim for, essa é a linguagem que a lógica tem de investigar.²³³

É interessante que se observe o quanto a ideia de uma investigação gramatical é profundamente característica da filosofia intermediária de Wittgenstein. Na verdade, a partir do abandono da linguagem fenomenológica, a ideia de um simbolismo perspícuo para a elucidação das regras da linguagem é substituída pelo projeto da composição daquilo que Engelmann chamou de “livro da ampla gramática de base fenomenológica”.²³⁴ Nele, tópicos relevantes de cada área examinada – lógica, matemática e fenomenologia – são abordados de maneira individual e em uma ordem relativamente arbitrária, ao menos no que diz respeito à conexão entre cada subdivisão interna do texto.²³⁵ De fato, os três textos do período selecionados pelos executores testamentários para a publicação sob a forma de livros – as *Observações Filosóficas*, o *Big Typescript* e a *Gramática Filosófica* – apresentam certas semelhanças no que diz respeito à divisão de capítulos e alocação de temas. Áreas e aspectos específicos da investigação filosófica da linguagem são abordados de maneira individual e relativamente organizada. Há, no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica*, por exemplo, em seções destinadas à discussão da filosofia da matemática, subcapítulos intitulados “Generalidade”, “Sobre os números cardinais”, “Prova matemática” e “Fundamentos da matemática”. O mesmo se aplica à divisão e à abordagem de temas em filosofia da psicologia, da lógica e da linguagem. Embora os capítulos das *Observações Filosóficas* não tenham títulos, também é possível observar ali esse mesmo padrão de organização do conteúdo. Em §3 das *Observações Filosóficas*, Wittgenstein afirma:

As palavras “cor”, “som”, “número” etc. poderiam aparecer nos títulos dos capítulos de nossa gramática. Não precisam ocorrer no corpo dos capítulos, embora seja aí que sua estrutura é apresentada.²³⁶

²³² WWK, p. 80.

²³³ PB, p. 53.

²³⁴ Cf. Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 37.

²³⁵ Wittgenstein chegou a aventar a possibilidade de organizar tais tópicos em ordem alfabética, à maneira de um dicionário filosófico.

²³⁶ PB, p. 53.

No entanto, a equivalência das diversas linguagens ou sistemas de apresentação e a admissão da formulação sentencial das regras sintáticas só são possíveis porque Wittgenstein, como mencionei na seção anterior, passa a flexibilizar um importante aspecto da filosofia do *Tractatus*: a teoria figurativa da linguagem. Como vimos no capítulo anterior, as noções de dizer e mostrar desempenhavam um grande papel no projeto tractariano da sintaxe lógica, na medida em que se buscava ali a elaboração de uma notação em que não fosse necessário dizer aquilo que só pode ser mostrado. Isso tornaria ociosa a incorporação, ao sistema tractariano, de pseudoproposições supostamente dotadas da forma de regras, como “A é um objeto”, “B é um número”, “C é uma cor” etc. Em outras palavras, Wittgenstein tenta, no *Tractatus*, desenvolver uma notação dotada da multiplicidade categorial adequada à afiguração completa dos fatos. É nesse sentido que Schlick pergunta a Waismann, que trabalhava na época em um projeto de livro em conjunto com Wittgenstein,²³⁷ no qual diversos aspectos de sua nova filosofia seriam expostos: “Não se deveria construir uma linguagem na qual as regras de sintaxe mostrassem-se a si mesmas?”. A isso, Waismann responde:

É esse o caso quando usamos um sistema de regras para a descrição. Se o sistema de sinais tiver a multiplicidade correta, as regras de sintaxe se tornam supérfluas. O uso das palavras “ao norte de” dependem de certas regras sintáticas: não deve ser possível que se diga “A está ao norte de B e B está ao norte de A”. Mas os mapas não são capazes de representar esse tipo de contrassenso, pois são dotados da multiplicidade correta.²³⁸

A resposta de Waismann está, de fato, em perfeita conformidade tanto com a concepção tractariana das características de uma notação adequada, quanto com os propósitos últimos do projeto de construção da linguagem fenomenológica, que visava precisamente o aperfeiçoamento de tal notação. No entanto, segundo Kenny, àquela altura, o próprio Wittgenstein já não mais acreditava que a formulação sentencial das regras sintáticas fosse uma opção menos desejável do que sua apresentação implícita, como parte inefável do simbolismo.²³⁹ Surpreendentemente, agora, Wittgenstein chega a relativizar até mesmo aquilo que antes era considerado uma das conquistas mais centrais e decisivas do *Tractatus*, a redução das constantes lógicas russellianas a meras relações verifuncionais: “Por exemplo, minha notação para as constantes lógicas não é nem melhor, nem pior do que a de Russell.

²³⁷ Trata-se de *Lógica, Linguagem, Filosofia*, finalizado em 1939 por Waismann, que tinha como objetivo uma apresentação panorâmica da filosofia de Wittgenstein no início dos anos 30.

²³⁸ WWK, p. 80.

²³⁹ Kenny, 1974, p. 90.

Os sinais de Russell acrescidos de [regras de] sintaxe obtêm exatamente o mesmo que a minha notação. Talvez a minha [notação] tenha apenas a vantagem de tornar várias coisas mais facilmente reconhecíveis”.²⁴⁰ No que diz respeito à estratificação da linguagem em uma camada primária, onde podem ser expressas as proposições relativas à experiência imediata, e uma secundária, onde as proposições hipotéticas da linguagem ordinária são apresentadas, Wittgenstein afirma:

Eu costumava acreditar que havia a linguagem cotidiana na qual todos nós usualmente falamos e uma linguagem primária, que expressa aquilo que realmente conhecemos, a saber, os fenômenos. Eu também falava sobre um sistema primário e um sistema secundário. Agora, gostaria de explicar por que não defendo mais essa concepção.

Eu acredito que, essencialmente, temos apenas uma linguagem, e que ela é a nossa linguagem cotidiana. Não precisamos inventar uma nova linguagem ou construir um novo simbolismo, mas a nossa linguagem cotidiana já é a linguagem, desde que nos livremos das obscuridades que ela traz escondida em si.

Nossa linguagem está perfeitamente em ordem, desde que tenhamos claro aquilo que ela simboliza. Outras linguagens para além das ordinárias também são valiosas na medida em que mostram o que elas têm em comum.²⁴¹

O fracasso do projeto da linguagem fenomenológica parece ter sido, de fato, um divisor de águas no percurso filosófico de Wittgenstein: a partir de então, perde o sentido a busca por uma linguagem ou notação artificial perspicua ou mais bem adequada à expressão do cálculo linguístico, projeto tão característico não apenas de sua própria filosofia de juventude, como de toda a tradição filosófica na qual estava inserido.²⁴² Perdem a relevância também, além disso, outras noções tractarianas fortemente vinculadas à teoria figurativa, como as de proposição elementar e da distinção entre o dizer e o mostrar. Já a partir das *Observações Filosóficas*, portanto, a investigação fenomenológica ocorrerá no âmbito da linguagem ordinária, mobilizando-se para tanto a formulação explícita das regras sintáticas – em oposição ao seu mostrar-se implícito na notação perspicua do *Tractatus*.

No capítulo inicial deste estudo, examinei três importantes pressupostos da filosofia tractariana: a teoria figurativa da linguagem, o atomismo lógico e o composicionalismo. Como se pode ver, o abandono do projeto da linguagem fenomenológica levou Wittgenstein

²⁴⁰ WWK, p. 80.

²⁴¹ WWK, pp. 45–46.

²⁴² Isto é, aquela descrita em 2.1, que tem sua origem na busca de Leibniz por uma *characteristica universalis* e um *calculus ratiocinator*, encontrando sua primeira formulação estável nas obras de Frege, Russell e do jovem Wittgenstein.

a colocar em dúvida a validade de sua teoria figurativa no que tange o esclarecimento das relações entre linguagem e mundo, uma vez que a afiguração linguística dos dados sensíveis se vê incapaz de manifestar a indeterminação e ambiguidade constitutivas dos campos fenomênicos. É necessário observar que o insucesso do projeto marca, também, a ruptura definitiva com a concepção tractariana de análise, intimamente relacionada às doutrinas do atomismo lógico e do composicionalismo. De fato, na primeira seção das *Observações Filosóficas*, Wittgenstein observa: “Uma proposição é analisada completamente em termos lógicos se sua gramática é completamente esclarecida: não importa em que idioma possa estar escrita ou expressa”.²⁴³ Rejeita-se a tese, portanto, sustentada tanto no *Tractatus*, quanto em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, de que uma proposição tenha uma e apenas uma única análise completa, a ser apresentada em uma notação dotada de perspicuidade e multiplicidade adequadas. Como veremos, isso dá ensejo à introdução, naquela etapa da filosofia de Wittgenstein, de uma nova variante do verificacionismo.

Porque a investigação fenomenológica não foi abandonada junto da linguagem que lhe deveria dar forma, tampouco a noção de um método de verificação das proposições empíricas o é. No entanto, ela deve agora ganhar uma nova formulação. Acreditava-se que, dada a capacidade figurativa precisa da almejada linguagem fenomenológica, seria possível por meio dela determinar um método de verificação absoluto e definitivo para tais proposições, baseado na inspeção direta dos fenômenos. Agora, as proposições ainda devem ser relacionadas aos fenômenos de alguma forma, a fim de que tenham sentido, mas há espaço para um certo tipo de imprecisão, mesmo porque, como vimos, a imprecisão é quase sempre um elemento constitutivo do campo fenomênico. Engelmann observa que “dada a inexatidão das descrições fenomenológicas, é preciso assumir a possibilidade de proposições elementares incompletas, isto é, proposições elementares com intervalos de variação ou variáveis”.²⁴⁴ Diferentemente do que ocorria no *Tractatus* e em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, o sentido de uma proposição ordinária já não pode mais ser obtido a partir de algum tipo de síntese das descrições fenomênicas expressas por proposições elementares. Apesar disso, a conexão entre proposição fenomênica e hipótese fisicalista ainda existe, no

²⁴³ PB, p. 53.

²⁴⁴ Cf. Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017.

momento da redação das *Observações Filosóficas*. Na seção 225 das *Observações Filosóficas*, Wittgenstein afirma:

Tudo o que importa é que os signos, de maneira mais ou menos complicada, no final continuam a referir-se à experiência imediata e não a um intermediário (uma coisa em si).

Tudo o que se exige para que as nossas proposições (sobre a realidade) tenham um sentido é que a nossa experiência tenda *em algum sentido* a concordar ou não com elas. Isto é, a experiência imediata precisa confirmar somente alguma coisa sobre elas, *alguma* faceta delas. E, na verdade, essa imagem é tirada diretamente da realidade, já que dizemos “Há uma cadeira aqui” quando vemos somente um lado da cadeira.²⁴⁵

A referência última dos termos usados em descrições, que é o fenômeno, garante a existência da conexão entre proposição ordinária e descrição fenomênica. No entanto, não é mais o caso de que cada faceta da verificação seja determinada por uma notação completa dos fenômenos. Engelmann afirma que “Wittgenstein passa a pensar que cada faceta da verificação é apresentada por uma proposição elementar que expressa uma expectativa de que determinado estado de coisas fenomênico ocorrerá, sendo que o número de expectativas geradas por uma sentença ordinária é indeterminado”. É isso o que o leva a equiparar proposições da linguagem ordinária a hipóteses, ou seja, a leis para a construção de proposições. Essas proposições são, portanto, hipóteses que nunca são definitivamente verificadas, bastando uma verificação parcial, ou seja, de “alguma faceta delas” que faça com que “nossa experiência tenda *em algum sentido* a concordar ou não com elas”. Além disso, diferentemente das proposições fenomênicas, em que há apenas um modo de verificação possível, as proposições hipotéticas da linguagem ordinária admitem, quase sempre, vários modos distintos de verificação. Uma proposição que asseire a existência de um livro sobre a mesa, por exemplo, não apenas sugere que este possa ser visto de diferentes posições, como também que possa ser tocado, aberto e manipulado – verificações que se dão em um espaço sensorial diferente do espaço visual.

Uma segunda característica importante das descrições fenomênicas é o fato de que são incompletas. Na notação fenomenológica, buscava-se a determinação precisa do sentido de proposições ordinárias a partir de definições formuladas em uma linguagem fenomenológica primária. No entanto, com o fim do projeto da linguagem fenomenológica,

²⁴⁵ PB, p. 225.

torna-se necessário admitir proposições elementares incompletas.²⁴⁶ A partir das *Observações Filosóficas*, já não é mais possível fundamentar a verificação das proposições hipotéticas da linguagem ordinária em proposições primárias de uma linguagem fenomenológica. Em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, o projeto era ainda o da expressão das proposições fenomênicas em uma linguagem matematizada – ou seja, uma linguagem em que o número é reintroduzido como elemento primário – em que há uma correspondência entre a multiplicidade lógico-categorial dos objetos fenomênicos e dos nomes. Em razão de certo tipo de indeterminação intrínseca aos objetos dos espaços fenomênicos, no entanto, não foi possível concretizar tal tarefa.

A noção de verificação deve agora ser reformulada, de maneira que se dê diretamente entre proposição hipotética e fato, sem que haja a necessidade da instância intermediadora das proposições fenomênicas: “O fenômeno não é um sintoma de outra coisa que, então, torna a sentença verdadeira ou falsa; em vez disso, ele próprio é aquilo que a verifica”.²⁴⁷ Essa nova concepção do método de verificação traz ao centro da discussão um par de noções antes pouco relevantes para a filosofia de Wittgenstein: as de intencionalidade e expectativa. “Os lugares em que uma hipótese se conecta à experiência imediata devem ser designados (fornecidos)”,²⁴⁸ afirma Wittgenstein, e o modo como tal conexão é verificada é precisamente o que determina o sentido da proposição. Esse, como veremos na próxima seção, será o ponto de contato entre as ideias desenvolvidas então pelo filósofo e um novo tipo de abordagem filosófica da linguagem e do significado que, em princípio, pouco parece ter em comum com as reflexões conduzidas ao longo do período intermediário: as teorias causais de Russell, Ogden e Richards. Em conexão com a discussão a respeito do método de verificação das proposições empíricas, introduz-se também uma discussão a respeito de um tema de grande importância para a filosofia tardia de Wittgenstein: a natureza da necessidade das regras gramaticais.

Dizer que a gramática é autônoma significa, de certa forma, dizer que suas regras não podem ser consideradas propriamente corretas ou incorretas, no mesmo sentido em que o eram as proposições elementares do *Tractatus*. Uma sentença como “Não há tal coisa como um verde avermelhado” não pode ser empiricamente verificada, como o são as proposições

²⁴⁶ PB, p. 87; MS 107, 193.

²⁴⁷ MS 107, 223–224.

²⁴⁸ MS 107, 255.

da linguagem ordinária que asserem algo a respeito do mundo, nem sequer provada aprioristicamente, como o é um teorema da matemática. Na verdade, ela não tem a forma de uma proposição – não asserir algo –, mas antes estipula as condições de aplicação de um determinado nome: delimita o sentido e define, portanto, aquilo que se pode lícitamente chamar de “verde” ou de “vermelho” em nossa linguagem. É esse caráter normativo das estruturas sentenciais a que chamamos regras que lhes permite dar forma à sintaxe de toda a linguagem, ou seja, determinar os limites do sentido. No *Tractatus*, esse papel normativo estava limitado aos casos-limite das tautologias e das contradições, que tornavam lícitas ou ilícitas inferências envolvendo proposições significativas – mas, ali, tautologia e contradição eram incondicionalmente verdadeiras ou falsas. As regras da gramática, por outro lado, são simplesmente aquilo que dá significado aos termos e expressões que usamos em proposições significativas, de modo que não faz sentido atribuir-lhes qualquer valor de verdade. Elas nos dizem, por exemplo, que não é lícito chamar de “vermelho” uma cor que tenha tons de verde, porque faz parte da definição do vermelho a interdição de sua mistura com qualquer tom de verde. Seria possível dizer, portanto, que a concepção fraca ou pragmática do *a priori*, mencionada na introdução deste estudo, é profundamente característica da regra gramatical.

Consequência dessa caracterização das regras gramaticais é, ainda, o fato de que a gramática autônoma não reporte, como afirma Glock, a qualquer “suposta essência ou forma da realidade”.²⁴⁹ Seria possível dizer que há, no projeto da construção de uma linguagem primária que garantiria a conexão direta entre nomes e objetos fenomênicos, o último bastião de uma concepção isomórfica da relação entre mundo ou linguagem – e, portanto, da teoria pictórica. Seu abandono teria como consequência, portanto, o fato de que já não se pode mais esperar que a linguagem tenha qualquer tipo de conexão direta com os fenômenos que, supostamente, afigura. A realidade, no entanto, é que o enfraquecimento da teoria verificacionista do significado, no período intermediário, deu-se gradualmente e de maneira inversamente proporcional ao fortalecimento da ideia da autonomia da gramática. Em 1930, por exemplo, Wittgenstein afirmava que “tudo o que importa é que os signos, de maneira mais ou menos complicada, no final continuam a referir-se à experiência imediata e não a um intermediário (uma coisa em si)”.²⁵⁰ Cabe à investigação fenomenológica descobrir quais

²⁴⁹ Glock, 1996, p. 45.

²⁵⁰ MS 107, 177.

são essas “maneiras complicadas” por meio das quais se dá tal relação. Elas são, presumivelmente, condicionadas pelas propriedades e possibilidades combinatórias específicas dos objetos pertencentes a cada campo fenomênico, em que nomes de uma determinada categoria, mas não das demais, são admitidos. Nesse momento, o filósofo ainda sustenta que deve haver algum tipo de ponto de contato, portanto, entre uma sentença e o fato por ela afigurado, embora sua determinação seja problemática. A linguagem não é ainda como um jogo, portanto, cujas regras são completamente arbitrárias. Ao longo dos anos que se seguem, contudo, Wittgenstein se aproximará cada vez mais e de maneira gradativa de tal ponto de vista, como buscarei mostrar.²⁵¹

Outros aspectos da noção wittgensteiniana de gramática serão abordados no capítulo 3 deste trabalho, já que o conceito não chegou a ser definitivamente abandonado pelo filósofo, mas sofreu modificações significativas e muito importantes em um momento posterior da filosofia de Wittgenstein. Por ora, sumaremos aquilo que já foi exposto até o momento: as mudanças mais importantes pelas quais passa a filosofia da linguagem de Wittgenstein ao longo de 1929 são o abandono da busca por uma notação completa – seja fenomenológica, seja lógica –, uma mudança significativa na maneira como se dá a verificação das proposições e o desenvolvimento da ideia de uma gramática lógico-filosófica que fornece as regras cada vez mais autônomas da linguagem. Uma importante consequência dessas mudanças é a introdução, no contexto do exame do caráter hipotético das proposições, da discussão a respeito da verificação de expectativas, que figura proeminentemente na crítica de Wittgenstein à teoria causal do significado de Russell, Ogden e Richards, a ser abordada na próxima seção deste capítulo.

iv.

Crítica à teoria causal do significado

Nas seções anteriores, abordei uma dificuldade interna da filosofia da linguagem tractariana que levou Wittgenstein a abandonar o modelo do cálculo de funções de verdade ali sustentado, assim como outros aspectos de sua primeira filosofia. No entanto, há também

²⁵¹ PG, 88.

questões externas à sua obra de juventude que contribuem fortemente no mesmo sentido.²⁵² De particular relevância é a resposta dada pelo filósofo à chamada teoria causal do significado, sustentada por Russell, Ogden e Richards ao longo dos anos 20. Em um momento inicial, pode parecer pouco óbvia a forma como se relacionam, no interior do pensamento intermediário de Wittgenstein, as considerações apresentadas anteriormente e a discussão de noções como as de expectativa e verificação, conforme mobilizadas nas duas variantes da teoria causal do significado. Embora na origem dessas novas ideias estejam, de fato, motivações externas à filosofia desenvolvida por Wittgenstein à época, há ao menos dois importantes pontos de contato. O primeiro é o fato de que as teorias causais de Russell, Ogden e Richards estão em desacordo com a concepção verificacionista do significado defendida por Wittgenstein quando da redação das *Observações Filosóficas*. Grande parte da presente seção deste estudo se ocupará de explicar em que consistem tais dissensões. O segundo é o surgimento de um novo interesse, por parte de Wittgenstein, em formas sentenciais não assertóricas, nas quais adquirem um papel importante não apenas as noções de verificação e expectativa, como também a de seguimento de regras. É o caso, por exemplo, dos modos gramaticais imperativo, interrogativo e optativo.

Começemos, portanto, por uma breve apreciação da incorporação de formas sentenciais não assertóricas à filosofia da linguagem do período intermediário; a crítica à teoria causal do significado será discutida na sequência. Nas *Observações Filosóficas*, a preponderância da asserção é flexibilizada pela qualificação como hipotética não apenas das proposições não fenomenológicas da linguagem natural e do discurso científico, como também da própria forma lógica de uma proposição supostamente analisada. Isso abre espaço para uma série de novas reflexões a respeito de formas sentenciais alternativas. Kenny observa que uma metáfora célebre das *Investigações Filosóficas*,²⁵³ em que a comparação entre a linguagem e o painel de uma locomotiva visa elucidar a grande diversidade de funções

²⁵²Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 61.

²⁵³ PU, §12: “Do mesmo modo, quando olhamos dentro da cabine do maquinista de uma locomotiva: ali se encontram alavancas que mais ou menos se parecem. (Isto é compreensível, pois todas devem ser agarradas com a mão). Mas uma é a alavanca de uma manivela que pode ser deslocada continuamente (ela regula a abertura de uma válvula); uma outra é a alavanca de um comutador que tem apenas duas posições de funcionamento: ou está abaixada ou levantada; uma terceira é o cabo de uma alavanca de freio: quanto mais forte se puxa, tanto mais forte se freia; uma quarta é a alavanca de uma bomba: ela só opera quando é movimentada para lá e para cá”.

das palavras de nossa linguagem, pode já ser encontrada nas *Observações Filosóficas*, ainda que com algumas pequenas diferenças:

Exatamente como as alavancas em uma sala de controle são usadas para fazer uma ampla variedade de coisas, assim são as palavras de uma linguagem, que correspondem às alavancas. Uma é a alavanca de uma manivela e pode ser ajustada continuamente; outra pertence a um interruptor e está sempre ligada ou desligada; uma terceira a um interruptor que permite três ou mais posições; outra ainda é a alavanca de uma bomba e só funciona quando está sendo movida para cima e para baixo etc.; mas todas são alavancas e são acionadas pela mão.²⁵⁴

Pode-se dizer que a centralidade da asserção na filosofia tractariana cegou Wittgenstein para a relevância dessa grande diversidade na linguagem. A forma assertórica da sentença é, tradicionalmente, objeto de estudo prioritário da lógica. Em certo momento da filosofia de Russell, por exemplo, ela simboliza a proposição, uma entidade não mental e extralinguística composta pelos próprios objetos denotados por componentes da sentença em questão. Para Wittgenstein, no *Tractatus*, ela é a instância privilegiada da manifestação da figuratividade da proposição elementar. Mas não é difícil conceber que o elemento estritamente figurativo de uma proposição possa ser separado de seu elemento propriamente assertórico.²⁵⁵ Afinal, se há algo de figurativo em “As águas estão sob o firmamento”, também deve havê-lo em “Faça-se com que as águas estejam sob o firmamento”.²⁵⁶ Isso fica claro no aforismo 4.022: “A proposição *mostra* como estão as coisas se for verdadeira. E *diz* que estão assim”.²⁵⁷ Dessa forma, se uma sentença assertiva – uma proposição – diz como são as coisas, pode-se talvez concluir que uma ordem – uma sentença imperativa – mostra como seriam caso fosse obedecida e, ao mesmo tempo, diz que é isso o que deve acontecer. Por isso, Kenny conclui que a teoria figurativa se aplique, na verdade, mais adequadamente ao radical proposicional do que à proposição propriamente dita.²⁵⁸ Porque a atribuição de valores de verdade só pode se dar em relação a sentenças assertivas ou proposições, no entanto, o sistema tractariano, que era todo construído em torno de um cálculo de funções de verdade, não se ocupava das demais formas sentenciais. Agora, contudo, trata-se fundamentalmente de determinar se uma sentença é ou não dotada de sentido, o que antecede

²⁵⁴ PB, p. 66.

²⁵⁵ Kenny, 1974, p. 97.

²⁵⁶ Kenny, 1974, p. 97–98.

²⁵⁷ TLP, 4.022; grifos de Kenny, 1974.

²⁵⁸ Kenny, 1974, p. 98.

a atribuição a ela de qualquer valor de verdade em particular. Isso é feito por meio de uma investigação fenomenológica em que se mapeia o campo fenomênico ao qual a sentença diz respeito, explicitando-se as regras constitutivas de seus espaços fenomênicos: o espaço cromático onde se dá a transição do vermelho para o azul, por exemplo, ou o espaço sonoro onde se transita do grave ao agudo. Em outras palavras, no tipo de investigação agora desenvolvido, uma pergunta como “O ponto é azul e vermelho?” deve ser considerada tão contrassensual quanto a afirmação a ela correspondente. Assim sendo, torna-se lícita e necessária a análise de outros tipos de construção linguística. Em particular, como veremos, interessam a Wittgenstein formas sentenciais como a imperativa e a optativa, esta última exemplificada por sentenças em que há a expressão de desejos, aspirações ou expectativas.

Passemos, portanto, à segunda motivação para a incorporação do par expectativa e verificação às discussões do período intermediário. Ela se deve, principalmente, à nova versão da concepção verificacionista do significado, apresentada por Wittgenstein nas *Observações Filosóficas*. Ali, a verificação já não mais se dá por meio da análise das proposições ordinárias fisicalistas nos termos dos determinantes precisos da linguagem fenomenológica, mas antes através da adequação da proposição a algum aspecto arbitrário da realidade. Pode-se dizer que há agora, portanto, um enfraquecimento da relação entre proposição e realidade fenomênica, uma vez que Wittgenstein não mais reserva ao nome o mesmo papel por ele desempenhado no *Tractatus* – e, naturalmente, também em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*. Além disso, diante da cisão entre linguagem primária fenomenológica e linguagem secundária fisicalista, as proposições da segunda, que coincidem com a maioria das proposições sobre o mundo exterior na linguagem ordinária, devem ser consideradas hipóteses ou “cortes” de hipóteses sobre os objetos físicos, haja vista sua parcialidade. Essas ideias levam Wittgenstein a considerar a proposição ordinária como uma hipótese cujo sentido depende de seu método de verificação – que não é unívoco, mas pode se dar de diferentes maneiras. Abre-se espaço, portanto, para a introdução da noção de “expectativa de verificação”, que nada mais é do que aquilo que é articulado por uma sentença ainda não verificada. Ao longo dos anos 20, Russell havia chegado, por vias distintas, à discussão de temas correlatos, circunscritos ao que se chamou posteriormente de teoria causal do significado ou da intencionalidade. Uma parte muito significativa do texto das *Observações Filosóficas* é composta pelas críticas de Wittgenstein a tal teoria, bem como

pela exposição de uma concepção do significado e da intencionalidade que a ela se opõe. Na sequência, exponho em linhas gerais as ideias de Russell atacadas por Wittgenstein.

Em 1929 e no início dos anos 30, grande parte das reflexões filosóficas de Russell passava por questões de ordem epistemológica, que antes haviam ocupado uma posição relativamente marginal em sua obra. O contexto teórico em que essas ideias se desenvolvem é o da chamada teoria do monismo neutro, que é, de certa forma, a resposta dada pelo filósofo à inveterada questão da natureza da substância. Como é bem sabido, tal questão se traduz, *grosso modo*, na dicotomia entre monismo e dualismo: o primeiro sustenta a existência de uma única substância última; o segundo, de duas, normalmente mente e matéria. O monismo, no entanto, é ele próprio cindido em duas vertentes de difícil reconciliação: materialismo e idealismo. O monismo materialista, ao menos em sua versão forte, atribui existência apenas à matéria, tratando da mente como uma construção secundária que se dá a partir de processos materiais ou, em versões mais radicais, negando-lhe qualquer tipo de existência.²⁵⁹ Sua versão idealista, por outro lado, sustenta a visão contrária, privilegiando processos mentais e, por vezes, ao menos em sua versão mais radical, contestando ceticamente a existência do mundo material. Em sua variante fraca, trata dos objetos materiais como passíveis de uma redução epistemológica, que tem normalmente nos dados sensíveis seus elementos últimos. O monismo neutro se opõe a ambas as teorias metafísicas, propondo uma concepção unificada da substância: ela não é nem material, nem mental. A definição dada por Russell é a seguinte:

O “monismo neutro” – em oposição tanto ao monismo idealista, quanto ao monismo materialista – é a teoria de que as coisas comumente vistas como mentais e aquelas comumente vistas como físicas não diferem no que diz respeito a nenhuma propriedade intrínseca possuída por um dos conjuntos e não pelo outro, mas apenas no que diz respeito à sua organização e contexto.²⁶⁰

Na obra de Russell, a concepção monista neutra começa a ganhar forma relativamente cedo, mais especificamente a partir de 1913, quando o filósofo escreve o artigo *On the Nature of Acquaintance*. Sua formulação mais emblemática se dará, no entanto, apenas na década seguinte, quando publica os livros *A Análise da Mente*, em 1921, e *A Análise da Matéria*, em 1927. As duas obras devem ser vistas como parte de um projeto unificado, cujo fio condutor

²⁵⁹ Em sua versão fraca, atribui apenas uma preponderância aos fenômenos materiais em relação às suas contrapartes mentais ou ideais, padrão que claramente pode se repetir de maneira invertida em uma concepção idealista fraca.

²⁶⁰ CP, Vol. 7, 15.

é a ideia de que, a despeito das aparentes incompatibilidades, avanços tanto em psicologia, ciência que se ocupa prioritariamente dos processos mentais, quanto na física, sua contraparte voltada à investigação da matéria, devem ser reinterpretados em termos monistas. Em sentido contrário a essa caracterização tradicional das duas disciplinas, Russell identifica uma recente inversão na maneira como são concebidos os seus respectivos objetos de estudo. Naquele momento, sob a influência do behaviorismo de John B. Watson, grande parte das pesquisas em psicologia parecia caminhar no sentido de uma exclusão programática da esfera do mental, tomando como objeto primário de estudo os organismos e corpos físicos, bem como seu comportamento no espaço e ao longo do tempo. Concomitantemente, avanços recentes na física pareciam indicar uma crescente tendência imaterialista em vários de seus novos campos de estudo, particularmente na teoria da relatividade e na física quântica. O descompasso, segundo Russell, é meramente aparente: na realidade, o verdadeiro objeto de estudo tanto da psicologia, quanto da física, é a *sensação*, que obedece a leis causais físicas quando é encarada desde uma determinada perspectiva e a leis causais psíquicas quando tomada de outra.²⁶¹

De particular interesse para a investigação do fenômeno mental é, para Russell, a elucidação dos processos de atribuição de significado, operação com símbolos e associação de ideias, tidos como absolutamente centrais em um estudo da mente humana. Em *A Análise da Mente*, o filósofo apresenta, portanto, aquilo que viria a ser conhecido como a teoria causal do significado, não como tema central de sua obra, mas antes como uma espécie de suporte metodológico para ideias que se desenvolvem no restante do livro. Em consonância com as teses ali apresentadas, C. K. Ogden e I. A. Richards publicam, em 1923, *O Significado do Significado*, livro onde é apresentada uma teoria semântica semelhante, em muitos aspectos, àquela avançada por Russell.²⁶² Na sequência, apresentarei as teses centrais da teoria causal do significado, tomando como fonte principal sua versão russelliana – particularmente em razão da maior atenção que Wittgenstein lhe dispensou. Muitas das ideias apresentadas em *A Análise da Mente*, no entanto, também podem ser encontradas claramente enunciadas no livro de Ogden & Richards.

²⁶¹ AM, p. 69, p. 121.

²⁶² Cf. Ogden & Richards, 1923.

Engelmann afirma que Russell, assim como Ogden & Richards, acreditava que a metodologia behaviorista poderia ser uma ferramenta útil na “ciência do simbolismo”, que tem como seu principal objeto de estudo o significado.²⁶³ Nesse contexto, em consonância com a teoria russelliana do conhecimento por contato, o significado, que é visto como uma relação entre palavra e objeto, é explicado em termos causais.²⁶⁴ Em *A Análise da Mente*, uma palavra adquire originalmente seu significado por meio da exposição sensorial ao objeto que a instancia. Na ausência do objeto, a menção de uma palavra nos remete de volta a ele, que é a sua denotação, por meio de uma imagem mental. Russell ilustra sua teoria aplicando-a a diversos tipos de processos mentais, aos quais estão reservados capítulos específicos de seu livro: memória, crença, emoções e vontade, expectativa e asserção, instinto e hábito, desejo e sentimento. Para nós, é de particular interesse sua aplicação ao desejo, por ser um alvo privilegiado da crítica de Wittgenstein e por se prestar facilmente a uma interpretação nos termos do binômio expectativa e verificação. Cumpre observar ainda que, segundo Kenny, Wittgenstein reconstrói os argumentos de Russell para a explicação causal da noção de expectativa incorporando a eles elementos específicos da explicação causal russelliana do desejo.²⁶⁵

Engelmann vê um paralelo entre algumas das ideias de Russell sobre a linguagem e sua explicação causal das atividades mentais.²⁶⁶ Se, na teoria das descrições, evita-se a hipóstase dos nomes ao reconhecê-los como abreviações de construções sintáticas ontologicamente neutras e mais complexas; na teoria causal do significado, vários dos entes

²⁶³ Engelmann, 2013, p. 69.

²⁶⁴ AM, p. 198: “A relação entre uma palavra e seu significado tem a natureza de uma lei causal que governa nosso uso da palavra e nossas ações, quando a ouvimos”.

²⁶⁵ Russell define o desejo da seguinte maneira em AM, p. 75: “Uma ocorrência mental de qualquer tipo – sensação, imagem, crença ou emoção – pode ser a causa de uma série de ações que continua, a menos que interrompida, até que um estado de coisas mais ou menos definido seja realizado. Essa série de ações chamamos de ‘ciclo comportamental’ [...]. A propriedade de causar um tal ciclo de ocorrências é chamada de ‘desconforto’ [...], o ciclo termina em uma condição de quietude, ou seja, uma ação que tenda a preservar o *status quo*. O estado de coisas em que essa condição de quietude é atingido é chamado de ‘propósito’ do ciclo, e a ocorrência mental inicial envolvendo o desconforto é chamada de ‘desejo’ pelo estado de coisas que traz a quietude. Um desejo é chamado ‘consciente’ quando é acompanhado por uma crença verdadeira sobre o estado de coisas que trará a quietude; do contrário, é chamado ‘inconsciente’”. Sua explicação causal da expectativa, por outro lado, apresentada na página 250 do mesmo livro, é a seguinte: “Suponha que eu creio, por meio de imagens, e não palavras, que irá chover. Temos aqui dois elementos inter-relacionados, a saber, o conteúdo e a expectativa. O conteúdo consiste em imagens da (digamos) aparência visual da chuva, a sensação de umidade [...]. Exatamente o mesmo conteúdo pode integrar a memória “Estava chovendo” ou o assentimento “Ocorre chuva”. A diferença reside na natureza do sentimento de crença”.

²⁶⁶ Engelmann, 2013, p. 66.

que povoam a análise psicológica dos fenômenos mentais deverão ser eliminados por meio de sua redução nos termos de processos comportamentais. O desejo, por exemplo, é “[...] uma ficção [usada] para descrever de maneira abreviada certas leis do comportamento [...], diz-se daquilo que dará fim a uma condição de inquietude que é o objeto desejado”.²⁶⁷ O desejo não deve ser visto, portanto, como algo efetivamente existente em nossas mentes,²⁶⁸ mas antes como uma “lei causal de nossas ações”. Curiosamente, conjuga-se a essa abordagem behaviorista dos fenômenos mentais um apelo à noção psicanalítica do inconsciente.²⁶⁹ Para Russell, a maior parte dos desejos é, em sua origem, inconsciente.²⁷⁰ Uma sensação desagradável dá início a um ciclo comportamental que visa colocar fim ao desconforto por meio de uma série de ações, tendo frequentemente em um determinado objeto seu propósito final. O desejo deve ser, portanto, o mero reconhecimento posterior do objeto que satisfará esse ciclo. A fome, por exemplo, ilustra o processo de maneira bastante clara: o desconforto orgânico leva o indivíduo a buscar o alimento, o reconhecimento de que desejava comer uma maçã é posterior a todo esse processo orgânico, comportamental e majoritariamente inconsciente.

Particularmente característico da versão russelliana da teoria causal é, portanto, o fato de que o vínculo entre certo desejo, ordem, dúvida ou qualquer outro tipo de expectativa e aquilo que a satisfaz é um *sentimento de reconhecimento* concomitante à satisfação. Esse é um ponto importante para a crítica que será desenvolvida por Wittgenstein. Ideias semelhantes também podem ser encontradas na variante da teoria causal conforme apresentada por Ogden & Richards, mas é interessante que se observe que, ali, há um compromisso bem maior com preceitos da psicologia behaviorista: “Devemos desenvolver uma teoria dos signos a partir da observação de outras pessoas, admitindo evidências extraídas da introspecção apenas quando soubermos como avaliá-las”, afirmam os autores.²⁷¹ Nesse sentido, a teoria de Ogden & Richards se diferencia da variante russelliana, entre outras coisas, pelo propósito explicitamente anunciado de eliminar de sua exposição da sequência

²⁶⁷ AM, p. 32.

²⁶⁸ AM, p. 60.

²⁶⁹ Engelmann, 2013, p. 67.

²⁷⁰ AM, p. 38: “[...] um desejo inconsciente é meramente uma lei causal de nosso comportamento, a saber, que permaneceremos inquietos até que um certo estado de coisas seja realizado, momento em que atingiremos um equilíbrio temporário”.

²⁷¹ MoM, p. 19.

causal as imagens mentais. Dada essa vinculação, é notório que noções como as de condicionamento e estímulo, fortemente associadas às teorias psicológicas de filiação behaviorista, ocupem um papel mais central na versão de Ogden & Richards da teoria:

[...] quando um contexto nos afetou no passado, a recorrência de apenas uma parte daquele contexto fará com que reajamos da mesma maneira como reagimos antes. Um signo [presumidamente, um símbolo] é sempre um estímulo similar a uma parte de um estímulo original e, portanto, suficiente para invocar o engrama [“traços residuais”] formado por aquele estímulo.²⁷²

Em 1923, quando ainda lecionava em escolas primárias no interior da Áustria, Wittgenstein recebeu uma cópia do recém-publicado *O Significado do Significado*, o que é atestado por uma carta enviada a Ogden naquele ano.²⁷³ Sabe-se também que, em seus encontros com Ramsey em meados dos anos 20, *A Análise da Mente* fora um tópico de discussão. Inicialmente, Wittgenstein recebeu as teorias causais do significado com ceticismo e desinteresse, tendo-as considerado não apenas totalmente alheias ao seu próprio projeto filosófico, o da delineação dos limites da linguagem e da caracterização da natureza da proposição, como também improfícuas e mal direcionadas. No *Tractatus*, afinal, considerações de ordem psicológica eram completamente irrelevantes, uma vez que “a lógica deve cuidar de si mesma” e que “a psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural”.²⁷⁴ A gênese do significado das palavras era, talvez, questão a ser solucionada por alguma ciência empírica, de pouca ou nenhuma consequência filosófica apreciável.²⁷⁵ A posição será mantida ao menos até o ano de 1930, portanto, após o seu retorno a Cambridge, momento em que sua postura parece se transformar em uma genuína preocupação. Em 1930, no contexto da discussão da teoria causal, Wittgenstein escreve a seguinte passagem, que será mais tarde incorporada às *Observações Filosóficas*:

Uma concepção errônea da maneira como a linguagem funciona destrói, naturalmente, toda a lógica e tudo o que a acompanha, em vez de limitar-se a criar

²⁷² MoM, p. 53. Reproduzindo as modificações em Engelmann, 2013, p. 68.

²⁷³ Engelmann, 2013, p. 68.

²⁷⁴ TLP, 5.473; TLP, 4.1121.

²⁷⁵ MS 107, 235: “Há um tipo de filosofia – poderíamos chamá-la de filosofia psicológica, mas ainda não encontrei o melhor nome para ela – que fala sobre associações e a aparência simultânea ou mais ou menos simultânea dos eventos A, B e C, em que os elementos semelhantes dos dois eventos têm como consequência o fato de que a totalidade reaparecer, quando uma parte se põe ante nossos olhos. É uma típica rua sem saída em filosofia. Uma mistura de aspiração à precisão e verdadeira irrelevância”.

uma mera perturbação local. Se você excluir da linguagem o elemento da intenção, toda a sua função desmorona.²⁷⁶

Engelmann observa que não é imediatamente claro o motivo pelo qual Wittgenstein parece acreditar que a teoria causal do significado possa causar tanto dano: “Por que as considerações de Russell sobre o significado não estão simplesmente fora do escopo de interesses de Wittgenstein? Por que não são simplesmente irrelevantes?”.²⁷⁷ A incompatibilidade, segundo Engelmann, poderia ser expressa em três pontos principais. Primeiramente, a teoria causal do significado parece transformar a lógica da linguagem em uma disciplina empírica, pois faz com que o sentido de uma sentença dependa de sua verdade. Afinal, na teoria causal, o sentido não é independente da verdade de uma proposição, já que é um sentimento futuro o que determina aquilo que é esperado. Consequência disso é o fato de que seja possível ter como expectativa um contrassenso, uma vez que o critério de verificação é o próprio sentimento de expectativa. Engelmann observa que, se o sentimento de expectativa aparecer, é lícito que se diga que um contrassenso como “João passou o Abracadabra” era aquilo que se esperava.

Em segundo lugar, parece essencial à teoria causal que a função prioritária da linguagem seja a produção de determinados comportamentos. Isso é muito distinto do que ocorria na teoria figurativa do *Tractatus*, onde sua função era a descrição da realidade. Tal concepção se mantém mesmo após a reformulação do projeto tractariano, em 1929, e a introdução da ideia de que proposições funcionam como hipóteses que geram expectativas a serem verificadas pelos fenômenos.²⁷⁸ Na realidade, pode-se dizer que, a partir de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica* e da incorporação de ideias verificacionistas, a concepção descritivista da linguagem é expandida em relação ao que ocorria no *Tractatus*, já que, como vimos, Wittgenstein chega a abordar a maneira como outras formas sentenciais – as sentenças imperativas, interrogativas, optativas, performativas etc. – podem ser tratadas como comparações entre proposição e realidade: “O imperativo deve ser um caso [ou tipo] de comparação entre uma proposição e a realidade”.²⁷⁹

²⁷⁶ MS 107; MS 289; PB, p. 63.

²⁷⁷ Engelmann, 2013, p. 70.

²⁷⁸ Engelmann, 2013, p. 71.

²⁷⁹ MS 108, 190.

Por fim, ainda segundo Engelmann, a teoria causal do significado não é compatível com a concepção não causal da compreensão ou entendimento sustentada então por Wittgenstein.²⁸⁰ No *Tractatus*, a compreensão era equivalente à tradução ou interpretação das regras de projeção: “Entender um pensamento significa ser capaz de traduzi-lo de acordo com uma regra geral. Por exemplo, tocar piano a partir de uma partitura”.²⁸¹ Ali, tais regras permitiriam que se chegasse ao nível das proposições elementares por meio da análise; a partir de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, permitiriam que se chegasse às descrições fenomenológicas. Na concepção causal, no entanto, o entendimento é obviamente determinado causalmente. Aquilo que Ogden & Richards chamam de “interpretação” não é dotado da multiplicidade adequada para a operação de tais regras gerais, ou seja, para a operação da tradução. É essencial à compreensão que seja correta ou incorreta, o que espelha a bipolaridade da proposição. Na concepção verificacionista do significado, compreender uma sentença descritiva significa saber como ela é verificada; compreender um comando significa saber agir de maneira a cumpri-lo. Consequência disso é o fato de que saibamos de antemão o que faz com que uma sentença seja verdadeira. Em outras palavras, o que garante a comparação de uma proposição com a realidade é o fato de que o seu sentido seja independente de sua verdade ou falsidade, como já afirmava o aforismo 4.024 do *Tractatus*,²⁸² e isso deve ser válido para todos os tipos de sentença.

Como já foi dito, em sua crítica à teoria causal, Wittgenstein se foca na variante russelliana, especialmente porque ali estão contidos pressupostos a respeito da natureza do desejo e da verificação de crenças, o que dialoga com as ideias que então desenvolvia sobre a natureza hipotética das proposições não fenomenológicas. Para Russell, o objeto desejado é aquilo que põe fim no ciclo comportamental a que se convencionou chamar “desejo”. Na vigésima segunda seção das *Observações Filosóficas*, Wittgenstein satiriza a explicação russelliana: “Se quisesse comer uma maçã e alguém me desse um soco no estômago, tirando o meu apetite, então era esse soco o que eu originalmente queria”.²⁸³ A blague não reduz o argumento de Russell imediatamente ao absurdo, mas abre caminho para que se pensem

²⁸⁰ Engelmann, 2013, p. 72.

²⁸¹ M, p. 44.

²⁸² TLP, 4.024: “Entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira. (Pode-se, pois, entendê-la e não saber se é verdadeira). Entende-se a proposição caso se entendam suas partes constituintes”.

²⁸³ PB, p. 64.

possíveis inconsistências na teoria causal de *A Análise da Mente*. Se o soco no estômago pode ser considerado uma interrupção forçada ou um aborto do ciclo comportamental, nada impede, no entanto, que outro alimento – e não uma maçã – ponha fim de maneira natural ao ciclo. Como eu poderia dizer, então, que o desejo que tinha inicialmente era o de comer, especificamente, uma maçã – e não um pedaço de pão ou uma laranja, igualmente capazes de interromper a cadeia causal da fome? Russell trata da relação entre a expectativa e o evento esperado como se fosse externa – ou seja, causal –, mas o que é necessário é, precisamente, que se estabeleça uma relação interna e normativa entre eles: é necessário que seja possível dizer com precisão e preliminarmente quais fenômenos verificam a expectativa original e quais não.²⁸⁴ Em outras palavras, para Wittgenstein, um dos problemas centrais de tal teoria é a ausência de multiplicidade, já que Russell apresenta a linguagem como dotada de menos opções para a representação dos fatos do que ela efetivamente é. E, na verdade, a “linguagem deve ser dotada da mesma multiplicidade que um painel de controle que desencadeia ações correspondentes às suas sentenças”.²⁸⁵

Aqui, para que entendamos melhor o argumento de Wittgenstein, é proveitoso que se recupere a passagem em que Russell aborda de maneira direta o problema das expectativas. Em *A Análise da Mente*, “a experiência da verificação [...] é excessivamente familiar; ela ocorre toda vez que atividades não têm resultados surpreendentes”, isso é, toda vez que as expectativas se concretizam.²⁸⁶ Digamos que tenho a expectativa de que João toque piano, por exemplo. Tal expectativa é a composição imagética de um conteúdo que relaciona, de uma determinada maneira, João ao piano, ao qual vem acrescido o sentimento de expectativa. Russell afirma que, embora tendamos a pensar que a expectativa é verificada de maneira simples e direta no momento em que vemos João tocando o piano, isso é incorreto:

Como sabemos que a sensação se assemelha à imagem anterior? A imagem persiste na presença da sensação, para que possamos compará-las? E ainda que *alguma* imagem persista, como sabemos que é a imagem anterior inalterada? Essa linha de investigação não parece nos oferecer muita esperança de uma resolução bem-sucedida.²⁸⁷

²⁸⁴ Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 70.

²⁸⁵ PB, p. 64.

²⁸⁶ AM, p. 269.

²⁸⁷ AM, p. 270.

Não há, aparentemente, um critério de identidade que nos permita tratar a percepção de João tocando piano como equivalente à imagem mental que está na origem da expectativa. Russell conclui, portanto, em favor de um processo de verificação de expectativas mediado por sensações:

É melhor [...] adotarmos uma perspectiva mais externa e causal da relação entre expectativa e ocorrência esperada. Se a ocorrência, quando chega, nos dá o sentimento de expectatividade [*expectedness*], e se a expectativa, de antemão, permitiu-nos agir de uma forma que se revela apropriada para a ocorrência, isso precisa ser tomado como sendo o máximo de verificação. Temos primeiro uma expectativa, então uma sensação com a sensação de expectatividade relacionada à memória da expectativa. Toda essa experiência, quando ocorre, pode ser definida como verificação e como constituindo a verdade da expectativa. [...] Eu acho que toda verificação é, em última análise, do tipo acima.²⁸⁸

Há, portanto, o *sentimento de expectativa*, que caracteriza um determinado conteúdo imagético como sendo uma expectativa – distinguindo-o, portanto, de uma memória, de um evento imaginado etc. – e há, também, o *sentimento de expectatividade*, que identifica uma determinada ocorrência específica como a satisfação da expectativa original. Assim sendo, é por meio do surgimento do sentimento de expectatividade que determinamos que a sensação atual se relaciona à imagem na expectativa. A explicação, evidentemente, deve poder ser estendida a uma série de outros eventos semelhantes, em que há a presença de expectativa e verificação. É esse o caso das ordens ou comandos: ao dar uma ordem a alguém, o que tenho é a expectativa de que seja executada e, portanto, verificada. É por isso que, na seção vinte e dois das *Observações Filosóficas*, onde ironiza a abordagem causal russelliana com o exemplo da maçã, Wittgenstein afirma também: “Creio que a teoria de Russell equivale ao seguinte: se dou uma ordem a uma pessoa e o que ela faz me deixa contente, então ela executou a minha ordem”.²⁸⁹

O problema fundamental da teoria causal é, portanto, segundo Wittgenstein, a ideia de que algum tipo de sentimento possa servir como critério na verificação de crenças de um modo geral.²⁹⁰ Naquele momento, Wittgenstein dedica particular atenção a questões relativas à verificação das sentenças, o que advém de sua identificação das proposições não fenomenológicas a hipóteses. Porque concluía, entre 1929 e 1930, que uma proposição e aquilo que é por ela representado não estão necessariamente ligados por meio de um

²⁸⁸ AM, p. 270.

²⁸⁹ PB, p. 64. Tradução adaptada.

²⁹⁰ Engelmann, 2013, p. 73.

isomorfismo lógico, Wittgenstein viu a necessidade de estudar os diferentes métodos de comparação entre proposição e realidade.²⁹¹ A atribuição de um critério causal de natureza psicológica – sentimentos de expectativa ou de satisfação da expectativa – ao processo de verificação vai na contramão das conclusões obtidas pelo filósofo até então: o critério de verificação deve, obviamente, ser público, uma vez que totalmente inserido na linguagem.²⁹² É à passagem de *A Análise da Mente* citada acima que Wittgenstein se refere quando, nas *Observações Filosóficas*, critica a concepção russelliana de verdade no interior da teoria causal.²⁹³

Isto é, para mim, só há duas coisas envolvidas no fato de um pensamento ser verdadeiro, a saber, o pensamento e o fato, enquanto para Russell há três, que são o pensamento, o fato e um terceiro evento, que, se ocorre, é somente reconhecimento. Esse terceiro evento, uma espécie de satisfação da fome (sendo as outras duas a fome e o comer determinado alimento), poderia, por exemplo, ser uma sensação de prazer. É completamente indiferente a maneira pela qual descrevemos esse terceiro; isso é irrelevante para a natureza da teoria.²⁹⁴

Além da dificuldade na determinação do evento específico que atende a certa expectativa, são vários os problemas que advêm da teoria causal de Russell. Antes de seguir adiante em uma exposição mais detalhada das reflexões de Wittgenstein sobre intencionalidade e verificação, em grande medida advindas dessa crítica, eu me concentrarei em dois desses problemas. Em primeiro lugar, a apresentação do fenômeno da verificação nos termos de uma sensação de expectativa traz em si um regresso ao infinito.²⁹⁵ Se o sentimento de expectativa é o critério para o reconhecimento da satisfação da expectativa, é possível que se trate a ocorrência de tal sentimento como, ela própria, uma instância de expectativa e verificação – ou seja, é possível que se fale de uma expectativa por tal sentimento. Seria necessário, portanto, a introdução de um segundo sentimento de expectativa que verificasse o primeiro; bem como de um terceiro sentimento de expectativa, que se vinculasse agora àquele segundo, e assim por diante. Consequência disso é que não seríamos plenamente capazes de atestar a verificação da expectativa original.

²⁹¹ Glock, 1996, p. 382.

²⁹² Isso é semelhante ao que mais tarde será visto em sua discussão do papel estruturante das regras em interações linguísticas, tema que culmina, nas *Investigações Filosóficas*, no argumento da impossibilidade da linguagem privada.

²⁹³ Engelmann, 2013, p. 75.

²⁹⁴ PB, p. 63.

²⁹⁵ Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 74.

Uma dificuldade ainda maior, talvez, seja o fato de que a teoria de Russell possibilite a existência de um conflito entre aquilo que verifica a sentença e o sentimento de expectatividade. Se tenho a expectativa de que João vá tocar piano e, tendo eu lhe dado a ordem de que toque, ele começa a tocá-lo, deve-se esperar, de acordo com Russell, a geração em mim de um sentimento de expectatividade, responsável pela verificação de minha expectativa original. É perfeitamente possível, no entanto, que se conceba a evocação de um sentimento de frustração, em princípio pouco conciliável com aquele previsto por Russell, caso João comece a tocar, digamos, uma música que detesto ou que me traz péssimas recordações. Nesse caso, qual sentimento deve servir como critério para a verificação da expectativa? Diante disso, pode-se dizer que a teoria de Russell admite, nas palavras de Engelmann, a dissolução da “distinção entre uma ordem e sua contraordem”:²⁹⁶ tanto o fato de João ter tocado o piano, quanto o de não tê-lo tocado podem produzir o sentimento de frustração da expectativa. De considerações análogas decorre, ainda, que a teoria de Russell permita que se fale na expectativa e verificação de contrassensos. Se o que caracteriza esses processos é simplesmente o surgimento de um determinado sentimento final de expectatividade, nada impediria, em princípio, a verificação de um comando como “João, passe o Abracadabra”. Afinal, seja qual for o comportamento subsequente de meu interlocutor, bastaria a reprodução de tal sentimento para que a expectativa do cumprimento da ordem fosse verificada.

A satisfação de uma expectativa não consiste na ocorrência de uma terceira coisa que pode ser descrita de uma outra maneira, e não como “a satisfação da expectativa”. [...] Pois a expectativa de que *p* será o caso deve ser a mesma que a expectativa da satisfação dessa expectativa [...] Toda a minha teoria é expressa assim: o estado de coisas que satisfaz a expectativa de que *p* é expresso por meio da proposição *p*, e não por meio da descrição de um evento distinto.²⁹⁷

A expectativa, o pensamento, o desejo de que *p* ocorra só merecem ser assim chamados se esses processos tiverem a multiplicidade que é expressa em *p*, quer dizer, se forem articulados [...] Apenas processos articulados merecem ser chamados de pensamentos; ou talvez pudéssemos dizer que apenas processos que têm uma expressão articulada. A salvação – não importa quão precisamente medida – *não* é algo que eu chamaria de expectativa.²⁹⁸

²⁹⁶ Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 75.

²⁹⁷ PB, pp. 65–66.

²⁹⁸ PB, p. 70.

Porque a teoria causal do significado – seja em sua versão russelliana, seja na variante de Ogden & Richards – faz com que o sentido de uma sentença dependa de um evento futuro, a saber, a ocorrência do sentimento de expectatividade, ela produz contrassensos como aqueles expostos acima. Russell faz com que sejam equivalentes o método de determinação do *sentido* de uma sentença e o método para a determinação da *verdade* de uma hipótese empírica.²⁹⁹ Como é possível, no entanto, que se determine a verdade de uma proposição se não conhecemos ainda o seu sentido? Ou ainda: como escolheríamos um método de verificação adequado para a determinação do valor de verdade de uma dada proposição se não conhecemos o seu sentido, se não somos capazes de dizer de maneira precisa e inambígua, desde o início, quais fatos a verificam e quais a refutam? Na teoria causal de Russell, afinal, dependemos da ocorrência misteriosa e contingente de um sentimento. Porque ainda defende, em 1930, uma concepção verificacionista do significado, Wittgenstein deverá apresentar sua resposta às questões deixadas em aberto por sua crítica à teoria causal.

De acordo com Kenny, nas *Observações Filosóficas*, a crítica passa pela constatação de que Russell ignora, em seu método, o elemento da intencionalidade (*Intention*). Afinal, o que quer dizer Wittgenstein quando afirma que, ao se excluir da linguagem “[...] o elemento da intenção, toda a sua função desmorona”?³⁰⁰ É necessário, portanto, que elucidemos o conceito tal como aparece no interior das discussões sobre o significado e sua verificação, onde ele é dotado de algumas características peculiares à filosofia de Wittgenstein, que o distinguem, ao menos parcialmente, de sua acepção mais tradicional. Em filosofia, particularmente no interior da tradição fenomenológica inaugurada por Edmund Husserl, usa-se com frequência o termo “intencionalidade” para designar a capacidade da mente ou consciência de representar, substituir ou tratar de objetos, propriedades e estados de coisas. Nesse sentido, a intencionalidade não era necessária, na filosofia do *Tractatus*, para a explicação da forma como se dá a afiguração, uma vez que ali “o sinal proposicional empregado, pensado, é o pensamento”.³⁰¹ Porque usamos o “sinal sensível e perceptível (sinal escrito ou sonoro, etc.) da proposição como projeção da situação possível” e “[...] o método de projeção é pensar o sentido da proposição”, torna-se desnecessária a explicação

²⁹⁹ Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 76.

³⁰⁰ MS 107, 289; PB, p. 64.

³⁰¹ TLP, 3.5.

da intencionalidade nos termos de uma função ou propriedade da mente ou da consciência.³⁰² Assim sendo, significar ou querer dizer algo é uma atividade, na concepção figurativa da linguagem, plenamente reduzível à aplicação de regras de projeção, um procedimento absolutamente contido na manipulação simbólica e que não faz uso de noções psicológicas.

Engelmann afirma que, no *Tractatus*, as regras de projeção podiam ser divididas em dois tipos: regras gerais de correlação e regras gerais de articulação.³⁰³ Que uma miniatura de um caminhão substitua um caminhão real, em uma maquete em que se representam os elementos envolvidos em um acidente de trânsito por meio de modelos, é algo dado por meio de uma regra de correlação, que é arbitrária – afinal, o caminhão real poderia ser ali simbolizado por qualquer outro objeto. No entanto, porque os nomes não têm significado de maneira isolada, mas somente no contexto da proposição, as regras de articulação também são essenciais à afiguração, já que dispõem os nomes de uma maneira propícia à representação do fato ou estado de coisas em questão. No *Tractatus*, essas regras são descritas pelas formas elementares função e argumento. Elas são dadas de maneira *a priori* e são as formas mais gerais às quais podem ser reduzidas as demais regras de projeção, pois “toda proposição simples pode ser apresentada sob a forma ϕx ”.³⁰⁴ A análise das proposições complexas da linguagem ordinária deveria, em última instância, conduzir-nos até elas.

A partir de 1929, no entanto, Wittgenstein já não mais acredita que função e argumento sejam as formas mais irredutíveis por meio das quais se dá a afiguração, além de ter abandonado a própria noção tractariana de análise. Por isso, faz-se agora necessário lidar com o problema de como somos capazes de entender que uma proposição descreva de maneira precisa o fato a ela correspondente. Em outras palavras, é preciso esclarecer o que passa a desempenhar a função antes ocupada pelas regras de articulação tractarianas. Sua primeira resposta, segundo Engelmann, é que intencionamos ou queremos dizer (*meinen*) a proposição de uma certa maneira – ou seja, de que há uma intencionalidade envolvida em sua formulação.³⁰⁵ Isso não pode ser compreendido, no entanto, como a introdução de noções ou processos psicológicos ou metafísicos no interior de sua concepção figurativa do significado:

³⁰² TLP, 3.11.

³⁰³ Engelmann, 2013, p. 79.

³⁰⁴ NB, p. 71.

³⁰⁵ Engelmann, 2013, p. 84.

O que é essencial à intenção é a figura: a figura daquilo que é intencionado.

Pode parecer que, ao introduzir a intenção, estamos introduzindo um elemento inverificável – por assim dizer, metafísico – em nossa discussão. Mas a diferença essencial entre a concepção figurativa e a concepção de Russell, Ogden e Richards é o fato de que ela trata o reconhecimento como a visão de uma relação interna, enquanto, do ponto de vista deles, ela é uma relação externa.³⁰⁶

“Interno”, aqui, significa que a relação deve ser governada por regras de projeção. É preciso esclarecer, no entanto, onde exatamente se manifesta a intenção, uma vez que as regras de projeção por si só já não são mais capazes de explicar todo o fenômeno da afiguração. Certamente, a intenção não está na própria figura, uma vez que, “não importa como a figura seja formada, pode-se sempre querer dizer algo diferente com ela”.³⁰⁷ Uma sentença como “Fecha a porta” pode, por exemplo, ser um imperativo dirigido à segunda pessoa do singular ou a descrição de um evento relativo à terceira, como é o caso em “[Maria] fecha a porta”. Nesse momento, Wittgenstein encontra grandes dificuldades em explicar, de uma maneira condizente com os pressupostos da teoria figurativa, qual é o papel reservado à intenção no processo de significação. Nas palavras de Engelmann, “o elemento da intenção, ou como reconhecemos a conexão entre sentença e realidade, não pode ser subsequentemente explicado porque, quando tentamos explicá-lo, atingimos os ‘limites da linguagem’”.³⁰⁸ Para que seja capaz de apresentar uma alternativa viável à teoria causal, contudo, Wittgenstein deverá ao menos tentar fornecer uma abordagem mais substancial do fenômeno. Afinal, a atribuição de inefabilidade no *Tractatus*, que só era possível em razão da forma lógica *a priori* compartilhada por proposição e fato, já não é mais uma opção.

No meu entender, uma solução definitiva ao problema não é ainda apresentada nas *Observações Filosóficas*. Sua resolução deverá passar pela aplicação posterior de uma série de novas ideias, dependentes de uma reformulação da perspectiva geral do filósofo em relação ao modo de funcionamento da linguagem e à natureza da atividade filosófica bem orientada. Refiro-me, aqui, à apresentação explícita do modelo do cálculo e àquilo que Engelmann chamou de “método genético” para a abordagem dos problemas filosóficos. Eles só podem ser encontrados a partir do *Big Typescript*, escrito ao longo dos anos de 1932 e 1933. É importante lembrar que as *Observações Filosóficas*, cuja compilação tinha como

³⁰⁶ MS 107, 289; PB, p. 68.

³⁰⁷ MS 107, 292; PB, p. 65.

³⁰⁸ Engelmann, 2013, p. 88.

propósito último o atendimento de uma demanda burocrática, era ainda um projeto em andamento. Há ali, portanto, muitas tensões não resolvidas, de modo que o texto suscita questões para as quais Wittgenstein não tem ainda uma resposta definitiva. Contudo, partindo da exposição das aporias produzidas pela abordagem russelliana, já é possível que se explorem diversas possibilidades investigativas, que sinalizam a direção aproximada em que se deverá seguir na tentativa de resolver os problemas colocados pela noção de intencionalidade. Apresentarei na sequência, portanto, alguns dos resultados obtidos, que são de grande importância para a formulação posterior das características gerais de uma versão mais bem acabada e explícita do modelo do cálculo no período intermediário, tema da próxima seção deste capítulo.

Como ficou claro, a verificação tem como função manter a independência do sentido de uma sentença em relação a sua verdade ou falsidade, o que a teoria de Russell não foi capaz de fazer. Tal independência só é possível, contudo, porque Wittgenstein agora sustenta que proposições não sejam dadas de maneira individual, mas como parte de todo um sistema proposicional (*Satzsystem*) em que a verdade de uma proposição implica, necessariamente, a falsidade das demais. Como vimos na seção 2.2.ii, a complexidade lógica da estrutura interna de uma proposição, cuja análise não pode ser subsumida aos métodos dados no *Tractatus*, levou Wittgenstein a reconhecer a existência de espaços fenomênicos específicos em que a asserção de um determinado grau de certa propriedade torna falsa, por consequência, toda uma série de outras proposições possíveis sobre o objeto em questão. Uma proposição em que há atribuição de cor – “Isto é vermelho”, por exemplo – determina uma posição no espaço cromático. Wittgenstein deixou de crer, após o abandono do projeto da linguagem fenomenológica, que seria possível a tradução de tal proposição nos termos de uma notação matematizada e exata, a ser dada por dispositivos notacionais como o octaedro das cores e o sistema de coordenadas. Isso não significa, no entanto, que a noção de espaço fenomênico tenha perdido sua relevância; ela continua, na verdade, sendo um elemento essencial da abordagem fenomenológica proposta por Wittgenstein nas *Observações Filosóficas*. Ainda que não se determinem valores específicos de matiz, brilho e saturação para a cor predicada, seguem válidas regras de sintaxe como a que permite deduzir “Isto não é azul” de “Isto é vermelho” ou aquela que torna contrassensual uma afirmação como “Isto é vermelho esverdeado”. Isso só é possível porque o espaço cromático é estruturado por regras. Portanto,

uma proposição como “Isto é vermelho”, quando introduzida, ainda traz consigo toda uma série de outras negações pertencentes ao mesmo sistema proposicional, ou seja, relativas à mesma escala graduada ou ao mesmo espaço de fenômenos.

Como isso se relaciona às noções de expectativa e verificação? Wittgenstein afirma: “Eu não vejo vermelho, mas sim, eu vejo *que a azaleia é vermelha*. Nesse sentido, vejo também que ela não é azul”.³⁰⁹ Ao reconhecer uma cor, pressupomos o espaço cromático. Para que se possa dizer que alguém entende o significado de “vermelho”, é necessário que demonstre ser capaz de contrastar essa cor com as outras e que não afirme, conseqüentemente, de um objeto vermelho, que é verde ou preto. Como afirma Engelmann, “compreender o significado de uma cor específica e reconhecê-la envolve, portanto, uma capacidade inferencial de situar a posição da cor”.³¹⁰ Para que se possa comparar proposição e fato, é necessário que aquela traga uma possibilidade de referência anterior à própria comparação, o que significa que o sentido deve ser determinado de maneira prévia.³¹¹ Ou seja, a expectativa tem como pressuposto o conjunto de regras sintáticas relativas ao espaço fenomênico ao qual pertence a proposição em questão, o sistema proposicional de exclusões mútuas. Só assim é possível que se venha a reconhecer que um evento que ainda não ocorreu determina se a proposição é verdadeira ou falsa. Da mesma forma, “a medição pressupõe um padrão de medida que indica as regras que nos permitem determinar o comprimento de um objeto qualquer antes de efetuada a medição. Isso significa que uma expectativa, como um metro, funciona em um sistema de exclusões, em que cada determinação prévia, específica, é ou verdadeira ou falsa”.³¹²

“Só designo por pensamento um processo articulado: seria, portanto, possível dizer ‘somente o que tem uma expressão articulada’”, afirma Wittgenstein na seção trinta e dois das *Observações Filosóficas*.³¹³ É nesse sentido que sua abordagem se diferencia daquela proposta por Russell. Afinal, concluímos que a explicação causal deste dava margem a absurdos como a satisfação ou frustração de uma expectativa tanto pela ocorrência, quanto pela não ocorrência de um determinado evento, além de admitir juízos contrassensuais. Para

³⁰⁹ WWK, p. 87.

³¹⁰ Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 97.

³¹¹ PB, p. 64; PB, p. 70: “A expectativa prepara um metro com o qual o evento futuro pode ser medido”.

³¹² Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 98.

³¹³ PB, p. 70.

Wittgenstein, a necessidade da articulação impõe um limite desejável ao pensamento, o que o reaproxima, de certa forma, de sua definição tractariana:³¹⁴ só é pensamento aquilo que é dotado da multiplicidade de uma sentença e, conseqüentemente, aquilo que pode ser intencionado.³¹⁵ Porque o evento que satisfaz a expectativa está articulado no mesmo espaço em que a expectativa foi construída – ou seja, é dotado da mesma multiplicidade lógico-gramatical e está sujeito aos mesmos sistemas de regras –, podemos identificá-lo facilmente como sendo a verificação da expectativa em questão. Não há a necessidade, portanto, da postulação de entidades adicionais, como eram os sentimentos de expectativa e expectativa de Russell, que supostamente realizariam a conexão entre a expectativa e o evento esperado. Nas aulas ministradas em Cambridge entre 1930 e 1933, Wittgenstein oferece alguns exemplos bastante ilustrativos:

O pensamento que x é o caso é tão distinto de x ser o caso quanto a proposição “ x é o caso”. Ambos, pensamento e proposição, indicam o método de se descobrir se x é o caso e apontam para o espaço (visual, tátil etc.) em que se procura. Por exemplo, “O relógio vai soar em cinco minutos”. Aqui (1) você precisa esperar que o tempo passe (espaço temporal), (2) se a proposição é verdadeira, você deve ouvir o relógio soar (espaço auditivo).³¹⁶

Tudo isso é essencial para que se entenda como a noção de multiplicidade da linguagem permite a refutação de concepções causais ou psicologistas do significado. A situação do objeto em relação a tais espaços é, para uma ampla gama de sentenças, o próprio método de verificação. Para fins ilustrativos, tomemos agora o exemplo da medição. Conhecemos o significado de uma proposição como “Esta parede tem três metros de altura”, ainda que não saibamos se é verdadeira ou falsa, precisamente porque dispomos de um sistema de medidas que é capaz de confirmá-la ou negá-la. Há, portanto, uma maneira mecânica inambígua de se determinar se o predicado “tem três metros de altura” se aplica, de fato, a um objeto. E é isso o que torna possível entendermos sentenças com a atribuição de medidas espaciais. O sistema métrico é, para proposições dessa classe, o próprio método de verificação e, portanto, aquilo que determina o sentido da medição. Aqui, no entanto, Wittgenstein se vê conduzido a uma conclusão bastante curiosa: todos os elementos que

³¹⁴ TLP, 3: “A afiguração lógica dos fatos é o pensamento”.

³¹⁵ Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 100.

³¹⁶ M, p. 5. De acordo com a tradução em Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 101.

participam na determinação do sentido das sentenças devem integrar a linguagem, pois são parte dos espaços lógico-gramaticais em que se dá a articulação das sentenças.³¹⁷ Sendo assim, o próprio padrão de medida deve ser visto como algo que pertence ao simbolismo e ao método de projeção.³¹⁸ Estão aí inclusos objetos físicos como réguas e trenas, relógios, termômetros e amostras de cores, mas também representações mentais.

“É na linguagem que expectativa e evento se tocam um ao outro”, afirma Wittgenstein.³¹⁹ Porque o sentido de uma proposição deve ser dado de maneira interna à linguagem, deve pertencer a ela tudo aquilo que é “pressuposto para o sentido de uma sentença”.³²⁰ No caso da sentença “Esta parede tem três metros de altura”, pressupõem-se a existência do objeto e do instrumento de medida. Como se determina o sentido da sentença, ou seja, como se dá sua verificação? Aqui, é preciso determinar a referência do objeto e, também, o método de verificação da atribuição de medida. Neste caso, o gesto dêitico de apontar com a mão pode identificar o objeto ao qual a sentença se refere, ou seja, a parede em questão: a sentença só é significativa porque esse objeto existe. O instrumento de medida, no entanto, é também necessário na determinação do sentido, já que ele dá, em uma escala convencional, o modo pelo qual se verifica a verdade da sentença. Porque tal escala é uma convenção, ela é também absolutamente contingente, já que não há nada de necessário no uso de um determinado sistema de medidas, como o sistema métrico, em detrimento de outros – e.g. o sistema imperial britânico ou o sistema norte-americano. Ela deve ser vista, portanto, como aquilo que oferece um conjunto de regras gramaticais para a verificação das sentenças com a atribuição de dimensões espaciais, algumas das quais podem ser parafraseadas da seguinte maneira: “Tem três metros o objeto cujo comprimento, ao ser medido com uma trena ou régua adequadamente construída, não ultrapassa a marcação ‘3’ no corpo do instrumento de medida”, “Um objeto que tenha três metros não tem um, dois, quatro, cinco etc. metros”. Se tais regras parecem truísmos, é importante que se observe que Wittgenstein reconhece abertamente sua obviedade, em conversa com Schlick:

Na gramática não se descobre nada. Não há surpresas. Ao formular uma regra, sempre temos a sensação de que ela é algo de que já sabíamos desde sempre. Só podemos fazer uma coisa: articular claramente a regra que antes aplicávamos

³¹⁷ Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 94.

³¹⁸ PB, pp. 78–79.

³¹⁹ BT, 79; PG, 92.

³²⁰ BT, 79; PG, 92.

inconscientemente. Se, portanto, eu entendo o que a especificação de comprimento significa, também entendo que, se um homem tem 1,6 metros de altura, ele não tem dois metros de altura. Sei que a medição determina apenas um valor em uma escala e não vários valores. Se você me perguntar "Como você sabe disso?", devo simplesmente responder: "Porque eu entendo o sentido da afirmação".³²¹

Evidentemente, considerações semelhantes a essas, relativas à medição de dimensões físicas, também se aplicam ao método de medição de outras grandezas: temperatura, densidade, volume, intensidade luminosa, altura sonora etc. Cada método, no entanto, apresenta peculiaridades que se traduzem em regras gramaticais próprias. É proveitoso que nos detenhamos, no entanto, no caso das cores, já que ele é o mais propício a uma discussão a respeito do papel desempenhado por representações mentais como parte da linguagem. Evidentemente, a especificação de uma cor pode ser feita por meio de um padrão – ou seja, uma amostra ou exemplar – que também é parte da linguagem, da mesma forma como os demais instrumentos de medida mencionados. É exatamente isso o que fazemos, afinal, quando escolhemos uma cor precisa em uma casa de tintas. No entanto, em situações mais corriqueiras, usamos com frequência nossas próprias representações mentais como padrão cromático. Mas se as representações mentais podem, de fato, desempenhar um papel semelhante ao das amostras na verificação de expectativas, não haveria aqui o risco da reintrodução de critérios, ou seja, de uma psicologização do processo de verificação? Não, pois o que importa é que tais representações podem também ser expressas linguisticamente: “Uma imagem da memória ou imaginação é uma figura no sentido de que tem a mesma multiplicidade do fato ou objeto lembrado ou imaginado”, afirma Wittgenstein.³²² Se alguém me pergunta, por exemplo, se quero pintar as paredes da sala de verde lima, uma resposta possível é: “Não, quero um verde mais escuro e acinzentado”. O papel desempenhado pelas imagens mentais na linguagem é muito semelhante àquele das amostras ou dos instrumentos de medida, embora sejam com frequência inferiores no que diz respeito à precisão. Isso ocorre porque as imagens mentais que tomamos como amostras de cores também estão sujeitas às regras gramaticais que configuram o espaço cromático, o que é evidenciado pelo fato de que não apenas sou incapaz de produzir, por meio da combinação química de diferentes corantes, o verde avermelhado, mas não posso sequer imaginar como seria tal cor.

³²¹ WWK, pp. 77–78.

³²² M, 30–32, p. 7.

Embora a introdução de considerações relativas à verificação das sentenças nas *Observações Filosóficas* mantenha em vigência alguns aspectos importantes da teoria figurativa do *Tractatus*, é preciso atentar também às suas dessemelhanças. O objeto simples tractariano funcionava como uma espécie de âncora semântica que garantia a referencialidade das proposições elementares. Nas *Observações Filosóficas*, o único elemento primitivo e indefinível, aquilo de que “se pode falar seja qual for o caso”, já não é mais o objeto simples, mas os fenômenos estruturados em descrições fenomênicas. Eles integram a estrutura de espaços fenomênicos regrados que determinam previamente o sentido das proposições. Agora, são eles os responsáveis pela referencialidade da linguagem, dada não mais pela “relação de nome e nomeado, mas por estruturas que expressam possibilidades de variação em espaços dados em que pode ocorrer a referência ao ‘objeto’”.³²³ Engelmann sumariza do seguinte modo a articulação, nas *Observações Filosóficas*, entre os conceitos de expectativa, intenção, análise e verificação:

Uma expectativa está sempre conectada a uma sentença que determina um modo de verificação. É na expressão de expectativa que a intenção é tornada manifesta. A intenção deve ser compreendida como a determinação do conjunto de condições que permitem que a proposição seja comparada à realidade, de modo que saibamos de antemão como as coisas devem se comportar na realidade para que a sentença seja verdadeira. Essas condições são dadas pelas regras que constituem o sentido das sentenças. Regras, contudo, são sempre regras de um sistema proposicional articulado em espaços e tipos. Dentro desses tipos e espaços, objetos físicos e representações mentais também operam, uma vez que são parte dos sistemas que explicitam o sentido das sentenças. As regras, por indicarem o modo de verificação de uma sentença, indicam um modo articulado de referência aos fenômenos. Sendo assim, é a referência aos fenômenos que expressa de modo cabal aquilo que significamos (*meinen*) ou queremos dizer com nossas sentenças (ver PB §230).

Se o sentido de sentenças é determinado pelo modo como são verificadas, o significado das palavras é determinado por contextos proposicionais de verificação. Esses contextos, assim, ajudam-nos a explicitar as regras que dão sentido às sentenças, de modo que conhecer o significado só pode ser “conhecer o caminho para se chegar ao objeto” (WWK, 88). Como as regras constituem o sentido das sentenças, elas também constituem parcialmente o significado das palavras presentes nelas. A referência das palavras (o “objeto”) é apenas um dos aspectos do significado (a referência não esgota o significado). Assim, quando utilizamos expressões indexicais como “isto é ...” já pressupomos o espaço em que o objeto se encontra e também o tipo gramatical do mesmo (ver PB: §§ 6, 92).³²⁴

³²³ M, 30–32, p. 7.

³²⁴ Engelmann, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 107.

A atividade fundamental da filosofia consistiria, portanto, na explicitação das regras gramaticais que dão sentido à sentença, identificando as “engrenagens soltas na linguagem”³²⁵ que permitem a formulação dos contrassensos característicos do discurso filosófico. Diante da explicitação de tais regras, o resultado não é mais a confirmação ou falseamento de certas teses filosóficas, mas antes a identificação de seu contrassenso. Nesse momento inicial da etapa intermediária da filosofia de Wittgenstein, tais regras estão ainda conectadas a realidade porque dizem respeito à estrutura dos espaços fenomênicos específicos, que é conhecida por meio de uma inspeção fenomenológica. No entanto, cumpre observar que a conexão já está bastante enfraquecida em relação à forma como fora concebida em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*. Ali, acreditava-se ser possível uma simbolização exata e inambígua dos fenômenos por meio de uma notação em que suas propriedades são apresentadas de maneira matematizada. Como vimos, isso não foi possível porque a própria ideia de medição, essencial para tal apresentação, mostrou-se inaplicável aos campos fenomênicos. Medir implica, afinal, tomar como referência um critério estável, mas contingente, que possa determinar de maneira normativa os valores medidos. Pode-se dizer que esse é o primeiro passo dado no sentido da radicalização do princípio fregiano de contexto, já prenunciada no capítulo 2.1 deste estudo. A ideia da autonomia da gramática e das regras que a constituem passará a ganhar cada vez mais força ao longo dos anos seguintes, o que levará à introdução, no *Big Typescript*, por exemplo, de uma equivalência entre fenomenologia e gramática.

V.

O cálculo no período intermediário

Discutirei agora algumas das principais características assumidas pela concepção da linguagem como um cálculo ao longo do período intermediário, tendo como base os desenvolvimentos já anteriormente apresentados. Identifico ao menos quatro modelos distintos do cálculo linguístico ao longo da produção inicial e intermediária de Wittgenstein. São eles: o cálculo lógico e *a priori* de funções de verdade, no *Tractatus*; o cálculo

³²⁵ PB, p. 51.

matematizado dos determinantes fenomenológicos, em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*; o cálculo gramatical já não mais matematizado e ainda não completamente autônomo das *Observações Filosóficas*; e, por fim, o cálculo gramatical dotado de regras autônomas e arbitrárias do *Big Typescript* e da *Gramática Filosófica*. Esta seção visa, principalmente, à caracterização deste último, que é a versão à qual Wittgenstein mais comumente se refere quando emprega a analogia e aquela cuja formulação coincide com o surgimento da metáfora nos textos intermediários. Buscarei contrastar suas características às dos demais. É prudente, contudo, que se comece por uma breve recapitulação das etapas precedentes deste estudo, a fim de que as peculiaridades de cada um desses modelos possam ser apresentadas de maneira mais clara.

Mostrei, em 2.i, que a origem remota do modelo do cálculo é a execução, levada a cabo por Frege, dos projetos leibnizianos da *characteristica universalis* – a linguagem logicamente perspicua da *Begriffsschrift*, que tem na redução de toda sentença assertiva às formas função e argumento uma de suas mais importantes características – e do *calculus ratiocinator* – o cálculo de predicados com expressão quantificacional para a generalidade. Abordei também, na mesma seção, as contribuições, desenvolvimentos e novas direções dadas por Russell ao mesmo projeto, que configuram, em grande medida, o fundo teórico sobre o qual Wittgenstein desenvolveu muitas das ideias centrais do *Tractatus*. Em seguida, na seção 2.1, apresentei alguns dos pressupostos que fundamentam o modelo do cálculo tractariano – atomismo lógico, composicionalismo e teoria figurativa da linguagem – expondo, em 2.1.iv, o seu modo de aplicação. Tratava-se, ali, de um cálculo de funções de verdade em que um conceito matemático como o de número é reduzido aos expoentes de operações por meio de expedientes quantificatórios e da construção de séries formais. O número era visto, portanto, como uma entidade factícia, inessencial à lógica e cuja redução a meras estruturas sintáticas não acarretava nenhuma perda de expressividade linguística.

O capítulo 2.2 expõe as modificações pelas quais passou o modelo do cálculo entre os anos de 1929 e 1934, culminando na substituição da sintaxe lógica tractariana pela noção mais abrangente de gramática, dominante no período intermediário. Em 2.2.i, abordei causas de tal transformação que podem ser consideradas internas à filosofia de Wittgenstein. A principal motivação é a descoberta, da parte de Ramsey, de uma inconsistência na noção tractariana de necessidade lógica, exemplificada pela possibilidade de inferência, a partir de

uma determinada proposição com atribuição de cor a um objeto simples,³²⁶ da negação de quaisquer outras proposições em que há atribuição cromática ao mesmo objeto. É principalmente nesse sentido que comentadores como David Stern e David Pears entendem as mudanças na filosofia de Wittgenstein a partir de 1929 como indicativas do abandono do atomismo lógico do *Tractatus* em favor de um holismo lógico: a verdade de uma determinada proposição com atribuição de graus implica, necessariamente, a falsidade de todo um outro grupo delas em que se predicam graus distintos daquela propriedade ao mesmo nome.³²⁷ Uma necessidade de tal tipo não pode ser expressa por meio de tautologias, como postulava o *Tractatus*. Wittgenstein constata ainda a impossibilidade de que o problema fosse resolvido por meio de um apelo ao mesmo expediente quantificatório usado, naquela obra, para a contagem de objetos, uma vez que as unidades de medida não podem ser diferenciadas em cada uma de suas instâncias de uso. Por fim, a conclusão de que é efetivamente impossível formalizar proposições de tal tipo por meio do instrumental notacional apresentado no *Tractatus* leva o filósofo a buscar uma linguagem suplementar adequada à representação de relações não verifuncionais de necessidade e impossibilidade: a linguagem fenomenológica.

Pode-se dizer que, no período em que se introduz a linguagem fenomenológica e, subsequentemente, tenta-se dar a ela uma formulação adequada, a concepção do cálculo linguístico assume, para Wittgenstein, uma direção totalmente oposta àquela encontrada no *Tractatus*, ao menos no que diz respeito à posição ocupada nele por noções matemáticas. Esses temas são abordados na seção 2.2.ii. O número, conceito central da aritmética, agora já não mais passível do tipo de redução ao qual estava submetido no *Tractatus*, torna-se um elemento constitutivo das sentenças que ocupam a posição de base no sistema da linguagem: as proposições fenomenológicas. Estas são o verdadeiro elo semântico entre nome e objeto e, portanto, entre linguagem e mundo, e sua formulação adequada é sempre matematizada, uma vez que características posicionais dos objetos fenomenológicos no campo visual, por exemplo, devem ser expressas por meio de uma notação vinculada a um sistema de coordenadas. Presume-se que o mesmo devesse valer também para proposições fenomenológicas relativas a outros espaços de modalidade perceptiva – por exemplo:

³²⁶ Ou, para todos os efeitos, de qualquer proposição com atribuição de graus específicos de uma dada propriedade.

³²⁷ Cf. Stern, 1991; cf. Pears, 1990.

auditivo, sensorial etc. –, embora Wittgenstein não chegue a apresentar seus respectivos equivalentes ao sistema de coordenadas.

Tal período coincide, não gratuitamente, com a curta fase da filosofia de Wittgenstein em que vigora uma primeira versão do princípio de verificação. Estando ainda em vigência vários dos pressupostos teóricos que norteavam a filosofia do *Tractatus* e, em particular, os três que escolhi destacar no capítulo 2.1,³²⁸ mantêm-se algumas características importantes da semântica tractariana nessa primeira versão do verificacionismo. A afiguração de um objeto fenomenológico – tomarei aqui, como exemplo, uma mancha colorida no espaço visual – está ainda em conformidade estrutural, em vários pontos, com o modelo figurativo proposto no *Tractatus*. Afinal, em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, a verificação de uma proposição deve se dar de maneira completa, unívoca e definitiva. É completa porque não há ainda, como ocorrerá mais tarde, nas *Observações Filosóficas*, espaço para o mesmo tipo de indeterminação encontrada nas proposições hipotéticas da linguagem ordinária. Uma proposição como “Há um círculo branco em meu campo visual”, supondo-se que seja complementada por expressões matematizadas vinculadas ao sistema de coordenadas, octaedro das cores e quaisquer outros dispositivos notacionais que se mostrem necessários, é completamente verificada por meio da aplicação de uma regra de projeção que vincula a cada termo na proposição um determinante do objeto fenomênico.

Em oposição a isso, uma proposição como “Vejo a lua no céu” é, de certa maneira, incompleta, pois admite toda uma grande variedade de situações possíveis que a verificam, com variações nas diferentes posições ocupadas pelo astro no firmamento, pela fase lunar específica em que se encontra, pela cor com que se apresenta naquela noite etc. A proposição fenomenológica é, ainda, unívoca, porque há apenas uma única verificação possível: ela oferece todos os determinantes necessários para a localização e caracterização precisa do círculo branco em meu campo visual, algo que a proposição hipotética não faz. Por fim, é definitiva, pois os objetos fenomênicos que propiciam a verificação não podem ser sujeitos a qualquer argumento cético. Cumpre lembrar que a notação fenomenológica deve contar, idealmente, com um determinante temporal, de modo que a proposição “Há um círculo branco em meu campo visual”, adequadamente expressa na linguagem fenomenológica, determinaria também o momento preciso da aparição do objeto. Proposições sobre a lua,

³²⁸ I.e., atomismo lógico, teoria figurativa da linguagem e composicionalismo.

assim como aquelas sobre quaisquer objetos físicos, podem ser sujeitas a dúvidas céticas; o mesmo não pode ser dito de uma proposição fenomênica que afirme, por exemplo, que “Há um círculo branco de tais dimensões em tal posição no meu campo visual às duas horas da madrugada, trinta e cinco minutos e vinte e dois segundos do dia trinta e um de março do ano de dois mil e vinte”.³²⁹

Nesse contexto, a tentativa de construção da linguagem fenomenológica surge com o propósito de resolver um problema fundamental com o qual se depara a concepção wittgensteiniana da linguagem, salvaguardando assim as características por ela apresentadas que possibilitam sua comparação a um cálculo, senão em sua versão tractariana, em que todas as operações lógicas podem ser reduzidas a uma única operação aplicada sobre funções de verdade, ao menos em uma versão alternativa. O cálculo linguístico no período intermediário começa, portanto, matematizado por meio da tentativa de afiguração dos fenômenos, na linguagem fenomenológica, através de uma notação em que os números aparecem como componentes irreduzíveis. No entanto, tais características vão sendo paulatinamente perdidas: a introdução do conceito de gramática nas *Observações Filosóficas*, abordada na seção 2.2.iii, bem como das considerações sobre a verificação das proposições, acaba por abolir a hierarquia epistemológica entre os diversos tipos de enunciados, sustentada durante o breve período do projeto da linguagem fenomenológica. Agora, as proposições hipotéticas da linguagem comum e a linguagem fisicalista em que são expressas passam a ser tratadas como o meio mais adequado para o desenvolvimento da elucidação gramatical, o que inutiliza conceitos como os de análise, proposição elementar ou proposição fenomênica.

Já foi dito que a gramática é introduzida como uma ampliação da noção tractariana de sintaxe lógica, mas é importante observar que ela traz consigo algumas consequências não abrangidas por esta última. A primeira delas é a rejeição da preponderância de uma forma proposicional única. O distanciamento de Wittgenstein em relação à teoria figurativa da linguagem, bem como de distinções vinculadas a ela, como aquela entre o dizer e o mostrar,

³²⁹ É claro que o uso de nosso sistema corrente de medição do tempo é, aqui, completamente arbitrário. A notação fenomenológica exigiria, provavelmente, um sistema distinto. No entanto, mesmo uma reflexão superficial a respeito das características necessárias do sistema a ser adotado coloca diversos problemas. Por exemplo: na proposição fenomenológica, a determinação temporal deveria incluir números decimais até um número arbitrário de casas? Objeções semelhantes podem ser levantadas em relação aos meios de representação adotados para as demais formas fenomênicas: nas expressões fenomenológicas sobre cores e formas geométricas, há algum espaço para o conceito de *minima visibilia*?

ensejam a adoção de uma postura bastante pragmática no que diz respeito ao meio e à forma como devem ser expressas as regras que constituem a linguagem. A expressão verbal de regras gramaticais passa a ser admitida, não é mais necessário que tudo o que diz respeito ao normativo seja inefável e perspicuo no modo de emprego da linguagem, como era o caso no *Tractatus* ou em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*. Embora a criação de linguagens e notações artificiais para propósitos específicos seja admissível e, muitas vezes, desejável, a investigação filosófica, que se ocupa da linguagem enquanto totalidade orgânica, tem na linguagem ordinária – da qual todas as demais são derivadas – seu principal objeto de estudo. Essa é uma consequência inevitável do compromisso de Wittgenstein com a noção de linguagem como meio universal, abordada por Hintikka & Hintikka e discutida na seção 2.ii.

No entanto, embora as doutrinas do atomismo lógico e composicionalismo tenham se tornado obsoletas nas *Observações Filosóficas*, vigia ali ainda um elemento muito importante da filosofia tractariana: a doutrina da figuratividade da linguagem, ainda que em versão adaptada ao verificacionismo do período. Seu abandono só pode ser entendido a partir do confronto de Wittgenstein com as ideias das teorias causais do significado de Russell, Ogden e Richards, tema da seção 2.2.iv deste estudo. Ao examiná-las, Wittgenstein conclui que o problema central de tais teorias é o fato de que ignoram o elemento da intencionalidade. No *Tractatus*, a intencionalidade não é um problema relevante porque as regras de projeção são capazes de estabelecer uma correlação precisa entre os elementos que constituem proposição e fato. Se eram meramente convencionais e arbitrárias as regras de correlação, que determinavam a correspondência entre um determinado nome na afiguração linguística e o objeto a ele correspondente no fato; as regras de articulação podiam ser todas reduzidas a uma forma lógica *a priori*: função e argumento. Sendo assim, não havia a necessidade da postulação de uma função mental responsável pela intencionalidade. Essa ideia se mantém, ainda, na versão do figurativismo sustentada durante o período da elaboração do projeto da linguagem fenomenológica. Quando, ao redigir as *Observações Filosóficas*, Wittgenstein se vê obrigado a abandonar as ideias tractarianas acima mencionadas – análise, composicionalismo e proposição elementar ou fenomenológica – e a atribuir um caráter hipotético à própria forma lógica elementar, é levado a reintroduzir a investigação filosófica da intencionalidade como parte de seu programa filosófico. Em outras palavras, é preciso

explicar como uma proposição ou sentença é capaz de se referir a eventos e fatos, sem que se recorra agora a uma regra de articulação *a priori*. Como observei, no entanto, as *Observações Filosóficas* não parecem oferecer ainda uma solução definitiva ao problema da intencionalidade.

Na verdade, a resolução consistirá naquilo que Wittgenstein chamará mais tarde de uma mudança de perspectiva, uma “mudança da vontade”, caracterizada pelo filósofo como parte essencial da atividade filosófica, em contraposição à mera “mudança do intelecto”. Ela dará ensejo à introdução da analogia entre linguagem e cálculo. Até aqui, recapitulei ideias e argumentos já apresentados em etapas anteriores desta exposição. Passemos agora a um exame das motivações para a incorporação da tão pervasiva analogia entre linguagem e cálculo, a partir de 1931. A chave é dada, portanto, pela retomada do tópico que deixei em aberto na seção anterior: o papel e a natureza da intencionalidade na teoria figurativa do significado das *Observações Filosóficas*. É esse o elo que nos permitirá avançar na direção da caracterização literal da linguagem como um cálculo dotado de regras fixas, mas arbitrárias, no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica*. Já ficou claro que o método de projeção é uma parte importante da explicação da intencionalidade, mas os resultados obtidos parecem apontar para o fato de que ele não consegue explicar, sozinho, tudo o que está envolvido no processo de atribuição de significado. Engelmann observa que, nesse momento, a tentação parece ser a de dar início a uma investigação do próprio processo de representação enquanto fenômeno mental, o que levaria Wittgenstein a incluir também elementos psicológicos em sua abordagem. Ao fim e ao cabo, Wittgenstein resistirá à tentação de tratar o fenômeno da intencionalidade em chave psicologista, encontrando uma solução em que “as regras de projeção, que são regras da ‘gramática’, e sua interpretação são suficientes para caracterizar o que é intencional na linguagem sem qualquer apelo a atos mentais”.³³⁰ Essa solução é o que dá uma forma definitiva à comparação, exaustivamente empregada ao longo dos anos subsequentes, entre a linguagem e o cálculo. Pode-se dizer com segurança, portanto, que a própria atribuição à linguagem das características de um cálculo dotado de regras fixas, embora também aplicável a etapas anteriores da filosofia de Wittgenstein, encontra, nesse momento, sua formulação mais exaustiva e autoconsciente. Evidentemente, essa transição argumentativa é, portanto, de suma importância para os propósitos aqui desenvolvidos, uma

³³⁰ Engelmann, 2013, p. 93.

vez que, mesmo nas *Observações Filosóficas*, a metáfora não se fazia ainda presente. Tratarei de explicar na sequência, portanto, em que consiste tal caracterização, como ela supera o problema da intencionalidade e, por fim, como contribui na refutação das teorias causais do significado.

“Seria possível explicar a essência da linguagem com um sistema de signos”,³³¹ afirma Wittgenstein. O sentido das sentenças desse sistema e o significado de suas palavras seriam determinados por regras, que operam sempre em contraste com outras regras. A multiplicidade de que a linguagem deve ser dotada a fim de que se explique de maneira satisfatória o elemento da intencionalidade, em oposição ao que ocorre na concepção causal de Russell, é dada precisamente pelo contraste entre as diferentes possibilidades do cálculo linguístico, manifesta nas regras gramaticais. Essas regras, segundo Engelmann, “esgotam e constituem o significado das palavras”. O significado de uma palavra é, portanto, a posição por ela ocupada no interior do sistema gramatical, ou seja, no interior do cálculo. É pronunciado aqui um elemento importante da crítica tardia de Wittgenstein àquilo que a fortuna crítica convencionou chamar de concepção agostiniana da linguagem, em referência à citação de Santo Agostinho na primeira seção das *Investigações Filosóficas*. Trata-se da recusa de uma concepção fortemente denotativista do significado como relação entre palavras e seus *Bedeutungskörper*, os supostos objetos aos quais se referem.

A gramática deve passar a ser vista como absolutamente autônoma e arbitrária, uma vez que é constituída por regras contingentes. Tudo aquilo o que era antes visto como um possível elo entre nome e objeto – e, portanto, entre proposição e fato ou linguagem e realidade – deve ser agora tratado como parte integrante desse mesmo cálculo, sistema ou linguagem, termos que Wittgenstein passa a tratar como equivalentes. Ali, os nomes são definidos internamente, por meio de sentenças compostas, elas próprias, de outros nomes: tudo se dá no interior da linguagem. Não há, portanto, qualquer apelo fundacional a uma ilusória exterioridade extralinguística, cujos elementos constituintes seriam os verdadeiros referentes dos nomes. Lembremos que tais elementos, na abordagem tradicional, estão frequentemente vinculados às definições ostensivas, aquelas em que um nome é definido por meio do gesto dêitico, em que se aponta diretamente para o objeto simbolizado: amostras de cores (“Isto é azul”), amostras de formas geométricas (“Isto é um círculo”), amostras

³³¹ MS 109, 249.

de objetos (“Isto ☞ é uma maçã”) etc. Esse passo argumentativo é muito relevante para todo o desenvolvimento filosófico posterior de Wittgenstein, em que se descarta definitivamente não apenas o verificacionismo, como também todo um conjunto de ideias relacionadas à pressuposição de que a linguagem é construída a partir de proposições mais elementares a respeito dos dados sensíveis. Sua formulação última se dará no célebre argumento da linguagem privada, que ocupa as seções §§243–315 das *Investigações Filosóficas*. Se a gramática, que constitui as regras de funcionamento da linguagem, é completamente autônoma e independente da realidade, a própria noção de afiguração perde sua relevância. Em sua filosofia tardia, Wittgenstein concluirá que aquelas que concebeu como proposições genuínas, em sua fase fenomenológica, não são, na verdade, descrições da experiência imediata, mas apenas *declarações* – *Äußerungen* ou *Ausdrücke*, em alemão –, manifestações não assertivas de estados mentais comunicativamente equivalentes a interjeições, gritos, expressões faciais e gestos.³³²

No *Big Typescript*, expressões da linguagem tradicionalmente ligadas à intencionalidade – como é o caso de “pensar que”, “esperar que” ou “querer dizer que” – forjam conexões internas entre diferentes sentenças da linguagem, e não conexões externas entre as sentenças e os estados de coisas que descrevem. Estabelecem, portanto, uma relação interna entre a expectativa dada pela intenção e o evento intencionado que é bastante semelhante àquela existente entre um cálculo matemático e o seu resultado, ou entre um teorema da matemática e sua prova. “É uma etapa no cálculo que leva da expectativa à sua satisfação. De fato, o cálculo 25×25 está relacionado ao resultado 625 da mesma maneira como a expectativa o está à satisfação”.³³³ A ideia cumpre o objetivo de eliminar a hipótese de que o pensar seja um processo interno oculto na mente, responsável pela atribuição de sentido à linguagem. Wittgenstein afirma que “[...] o pensamento é essencialmente o que é expresso por uma sentença”,³³⁴ de modo que entender um pensamento é entender uma sentença.³³⁵ Entendê-la, por sua vez, equivale a ser capaz de explicar seu sentido, o que se dá por meio da mobilização de outras sentenças, que nada mais são do que regras gramaticais

³³² Glock, 1996, p. 383.

³³³ BT, 109.

³³⁴ BT, 222.

³³⁵ BT, 1.

que determinam o sentido da primeira.³³⁶ Elas o fazem por meio da indicação das posições ocupadas, no interior do cálculo gramatical, pelas palavras. Em outras palavras, o fato de que o pensamento significativo é articulado mostra que ele também deve integrar o cálculo e, portanto, não pode lhe servir como fundamento. A concepção da linguagem como cálculo resolve o problema da intencionalidade porque transforma em parte da linguagem ou cálculo tudo aquilo o que é necessário para a produção do sentido – amostras visadas por gestos dêiticos, instrumentos de medição e paradigmas, mas também, notavelmente, representações mentais. Pode-se dizer que substituem o papel no *Tractatus* reservado às regras de articulação, embora não sejam, como o era ali a forma função e argumento, elementos constitutivos de qualquer tipo de aprioricidade no interior da linguagem. Afinal, a gramática é arbitrária, autônoma, contingente e, é claro, convencional.

Neste ponto, é interessante que se observe que há vários paralelos entre a formulação do modelo da linguagem como cálculo e muitas das ideias então desenvolvidas por Wittgenstein em filosofia da matemática. No período intermediário, o filósofo passa a defender uma concepção construtivista do cálculo matemático: ele é autônomo em relação à realidade e o significado de seus elementos constitutivos, longe de ser determinado por uma extensão qualquer que seria a denotação do signo, é a posição ocupada pelo signo no interior de um sistema de regras construtivas onde a normatividade não se dá através do *a priori*, mas sim por meio da convencionalidade. Prenuncia-se aqui, também, a aproximação entre os conceitos de cálculo e jogo, manifesta nas frequentes comparações, em manuscritos e datiloscritos do período intermediário, entre um cálculo autônomo e arbitrário e o jogo de xadrez. O que ambos têm em comum é o fato de que suas regras podem ser tabuladas e estudadas como um sistema, sem que se considerem as motivações que levam as pessoas a jogar o jogo ou operar o cálculo – para se divertir, para vencer, para construir uma ponte ou para dividir um terreno. Como observa Engelmann, “isso significa que a função da linguagem (seja ‘causar comportamentos’, como para Russell, ou ‘descrever a realidade’, como para o primeiro Wittgenstein) não é considerada uma de suas características fundamentais”.³³⁷

No que diz respeito à crítica da teoria causal e à explicação do processo de verificação das expectativas, a grande contribuição dada pela concepção da linguagem como cálculo é o

³³⁶ BT, 79.

³³⁷ Engelmann, 2013, p. 94.

fato de que, nela, a conexão entre sentença e verificação se dá no interior da própria linguagem, ou seja, no interior de um cálculo ou sistema de signos: “Evento e expectativa se tocam na linguagem”, afirma Wittgenstein.³³⁸ Expectativa e evento são descritos por meio das mesmas sentenças: formulo minha expectativa de que “Maria chegará hoje” da mesma forma como atesto o fato de que “Maria chegará hoje”. Essa é a relação mais importante que mantêm entre si e decorre do pertencimento de ambos ao mesmo sistema gramatical, que é dado pelo conjunto das regras gramaticais, constitutivas do significado das palavras e autônomas: são a única coisa que efetivamente determina o significado das palavras:³³⁹

Não pode haver uma discussão sobre se estas ou aquelas regras são as corretas para a palavra “não”. Pois a palavra ainda não tem significado sem essas/as regras; e se mudarmos as regras, então ela terá um significado diferente (ou nenhum) e, portanto, podemos igualmente mudar a própria palavra. Por isso, as regras são arbitrárias, pois são as regras que fazem, primeiro, o signo.³⁴⁰

A arbitrariedade das regras gramaticais, como se pode ver na passagem acima, advém de sua autonomia. Porque a gramática e suas regras são arbitrárias, não são passíveis de justificação, o que equivale a dizer que não há descrição externa de fatos que determinem as regras. Como observa Engelmann, “sem suas regras atuais, uma palavra não tem significado, e novas regras simplesmente alterariam o significado de uma palavra”, o que faria com que a palavra em questão já não fosse mais a mesma.³⁴¹ Tampouco o apelo a qualquer justificação normativa é infundado, uma vez que ela consistiria em uma regra adicional, tão injustificável e arbitrária quanto a primeira.

Por fim, o significado passa a ser “aquilo que a *explicação* do significado explica”,³⁴² afirmação que pode parecer, em um primeiro momento, um mero truísmo. O que isso quer dizer, no entanto, é que o significado não é um objeto material ou imaterial, mas apenas uma posição no interior de um sistema de regras gramaticais.³⁴³ A teoria causal do significado tem em um de seus elementos centrais a ideia de que a definição ostensiva – aquela em que se aponta diretamente para o objeto denotado pelo nome definido – é um procedimento inaugural na cadeia causal da constituição dos significados na linguagem. O que com isso se

³³⁸ MS 109, 60.

³³⁹ Engelmann, 2013, p. 94.

³⁴⁰ MS 110, 133.

³⁴¹ Engelmann, 2013, p. 95.

³⁴² MS 109, 140.

³⁴³ Cf. MS 110, 74; BT, 30: “O lugar de uma palavra na linguagem é o seu significado”.

ignora, no entanto, é o fato de que o objeto ostensivamente definido cumpre, nesse caso, apenas o papel daquilo que Wittgenstein chama de amostra (*Muster*). Ele estabelece uma correlação entre um determinado modelo e futuras instâncias de aplicação do nome a ele vinculado – uma regra, portanto: “Pode-se dizer, de objetos dotados da mesma cor que este , que são azuis”. O próprio objeto, no entanto, poderia muito bem ser substituído por uma fotografia ou por uma descrição verbal. Mais uma vez, portanto, o significado “é fixado no interior da linguagem”, e não por meio de um apelo ostensivo a objetos extralinguísticos.³⁴⁴

Esses são os contornos assumidos pela última versão do modelo do cálculo na obra de Wittgenstein. Sua adoção, no entanto, não é capaz de explicar uma série de desenvolvimentos posteriores ao longo de sua filosofia, característicos da transição para o modelo dos jogos de linguagem, tema a ser abordado ao longo do próximo capítulo. Isso ocorre porque, embora Wittgenstein inicialmente acredite ter sido capaz de explicar o fenômeno da intencionalidade de maneira satisfatória por meio desse modelo, percebe eventualmente que a atribuição de arbitrariedade, autonomia e convencionalidade às regras gramaticais dá margem à introdução de um paradoxo no interior de suas reflexões sobre a linguagem. Essa dificuldade apresenta paralelos curiosos com uma objeção apresentada pelo filósofo à teoria causal de Russell, aquela centrada na ideia de que a explicação causal apresenta a possibilidade de um regresso ao infinito. Como vimos, afinal, se o sentimento final de expectativa é a entidade responsável pela verificação de que um dado evento satisfaz uma expectativa, pode-se perguntar qual é o evento que satisfaça a expectativa do surgimento do sentimento de expectativa. A resposta imediatamente disponível é a de que deve surgir um segundo sentimento de expectativa, o que obviamente acabará por gerar um regresso ao infinito. Objeção semelhante pode ser aplicada à ideia de Wittgenstein de que as regras gramaticais se ocupariam da função de vincular expectativa e evento, ocupando em sua explicação a posição que Russell reservara aos sentimentos.

A objeção assume a forma exata daquilo que Saul Kripke veio a denominar o “paradoxo cético do seguimento de regras”. No modelo do cálculo, as regras gramaticais – regras do cálculo – são soberanas: “A única coisa exata e inambígua e indisputável são as regras gramaticais, que, no final das contas, devem nos mostrar o que [a sentença] quer

³⁴⁴ M, 30–32, p. 62.

dizer”.³⁴⁵ No entanto, é possível conceber situações em que surjam dúvidas em relação à interpretação de tais regras. Uma vez que a formulação sentencial das regras na linguagem ordinária se tornou, já desde as *Observações Filosóficas*, sua forma preferencial de apresentação, pode ser necessária a explicação do sentido das próprias regras. E, como observa Engelmann, uma vez que isso seja explicado, “as palavras usadas para explicar as regras também podem precisar de explicação”.³⁴⁶ No manuscrito MS 109, Wittgenstein formula pela primeira vez o problema:

“Saber o que é o caso, se a sentença for verdadeira” só pode significar saber qual é a regra pela qual ela [a sentença] é controlada. – Mas como se representa que ela *deva ser controlada* por aquela regra? A regra é apenas adicionada à sentença, mas onde é que sua aplicação à sentença é representada? Onde quer que seja representada, é representada por outra figura, de modo que chegaríamos (a) um regresso infinito.³⁴⁷

Mais adiante, no mesmo manuscrito, Wittgenstein chega à seguinte conclusão, que nos remete à §198 das *Investigações Filosóficas*,³⁴⁸ parte daquilo que Kripke caracterizou como uma etapa importante na argumentação que o levaria à formulação do paradoxo:

Poderíamos dizer também o seguinte: um desenho não é um roteiro porque alguém – *acidentalmente* – andou de tal maneira que o caminho percorrido correspondeu ao roteiro, mas sim porque a pessoa seguiu o roteiro de acordo com uma regra definida. Afinal, do contrário qualquer caminho corresponderia ao roteiro (de acordo com alguma regra).³⁴⁹

A conclusão, na leitura de Kripke, é aquela enunciada na §201 das *Investigações Filosóficas*: “Uma regra não poderia determinar um modo de agir, dado que todo modo de

³⁴⁵ BT, 276.

³⁴⁶ Engelmann, 2013, p. 95.

³⁴⁷ MS 109, 78.

³⁴⁸ PU, §198: “‘Mas como pode uma regra me ensinar o que devo fazer nessa posição? O que quer que eu faça, deve ser compatível com a regra através de alguma interpretação’. – Não, não se deve dizer desta maneira, mas assim: toda interpretação, juntamente com o que é interpretado, está suspensa no ar; não pode servir-lhe de suporte. As interpretações por si só não determinam o significado. ‘Portanto, é o que faço, indiferente do que seja, compatível com a regra?’ – Permita-me perguntar desta maneira: O que a expressão da regra – digamos, a placa de orientação – tem a ver com as minhas ações? Que tipo de ligação existe entre elas? Bem, talvez a seguinte: fui treinado para ter uma determinada reação frente a este signo, e é assim que reajo agora.

Com isso, porém, você apenas indicou uma conexão causal, apenas explicou como sucedeu que agora nos orientamos pela placa de orientação; você não explicou em que consiste este seguir-o-signo. Não; insinuei ainda que alguém só se orienta por uma placa de orientação na medida em que houver um uso contínuo, um costume”.

³⁴⁹ MS 109, 86–87.

agir deve poder concordar com a regra”.³⁵⁰ Caso não encontremos algo que fixe a regra, ou seja, determine qual é a regra que está sendo seguida, a distinção entre agir acidentalmente de acordo com ela ou segui-la já não pode mais ser feita. Engelmann afirma que uma objeção correlata, direcionada anteriormente ao modelo causal de Russell, também ressurgue aqui: “[...] parece que não temos os meios de determinar o que faz com que um comando seja um comando *específico*”.³⁵¹ Ressurge, portanto, a tentação de introduzir um elemento mental que dê conta de conectar intenção e regra. O problema da especificidade da regra é expresso em uma segunda passagem do mesmo manuscrito:

Eu digo a alguém: “Vá chamar Pedro”. – Como ele pode saber o que quero dizer? Isso deve ter sido explicado a ele. Mas, ainda assim, com signos. Ele segue a explicação agora.

Se a compreensão era uma preparação necessária para seguir [o comando], ela deve ter adicionado algo ao signo; mas algo que não é sua execução.³⁵²

O que é esse algo adicionado ao signo? Se os signos são ambíguos, parece ser necessária sua interpretação para que o comando visado seja comunicado. No entanto, “aparentemente, a regra que fundamenta a descrição daquilo que atende ao comando ainda se dá ‘com signos’ e, portanto, é diferente da própria execução”.³⁵³ O que isso sugere é o que o sistema de exclusões constituído pelas regras gramaticais não parece ser suficiente para uma determinação completa do sentido da sentença, o que reinvoca a tentação de introduzir elementos mentais na descrição do fenômeno – como uma faculdade da compreensão, por exemplo. A conclusão de Engelmann é que aquilo que Wittgenstein precisa, “a fim de resolver suas dificuldades, não é apenas a ideia aparentemente trivial de que a linguagem funciona como um cálculo, [...] ela não erradica a perplexidade”.³⁵⁴ Wittgenstein observa:

Todas as dificuldades da filosofia só podem ser baseadas em mal-entendidos. Uma descoberta nunca é aquilo de que se precisa, ela nunca é o que é necessário para resolvê-las. São mal-entendidos e só podem ser resolvidas como tais, i.e., sem violência. Porque a porta se abre e tudo o que está ali dentro está em ordem; você só precisa entender a fechadura e movê-la da maneira correta.³⁵⁵

³⁵⁰ PU, §201.

³⁵¹ Engelmann, 2013, p. 96.

³⁵² MS 109, 273.

³⁵³ Engelmann, 2013, p. 96.

³⁵⁴ Engelmann, 2013, p. 96–97.

³⁵⁵ MS 109, 298.

Os mal-entendidos têm como fundamento falsas analogias; “ser conduzido por falsas analogias a erros e se ver incapaz de livrar-se deles é, para Wittgenstein, o ‘*morbus philosophicus*’”.³⁵⁶ Uma das tarefas mais importantes da filosofia deve ser, portanto, “alertar contra as falsas comparações [e] analogias que subjazem – sem que estejamos plenamente conscientes delas – nossos modos de expressão”.³⁵⁷ Nisso consiste o método sinóptico, aplicado já no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica* com o propósito de dissolução de certos problemas filosóficos. Somos tentados a postular imagens mentais porque nossas formas de expressão nos enganam. Ao explicar quem é João, se João está no cômodo, é possível apontar para ele. Quando não está, por outro lado, e procuramos por ele, somos levados a acreditar que sua presença tem de se manifestar de alguma outra maneira, pois dizemos, afinal: “Estou procurando por João”.³⁵⁸ O raciocínio advém, em última instância, da “confusão entre o significado de um nome e o portador de um nome”.³⁵⁹

Como é estranho que, se ele não está aqui, eu possa procurar por ele, mas não apontar para ele. É esse, realmente, o problema de procurar por algo, e mostra como a comparação é enganosa.

Poderíamos dizer: se estou procurando por ele, então ele certamente também deve ser parte do processo. – Então, ele também deve ser parte do processo se eu não encontrá-lo, e mesmo se ele não existir.³⁶⁰

Na introdução deste estudo, ao abordar a interpretação resoluta da relação entre diferentes momentos da filosofia de Wittgenstein, mencionei a importância dada pelos comentadores que a ela subscrevem à visão, sustentada por Wittgenstein, de que a filosofia é uma atividade essencialmente terapêutica. Tais analogias não se faziam ainda presente no *Tractatus* ou sequer nas *Observações Filosóficas*. Na verdade, é nesse momento específico da transição, em que o método sinóptico começa a ser esboçado, que a comparação se manifesta pela primeira vez. Como observa Engelmann, nos manuscritos do período, Wittgenstein considera os erros filosóficos “difíceis doenças gramaticais”³⁶¹ cuja cura consiste na “indicação da imagem enganadora”,³⁶² a fim de que as várias etapas percorridas

³⁵⁶ Engelmann, 2013, p. 98; MS 109, 174.

³⁵⁷ MS 109, 174.

³⁵⁸ Engelmann, 2013, p. 98.

³⁵⁹ MS 110, 230.

³⁶⁰ BT, 272.

³⁶¹ MS 110, 247.

³⁶² MS 110, 248.

em uma linha de raciocínio incorreta sejam identificadas pelo interlocutor como sendo aquelas que ele próprio percorreu ao formular o problema. Não se trata aqui, evidentemente, de avançar teses contrárias à conclusão obtida pelo interlocutor: agora, mais do que nunca, a atividade filosófica não deve ser propositiva, mas apenas elucidativa. “Devo ser apenas o espelho em que meu leitor veja seu próprio pensamento, com todas as suas deformidades, bem como o reflexo por meio do qual ele possa ajustar seu pensamento/com a ajuda do qual possa ajustar seu pensamento”, afirma Wittgenstein.³⁶³ Deve-se, assim, dar as condições necessárias para que o leitor consiga sair do paradoxo filosófico, ou seja, deixar de ver o problema como um problema e passar a encará-lo como aquilo que, de fato, é: o resultado de uma confusão que ocorre já no momento em que o problema foi formulado pela primeira vez.³⁶⁴ A filosofia, já aqui, consiste em “mostrar à mosca a saída do apanha-moscas”, como dirá Wittgenstein na §309 das *Investigações Filosóficas*.³⁶⁵

Mas se a resolução do problema da intencionalidade não passa pela apresentação de uma solução direta, mas sim pela identificação da analogia ou comparação incorreta que está na origem da formulação de falsos problemas filosóficos, em que consiste, nesse caso em particular, a falsa analogia? Engelmann afirma que, em 1931, embora Wittgenstein já esteja plenamente convencido de que o método correto em filosofia consiste na identificação das confusões gramaticais que estão na gênese de pseudoproblemas filosóficos, ele ainda não tem bem claro qual seria a abordagem específica para o problema da intencionalidade e da compreensão. Em outras palavras, não identificou, ainda, qual é a analogia capciosa que está na origem desse problema em particular.³⁶⁶ As seções iniciais do *Big Typescript* são dedicadas à discussão de tópicos relacionados à noção de compreensão ou entendimento, mas ainda não é apresentada ali uma formulação definitiva da gênese desses problemas. A meu ver, sua solução depende ainda de desenvolvimentos posteriores, de modo que retornarei ao tema no capítulo 3, quando será abordada a *Investigação Filosófica*.

³⁶³ MS 153a; MS 112, 225.

³⁶⁴ Engelmann, 2013, p. 99.

³⁶⁵ PU, §309. “Apanha-moscas” traduz aqui “*Fliegenglas*” – literalmente, “copo de moscas” –, uma armadilha muito usada antigamente para a captura desse inseto. Há diversas variedades, mas aquela a que Wittgenstein se refere é provavelmente a que consiste em uma garrafa cuja abertura superior é envolta em um metal escuro, colocando-se no fundo açúcar ou algum outro alimento atrativo para as moscas. Após entrarem, os insetos não conseguem mais encontrar a saída em razão de seu comportamento fototrópico, ou seja, sua tendência a buscar sempre a luz. Chocam-se até a morte contra o vidro, portanto, em vez de acessar a mesma abertura escura por onde entraram.

³⁶⁶ Engelmann, 2013, p. 99.

Passemos agora, portanto, a algumas considerações finais. O período que vai de 1929, ano da publicação de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, até 1934, quando Wittgenstein abandona o projeto de redação da *Gramática Filosófica*, foram de intenso trabalho intelectual e reavaliação de ideias e argumentos anteriormente sustentados. O abandono da concepção matematizada da linguagem que se apresenta em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica* se dá de maneira paulatina. Cumpre observar, por exemplo, que resquícios do projeto de construção da linguagem fenomenológica ainda estão presentes no interior de alguns dos capítulos das *Observações Filosóficas*, como é o caso do capítulo VIII.³⁶⁷ Como observa Carvalho, embora Wittgenstein já afirmasse, no primeiro capítulo das *Observações Filosóficas*, que não é possível justificar a gramática, a ideia central ali era a de que qualquer tentativa de justificação do tipo seria dotada de um caráter de circularidade, e não a de que as regras gramaticais que determinam o sentido das proposições sejam completamente autônomas em relação ao mundo.³⁶⁸ De fato, o referencialismo tractariano ainda se faz presente naquela obra, embora seja relativizado por considerações pertinentes à multiplicidade de métodos de verificação admissíveis para cada proposição individual. A noção da autonomia da gramática já pode ser identificada, no entanto, tanto nos textos manuscritos dos anos seguintes, quanto nos cursos ministrados por Wittgenstein em Cambridge entre os anos de 1930 e 1932.³⁶⁹ No *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica*, por outro lado, redigidos ao longo do período que vai de 1931 a 1933, a concepção da gramática como uma estrutura completamente autônoma já está bem consolidada.

É digno de nota que a franca comparação entre linguagem e cálculo só surja, nos textos de Wittgenstein, precisamente no momento em que várias considerações internas e externas ao seu projeto filosófico inicial parecem colocar em dúvida diversos aspectos relevantes dessa aproximação. Em certo sentido, as versões do modelo do cálculo que mais se aproximam da acepção corriqueira da palavra são, provavelmente, a do cálculo lógico do *Tractatus* e a do cálculo de determinantes das propriedades dos objetos fenomenológicos, esboçado por Wittgenstein em *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*. Um cálculo

³⁶⁷ Cuter, In: Carvalho *et al.*, 2016, p. 177.

³⁶⁸ Carvalho, In: Carvalho *et al.*, 2017, p. 232.

³⁶⁹ Carvalho observa que, em um curso ministrado no primeiro semestre de 1930, por exemplo, Wittgenstein ainda afirma: “A gramática não é inteiramente uma questão de escolha arbitrária. Ela deve permitir que expressemos a multiplicidade dos fatos”. Contudo, em janeiro de 1931, sua exposição já toma uma direção bastante diferente: “Nenhuma descrição do mundo pode justificar as regras da gramática”. (CL, p. 8; CL, p. 44)

deve ser, afinal, antes de qualquer coisa, exato, e a concepção de linguagem apresentada em textos como *Observações Filosóficas*, *Big Typescript* e *Gramática Filosófica* se mostra cada vez mais distante disso, particularmente se levarmos em conta o problema da indeterminação das regras gramaticais, levantados ao longo do ano de 1931.

Desse ponto de vista, é interessante que se observe, como menciona Stephen Hilmy em diversos momentos de seu comentário à filosofia tardia de Wittgenstein, que a substituição da metáfora do cálculo pela do jogo não se dá de modo repentino e que, em princípio, Wittgenstein usa ambas as analogias de maneira intersubstituível.³⁷⁰ O termo médio mais recorrente em tais comparações é o jogo de xadrez. É perfeitamente aceitável que se conceba uma sequência de movimentos no tabuleiro de xadrez desde duas perspectivas distintas: como um cálculo ou como um jogo. Dada uma determinada disposição específica das peças no tabuleiro, ou seja, uma situação possível no decorrer do jogo, é potencialmente realizável, em princípio, o cálculo de todas as jogadas lícitas subsequentes e, particularmente, da melhor jogada possível para cada um dos jogadores. Evidentemente, o alto grau de complexidade do xadrez torna o cálculo particularmente difícil, e é precisamente esse um dos aspectos mais interessantes e desafiadores do jogo. Ainda assim, as posições específicas das peças no tabuleiro podem ser traduzidas em uma notação linear capaz de expressar todos os movimentos realizáveis ao longo de uma partida.

Em comparação com outras atividades lúdicas, como o tênis, o xadrez se mostra particularmente bem acabado desde um ponto de vista da abrangência e consistência de suas regras. Ele se mostra, em outras palavras, muito próximo de um cálculo. Não há regras específicas que legislem, no tênis, sobre excepcionalidades ou situações em princípio pouco relevantes para o funcionamento do jogo, como uma regra que estipule a altura máxima a que a bola pode ser arremessada durante o serviço. No entanto, todos os jogos têm em comum o fato de que suas regras são igualmente arbitrárias, no sentido de que não se pretendem fundamentadas por nada além da mera aceitação convencional, por parte da comunidade dos jogadores, de sua validade. Sua função é simplesmente regulamentar aquilo que pode ser considerado lícito ou ilícito ao longo do jogo, permitindo o seu desenvolvimento normal e esperado. A situação não é distinta no xadrez. Tome-se, por exemplo, o desfecho de um jogo a que se chama empate por afogamento. Trata-se da circunstância em que um jogador, tendo

³⁷⁰ Cf. Hilmy, 1987.

sido colocado em xeque pelo seu oponente, não dispõe de movimentos válidos. A situação é mais recorrente nas etapas finais do jogo, quando um dos jogadores tem apenas o rei como peça restante no tabuleiro. No século XIX, convencionou-se considerar o afogamento do rei um empate, regra que está hoje codificada pela *Fédération Internationale des Échecs*. Antes disso, contudo, diversas soluções foram aplicadas ao problema em diferentes culturas e momentos históricos: vitória do jogador que dá o xeque, vitória do jogador cujo rei foi colocado em xeque, empate ou inclusão de uma regra que impede a colocação em xeque de um rei potencialmente afogado. A marginalidade da situação quando da aplicação concreta das regras do xadrez – ou seja, sua ocorrência relativamente infrequente durante jogos reais – fez com que a postulação de uma regra específica para a resolução de tais casos fosse considerada tarefa de ordem secundária.

O problema com o qual Wittgenstein lida, em 1931, é o de evitar um regresso ao infinito em sua explicação da linguagem como um cálculo exato de regras gramaticais, uma vez que estas não parecem capazes de fornecer uma normatividade definitiva quanto àquilo que se pode considerar uma ação em conformidade com a regra. Elas estão sujeitas, afinal, a interpretações, e cada uma dessas interpretações postula, por sua vez, regras interpretativas subsequentes, de modo que não se parece atingir nunca um solo firme para a garantia de uma normatividade absoluta. Ora, como estamos vendo, as regras de um jogo também são de tal natureza. Isso não significa, no entanto, que as pessoas se veem impossibilitadas de jogá-los; pelo contrário, na maioria das vezes, veem-se satisfeitas com a normatividade relativamente limitada que tais regras são capazes de fornecer. Esse é um aspecto inicial, que eu gostaria de ressaltar, da proximidade entre o modelo do cálculo e o modelo dos jogos de linguagem, fundamentado sobre uma aproximação cada vez maior entre a natureza das regras de ambos. É ele o que torna lícita a substituição mútua, cada vez mais frequente nos manuscritos de Wittgenstein a partir de 1931, entre termos como “cálculo”, “jogo”, “linguagem” e “sistema”. Esse tema, contudo, só poderá ser mais bem desenvolvido no capítulo subsequente, em que abordo diretamente tal transição.

3

Linguagem como jogo

Antes de finalmente avançarmos rumo à exposição do conceito de jogo de linguagem e da concepção geral dos fenômenos linguísticos a ele vinculada, elementos distintivos e centrais da filosofia tardia de Wittgenstein, cabem ainda algumas últimas observações sobre as dificuldades que envolvem a periodização adequada de sua obra. Em particular, é proveitoso esboçar aqui algumas considerações sobre a identificação mais precisa do fim do chamado período intermediário e do início da fase tardia de seu pensamento, que encontra nas *Investigações Filosóficas* sua expressão mais bem acabada. Uma parte significativa dos intérpretes e comentadores acreditam que o período intermediário teve início com a publicação do artigo *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, ainda que as ideias ali apresentadas já viessem sendo discutidas com Ramsey e alguns dos membros do Círculo de Viena ao longo dos anos precedentes. O texto oficializa, por assim dizer, a insatisfação e a ruptura de Wittgenstein com diversos aspectos da filosofia do *Tractatus*, bem como sua retomada da atividade filosófica com o intuito de revisitá-los. Em meados da década de 1930, a situação é bastante distinta.

Duas obras específicas, *O Livro Azul* e *O Livro Marrom*, redigidas respectivamente entre 1933 e 1934 e entre 1934 e 1935, antecipam já em vários aspectos as ideias contidas nas *Investigações Filosóficas* e, por isso, segundo alguns comentários, devem ser vistas como textos inaugurais da filosofia tardia de Wittgenstein. Parece-me problemático ignorar o fato de que se há, nessas obras, passagens mais tarde reaproveitadas no corpo do texto das *Investigações Filosóficas*, o contexto argumentativo em que reaparecem nem sempre é o mesmo. Por isso, uma estratégia mais eficiente para identificar o momento da transição pode ser a tomada da versão alemã do *Livro Marrom*, provisoriamente intitulada *Eine Philosophische Betrachtung*, como a última unidade textual ainda pertencente ao período intermediário.³⁷¹ Porque o projeto ali desenvolvido foi eventualmente abandonado em prol

³⁷¹ Texto não traduzido ao português. Em tradução livre, o título seria “Uma reflexão filosófica”.

da redação e compilação das próprias *Investigações Filosóficas*, tal leitura implicaria o reconhecimento do mais célebre e bem acabado texto da fase tardia como sendo, também, o seu primeiro. Subscrevo a tal periodização, mas o caráter transicional de textos como *O Livro Azul* e *O Livro Marrom*, em que se torna mais evidente o contexto no qual se formam o método e as ideias mais centrais das *Investigações Filosóficas*, força-me a agrupá-los junto ao estudo da filosofia tardia de Wittgenstein. A divisão das seções deste capítulo segue, portanto, principalmente a considerações de ordem prática, visando a clareza da exposição.

A primeira seção, 3.i, trata daquilo que a doxografia identificou como uma virada pragmática ou antropológica no pensamento de Wittgenstein, a depender do aspecto específico de sua filosofia tardia que se deseje destacar.³⁷² Essa transformação se deu, como é bem sabido e reconhecido pelo próprio filósofo no prefácio das *Investigações Filosóficas*, em grande medida graças ao extenso intercâmbio intelectual que Wittgenstein estabeleceu, ao longo dos anos 30, com Piero Sraffa. Portanto, não é ainda o texto das *Investigações Filosóficas* que é ali utilizado, mas narrativas de terceiros, fragmentos de diários, manuscritos e a marginália da *Gramática Filosófica*, projeto em que o filósofo então trabalhava. Na seção 3.ii, discuto a antecipação, no *Livro Azul* e no *Livro Marrom*, do novo método filosófico de Wittgenstein, cuja aplicação plena poderá ser observada, mais tarde, nas *Investigações Filosóficas*. De maneira semelhante, em 3.iii, analiso a forma como aparece nesses textos o conceito de jogo de linguagem, esclarecendo sua gênese em meio aos problemas filosóficos de que Wittgenstein então se ocupava e, simultaneamente, preparando o terreno para a discussão subsequente de sua aplicação no contexto das *Investigações Filosóficas*.

Isso será feito na sequência, em 3.iv, onde apresentarei uma exegese daquilo que corresponde às seções §1 a §137 das *Investigações Filosóficas*, em que muitos dos tópicos e problemas já abordados em capítulos anteriores deste estudo são revisitados. Logo no início das *Investigações Filosóficas*, entre §1 e §88, Wittgenstein expõe a chamada visão agostiniana da linguagem, a ideia de que há uma preponderância da função denotativa das palavras na constituição do sentido das sentenças, identificando-a como causa de grande parte dos desacertos filosóficos não apenas de seus contemporâneos e antecessores, como também de sua própria obra de juventude. Ideias correlacionadas a essa falsa intuição inicial, como a do suposto papel fundador reservado na semântica às definições ostensivas, bem como as

³⁷² Cf. Stern, 1991; cf. Gebauer, 2009; cf. Engelmann, 2013.

noções de análise da linguagem e de determinação do sentido, são incluídas na discussão. Uma série de temas que vejo como ramificações, em maior ou menor grau, dessa exposição inicial da concepção agostiniana da linguagem também serão abordados.

i.

A virada antropológica

No prefácio às *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein reconhece duas importantes influências sobre as transformações pelas quais seu pensamento passou ao longo dos anos precedentes à publicação da obra. A primeira é Frank Ramsey, com quem discutiu “em inúmeras conversas, durante os dois últimos anos de sua vida”, os “graves erros no que expusera naquele primeiro livro [o *Tractatus*]”. Já apresentei, nos capítulos anteriores, as várias consequências advindas das críticas de Ramsey para a filosofia de Wittgenstein ao longo dos anos 30. A segunda grande influência é o economista italiano Piero Sraffa, que assumira, a convite de John Maynard Keynes, um cargo de docência na Universidade de Cambridge, a partir do ano de 1927. Wittgenstein afirma dever às conversas com Sraffa “as mais fecundas ideias” expostas nas *Investigações Filosóficas*.³⁷³ É muito provável que o filósofo tenha sido apresentado ao seu novo interlocutor pelo próprio Keynes, com quem Sraffa colaborou com a publicação de dois artigos sobre a crise bancária italiana no periódico *The Economic Journal* e no suplemento econômico do jornal *The Manchester Guardian*. Eventualmente, os três formariam um grupo informal de discussões que veio a ser chamado de “grupo da cantina” (*cafeteria group*), do qual também participou Frank Ramsey até sua morte prematura, em 1930. Embora o principal foco das discussões fosse a nova teoria da probabilidade de Keynes, exposta em sua obra *Um Tratado sobre a Probabilidade*, Wittgenstein também desenvolveu, a partir dali, uma série de discussões filosóficas com Sraffa. As críticas deste a alguns dos aspectos mais centrais da concepção de linguagem que o filósofo então sustentava abririam o caminho para o desenvolvimento da filosofia das *Investigações Filosóficas*.

³⁷³ PU, p. x.

É digna de nota a imensa importância atribuída por Wittgenstein às críticas de Sraffa: elas são, reconhecidamente, o estímulo que o levou a desenvolver as “mais fecundas ideias” da etapa tardia de sua filosofia. Uma vez que se dá nesse momento a transição rumo à noção de jogos de linguagem, parece essencial, para os propósitos aqui trabalhados, a recuperação do teor de tais críticas. A tarefa se mostra particularmente difícil, contudo, porque o lastro textual dessas discussões é bastante reduzido. Além disso, é característica distintiva do estilo de escrita de Wittgenstein a parcimônia no uso de referências diretas, de modo que ideias de terceiros estão por vezes apenas implícitas na argumentação desenvolvida. Devem-se tomar como principais fontes, portanto, as ocasionais referências do autor, em seus manuscritos, às conversas mantidas com Sraffa, bem como o material epistolar disponível e as observações e comentários feitos posteriormente por seu próprio interlocutor, ainda que mesmo a consulta a tais documentos não seja completamente elucidativa. Em artigo no qual se propõe a desvendar a natureza do impacto de Sraffa sobre o pensamento de Wittgenstein, Matthias Unterhuber acaba por chegar à seguinte conclusão:

Superficialmente, as cartas mostram apenas que Sraffa concordou em discutir uma ampla gama de tópicos, de assuntos práticos e políticos a analogias, bem com a filosofia de Spengler. Uma análise mais detalhada, no entanto, sugere que Wittgenstein usou essas conversas menos filosóficas como fonte para inferências filosoficamente relevantes. Sraffa foi capaz de ajudar Wittgenstein como um arguidor habilidoso e proveniente de fora da tradição filosófica de Frege e Russell, sobre a qual o *Tractatus* fora construído. Isso provavelmente estimulou Wittgenstein e o ajudou a enxergar os problemas filosóficos desde uma nova perspectiva. [...] As cartas e entrevistas, contudo, revelam que a contribuição de Sraffa talvez não tenha sido genuinamente filosófica.³⁷⁴

Parece conferir legitimidade a essa interpretação o fato de que o próprio Sraffa tenha reconhecido, em entrevista, que não lera o *Tractatus* à época dessas conversas e, como observa Unterhuber, que tampouco jamais escrevera qualquer texto em filosofia.³⁷⁵ Parece-me difícil, contudo, conciliar tais conclusões com o grande peso atribuído por Wittgenstein às contribuições de Sraffa. Partirei aqui, portanto, da hipótese de que é possível encontrar uma conexão mais explícita entre as preocupações filosóficas de Wittgenstein no período de transição e as poucas evidências textuais disponíveis da contribuição de Sraffa – particularmente a célebre anedota do gesto napolitano –, ainda que a reconstrução de grande

³⁷⁴ Unterhuber, 2014, p. 228.

³⁷⁵ Fann 1969, p. 48.

parte desse percurso seja meramente especulativa. Por tal via, concluiremos que o intercâmbio com Sraffa foi, possivelmente, uma das forças que levou Wittgenstein a finalmente romper com um dos aspectos mais centrais do projeto tractariano: a demarcação dos limites do sentido. Revisitemos, preliminarmente, o estágio em que se encontra a concepção filosófica da linguagem como cálculo, quando as críticas de Sraffa passam a agir sobre ela.

No período que vai da redação das *Observações Filosóficas* até a elaboração do *Big Typescript* e da *Gramática Filosófica*, Wittgenstein reservava um papel central, em suas reflexões, à ideia de gramática. O cálculo da linguagem ali apresentado é, afinal, o cálculo das regras gramaticais, na concepção alargada do termo em que também estão abrangidas a fenomenologia, a lógica e a matemática. Esse modelo específico do cálculo era, para Wittgenstein, a única alternativa plausível à falsa concepção denotacionista do significado e do sentido, característica de teorias causais como as de Russell, Ogden e Richards. Como já vimos, uma consequência inequívoca destas últimas era a atribuição daquilo que Wittgenstein identificou como um caráter “pneumático” a palavras como “esperar”, “desejar” e “entender” – ou seja, a verbos que envolvem intencionalidade.³⁷⁶ Isso significa que tais teorias estavam fundamentadas sobre certas imagens mentais, as relações causais entre elas estabelecidas e, no caso da variante russelliana, também sobre as sensações que as acompanham. Essas experiências privadas eram, por vezes, confundidas com o próprio sentido ou referência das sentenças em questão.

Na concepção formalista do cálculo gramatical, isso era evitado porque o sistema de exclusões mútuas das regras gramaticais bastava para a determinação do sentido, não havendo a necessidade de se apelar a um corpo de significação (*Bedeutungskörper*), ou seja, um objeto ou processo mental denotado pelo verbo intencional. Assim sendo, Wittgenstein acreditou ter superado o problema da intencionalidade ao constatar que “evento e expectativa se tocam na linguagem”.³⁷⁷ As sentenças em que aparecem tais verbos ou conceitos têm significado porque a multiplicidade dos conteúdos mentais em questão é a mesma da sentença, afinal, “entender um pensamento é entender uma sentença”.³⁷⁸ Portanto, quando alguém entende uma sentença, é capaz de explicar o seu sentido, e a explicação do sentido é dada por

³⁷⁶ Stern, 1995, p. 107.

³⁷⁷ MS 109, 60.

³⁷⁸ BT, 1.

meio da apresentação das regras gramaticais que o constituem.³⁷⁹ Assim sendo, aquilo que não está articulado no sistema sentencial não é parte da linguagem. É isso o que leva Wittgenstein a ignorar, em sua explicação da linguagem como cálculo, tudo aquilo que não tem como possível correlato uma sentença, ou seja, uma explicação verbal.

A comunicação gestual é, muitas vezes, um exemplo disso. Gestos só são relevantes na medida em que correspondem a sentenças, ou seja, na medida em que podem ser traduzidos em sentenças.³⁸⁰ Porque todo sinal ocupa uma posição em um sistema gramatical, que é determinada em oposição aos demais sinais ali abrangidos, “um sinal [gestual] sem gramática não pode existir”, de modo que deve haver uma “gramática dos gestos”.³⁸¹ Mesmo que fôssemos capazes de imaginar uma linguagem sem palavras, ela seria dotada de uma estrutura complexa traduzível para a linguagem verbal (*Wortsprache*), ou seja, poderia ser nela explicada.³⁸² Uma breve inspeção da gramática de qualquer língua de sinais usada por uma comunidade de pessoas surdas torna isso evidente. De maneira bastante resumida, é essa definição rígida – e, portanto, mais limitada – do conceito de linguagem que Wittgenstein abandonará em meados dos anos 30, quando tem início seu contato com Sraffa.

Há uma célebre anedota sobre a interação entre Wittgenstein e Sraffa que teria supostamente operado uma conversão intelectual no filósofo, manifesta, em última instância, na filosofia das *Investigações Filosóficas*. Uma versão do episódio descrita por Norman Malcolm é tomada como referência por muitos comentadores.³⁸³ Segundo ela, diante da insistência de Wittgenstein na ideia de que “uma proposição e aquilo que ela descreve devem ter a mesma ‘forma lógica’, a mesma ‘multiplicidade lógica’”, Sraffa teria reproduzido um gesto napolitano com o qual se expressa habitualmente desprezo, o de passar as pontas dos dedos sob o queixo em um movimento de dentro para fora. Em seguida, teria perguntado:

³⁷⁹ BT, 11, 79.

³⁸⁰ BT, 9, 176, 183.

³⁸¹ MS 110, 126.

³⁸² Um bom exemplo são os gestos ostensivos, que foram tomados por muitos teóricos – inclusive Russell – como possível fundamento para toda a linguagem, ou seja, como indefiníveis. Tratar a linguagem como um cálculo fechado de regras gramaticais, em que o objeto ao qual se aponta durante a definição ostensiva é integrado ao sistema linguístico e visto como uma amostra (*Muster*), tem como um de seus principais objetivos a erradicação do próprio conceito de indefinível. No §25 do *Big Typescript*, onde aparecem as primeiras considerações sobre a concepção agostiniana da linguagem, Wittgenstein ilustra isso da seguinte forma: o gesto ostensivo pode ser traduzido como “Isto é um pilar”, “Isto se chama telha” etc. Definições ostensivas funcionam, portanto, essencialmente como explicações sentenciais, elas são simplesmente regras gramaticais, com o mesmo estatuto que todas as outras.

³⁸³ Cf. Kienzler, 1997; Monk, 1991; Sen, 2003.

“Qual é a forma lógica disto?”.³⁸⁴ Há outras versões disponíveis da mesma história, em que difere o tema discutido. Na verdade, em nota de rodapé, o próprio Malcolm observa que Georg Henrik von Wright narra uma versão diferente:

A questão, de acordo com Wittgenstein, era se toda proposição deve ter uma “gramática”, e Sraffa teria perguntado a Wittgenstein qual era a “gramática” daquele gesto. Ao descrever o incidente a von Wright, Wittgenstein não usou as expressões “forma lógica” ou “multiplicidade lógica”.³⁸⁵

De fato, como observa Engelmann, parece pouco provável que Wittgenstein, no início dos anos 30, estivesse ainda inclinado a defender a ideia de um compartilhamento da forma lógica entre afiguração e fato figurado. Como vimos, essa isomorfia já havia sido descartada juntamente da análise dos fenômenos, que era parte importante do projeto da linguagem fenomenológica em 1929.³⁸⁶ O ponto contencioso era, na verdade, a noção de gramática enquanto um sistema complexo de regras, como fonte do sentido das sentenças e, conseqüentemente, de toda a linguagem. Sraffa teria oferecido a Wittgenstein um contraexemplo à tese de que só é linguagem – ou parte dela – aquilo que possui uma estrutura gramatical e pode, portanto, ser entendido e explicado por meio de outras sentenças. Em manuscrito de 1937, Wittgenstein afirma: “Tornou-se evidente que eu não dispunha de conceitos gerais de sentença e linguagem. Tive de reconhecer isto e isto como signos (Sraffa) e não podia, contudo, fornecer-lhes uma gramática”.³⁸⁷ Seria talvez um exagero atribuir ao gesto de Sraffa a conversão definitiva de Wittgenstein, mas é fato que ele propiciou a reflexão a respeito da aplicabilidade da concepção da linguagem como um cálculo de regras gramaticais a formas não sentenciais da expressão linguística. Isso abriu o caminho para as constantes reflexões posteriores a respeito de linguagens “primitivas”, das quais as várias linguagens gestuais podem ser consideradas um subconjunto, ou seja, linguagens que dispõem de repertório lexical, sintaxe e poder expressivo menores ou mais simples do que os da linguagem ordinária.

³⁸⁴ Malcolm, 1989, p. 58.

³⁸⁵ Malcolm, 1989, p. 58, nota de rodapé. Deve-se observar que essa versão, em que o tema discutido é a gramática dos enunciados significativos, e não sua forma lógica, foi confirmada por Sraffa em carta e conversas.

³⁸⁶ Engelmann, 2013, p. 151.

³⁸⁷ MS 157b, pp. 10–13.

Antes de avançarmos rumo à abordagem dessas formas mais primitivas da linguagem, contudo, é útil que nos perguntemos pelos motivos que impediram Wittgenstein de identificar uma gramática no gesto de Sraffa. Certas linguagens gestuais, assim como outras formas simplificadas de comunicação, parecem ser de uma natureza inteiramente distinta da linguagem proposicional ou sentencial pressuposta tanto pelo cálculo lógico do *Tractatus*, quanto por sua versão gramatical do período intermediário.³⁸⁸ No décimo parágrafo do *Big Typescript*, Wittgenstein faz uma referência ao gesto napolitano de Sraffa, levantando questões pertinentes à possibilidade da explicação de uma linguagem gestual por meio de traduções sentenciais:

Não entendemos gestos chineses melhor do que entendemos sentenças em chinês. (Isto é, a falha na compreensão não está limitada às sentenças. Pois como aprendemos a linguagem de gestos estrangeiros? Eles podem nos ser explicados por meio de palavras. Alguém pode nos dizer: “Para esse povo, este é um gesto de desprezo” etc. Ou, por outro lado, aprendemos a entender esses gestos da forma como aprendemos, quando crianças, a entender os gestos e expressões faciais dos adultos – sem explicações. E, nesse sentido, aprender a entender não significa aprender a explicar, de modo que entendemos a expressão facial, mas não podemos explicá-la de nenhuma outra maneira).³⁸⁹

A passagem entre parênteses é uma nota manuscrita adicionada por Wittgenstein ao texto do *Big Typescript* em uma de suas várias revisões posteriores, vistas pelo filósofo como ensejo para a atualização de aspectos já superados de seu pensamento. Ali, Wittgenstein claramente discorda da tese central desse primeiro capítulo do datiloscrito, muito representativa da última variante da concepção do cálculo, a saber, a de que o entendimento (ou compreensão) deve ser sempre visto como correlato de uma explicação. Evidentemente, não se trata aqui de negar a possibilidade da expressão sentencial de símbolos não verbais: um napolitano poderia, afinal, explicar de maneira satisfatória o gesto de Sraffa por meio da sentença “Não me importo com o que você acaba de dizer”. No entanto, é problemático pressupor que o significado de tais símbolos – e, conseqüentemente, a possibilidade de que sejam entendidos – seja, em última instância, dependente de uma tal tradução sentencial. Podemos, afinal, “aprender a entender” sem “aprender a explicar”, da mesma “forma como

³⁸⁸ Engelmann, 2013, p. 153.

³⁸⁹ BT, 10.

aprendemos, quando crianças, a entender os gestos e expressões faciais dos adultos – sem explicações”.³⁹⁰

Um gesto, ainda que significativo, pode não estar sujeito a nenhuma sintaxe específica, podem não haver convenções bem definidas sobre como se dá, por exemplo, a sua negação. Evidentemente, um gesto também não se adequa satisfatoriamente às categorias gramaticais que normalmente empregamos a fim de analisar a linguagem: não é uma sentença, mas tampouco uma palavra. Sendo assim, ele obviamente não tem um corpo de significação (*Bedeutungskörper*), o que interdita o uso da teoria causal ou de qualquer concepção denotacionista na elucidação de sua semântica. Por outro lado, é perfeitamente possível que alguém o compreenda sem ter de, para tanto, apelar à normatividade de um sistema gramatical, de modo que é duvidoso que ele sequer integre o cálculo da linguagem. O significado de um gesto, portanto, pode não advir de nenhuma outra regra bem definida que não uma mera convenção sedimentada pelo uso. Como observa Stern, o elemento particularmente disruptivo do gesto de Sraffa era precisamente o fato de que, conquanto significativo, ele não pudesse ser esclarecido por meio de nenhuma das duas abordagens semânticas então conhecidas por Wittgenstein: a teoria causal e a visão do significado como produto de um cálculo.

Deve ter se tornado bastante claro que compreender o gesto de Sraffa não exigia nenhum processo mental específico – o “pneumático”, como Wittgenstein o chamava – que lhe conferisse significado, nem qualquer tipo de cálculo visto por Wittgenstein como paradigmático no início dos anos 30.³⁹¹

São várias as consequências advindas da constatação da possibilidade de que se compreenda um símbolo desprovido de gramática, ao menos na acepção então atribuída por Wittgenstein à palavra, mas a mais importante talvez seja a necessidade de que se repense a legitimidade de certas categorias gramaticais, já naturalizadas pelo uso. À época, Wittgenstein dispunha de conceitos composicionalistas alegadamente bem definidos de sentença e linguagem: a sentença era uma sequência de palavras articuladas de acordo com possibilidades previamente determinadas por regras gramaticais, garantia de seu sentido; a

³⁹⁰ BT, 10.

³⁹¹ Stern, 1995, p. 108.

linguagem, por sua vez, o conjunto de todas as sentenças significativas possíveis.³⁹² Porque o sentido é aquilo que pode ser expresso por meio de uma sentença e aquilo que tem sentido pode ser compreendido, a possibilidade de compreensão também poderia ser um critério para que algo fosse considerado uma sentença. Seria necessário, no entanto, colocar à prova tais definições, e os debates com Sraffa parecem ter introduzido a consideração de alguns casos limítrofes que desafiavam esses conceitos mais restritos de “sentença” e “linguagem”. É lícita, portanto, a seguinte pergunta: seria possível falar em linguagens sem sentenças, como é aparentemente o caso de certas linguagens gestuais ou daquelas compostas por palavras isoladas, não passíveis de encadeamento sentencial?³⁹³ Podemos, afinal, conceber linguagens simplificadas dotadas de tais características.

A hipótese gramatical da compreensão se mostrou, portanto, falsa. Embora conseguisse excluir de sua abordagem os mecanismos causais e as entidades psíquicas mobilizados pela teoria de Russell, ela não foi capaz de explicar como se dá o fenômeno da compreensão em formas de comunicação mais simples, quando ainda não está disponível o sistema gramatical em sua completude. Na nota de marginalia do primeiro capítulo do *Big Typescript* acima citada, Wittgenstein menciona também, junto da comunicação gestual, a capacidade de compreensão que possuímos na infância, quando ainda não foi concluído o nosso treinamento linguístico e, portanto, é fragmentária a linguagem de que dispomos. É nesse momento que nasce o interesse característico da filosofia tardia de Wittgenstein pela aquisição da linguagem, inicialmente mediado, portanto, pela seguinte pergunta: como se dá a compreensão quando o sujeito não dispõe ainda da gramática em sua completude?³⁹⁴ Afinal, se a gramática é um sistema normativo por meio do qual se determina o sentido da sentença, que é por sua vez condição necessária para a sua compreensão, é razoável que perguntemos como os seres humanos são capazes de compreender as instruções e definições que lhes são dadas durante o próprio processo de aprendizado da linguagem, se não dispõem ainda do sistema gramatical que deveria lhes dar sentido.

³⁹² Nesse sentido, Wittgenstein não havia aqui ainda se distanciado tanto do *Tractatus*, onde era uma proposição aquilo que se adequava à forma geral da proposição e a linguagem era a totalidade das proposições possíveis, atômicas e moleculares.

³⁹³ E.g., a linguagem de PU, §2.

³⁹⁴ Observe-se que, até então, Wittgenstein mostrara pouco interesse no processo de aprendizado ou treinamento em práticas linguísticas: “A forma como aprendemos [a aplicar as regras] é irrelevante para nosso uso futuro e compreensão. [...] É uma questão de interesse puramente histórico”. (M, p. 116)

Há aqui o risco de uma circularidade. Afinal, para que possa ser treinado no uso da linguagem – por exemplo, por meio de definições ostensivas –, o aprendiz deve já dispor previamente do sistema de regras gramaticais no interior do qual tais definições recebem seu sentido. Deve ser capaz, portanto, de compreender que “azul”, na definição ostensiva “Isto é azul”, é um valor no espaço cromático, de modo que não seja erroneamente levado a acreditar que a palavra nomeia, por exemplo, o formato ou o material do objeto para o qual se aponta. No entanto, para que disponha de tal sistema, ou seja, para que conheça tais regras gramaticais, deve tê-las aprendido em algum momento específico. Como pode tê-las aprendido se, para tal, era necessário que já dispusesse delas? Na verdade, a reflexão sobre o processo de aprendizagem por meio do qual a gramática é adquirida identifica inúmeras instâncias de uma utilização dos signos ainda pré-gramatical, conquanto bem sucedida. Em outras palavras, é essencial ao processo de aquisição da linguagem o fato de que, nele, a criança opere sem o conjunto de regras que alegadamente possibilitaria o cálculo linguístico, o que seria impossível, se a visão da linguagem sustentada no *Big Typescript* estivesse correta. No entanto, a despeito de sua suposta agramaticalidade, é a partir dessas primeiras interações que se desenvolve a própria faculdade da linguagem, de que o indivíduo disporá posteriormente. A investigação de como isso se dá torna-se um tema recorrente na filosofia tardia de Wittgenstein, como veremos na seção deste capítulo pertinente às *Investigações Filosóficas*.

Diante de tais conclusões, fica já evidente que uma abrangente revisão do papel reservado à gramática deve ser conduzida. Claramente, ela já não é mais capaz de desempenhar a função que herdara da sintaxe lógica tractariana, a de guardiã do sentido das sentenças, uma vez que parece possível a compreensão de signos agramaticais, como o era o gesto de Sraffa. De fato, pode-se perceber que, a partir do *Livro Azul*, a gramática é repensada de modo a se alinhar a aspectos importantes da nova concepção da linguagem que caracteriza as reflexões de Wittgenstein à época. Não é mais seu papel a tabulação das regras constitutivas da linguagem ou a distinção entre sentenças significativas e contrassensos, mas antes a mera descrição do uso das palavras em seu contexto prático específico.³⁹⁵ No interior dessa nova concepção, ela deve passar a ser entendida, nas palavras de Moyal-Sharrock, como uma “gramática espessa”, fortemente vinculada aos fatos e “encharcada de realidade”,

³⁹⁵ Engelmann, 2013, p. 171.

em oposição à “gramática tênue” do *Tractatus*.³⁹⁶ Se a gramática das *Observações Filosóficas* e do *Big Typescript* incorporava à linguagem uma série de objetos materiais indispensáveis à descrição da forma como as sentenças recebem sentido, como é o caso de amostras e de instrumentos de medição, na filosofia tardia de Wittgenstein, torna-se cada vez mais difícil separar a linguagem do próprio contexto prático em que é utilizada, ou seja, da *forma de vida* que a subjaz. Como mostrarei na sequência, nisso consiste aquilo que diversos comentadores identificaram como uma “virada pragmática” ou “antropológica” na filosofia de Wittgenstein.³⁹⁷

Na época da elaboração das *Investigações Filosóficas*, o conceito de forma de vida (*Lebensform*) tinha já uma longa tradição na história da filosofia em língua alemã.³⁹⁸ É verdade que são raras as ocorrências da expressão nos textos de Wittgenstein: ela aparece apenas seis vezes ao longo de toda a sua obra publicada. No entanto, o fato de que frequentemente integre tentativas de explicação ou definição da noção muito mais recorrente de jogos de linguagem torna importante uma elucidação mais cuidadosa de seu significado. No contexto específico da filosofia de Wittgenstein, deve-se entender uma forma de vida como uma cultura ou formação social composta pela totalidade das atividades comunitárias nas quais se insere aquilo que o filósofo chamará, mais tarde, de jogos de linguagem.³⁹⁹ Wittgenstein afirma, nesse sentido, que “[...] é característico de nossa linguagem que a fundação sobre a qual ela cresce consista em formas de vida estáveis, atividades regulares. Sua função [da linguagem] é determinada, antes de tudo, pela ação que a acompanha”.⁴⁰⁰ Wittgenstein se explica:

Em vez do inanalísável, do específico, do indefinível: o fato de que agimos de tal e qual maneira, por exemplo, de que punimos certas ações, estabelecemos o estado de coisas de que tal e qual, damos ordens, relatamos, descrevemos cores, interessamo-nos pelos sentimentos dos outros. Aquilo que deve ser simplesmente aceito, o que é dado – pode-se dizer – são os fatos da vida // as *formas de vida*.⁴⁰¹

³⁹⁶ Cf. Moyal-Sharrock, 2020.

³⁹⁷ Cf. Stern, 1995; cf. Engelmann, 2013.

³⁹⁸ De acordo com Glock, podem ser encontradas diversas instâncias de uso dessa expressão nas obras de Johann Gottfried von Herder, G. W. F. Hegel, Oswald Spengler e Alexander von Humboldt. (Glock, 1996, p. 124).

³⁹⁹ Glock, 1996, p. 125.

⁴⁰⁰ CE, p. 404.

⁴⁰¹ RPP I, §630; MS 133, 54.

Como vimos em 2.2.iv, as regras da gramática não foram capazes de fornecer a estabilidade semântica necessária à concepção da linguagem como cálculo, uma vez que a interpretação correta de cada regra depende da formulação de uma segunda regra, que será dependente, por sua vez, de uma terceira – e assim por diante, *ad infinitum*. Caberá às formas de vida, portanto, ocupar uma posição inaugural no sistema da linguagem, análoga, embora distinta, àquela que Wittgenstein reservara, em diferentes momentos de sua filosofia, a diferentes indefiníveis. No *Tractatus*, por exemplo, “o que estava dado” eram os objetos indestrutíveis, eternos e inanalísáveis aos quais correspondiam, na linguagem, nomes. Suas possibilidades combinatórias determinavam os espaços lógicos de situações possíveis, distinguindo, portanto, proposições significativas e contrassensos.⁴⁰² Já durante o curto período em que viveu o projeto da linguagem fenomenológica, quando limitações sintáticas tornaram necessário que se esclarecesse a natureza dos objetos tractarianos, o filósofo entreteve a possibilidade de identificá-los a objetos fenomênicos, como manchas monocromáticas no campo visual. Agora, uma nova abordagem torna desnecessário o apelo a qualquer tipo de indefinível. A prática antecede, na verdade, a linguagem, conferindo-lhe sentido na medida em que esta última a integra. Wittgenstein enuncia a ideia ao citar, no manuscrito MS 119, o *Fausto* de Goethe: “A linguagem – quero dizer – é um refinamento, ‘no princípio era o ato’”.⁴⁰³

Torna-se, portanto, cada vez mais característico da filosofia de Wittgenstein um tratamento dos fenômenos linguísticos como parte indissociável do contexto das formas de vida em que ganham significado, complexo ao qual o filósofo chamou “jogo de linguagem”.⁴⁰⁴ Por excêntricos que pareçam, afinal, os exemplos mobilizados nos *Livros*

⁴⁰² Glock, 1996, p. 125.

⁴⁰³ MS 119, p. 147.

⁴⁰⁴ Uma abordagem mais exaustiva do conceito de jogo de linguagem será oferecida na seção 3.iv deste capítulo. Por ora, parece-me já possível e oportuno vincular as conclusões acima apresentadas, relativas à centralidade do contexto prático do uso da linguagem – ou seja, as formas de vida –, a um importante elemento do pensamento de juventude de Wittgenstein: o princípio do contexto. No *Tractatus*, a ideia está ainda fortemente ligada à formulação fregiana, i.e., “Apenas no contexto da proposição as palavras significam algo”. (GA, p. x) Além disso, como mencionei na seção 2.1.iii, ali o contextualismo tem de se harmonizar a uma concepção composicionalista da linguagem. As transformações que descrevo agora sinalizam o rompimento definitivo de Wittgenstein com o composicionalismo, que se fazia presente na concepção da linguagem como cálculo do *Big Typescript*. No entanto, ao contrário do que se poderia supor inicialmente, não resulta disso o abandono concomitante do princípio do contexto, que ainda é abertamente enunciado, por exemplo, em §49 das *Investigações Filosóficas*. O que ocorre, na verdade, é sua radicalização, agora sob uma nova formulação em que se incluem considerações de ordem pragmático-antropológica. Porque foi contestada a aplicabilidade de noções como as de sentença e linguagem, a própria formulação clássica do princípio do

Azul e Marrom e nas *Investigações Filosóficas* estão frequentemente ancorados em práticas sociais específicas: por exemplo, a interação entre o merceiro e seu cliente, entre o pedreiro e seu aprendiz e entre o professor e seu aluno. Em diálogo com Rush Rhees, Wittgenstein certa vez afirmou que “a coisa mais importante que obtive a partir das conversas com Sraffa foi uma maneira ‘antropológica’ de olhar para os problemas filosóficos”. É esse o sentido da convocação, em §107 das *Investigações Filosóficas*, para que se volte ao “terreno acidentado” da realidade das interações linguísticas no seu local de origem, ali onde a linguagem se encontra profundamente entrelaçada às práticas humanas e, portanto, não se apresenta no estado de “pureza cristalina” que o autor do *Tractatus* dela exigia:

Quanto mais exatamente consideramos a linguagem real, mais forte se torna o conflito entre ela e a nossa exigência. (A pureza cristalina da Lógica não se me revelou na experiência, era antes uma exigência). O conflito torna-se insuportável; a exigência corre o risco de se tornar vazia. – Aqui, o gelo está polido, falta o atrito, e assim, em certo sentido, as condições são ideais; mas, exatamente por isso, também não podemos andar. Nós queremos andar, por isso precisamos de *atrito*. Voltemos ao terreno acidentado!⁴⁰⁵

A fim de ilustrar a forma como ocorre essa mudança de enfoque, retorno ao tema da aquisição da linguagem. Como constatamos há pouco, a investigação das formas e práticas por meio das quais se dá nosso treinamento linguístico pede uma análise de instâncias específicas de uso da linguagem em um momento no qual não se dispõe ainda da totalidade do sistema gramatical. É preciso, portanto, investigar formas mais simples de comunicação; nas palavras de Wittgenstein, formas mais “primitivas” da linguagem. Seu estudo faz com que o filósofo se distancie, cada vez mais, do modelo da linguagem como um cálculo dotado de regras fixas, conforme proposto no *Big Typescript*. É de grande importância, particularmente nesses casos, que se leve em consideração o ambiente em que a linguagem funciona, isto é, a forma de vida que está por trás de uma determinada interação linguística. Exemplos reais de linguagens primitivas são certo tipo de comunicação gestual ou o treinamento ao qual as crianças são submetidas durante o processo de aprendizado, mas Wittgenstein mobiliza também diversos exemplos fictícios. O propósito do estudo dessas

contexto perde o sentido no interior da nova filosofia da linguagem de Wittgenstein. Palavras isoladas como “bloco”, “laje”, “WC” têm significado apenas na medida em que integram um determinado jogo de linguagem, ou seja, na medida em que lhes foi dado um uso.

⁴⁰⁵ PU, §107. Com adaptações na tradução de M. S. Lourenço.

formas simplificadas da linguagem, muitas vezes patentemente artificiais, é expressamente declarado em uma passagem do *Livro Azul*:

Quando examinamos essas formas simples de linguagem, a névoa mental que parece encobrir o seu uso habitual desaparece. Descobrimos atividades, reações que são nítidas e transparentes. Por outro lado, reconhecemos nesses processos simples formas de linguagem que não diferem essencialmente de nossas formas mais complicadas. Apercebemo-nos da possibilidade de construir as formas complicadas pela adição gradual de novas formas a partir das formas primitivas.⁴⁰⁶

As linguagens primitivas são, como veremos mais adiante, uma instância privilegiada para que se estudem individualmente os jogos de linguagem que nos interessam, extraídos agora das formas linguísticas mais complexas em que normalmente aparecem.⁴⁰⁷ O que se mostra particularmente surpreendente, na investigação dessas instâncias simplificadas de interação linguística, é a constatação de que algumas delas não parecem possuir regras gramaticais do tipo exigido por Wittgenstein no *Big Typescript*, uma vez que não dispõem da multiplicidade de que a gramática necessita. Mais uma vez, no *Big Typescript*, compreender algo equivale a compreender uma sentença, ou seja, só se pode compreender aquilo que é dotado da mesma multiplicidade que uma sentença. Quando alguém compreende uma sentença, é capaz de explicá-la recorrendo às regras usadas em sua formulação, de modo que se pode dizer dela, então, que é significativa. A especificação das regras gramaticais ocupa ali, portanto, o papel reservado no *Tractatus* à forma geral da proposição: a demarcação dos limites do sentido. Sendo assim, no *Big Typescript*, o que “conta como uma sentença é determinado na gramática”.⁴⁰⁸ A introdução de considerações relativas às linguagens primitivas, contudo, sugere que a aproximação entre sentença, linguagem e

⁴⁰⁶ BIB, p. 47.

⁴⁰⁷ Talvez seja possível supor, como o fez K. T. Fann, uma influência significativa de Sraffa na gênese de tal conceito, bem como da abordagem a ele vinculada. Em sua obra-prima *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*, o economista utiliza um método em que se parte da descrição de sistemas econômicos hipotéticos e simplificados, construindo-se paulatinamente, por meio da adição de novos elementos, sistemas mais complexos e semelhantes aqueles que habitualmente encontramos na realidade. Evidentemente, também é possível aventar a hipótese de que o caminho percorrido tenha sido, na verdade, o inverso. Nesse caso, a análise de modelos linguísticos primitivos ou limitados, conforme proposta por Wittgenstein a partir do *Livro Azul*, teria servido como inspiração para a abordagem de Sraffa. Que as respectivas abordagens tenham sido desenvolvidas paralelamente a partir de conclusões e resultados obtidos comumente durante tais conversas é, obviamente, uma terceira opção plausível. Não disponho de uma resposta definitiva para tais questões, uma vez que, para tal, seria necessária uma investigação mais aprofundada do legado textual de Sraffa.

⁴⁰⁸ BT, 76.

gramática seja baseada em uma perspectiva equivocada. Ao redigir a *Gramática Filosófica*, por exemplo, Wittgenstein já havia mudado de opinião:

Imagine uma linguagem em que todas as sentenças são comandos para ir em uma direção particular. (Essa linguagem poderia ser usada por um tipo primitivo de seres humanos exclusivamente em guerra. Lembre quão restrito já foi o uso da linguagem escrita.) Bem, ainda chamaríamos de “sentenças” os comandos “venha aqui”, “vá ali” etc. Mas suponha agora que a linguagem consistisse apenas em apontar o dedo em uma direção ou em outra. – Esse signo ainda seria uma sentença? – E uma linguagem como a linguagem inicial das crianças, cujos signos expressassem apenas desejo por objetos particulares, uma linguagem que consistisse simplesmente em signos para esses objetos (de nomes, por assim dizer)? Ou considere um sistema composto de dois signos, um expressando aceitação e outro a rejeição de objetos oferecidos. Isso é uma linguagem? Compõe-se de proposições?⁴⁰⁹

Wittgenstein sugere aqui que a linguagem não é, na verdade, restrita a um sistema sentencial. Uma linguagem com apenas poucos signos atômicos também será uma linguagem, embora não esteja claro se há nela qualquer coisa que possa ser adequadamente chamada de “sentença”. Não pretendo discutir exaustivamente as diversas objeções que podem ser e foram feitas contra o uso dado por Wittgenstein, nos *Livros Azul & Marrom* e nas *Investigações Filosóficas*, à noção de linguagem primitiva.⁴¹⁰ Dentre elas, menciono apenas a mais óbvia e central, reconhecida e reproduzida pelo próprio autor em §18 das *Investigações Filosóficas*. Ali, o interlocutor de Wittgenstein chama a atenção para o fato de que essas linguagens são incompletas, quando comparadas com aquela de que normalmente dispomos em nosso dia-a-dia, o que tornaria ilícita a aplicação a elas do próprio conceito de “linguagem”. A isso, a resposta de Wittgenstein é a de que as fronteiras entre as linguagens primitivas e a nossa linguagem “completa” não são totalmente claras: esta é também composta de partes primitivas. Nesse sentido, a própria noção de que uma linguagem é

⁴⁰⁹ PG, 112–113.

⁴¹⁰ Cf. Harris, 2013. Algumas das que julgo mais interessantes e profícuas estão sumarizadas no artigo “Wittgenstein on ‘Primitive’ Languages”, de Roy Harris. É muito relevante, creio, a problematização apresentada por Harris da ideia, avançada por Wittgenstein em §6 das *Investigações Filosóficas*, de que é possível “conceber que a linguagem de §2 [i.e., a linguagem dos construtores] fosse toda a linguagem de A e B; ou até toda a linguagem de uma tribo”. Parece, na verdade, extremamente difícil imaginar qualquer tipo de comunidade humana – qualquer tribo – cujas práticas sociais, em sua totalidade, pudessem ser satisfatoriamente levadas a cabo por meio de uma linguagem tão limitada. Em §19, Wittgenstein chega a afirmar, despreocupadamente, que é possível “[...] imaginar facilmente uma linguagem que seja constituída somente de comandos e informes na batalha”, aparentemente desconsiderando o contexto mais amplo em que a guerra se insere na vida social de uma tribo.

incompleta parece implicar a possibilidade de que se conceba outra, por sua vez, completa, embora não disponhamos de critérios para a identificação de tal completude.

Se é possível nos referirmos a um conjunto de signos – como o gesto de Sraffa e outros semelhantes – como uma linguagem sem sentenças, mostra-se equivocada a ideia de que há uma forma geral da proposição, capaz de determinar de maneira precisa os limites daquilo que pode ser significativamente dito. Ou, ainda, talvez não seja sequer possível sustentar que a linguagem funcione de acordo com regras gramaticais formuladas por meio de sentenças: uma gramática geral da linguagem seria, no final das contas, uma idealização. Entre os anos de 1933 e 1934, portanto, Wittgenstein passa a desacreditar da ideia de que esse tipo de gramática seja condição necessária para a linguagem. Parece cada vez mais improvável, portanto, que se obtenham definições rígidas de “sentença” e “linguagem”, conceitos basilares para o tipo de filosofia antes levado a cabo por Wittgenstein. Se, de fato, esses conceitos são semanticamente fluidos, claramente já não é mais o caso de se buscar estabelecer os limites do sentido por meio das regras da gramática. Na verdade, Moore observa que Wittgenstein afirmou, em curso ministrado no ano de 1933 em Cambridge:

[...] que, em sua visão atual, “‘sentido’ está correlacionado a proposição” ([...]) e que, portanto, se ‘proposição’ não está ‘delimitado precisamente’, “‘sentido’ também não está delimitado precisamente” [...] Ele conclui, por fim, que “‘faz sentido’ é vago e que a expressão tem diferentes sentidos em diferentes casos”, mas que a expressão “faz sentido” é útil, assim como “jogo” é útil, embora, assim como “jogo”, ela “mude de significado à medida que passamos de uma proposição para outra”; adicionando que, assim como “sentido” é vago, também o são “gramática”, “regra gramatical” e “sintaxe”.”⁴¹¹

Mas se os significados de conceitos como “sentença”, “linguagem” e correlatos não é dado a partir das exigências da teoria composicionalista da linguagem, como ele se dá? É dessa maneira que começa a ganhar forma, no interior da filosofia de Wittgenstein, a profícua noção de *semelhança de família* (*Familienähnlichkeiten*), mencionada pela primeira vez no *Big Typescript*.⁴¹² Glock a enxerga como elemento central do ataque de Wittgenstein ao essencialismo, que é “[...] a ideia de que deve haver algo comum a todas as instâncias de um conceito, [algo] capaz de explicar por que tais instâncias são por ele abrangidas”.⁴¹³ Desde o

⁴¹¹ M, 268.

⁴¹² BT, 58.

⁴¹³ Glock, 1996, p. 120; PG, 74–75.

ponto de vista essencialista, tal explicação só seria legítima caso se apresentasse como uma definição analítica capaz de determinar as condições necessárias e suficientes para a aplicação do conceito em questão, o que excluiria, por exemplo, a explicação por meio de exemplos.⁴¹⁴ Ainda de acordo com Glock, Wittgenstein se opõe a essa que considera uma “atitude desdenhosa em relação aos casos particulares”, baseada em uma desnecessária “aspiração por generalidade”.⁴¹⁵ Na sequência, abordarei a nova perspectiva de Wittgenstein quanto ao significado, baseada na noção de semelhança de família, bem como a forma como ela se integra ao panorama mais amplo de sua nova filosofia e do método a ela vinculado.

ii.

O novo método

Na seção 2.2.v, onde exponho os aspectos gerais do modelo do cálculo durante o período intermediário, abordei de maneira superficial aquilo que identifiquei como o novo método filosófico de Wittgenstein, antecipando sua aplicação na resolução do problema da intencionalidade. Agora, pretendo apresentar de maneira mais aprofundada suas principais características. Recapitulemos, portanto, algumas das conclusões já esboçadas naquela ocasião. O novo método surge no momento de uma crise interna do modelo da linguagem como cálculo. Lembremos que a franca formulação de tal modelo foi adotada em resposta a dificuldades que se colocaram durante a crítica de Wittgenstein à teoria causal de Russell, Ogden e Richards – em particular, ao problema da intencionalidade.⁴¹⁶ Wittgenstein considerou incorreta a abordagem causal desenvolvida por Russell, que trazia consigo o inconveniente de que, nela, produzia-se um regresso ao infinito. Russell explicava a relação entre uma expectativa e sua verificação – ou seja, entre o comando e a execução ou entre a proposição e aquilo que ela afigura – nos termos de um objeto mental, o sentimento de expectatividade (*expectedness*). Russell parece não ter percebido, no entanto, que é possível encarar a própria expectativa por tal sentimento como uma etapa adicional do processo de verificação, ainda injustificada. Desse modo, seria possivelmente necessário recorrer a um

⁴¹⁴ Glock, 1996, p. 120.

⁴¹⁵ BIB, pp. 17–18.

⁴¹⁶ Não pretendo reconstituir aqui de maneira detalhada em que consiste aquilo que Wittgenstein viu como problema da intencionalidade, porque essa tarefa trabalhosa nos tomaria excessivo espaço e, creio, é redundante, uma vez que o tema já foi abordado em 2.2.iv.

segundo sentimento de expectatividade que verificasse o primeiro; em seguida, a um terceiro; e assim por diante, configurando-se um regresso ao infinito.

Opondo-se à teoria de Russell, Wittgenstein buscou resolver o problema da intencionalidade postulando a relação entre uma regra gramatical e sua aplicação no interior da própria linguagem. Para Wittgenstein, deve ser, portanto, “[...] na linguagem que expectativa e evento se tocam um ao outro”,⁴¹⁷ o que o levou a conceber a gramática como um sistema de regras autônomas e dotadas da multiplicidade adequada para a determinação inambígua do sentido das sentenças. Nele, a autonomia da gramática se justifica, precisamente, porque se evita a necessidade do estabelecimento de um vínculo causal inexplicável entre suas regras e os fenômenos. A gramática era, portanto, soberana: “A única coisa exata, inambígua e indisputável são as regras gramaticais, que, no final das contas, devem nos mostrar o que [a sentença] quer dizer”.⁴¹⁸ Nisso consiste, basicamente, o modelo intermediário da linguagem como cálculo. Eventualmente, no entanto, o próprio Wittgenstein acabou por se mostrar insatisfeito com tal solução. Afinal, a postulação da autonomia total das regras gramaticais produz o paradoxo formulado no MS 109:⁴¹⁹

“Saber o que é o caso, se a sentença for verdadeira” só pode significar saber qual é a regra pela qual ela [a sentença] é controlada. – Mas como se representa que ela *deva ser controlada* por aquela regra? A regra é apenas adicionada à sentença, mas onde é que sua aplicação à sentença é representada? Onde quer que seja representada, é representada por outra figura, de modo que chegaríamos a um regresso infinito.⁴²⁰

A visão da linguagem como um cálculo não é capaz de resolver o problema da intencionalidade porque também traz, oculta em si, uma versão mais discreta do regresso ao infinito. Se, na teoria de Russell, o sentimento de expectatividade que verificava as sentenças necessitava de um segundo sentimento que verificasse aquele primeiro; no modelo do cálculo, a regra gramatical também só ganha sentido na medida em que há uma regra suplementar que diga como ela deve ser interpretada. A interpretação de tal regra, evidentemente, seria por sua vez dependente de uma terceira, o que nos levaria novamente a um regresso ao

⁴¹⁷ BT, 79; PG, 92.

⁴¹⁸ BT, 276.

⁴¹⁹ Observe-se que essa já é uma primeira versão do paradoxo do seguimento de regras, identificado por Kripke em “*Wittgenstein On Rules and Private Language*”, que será objeto da seção 3.iv deste estudo.

⁴²⁰ MS 109, 78.

infinito. Chega-se, portanto, à constatação da incapacidade das regras em determinar de maneira inambígua aquilo que se espera que determinem.

Do ponto de vista da metodologia filosófica, o interesse de Wittgenstein pelas regras gramaticais advinha, em última instância, da possibilidade de que elas produzam critérios absolutos para a distinção entre as sentenças significativas e os contrassensos.⁴²¹ Esse paradoxo coloca em dúvida, precisamente, sua capacidade para tanto. Ora, desde as *Observações Filosóficas*, Wittgenstein pareceu depositar na investigação gramatical todas as suas expectativas quanto à possibilidade da elaboração de um método definitivo para a filosofia. Pode-se imaginar, portanto, que sua filosofia passaria por uma grande mudança, qualitativamente distinta de todas as que a antecederam, a partir do momento em que deixasse de ser possível uma distinção metódica entre sentenças significativas e contrassensos. Isso ocorreu, naturalmente, pelos motivos já abordados na seção 3.i, dentre os quais cabe destacar o reconhecimento, segundo o relato de Moore, de que o conceito de significado não está “delimitado precisamente”.⁴²²

No interior dessa nova concepção da linguagem, um elemento central é, sem dúvidas, o conceito de *semelhança de família*. Ele é a resposta de Wittgenstein à ideia da fixidez do significado. Pensar o significado de nossas palavras sob a chave da semelhança de família é um exercício analógico: comparam-se diversas instâncias de uso de uma mesma palavra, salientam-se semelhanças e diferenças, no intuito de elucidar assim sua gramática, ou seja, seu modo de uso. A origem da expressão é a seguinte: membros de uma mesma família apresentam certos traços em comum – cor dos olhos, da pele ou dos cabelos, formato do queixo ou do nariz, tipo físico etc. Não é necessário que haja, contudo, uma única característica distintiva, possuída por todos os familiares em questão, a fim de que sejamos capazes de dizer deste ou daquele rosto que ele é característico de uma determinada família. Segundo Wittgenstein, isso é semelhante ao que ocorre com conceitos e palavras: uma grande

⁴²¹ Essa demarcação era essencial para que se demonstrasse o contrassenso das teses filosóficas e, portanto, foi o principal recurso utilizado por Wittgenstein no método filosófico de que então dispunha, centrado na elucidação da linguagem e sumariamente descrito já no parágrafo 6.53 do *Tractatus*: “O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto”.

⁴²² M, p. 268.

variedade de objetos, eventos, processos mentais ou atividades podem ser abrangidos por um mesmo conceito, em razão da grande variedade de semelhanças de família por eles compartilhadas, não sendo necessária a existência de uma única característica presente em todas as suas instanciações. Na filosofia de Wittgenstein, o caso paradigmático é a palavra “jogo”: chamamos assim a jogos de tabuleiro, de cartas, esportes envolvendo bolas e inúmeras outras atividades.⁴²³ No entanto, ainda que procuremos, “[...] não [veremos] algo que seja comum a todos [os jogos] [...], mas semelhanças, parentescos, aliás, uma boa quantidade deles”.⁴²⁴

A ideia de semelhança de família pode ser vista, portanto, como parte importante de uma abordagem nominalista radical proposta por Wittgenstein para o problema da unidade do conceito, que na história da filosofia se confundiu, por vezes, com o inveterado problema dos universais. Este pode ser sucintamente formulado da seguinte maneira: as propriedades abstratas que se predicam de um objeto concreto existem independentemente do objeto em questão? E, para além disso, se essas propriedades existem de maneira independente, qual é a natureza de sua existência? Trata-se, portanto, de encontrar o elemento responsável pela unidade do conceito em suas diversas instâncias de aplicação. A formulação desse problema já recebe contornos nítidos desde o período clássico da filosofia grega. Platão, por exemplo, acreditou ser possível distinguir de maneira precisa o domínio dos universais – ou seja, das formas ou ideias – do mundo dos objetos percebidos. A distinção é, para ele, de imensa importância, visto que só é possível a obtenção de conhecimento verdadeiro a partir do universal. Afinal, que o teorema de Pitágoras seja aplicável a *todos* os triângulos retos é algo que não se conclui a partir da observação empírica de triângulos retos concretos, mas antes da contemplação da forma ou ideia que os subjaz.

Chamou-se “realista” a perspectiva platônica, uma vez que, nela, atribui-se realidade extralinguística aos universais. A abordagem aristotélica, conquanto mais nuançada, não é ainda marcada por uma ruptura drástica em relação ao realismo platônico. O nominalismo pleno é uma posição sustentada apenas por filósofos muito posteriores. Dentre eles, o mais notório é Guilherme de Ockham, segundo quem os universais não possuem qualquer existência extralinguística, sendo apenas o produto da ação abstrativa da mente sobre os

⁴²³ PU, §66–67.

⁴²⁴ O tema será mais bem explorado na seção 3.iii deste estudo.

individuais. Porque essa ação passa pela formação mental de conceitos que têm, por sua vez, existência real, a solução ockhamiana também é muitas vezes denominada “conceitualismo”. Pode-se dizer que, no conceitualismo, concede-se pelo menos a existência de um elemento responsável pela unificação entre o termo universal e os objetos particulares que o instanciam, que é um tipo de representação mental. A tradição filosófica na qual o jovem Wittgenstein estava inserido, a dos projetos logicistas de Frege e Russell, foi marcada por uma versão moderna do conceitualismo – embora o próprio *Tractatus* tenha se distanciado dela por meio da teoria figurativa da linguagem. O que será distintivo da abordagem nominalista radical da filosofia tardia de Wittgenstein é precisamente o fato de que, nela, já não é necessária a postulação de qualquer entidade mental que se encarregue da mediação entre objeto e universal.

Já mencionei anteriormente que aspectos diversos da filosofia de Wittgenstein são marcados por uma orientação antiplatônica. É esta a oportunidade, creio, para uma aproximação e confronto mais abrangentes entre uma concepção denotacionista do significado de matriz platonista e a perspectiva wittgensteiniana tardia. Na *Gramática Filosófica*, afinal, Wittgenstein afirma: “Eu não poderia caracterizar melhor o meu ponto de vista do que ao dizer que ele é o oposto daquele representado por Sócrates nos diálogos platônicos”.⁴²⁵ Por diversas vezes, Sócrates se recusa a aceitar exemplos de instanciações de um determinado conceito como respostas satisfatórias à pergunta por sua definição. Essa recusa, na verdade, deve ser vista como um importante movimento inicial em diversos dos diálogos socráticos, sendo responsável por colocar em confronto o essencialismo platônico e uma visão supostamente leiga – ou, em alguns casos, sofística – da natureza do significado. No *Teeteto*, por exemplo, Sócrates coloca a pergunta “O que é o conhecimento?”, a que Teeteto responde oferecendo uma série de exemplos específicos.⁴²⁶ Sócrates rejeita a resposta por entender que a enumeração de exemplos não é nem necessária, nem suficiente para a definição satisfatória de um conceito. A definição a que chega, ao cabo do processo maiêutico, é a de conhecimento como “crença verdadeira justificada”. No *Livro Azul*, Wittgenstein afirma que “[...] a ideia de que, para tornar claro o sentido de um termo geral, era necessário descobrir o elemento comum a todas as suas aplicações prejudicou a

⁴²⁵ PG, 120–121.

⁴²⁶ Platão, 146c.

investigação filosófica [...]”.⁴²⁷ Em seguida, apresenta sua crítica direta às conclusões de Platão:

Quando Sócrates coloca a questão ‘O que é o conhecimento?’, ele nem sequer considera como uma resposta preliminar a enumeração de casos de conhecimento. Se eu quisesse saber o que é a aritmética, deveria sentir-me deveras satisfeito por ter investigado o caso de uma aritmética cardinal finita, porque:

- (a) Isto me levaria a todos os casos mais complicados;
- (b) Uma aritmética cardinal finita não é incompleta, não tem lacunas que possam ser preenchidas pela restante aritmética.⁴²⁸

Observamos, em primeiro lugar, que a aritmética cardinal finita, se oferecida como um exemplo, é plenamente capaz de nos conduzir até “os casos mais complicados”. Presumo que as características compartilhadas entre ela e os demais tipos de aritmética bastam para que seja possível a obtenção de um acordo intersubjetivo quanto ao que pode e o que não pode ser chamado “aritmética”. Em segundo lugar, há mais uma vez uma crítica implícita ao falso critério de completude, exigência que já vimos ter sido apresentada como objeção ao uso anterior da palavra “linguagem” para se referir a formas mais simples e primitivas de comunicação. O apelo às semelhanças de família como critério semântico vai, portanto, na contramão de uma extensa tradição filosófica que se caracteriza pela busca por acomodar todos os usos de uma palavra no leito de Procusto de uma essencialidade fictícia do conceito. Devem ser revisitadas, portanto, as próprias noções de “linguagem” e “sentença”, para as quais Wittgenstein não “dispunha de conceitos gerais”, agora desde a perspectiva das semelhanças de família.⁴²⁹ Não chamamos a algo “linguagem” porque atende a uma série de pré-requisitos – digamos, porque é composto de “sentenças” complexas ou moleculares analisáveis em sentenças ou proposições atômicas que se conformam, por sua vez, a uma estrutura sintática específica, a forma geral da proposição.

O mesmo pode ser dito, evidentemente, a respeito do próprio conceito de significado. Um dos aspectos mais amplamente conhecidos e rememorados da filosofia madura de Wittgenstein é a identificação entre significado e uso. É preciso que se tenha em vista, contudo, o caráter relativo dessa identificação, claramente discernível na passagem que a enuncia, a quadragésima terceira seção das *Investigações Filosóficas*. Ali, o filósofo afirma:

⁴²⁷ BIB, p. 20.

⁴²⁸ BIB, pp. 20–21.

⁴²⁹ MS 157b, pp. 10–13.

“Para uma *grande classe de casos* – mesmo que *não para todos* – de utilização da palavra ‘significado’, pode-se explicá-la do seguinte modo: o significado de uma palavra é seu uso na linguagem”.⁴³⁰ Wittgenstein apresenta, na sequência, um curioso contraexemplo, que, em um primeiro momento, parece negar a crítica mais genérica à teoria referencialista do significado que o filósofo ali desenvolve: “[...] e o significado de um nome se explica, muitas vezes, ao se apontar para o seu portador”. Com frequência, é esclarecedor fazer equivaler o significado e o uso das palavras, particularmente porque nos contrapomos, desse modo, à concepção denotacionista, que torna o significado algum tipo de relação misteriosa entre palavra e objeto e é característica de grande parte dos descaminhos da tradição filosófica. É necessário, contudo, que se tenha o cuidado de não estender tal analogia para além de seus limites, atribuindo-lhe um poder explicativo maior do que possui e esforçando-nos por buscar sempre no uso das palavras o seu significado.

Wittgenstein não postula, observe-se, que o uso seja, de alguma maneira obscura e ainda não muito bem explorada, o significado de “significado”. Uma objeção bastante óbvia a essa abordagem seria, afinal, a de que são muito distintas as maneiras como usamos as palavras “uso” e “significado”. Na verdade, “significado” é também um conceito que recebe seu próprio significado a partir de relações de semelhança de família, de modo que é por vezes legítimo que se chame assim aquilo que é dado pela definição ostensiva; em outros casos, aquilo que se obtém a partir do cálculo gramatical e, é claro, também do uso observado dos termos em questão. Nenhum desses métodos, no entanto, esgota o que verdadeiramente entendemos pela palavra “significado”. Como observa Kenny, ao longo dos anos 30, Wittgenstein mobilizou uma ampla gama de lemas relativos à natureza do significado: que a proposição significativa é a afiguração de um fato, que o significado de uma proposição é o seu modo de verificação e que o significado de um nome é a sua explicação sentencial, dentre outros. Na *Gramática Filosófica*, todos esses *slogans* ainda coexistiam pacificamente e a equivalência entre uso e significado, observe-se, era apenas mais um deles.⁴³¹

Wittgenstein passa então a tratar conceitos que antes desempenhavam um papel estruturante em sua visão gramatical da linguagem como semanticamente alicerçados em relações de semelhança de família. É esse o caso, como já vimos anteriormente, de “sentença”

⁴³⁰ PU, §43. Grifos meus.

⁴³¹ Kenny, 1974, p. 111.

e “linguagem”, mas também – notoriamente – de “significado” e “sentido”.⁴³² Observe-se, contudo, que, para os propósitos de Wittgenstein, não é necessário ou sequer desejável que a noção de semelhança de família seja tomada como inauguradora de uma nova teoria sistemática do significado. Em consonância com o caráter não propositivo que Wittgenstein deseja atribuir à sua nova filosofia, ela serve antes como um dispositivo frequentemente empregado na demonstração de que é falsa a presunção de uma essencialidade responsável pela unidade do conceito. Para além disso, é notavelmente controversa a delimitação precisa do escopo de aplicação da ideia de semelhança de família. Pode-se perguntar, afinal: estão todos os conceitos semanticamente fundamentados sobre relações de semelhanças de família?⁴³³

Evidentemente, podem-se conceber instâncias específicas em que a definição analítica de certos conceitos é possível – por exemplo, em ciências formais como a lógica ou a matemática, bem como em campos normativos do conhecimento, como o direito. O problema reside, precisamente, na pressuposição de que um termo que é assim definido tenha o seu significado fixado em qualquer sentido absoluto, para além da aplicação específica que lhe é dada naquele caso. Porque é esse o paradigma explorado pelo próprio Wittgenstein, tomemos como exemplo a palavra “jogo”. Na teoria dos jogos, ramo da ciência formal da matemática, o conceito recebe uma definição exata: trata-se de qualquer conjunto de circunstâncias cujo resultado é dependente das ações de dois ou mais agentes decisores (*players*), podendo ser transformado em um modelo matemático por meio do qual se determinam as melhores estratégias possíveis para que cada um dos decisores maximize sua utilidade (*utility*). No entanto, tal definição é completamente irrelevante para uma série de outras instâncias de uso da palavra, onde ela referencia atividades, processos e objetos os mais variados. Chamamos de jogos, afinal, as atividades de chutar uma bola repetidamente

⁴³² Afinal, se o significado de uma palavra é o seu uso, também o significado da própria palavra “significado” deve sê-lo, de modo que ela não pode cumprir o papel de um critério externo ao qual se submete todo o restante da linguagem. Na verdade, se quisermos investigar o significado de palavras como “sentido” e “significado”, o que devemos fazer é precisamente o mesmo que faríamos em relação a quaisquer outras: observar seu uso na linguagem real. Porque o método utilizado por Wittgenstein na fase tardia de sua filosofia é completamente autônomo em relação a noções como essas – observe-se que, até então, nenhuma das estratégias usadas pelo filósofo o era –, ele é o candidato ideal à substituição do método sintático-gramatical do *Tractatus* e dos primeiros textos do período intermediário.

⁴³³ Para Glock, por exemplo, não é este o caso: “[...] Wittgenstein não propôs que se encarassem *todos* os conceitos como conceitos de semelhanças de família. Sua abordagem sugere, na verdade, que pelo menos algumas ramificações de um conceito de semelhança de família sejam unificadas por condições necessárias e suficientes”. (Glock, 1996, p. 120)

contra a parede, movimentá-la sobre o campo de acordo com as regras de um esporte de equipe, encontrar palavras ocultas em uma tabela de palavras-cruzadas ou mover peças sobre um tabuleiro, dentre inúmeras outras atividades. Referimo-nos também, por outro lado, a objetos físicos, como um quebra-cabeças ou um baralho de tarô, como “jogos”. Na seção §69 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein desenvolve o seguinte raciocínio:

Como explicaríamos para alguém o que é um jogo? Creio que descrevendo jogos, e poderíamos acrescentar à descrição: “Isto e coisas semelhantes são chamados ‘jogos’”. E sabemos, nós próprios, mais do que isto? E somente a outrem é que não somos capazes de dizer exatamente o que é um jogo? – Mas isto não é ignorância. Não conhecemos os limites, porque não se traçou nenhum limite. Como foi dito, podemos – para uma finalidade especial – traçar um limite. Somente fazendo isto é que tornamos o conceito utilizável? De forma alguma! A não ser para esta finalidade especial. Tampouco tornou útil a medida de comprimento “1 passo” quem definiu: “1 passo = 75cm”. E se você quiser dizer: “Mas, anteriormente, ela não era uma medida de comprimento exata”, respondo: bem, então era uma medida inexata. – E você ainda fica me devendo a definição de exatidão.⁴³⁴

A unidade do conceito não será encontrada, como observa Wittgenstein, em um “único fio” que perpassa todos os casos em questão, mas antes na “sobreposição das diferentes fibras, como em uma corda”.⁴³⁵ A aspiração por precisão semântica é justificada em contextos específicos e artificialmente restritos – em jogos de linguagem simples –, como é o caso da teoria dos jogos, por exemplo. No entanto, fora desses contextos específicos, é apenas por meio das analogias e diferenças entre os vários usos de uma palavra que se pode falar em seu significado. A maneira como se constituem os complexos semânticos aos quais o filósofo chama “semelhanças de família” é a analogia. Porque há, em um dado conjunto de jogos, agrupamentos de características compartilhadas – como o fato de que são divertidas, competitivas ou viciantes – somos levados a aproximá-los e conceitualizá-los como atividades análogas, passíveis de serem comumente identificadas, portanto, por meio de um único termo: “jogo”. No entanto, tais atividades são fundamentalmente distintas, de modo que sua aproximação ou unificação terminológica atende apenas a exigências práticas do uso cotidiano da linguagem, dadas pelas contingências do modo como organizamos nossas atividades comunais, nossas formas de vida. Exemplos dessas contingências são o fato de que os seres humanos se interessam por realizar campeonatos em torno de determinadas

⁴³⁴ PU, §69.

⁴³⁵ BIB, p. 87.

práticas, de que as consideram propícias à socialização ou de que preferem dedicar seu tempo ocioso a qualquer tipo de atividade lúdica, ainda que improdutivo, em vez de simplesmente esperar pelo próximo turno de trabalho.

Por essa e outras razões, a introdução do conceito de semelhança de família chama a atenção para um tópico de interesse até então apenas incipiente na filosofia de Wittgenstein: os fundamentos analógicos da semântica. No interior do modelo intermediário do cálculo, o método empregado ainda era um refinamento da lógica do *Tractatus*. Agora, no entanto, pode-se dizer seguramente que Wittgenstein passa a se interessar pelo papel desempenhado pela dimensão analógica da linguagem na gênese dos problemas filosóficos. Hoje, tornou-se bastante trivial, embora certamente não incontroversa, a ideia de que as linguagens naturais estejam em ampla medida fundamentadas sobre relações semânticas de natureza analógica. Na verdade, a partir dos anos 80, constituiu-se todo um profícuo programa de pesquisa em linguística – a linguística cognitiva – que tem nas noções de analogia e metáfora sua pedra de toque.⁴³⁶ É interessante que se observe, no entanto, que no momento da redação das *Investigações Filosóficas*, a dimensão analógica de grande parte dos processos cognitivos e linguísticos estava longe de ser reconhecida.⁴³⁷

Deve-se observar que há, na verdade, todo um complexo de termos usados por Wittgenstein na caracterização da dimensão analógica da linguagem, alguns deles

⁴³⁶ Cf. Lakoff & Johnson, 1980. Essa corrente se configurou a partir da dissidência de certos teóricos inicialmente envolvidos no projeto gerativista de Noam Chomsky. Subscvem a ela filósofos e linguistas como Ronald Langacker, Gilles Fauconnier, George Lakoff e Mark Johnson, sendo os dois últimos responsáveis pela criação de um de seus textos inaugurais, *Metáforas da Vida Cotidiana*, de 1980. Embora o próprio Chomsky considerasse, à época da publicação de *Estruturas Sintáticas* (1957), a linguística gerativa como um subdomínio da então nascente ciência cognitiva, alguns dos estudiosos da linguagem inicialmente vinculados à abordagem gerativista, como Lakoff, vieram a se mostrar insatisfeitos com a ausência de considerações sobre a natureza biológica e “corporificada” do fenômeno linguístico no interior de tal teoria. Como resposta, Lakoff e Johnson propuseram uma nova abordagem da linguagem, que tem como ponto de partida a experiência humana imediata tal como determinada por contingências biológicas e anatômicas do corpo humano, motivo pelo qual veio a ser conhecida como “realismo corporificado” ou “experencialismo”. Mais importante, para nossos propósitos, é o fato de que Lakoff e Johnson acreditaram ser possível reconstruir a semântica de nossa linguagem a partir de uma investigação da forma como termos e expressões que designam experiências motoras, proprioceptivas e sensoriais estão na base do processo de significação. O processo transformativo por meio do qual novas palavras e expressões adquirem seu significado seria mediado, fundamentalmente, por relações analógicas – as metáforas conceituais – que introduzem conceitos mais abstratos nos termos de outros, mais elementares e concretos. Uma pesquisa preliminar parece sugerir que a conexão entre as ideias de Wittgenstein que pretendo abordar agora e aquelas que são hoje moeda corrente em estudos de linguística cognitiva não tenham sido ainda muito bem exploradas, embora George Lakoff e Mark Johnson reconheçam nominalmente, já em *Metáforas da Vida Cotidiana*, a influência do filósofo sobre seu trabalho.

⁴³⁷ Haser, 2005, p. 10.

empregados com maior frequência, dentre os quais se destacam “metáfora”, “símile” e “imagem”. “Metáfora” (*Metapher*) se aproxima em muito, naturalmente, do campo semântico em que está inserida a própria noção de analogia. A metáfora é muitas vezes tida, afinal, como a figura de linguagem onde se manifesta de maneira mais clara o modo de operação do raciocínio analógico, servindo com frequência como um ponto de partida para tentativas de estudá-lo ou formalizá-lo. “Símile” (*Gleichnis*), por sua vez, é simplesmente um sinônimo de “análogo”, tanto em português, quanto em alemão. Já “imagem” (*Bild*) é um termo mais problemático, visto que usado de uma maneira um tanto peculiar ao longo da filosofia tardia de Wittgenstein. De início, deve-se distinguir o uso que lhe é dado aqui daquele que se podia encontrar no *Tractatus*, onde estava fundamentalmente vinculado à teoria figurativa da proposição. Agora, ao falar em “imagem”, Wittgenstein tem em mente especificamente certas analogias nocivas que se encontram fixas em nossa linguagem:

Por que os problemas gramaticais são tão difíceis e, aparentemente, inextinguíveis?
– Porque estão relacionados com os mais antigos hábitos do pensamento, ou seja, com as mais antigas *imagens* gravadas em nossa própria linguagem.⁴³⁸

Um problema se coloca quando, em plena atividade filosófica, ignoramos a grande quantidade de diferenças existentes entre as diversas ações, processos ou objetos designados por uma mesma palavra, tomando sua homonímia como índice da existência de qualquer tipo de essencialidade por elas compartilhada. As analogias são capazes, por meio das relações de semelhança de família, de permitir que um único conceito abranja as suas diversas instâncias, o que é condição indispensável para o funcionamento da linguagem. No entanto, é preciso que se atente também para uma segunda característica que apresentam, mais nociva: porque uma analogia nunca é exata ou definitiva, ela também é capaz de gerar confusão e perplexidade, particularmente quando mal empregada ou estendida para além de seus limites. A própria analogia entre a linguagem e um cálculo é, muito provavelmente, desse tipo. Retorno agora, portanto, à questão com que dei início a esta seção: o fracasso de Wittgenstein ao tentar resolver, empregando a metáfora da linguagem como um cálculo de regras gramaticais, o inveterado problema da intencionalidade. Nos próprios termos a que se propunha, isto é, no interior do modelo da linguagem como cálculo, Wittgenstein não foi

⁴³⁸ PO, p. 158. Itálico adicionado.

capaz de solucionar o problema do regresso ao infinito das regras gramaticais. E nem poderia: a causa de suas próprias dificuldades filosóficas advinha, afinal, desse modelo do cálculo – produto de uma falsa “imagem gramatical”, ou seja, uma analogia estendida para além de seus limites naturais.

As analogias desempenham um papel fundamental na linguagem cotidiana, mas corremos o risco de cometer sérios erros se as transpusermos de maneira irrefletida para o interior da atividade filosófica: “A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso intelecto pelos meios de nossa linguagem”.⁴³⁹ Eventualmente, Wittgenstein parece perceber que sua própria solução – a saber, tratar a linguagem como um cálculo gramatical – decorreu da extrapolação dos limites de uma analogia, i.e., da literalização de uma metáfora: a aproximação entre linguagem e cálculo. A linguagem não é literalmente um cálculo. Há uma série de características comumente encontradas em cálculos lógicos e matemáticos que, evidentemente, podem também ser encontradas em certas instâncias específicas de uso da linguagem – a composicionalidade é um dos exemplos mais óbvios. Há, no entanto, diversas características distintivas do fenômeno linguístico que o afastam em muito de nosso conceito usual de cálculo. As analogias entre essas duas formas específicas de manipulação simbólica – cálculo e linguagem – parecem ter levado o filósofo a postular, dogmaticamente, algo de essencial e comum a ambas. Nesse sentido, Engelmann observa que, à época da redação da *Gramática Filosófica*, Wittgenstein precisava, “a fim de resolver suas dificuldades, não apenas [da] ideia aparentemente trivial de que a linguagem funciona como um cálculo, [...] [pois] ela não erradica a perplexidade”, mas de todo um novo método.⁴⁴⁰ Isso é bem ilustrado pela seguinte observação de Wittgenstein, no MS 109:

Todas as dificuldades da filosofia só podem ser baseadas em mal-entendidos. Uma descoberta nunca é aquilo de que se precisa, ela nunca é o que é necessário para resolvê-las. São mal-entendidos e só podem ser resolvidas como tais, i.e., sem violência. Porque a porta se abre e tudo o que está ali dentro está em ordem; você só precisa entender a fechadura e movê-la da maneira correta.⁴⁴¹

Os mal-entendidos têm como fundamento falsas analogias; “ser conduzido por falsas analogias a erros e se ver incapaz de livrar-se deles é, para Wittgenstein, o ‘*morbus*

⁴³⁹ PU, §109.

⁴⁴⁰ Engelmann, 2013, p. 102.

⁴⁴¹ MS 109, 298.

philosophicus”⁴⁴² Uma das tarefas mais importantes da filosofia deve ser, portanto, “alertar contra as falsas comparações [e] analogias que subjazem – sem que estejamos plenamente conscientes delas – nossos modos de expressão”.⁴⁴³ A verdadeira filosofia deve se basear, portanto, na identificação desses mal-entendidos, esses hábitos arraigados do pensamento e falsas imagens gramaticais. Na verdade, é bastante possível que, enquanto não nos desvencilharmos deles, estejamos fadados a um eterno retorno dos mesmos velhos problemas filosóficos:

Sempre ouvimos dizer que a filosofia não progride e que os mesmos problemas filosóficos com os quais se ocupavam os gregos também nos perturbam ainda hoje. Mas as pessoas que dizem isso não entendem a razão pela qual tem de ser assim. A razão é que nossa linguagem permaneceu a mesma e continuou a nos apresentar sempre as mesmas questões. Enquanto houver um verbo “ser” que pareça funcionar da mesma maneira como “comer” e “beber”, enquanto houver adjetivos como “idêntico”, “verdadeiro”, “falso”, “possível”, enquanto as pessoas falarem da passagem do tempo e da extensão do espaço etc. – enquanto tudo isso ocorrer, as pessoas sempre se defrontarão com as mesmas dificuldades e encararão algo que nenhuma explicação parece ser capaz de remover.⁴⁴⁴

A situação claramente não é distinta quanto a problemas filosóficos relacionados à noção de intencionalidade, com os quais o filósofo lidava na época. Para Wittgenstein, a falácia analógica mais nociva ao pensamento filosófico é aquela que dá origem à própria semântica referencialista. Nas *Investigações Filosóficas*, ela aparece sob a forma da concepção agostiniana do significado. Dela advém, por um lado, a reificação da mente, que passa a ser tratada como o receptáculo de uma série de supostos objetos que não podem ser encontrados no mundo exterior e, ao mesmo tempo, não podem ser analiticamente reduzidos a outros, mais elementares: “Onde nossa linguagem nos faz supor um corpo, e não há corpo, ali gostaríamos de dizer que se trata de um espírito”.⁴⁴⁵ É sob a influência do referencialismo, portanto, que substancializamos noções como as de “pensamento”, “conceito”, “ideia”, “vontade” e “entendimento”, entre tantas outras. Ao explicar quem é João, se João está no cômodo, é possível apontar para ele. Quando não está, por outro lado, e procuramos por ele, somos levados a acreditar que sua presença tem de se manifestar de alguma outra maneira,

⁴⁴² Engelmann, 2013, p. 102; MS 109, 174.

⁴⁴³ MS 109, 174.

⁴⁴⁴ BT, 90, p. 424, p. 286.

⁴⁴⁵ PU, §36. Observe-se que a palavra alemã “Geist” pode ser traduzida tanto como “espírito”, quanto como “mente”.

pois dizemos, afinal: “Estou procurando por João”.⁴⁴⁶ Nesse caso, o raciocínio falacioso advém, em última instância, da “confusão entre o significado de um nome e o portador de um nome”.⁴⁴⁷

Como é estranho que, se ele não está aqui, eu possa procurar por ele, mas não apontar para ele. É esse, realmente, o problema de procurar por algo, e mostra como a comparação é enganosa.

Poderíamos dizer: se estou procurando por ele, então ele certamente também deve ser parte do processo. – Então, ele também deve ser parte do processo se eu não encontrá-lo, e mesmo se ele não existir.⁴⁴⁸

A ideia fundamental, segundo Glock, é a de que os “paradoxos relativos à intencionalidade são sombras metafísicas de regras gramaticais banais”.⁴⁴⁹ Não se resolve a questão da intencionalidade apresentando teses, portanto, uma vez que os pressupostos filosóficos que lhe deram origem já estão, na verdade, integrados à própria linguagem na qual foi formulada. Sendo assim, tampouco é o caso de que se refute ou invalide diferentes perspectivas a respeito do intencional, como o era a teoria causal de Russell. A erradicação desses mal-entendidos ainda passará, sim, por uma elucidação gramatical. Mas, nos *Livros Azul e Marrom*, a palavra “gramática” já não mais significa o mesmo que havia significado anteriormente, ou seja, a disciplina que investiga as regras da linguagem por meio das quais são demarcados os limites do sentido.⁴⁵⁰ Na verdade, ela passará a denotar atividades mais genéricas de investigação e “descrição de práticas relacionadas às palavras e seu contexto”, atividades que estão agora sujeitas ao novo método filosófico de Wittgenstein.⁴⁵¹ Em grande medida, um dos motivos dessa mudança é a já mencionada constatação de uma indeterminação intrínseca de conceitos como os de linguagem e sentença, o que dificulta a própria distinção entre sentido e contrassenso, razão de ser da gramática no período intermediário. Pode-se dizer que a anulação de tal distinção torna impossível a função então desempenhada pela gramática e por suas regras no interior da filosofia de Wittgenstein. Felizmente, o advento do novo método filosófico também a torna desnecessária.

Essa, no entanto, é apenas uma das causas que levaram Wittgenstein a repensar a função desempenhada pela gramática no interior de seu novo método filosófico, embora

⁴⁴⁶ Engelmann, 2013, p. 98.

⁴⁴⁷ MS 110, 230.

⁴⁴⁸ BT, 272.

⁴⁴⁹ Glock, p. 1996, p. 186.

⁴⁵⁰ Engelmann, 2013, p. 171.

⁴⁵¹ Engelmann, 2013, p. 171.

talvez seja a mais significativa. Há que se considerar também a forma como a velha gramática se harmonizaria com o programa antidogmático e fortemente minimalista, do ponto de vista do arcabouço teórico, que Wittgenstein deseja desenvolver a partir de então. São vários os pressupostos do edifício lógico *a priori* tractariano que acabaram, após uma investigação mais rigorosa, por se mostrar insustentáveis. Há agora um risco significativo de que o destino da noção de gramática seja o mesmo, de que ela acabe por ser vista como um postulado ou, talvez algo ainda pior, um dogma. Embora tenha assim parecido inicialmente a Wittgenstein, não é óbvia e inconsequente a suposição da existência de estruturas intrínsecas a todo e qualquer fenômeno linguístico, como ocorre no interior da concepção da linguagem como cálculo gramatical. Esse passo pré-argumentativo, na verdade, que causou grande estranhamento tanto em Moore, quanto em Sraffa, traz consigo o risco de um regresso a discussões metagramaticais irrelevantes e incapazes de contribuir com aquilo que está realmente em jogo: a resolução de problemas filosóficos.⁴⁵² Seria necessário, afinal, a fim de que se justificasse o próprio método gramatical de filosofia empregado, que se justificasse antes a própria teoria gramatical da linguagem. Isso, contudo, se tornará cada vez menos relevante, graças ao papel mais modesto que o filósofo passa a atribuir à gramática.

A gramática deve se transformar, portanto, em uma atividade meramente descritiva, cuja prática não acarreta qualquer compromisso significativo para com a postulação de uma estrutura estática subjacente à linguagem estudada. Nesse sentido, estaria sujeita às vicissitudes pelas quais naturalmente passam os fenômenos linguísticos, evitando premeditadamente abordá-los sob uma chave essencialista. Na verdade, sua função principal será desenvolver aquilo que Wittgenstein chamou de *apresentação sinóptica* (*übersichtliche Darstellung* ou, simplesmente, *Übersicht*) do uso das palavras.⁴⁵³ Em inglês, o termo é frequentemente traduzido como “*overview*”, o que significa “visão geral” ou “panorâmica”.

⁴⁵² Engelmann, 2013, p. 179; cf. Moore, 2007, pp. 202–203.

⁴⁵³ É bastante provável que Wittgenstein tenha sido influenciado, no desenvolvimento da ideia de visão sinóptica, por reflexões sobre a filosofia da física de Heinrich Hertz e Ludwig Boltzmann. Hertz expõe, na introdução de sua *Mecânica*, a opinião de que “problemas relativos a conceitos como força não devem ser respondidos por meio da adição de informações ou definições científicas, mas antes dissolvidos por uma compreensão mais clara das informações e definições já existentes”. (Hertz, 1899, introdução) A isso, acrescenta-se a contribuição de Boltzmann, para quem tal dissolução seria possível por meio de uma representação sinóptica das analogias e modelos subjacentes às teorias científicas. (Boltzmann, 1866, pp. 5–6, 75, 167) Fundamentalmente, trata-se da perspectiva de que as explicações causais não são a única forma de produção de conhecimento, mas que também é possível, na verdade, adquirir novos conhecimentos sobre um determinado fenômeno por meio do rearranjo de informações que já temos disponíveis. Segundo Glock, Wittgenstein enxergava tal abordagem como uma alternativa viável à metodologia científica cumulativa.

Trata-se, nesse caso, de um decalque da palavra alemã, que é composta por sintagmas equivalentes. Para “*übersichtliche Darstellung*”, uma opção igualmente interessante e frequentemente usada é “apresentação perspicua”. Dessa forma, torna-se mais clara a conexão entre essa ideia e suas antecessoras, defendidas pelo autor em sua filosofia de juventude. Wittgenstein escreve a respeito dessa noção em §122 das *Investigações Filosóficas*:

Uma das principais fontes de nossa falta de compreensão é que não dominamos com uma clara visão o uso de nossas palavras. – Falta à nossa gramática *perspicuidade* [*Übersichtlichkeit*]. Uma *apresentação perspicua* [*übersichtliche Darstellung*] transmite a compreensão, que consiste exatamente em “ver conexões”. Daí a importância de se achar e de se inventar conectivos. O conceito de apresentação perspicua tem para nós um significado fundamental. Ele designa nossa forma de exposição, a maneira de vermos as coisas. (É isto uma “visão de mundo”?)⁴⁵⁴

Segundo William Barnett, “uma apresentação sinóptica [*übersichtliche Darstellung*] da linguagem é uma visão geral das relações entre diferentes expressões linguísticas, em que se preservam os detalhes sobre seus usos em casos específicos”.⁴⁵⁵ As descrições gramaticais são sinópticas na medida em que oferecem “[...] dados sobre nosso uso da linguagem que normalmente passam despercebidos por usuários não-reflexivos daquela linguagem”, de modo que, quando “[...] não somos capazes de rememorar tais dados, colocamo-nos nas iminências da perplexidade filosófica”.⁴⁵⁶ Em outras palavras, diríamos que aquilo que há de mais distintivo nessas descrições é a sua capacidade de nos trazer *perspicuidade* quanto a nossos usos das palavras. No novo método filosófico, a investigação da gramática se transforma, portanto, em uma descrição sinóptica da diversidade dos usos das palavras, capaz de lançar luz sobre nossos velhos problemas filosóficos. Cabe à gramática, portanto, a apresentação de uma visão sinóptica das regras gramaticais com as quais operamos de modo tácito. Embora essas regras não sejam, definitivamente, privadas ou ocultas, o que fica evidente pelo fato de que podemos deduzi-las a partir da simples comparação entre diferentes instâncias de uso das palavras, o sujeito falante frequentemente as emprega de maneira inconsciente e, se isso lhe for solicitado, não é capaz de identificá-las. A investigação gramatical que aqui se propõe deve, portanto, torná-las perspícuas. Wittgenstein concluirá,

⁴⁵⁴ PU, §122.

⁴⁵⁵ Barnett, 1990, p. 51.

⁴⁵⁶ Barnett, 1990, pp. 51–53.

enfim, que “[...] um símile que funciona no inconsciente se torna inofensivo quando nós o articulamos”.⁴⁵⁷

É nesse ponto que começam a surgir as analogias entre a atividade filosófica genuína e a psicoterapia, particularmente a psicanálise freudiana. Na introdução deste estudo, ao abordar a interpretação resolvida da relação entre diferentes momentos da filosofia de Wittgenstein, mencionei a importância dada pelos comentadores que a ela subscrevem à visão, sustentada por Wittgenstein, de que a filosofia é uma atividade essencialmente terapêutica. Tais analogias não se faziam ainda presente no *Tractatus* ou sequer nas *Observações Filosóficas*. Na verdade, é nesse momento específico da transição, em que o método sinóptico começa a ser esboçado, que a comparação é formulada pela primeira vez. Nos manuscritos do período, Wittgenstein considera os erros filosóficos “difíceis doenças gramaticais”⁴⁵⁸ cuja cura consiste na “indicação da imagem enganadora” que lhes deu origem,⁴⁵⁹ a fim de que as várias etapas percorridas em uma linha de raciocínio incorreta sejam identificadas pelo interlocutor como sendo aquelas que ele próprio percorreu ao formular o problema. Não se trata aqui, evidentemente, de avançar teses contrárias à conclusão obtida pelo interlocutor: agora, mais do que nunca, a atividade filosófica não deve ser propositiva, mas apenas elucidativa. “Devo ser apenas o espelho em que meu leitor veja seu próprio pensamento, com todas as suas deformidades, bem como o reflexo por meio do qual ele possa ajustar seu pensamento”, afirma Wittgenstein.⁴⁶⁰ Deve-se, assim, dar as condições necessárias para que o leitor consiga superar os paradoxos filosóficos, ou seja, passar a encará-los como aquilo que, de fato, são: o desentendimento causado pelo uso agramatical das palavras. A filosofia, já aqui, consiste em “mostrar à mosca a saída do apanha-moscas”, como dirá Wittgenstein em §309 das *Investigações Filosóficas*.⁴⁶¹

⁴⁵⁷ WWK, p. 71.

⁴⁵⁸ MS 110, 247.

⁴⁵⁹ MS 110, 248.

⁴⁶⁰ MS 153a; MS 112, 225.

⁴⁶¹ PU, 309. “Apanha-moscas” traduz aqui “*Fliegenglas*” – literalmente, “copo de moscas” –, uma armadilha muito usada antigamente para a captura desse inseto. Há diversas variedades, mas aquela a que Wittgenstein se refere é provavelmente a que consiste em uma garrafa cuja abertura superior é envolta em um metal escuro, colocando-se no fundo açúcar ou algum outro alimento atrativo para as moscas. Após entrarem, os insetos não conseguem mais encontrar a saída em razão de seu comportamento fototrópico, ou seja, sua tendência a buscar sempre a luz. Chocam-se até a morte contra o vidro, portanto, em vez de acessar a mesma abertura escura por onde entraram.

O próprio leitor deve se curar do *morbus philosophicus* ao reconhecer as falsas analogias e distorções conceituais que estão na origem de sua perplexidade, da mesma maneira como o paciente psicanalítico deve, para obter a cura, reconhecer em eventos e dinâmicas originários de sua infância a gênese de suas neuroses atuais. No *Livro Azul*, por exemplo, o filósofo escreve que “por meio de [seu] método, [tenta] neutralizar o efeito enganador de certas analogias”.⁴⁶² Assim como é o caso em todo e qualquer processo terapêutico, no entanto, a terapia filosófica que ali se propõe só pode obter sucesso sob determinadas condições, uma das quais é o reconhecimento, por parte do leitor, de que a argumentação expressa de maneira fidedigna aquilo que ele tinha em mente quando caiu em paradoxo. Contudo, assim como a diversidade dos sintomas e das doenças torna necessário, na medicina, o emprego de uma ampla variedade de técnicas distintas de tratamento, também o método da descrição gramatical sinóptica acabará por se mostrar bastante variado. A abordagem mais adequada dependerá, é claro, do diagnóstico. Dentre as comparações entre seu novo método e a atividade terapêutica, no entanto, Wittgenstein tende a favorecer uma aproximação com a psicanálise:

Uma das tarefas mais importantes [da filosofia] é expressar todos os processos do pensamento de maneira tão fidedigna que o leitor diz: “Sim, isso é exatamente o que eu quis dizer”. Mapear a fisionomia de cada erro.
De fato, só podemos provar que alguém cometeu um erro se ele (realmente) reconhecer aquela expressão como a expressão correta de seu sentimento.
Pois, apenas se ele assim a reconhecer, ela *será* a expressão correta. (Psicanálise)
O que o outro reconhece é a analogia que estou apresentando a ele como a origem de seu próprio pensamento.⁴⁶³

Em sua variante mais ortodoxa, o método psicanalítico é caracterizado pela tentativa de interpretação dos conflitos inconscientes que impossibilitam o funcionamento normal do indivíduo – conflitos que dão origem a sintomas psicastênicos. No entanto, a formulação explícita de uma interpretação, por parte do psicanalista, raramente é suficiente para a total remissão da doença: é essencial ao processo terapêutico que o próprio paciente seja capaz de reconhecer as causas de seu padecimento. Com frequência, estas são temporalmente remotas, podendo ser encontradas apenas na primeira infância, ou ainda sociais e geracionais, como no caso da histeria epidêmica que vitimou a sociedade vienense à época de Freud. A fim de

⁴⁶² BIB, p. 28.

⁴⁶³ BT, 302.

facilitar a condução do paciente em direção ao reconhecimento de seus próprios conflitos inconscientes, Freud usou, em certo período, prioritariamente o método terapêutico da livre associação. Ele consistia no estímulo para que o analisando expressasse os conteúdos de sua consciência de maneira ininterrupta e não censurada, de modo que se obtivesse acesso aos processos inconscientes patológicos.

No entanto, ficou eventualmente claro, como observa Freud em suas *Lições Introdutórias à Psicanálise*, que os pacientes frequentemente se viam incapazes de levar a cabo esse trabalho. Constatou-se que a razão era um tipo de mecanismo denominado “resistência” e Freud identificou em sua superação a “tarefa mais essencial do tratamento analítico”.⁴⁶⁴ A resistência podia se manifestar de maneiras diversas, como a recusa em dar continuidade ao processo de análise, a recusa em cooperar ou, ainda, como transferência e projeção de sentimentos sobre a figura do terapeuta. No mais das vezes, ela é o resultado de um compromisso de meio-termo entre dois agentes psíquicos distintos: o *id* inconsciente, cuja manifestação se vê de alguma forma frustrada, e o *superego* repressor. A desestabilização do *ego*, resultado de tal compromisso, torna-se excessivamente perturbadora para o paciente: ele se sente, na verdade, mais confortável convivendo com a própria neurose, ainda que ela o “force para fora da vida real, alienando-o da realidade”.⁴⁶⁵

É nesse sentido que Wittgenstein enxerga seu novo método filosófico como análogo à terapia psicanalítica. Está claro, aqui, o paralelo entre a patologia neurótica, com suas causas remotas e ignoradas pelo próprio paciente, e os “antigos hábitos do pensamento”, há muito “gravados em nossa linguagem”, que devem ser reconhecidos como gênese dos problemas filosóficos tratados. Além disso, da mesma forma como o paciente psicanalítico tende a apresentar resistência durante o processo terapêutico, também o paciente filosófico terá, provavelmente, certa dificuldade inicial em aceitar a exposição das falácias analógicas na origem de suas teses filosóficas como resolução satisfatória do desconforto causado pelo paradoxo que supostamente encarnam. Se, no primeiro caso, o risco de uma desestabilização do ego produz comportamentos que interrompem o processo analítico; no segundo, isso é causado pela falsa sensação de que se perdem, ao longo da terapia filosófica, toda uma série de supostas conquistas do intelecto. A grande dificuldade, portanto, na condução da terapia

⁴⁶⁴ Freud, 1917, p. 561.

⁴⁶⁵ Freud, 1911, pp. 13–21.

filosófica, não se encontra precisamente na resolução de problemas intelectuais abstratos, mas antes na promoção de uma genuína transformação da vontade:

Como eu frequentemente digo, a filosofia não me leva a nenhuma renúncia, já que não me abstenho de dizer qualquer coisa, mas simplesmente abandono certa combinação de palavras como desprovida de sentido. Em outro sentido, no entanto, a filosofia exige uma resignação, mas sentimental, não intelectual. Talvez seja isso o que a torne tão difícil para muitos. Pode ser difícil não usar uma expressão, assim como é difícil segurar as lágrimas ou um surto de raiva.

[...] O trabalho na filosofia é, na verdade, um trabalho sobre si mesmo. Sobre sua própria compreensão. Sobre a forma como se enxergam as coisas. (E aquilo que delas se espera).⁴⁶⁶

A terapia filosófica não tem como objetivo, portanto, oferecer qualquer tipo de solução aos problemas teóricos que afligem seus pacientes. Na verdade, por meio dela, deve-se poder perceber que são infundadas as próprias preocupações filosóficas que obsessivamente revisitamos. Na psicanálise, é raro que o tratamento passe pela efetiva concretização dos anseios obsessivos do analisando. No mais das vezes, quando bem sucedido, ele resulta antes na perda de interesse, por parte do paciente, pelos tópicos que antes ocupavam uma posição central em sua vida mental e emocional. Consiste, portanto, em uma transformação profunda da vontade. Nesse sentido, na terapia filosófica, trata-se de identificar o momento específico em que se abandonou o modo ordinário de falar, em que os significados das palavras estavam edificados sobre o solo seguro de nossas práticas cotidianas, sobre nossas formas de vida, transitando-se rumo a um uso filosófico patológico da linguagem. Trata-se, em outras palavras, de identificar o momento do discurso em que se começa a filosofar. Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein afirma: “os problemas filosóficos têm origem quando a linguagem folga”, ou ainda, “quando [...] está em ponto-morto, não quando ela trabalha”. Compete ao filósofo, portanto, reconduzir “as palavras de seu emprego metafísico ao seu emprego cotidiano”, por meio da apresentação de um tipo específico de investigação panorâmica dos problemas com os quais nos defrontamos ao filosofar, uma representação clara e compreensível deles que nos permita localizarmo-nos no imenso labirinto de confusões e perplexidades a que chamamos de filosofia.⁴⁶⁷

⁴⁶⁶ BT, 300.

⁴⁶⁷ PU, §116.

Concluamos, portanto, com uma sumarização das características que distinguem de maneira mais fundamental o método sinóptico tardio de seus equivalentes empregados em textos anteriores. Há uma diferença importante, mas frequentemente negligenciada, entre o tratamento dado às pseudoquestões filosóficas, de um lado, por meio do método sintático-gramatical do *Tractatus* e de obras do período intermediário e, por outro, do método sinóptico aplicado nos *Livros Azul e Marrom* e das *Investigações Filosóficas*. No primeiro caso, busca-se demonstrar a completa ausência de sentido das pseudoproposições da filosofia, advinda seja da ausência de clareza quanto à sua estrutura sintática, seja da ausência de referência dos nomes que a compõem. Porque, como vimos na seção anterior (3.i), Wittgenstein acaba por concluir pela relatividade dos próprios conceitos de “significado” e “sentido”, o método tardio não atribui propriamente a tais sentenças contrassenso e absurdidade, como era o caso no *Tractatus*. Essa flexibilização na categorização das sentenças pode ser claramente percebida no trecho do *Livro Azul* em que se discute a questão da “localidade do pensamento”: “Ora, quererá isso dizer que é absurdo falar de uma localização da ocorrência do pensamento? De modo algum. Essa expressão tem sentido se lhe dermos um sentido”.⁴⁶⁸

Não é mais o caso de que uma tal pergunta seja tratada como sintática ou gramaticalmente anômala, desprovida de sentido ou contrassensual. Wittgenstein reconhece explicitamente, na verdade, que uma pergunta como “Onde é que se encontra o pensamento?” pode ser dotada de sentido. Se é esse o caso, no entanto, que motivos temos para descartá-la? Como observa o filósofo alguns parágrafos mais adiante, o problema com uma pergunta de tal tipo é simplesmente o fato de que seja propícia a agravar ainda mais as confusões em que já nos encontramos envolvidos, de modo que é “melhor, a fim de impedir a confusão, [rejeitá-la] como absurda”. É interessante que se note que, aqui, Wittgenstein não declara a questão filosófica discutida como desprovida de sentido ou contrassensual, mas apenas adota critérios pragmáticos que o levam a excluí-la de nossa linguagem. Faz isso simplesmente porque ela nos distanciaria do propósito central da investigação filosófica, que é, afinal, a obtenção de maior perspicuidade gramatical:

Em vez de usar a ideia dos “limites do sentido”, Wittgenstein tenta, portanto, atribuir sentido às sentenças filosóficas. Se isso falhar porque o sentido que podemos lhes conferir é, por assim dizer, modesto e localizado, enquanto a

⁴⁶⁸ BIB, p. 34.

afirmação filosófica é geral, excluiremos a sentença da linguagem a fim de evitar ulteriores confusões.

A estratégia de “tentar dar sentido” está alinhada com a ideia da dissolução da perplexidade filosófica. Se não formos capazes de dar sentido a uma preocupação filosófica, é melhor desistirmos dela como uma preocupação genuína. Talvez seja o caso de que uma preocupação filosófica tenha certo tipo de instabilidade interna: se lhe damos sentido, ela recebe um sentido ordinário, perdendo seu caráter enigmático [*puzzling*] (aqui, penso em pontos de vista como o solipsismo ou o ceticismo).⁴⁶⁹

O que todos os métodos falhos anteriores tinham em comum, portanto, era a pressuposição de uma distinção fixa entre a sentença significativa e o contrassenso, o que era essencial para os propósitos filosóficos de Wittgenstein: enunciar o que é significativo de maneira clara – i.e., de maneira perspicua –, a fim de silenciar sobre aquilo que não tem sentido. Eventualmente, no entanto, após ter falhado em definir “significado” de maneira satisfatória, Wittgenstein desistiu de tais métodos e passou a tratar o próprio conceito de significado de maneira relativa e contextual. Contudo, embora não mais dispusesse de critérios absolutos para a distinção entre o significativo e o contrassensual, o filósofo era ainda capaz de identificar o uso filosófico anormal de conceitos extraídos da linguagem ordinária – como “mente”, “causa” e “tempo” – e, portanto, dos jogos de linguagem no interior dos quais se tornam significativos. Por isso, Wittgenstein não desistiu da ideia da filosofia como elucidação da linguagem, mas passou a enxergá-la prioritariamente como uma investigação gramatical casuística das várias regras por meio das quais usamos as palavras.

Os jogos de linguagem são, provavelmente, a ferramenta mais importante do novo método sinóptico desenvolvido por Wittgenstein. Eles são diversos, mas consistem, no mais das vezes, na formulação de um modelo simplificado do modo como as palavras são usadas, a fim de que se torne patente a falácia analógica que nos levou até a perplexidade filosófica. São a evolução natural, portanto, do conceito de “linguagem primitiva”, do qual o filósofo se ocupara nos anos que antecederam a publicação dos *Livros Azul e Marrom*. O célebre jogo de linguagem dos construtores, por exemplo, na abertura das *Investigações Filosóficas*, tem como objetivo a identificação do ponto exato em que a concepção denotacionista da linguagem – que era aquela do *Tractatus* – deixa de funcionar, bem como os motivos pelos quais isso ocorre. É importante observar, portanto, que o método de Wittgenstein é

⁴⁶⁹ Engelmann, 2013, p. 176.

fundamentalmente casuístico: aplica-se a erros gramaticais e analogias falaciosas pontuais, ainda que essas integrem grandes famílias teóricas.

Temos já um panorama satisfatório das características gerais do método sinóptico, embora ainda nos faltem justamente exemplos concretos de sua aplicação. Isso ocorre precisamente porque ainda não tratei de maneira aprofundada dos jogos de linguagem, que são o principal dispositivo heurístico da investigação gramatical. Esse será, portanto, o tema da próxima seção. Se essa abordagem for bem-sucedida, teremos então uma compreensão mais clara da forma como Wittgenstein pretende mostrar que, quase sempre, “[...] toda uma nuvem carregada de filosofia se condensa em uma gota de gramática”.⁴⁷⁰

iii.

Jogos de linguagem

Os *Livros Azul* e *Marrom* são o resultado da compilação de notas de aula ditadas por Wittgenstein em inglês a seus alunos de Cambridge, entre os anos de 1933 a 1934 e de 1934 a 1935, respectivamente. Seu interesse reside precisamente no fato de que, neles, veem-se expressos pela primeira vez a visão pragmática ou antropológica dos fenômenos linguísticos e o novo método sinóptico. Wittgenstein definitivamente não os considerava acabados, mas permitiu, ainda assim, sua circulação entre amigos e estudantes por julgar serem os textos mais representativos dos novos rumos assumidos por sua filosofia. Porque nenhum dos dois textos foi devidamente intitulado, passaram a ser diferenciados pelas cores em que haviam sido encadernadas as cópias em circulação. Em 1936, o filósofo deu início a uma tradução ao alemão e expansão dos conteúdos do *Livro Marrom*, com o intuito de publicá-lo sob o título “*Eine Philosophische Betrachtung*”, mas acabou por se mostrar insatisfeito com o material que tinha em mãos e, conseqüentemente, abandonou o projeto.⁴⁷¹ Rush Rhees, que foi um dos executores testamentários indicados por Wittgenstein, publicou-os em 1958 sob o nome “*Estudos Preliminares para as ‘Investigações Filosóficas’*” (*Preliminary Studies for the ‘Philosophical Investigations’*). De fato, já é possível identificar, em ambos os textos, um

⁴⁷⁰ PU II, XI, p. 287.

⁴⁷¹ Uma tradução possível do título em alemão seria “Uma reflexão filosófica”. Hoje, o texto é também com frequência chamado de “*German Brown Book*”, o “*Livro Marrom em Alemão*”.

tratamento ainda rudimentar de diversos dos temas que voltariam a ser abordados na obra de maturidade de Wittgenstein.

O *Livro Azul* é o primeiro texto em que Wittgenstein faz uma apresentação exaustiva de seu novo método. Ali, o filósofo também introduz de maneira explícita a noção de jogos de linguagem, mostrando subsequentemente, no *Livro Marrom*, uma série de aplicações destes na elucidação gramatical de dificuldades filosóficas. Em um primeiro momento, no *Livro Azul*, Wittgenstein parece ainda se preocupar fundamentalmente com a questão do “significado de ‘significado’”, assim como havia sido o caso no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica*. Rapidamente, no entanto, essa indagação, inicialmente apresentada por meio da pergunta “O que é o significado de uma palavra?”, que dá abertura à argumentação naquele texto, vê-se transmutada em uma grande sequência de inquirições filosóficas mais específicas, dentre as quais se destacam questões relativas à natureza do mental.⁴⁷²

Essa escolha temática não é arbitrária, mas diz respeito a uma forte conexão interna entre tópicos em filosofia e psicologia. Porque ela será um pano de fundo importante da argumentação seja nos *Livros Azul* e *Marrom*, seja nas *Investigações Filosóficas*, é interessante que lhe dediquemos algumas observações. Trata-se, na verdade, de uma abordagem preliminar daquilo que Wittgenstein identificou como etiologia remota de uma imensa variedade de problemas filosóficos: a concepção do significado como referência, que é por vezes chamada de “concepção agostiniana do significado” e reaparece no primeiro parágrafo das *Investigações Filosóficas*. No *Livro Azul*, portanto, Wittgenstein se dedicará à tentativa de elucidar a gramática dos termos envolvidos em sua formulação, empregando para tal o método sinóptico e, ocasionalmente, os jogos de linguagem. A expectativa é, possivelmente, a de que se possa assim mostrar “como o problema dos dois materiais, mente e matéria, será dissolvido” e, em consequência, talvez também o sejam diversos outros, relacionados às chamadas filosofias idealistas, realistas, materialistas e solipsistas.⁴⁷³

Começamos, portanto, pela pergunta “O que é o significado de uma palavra?”, que nos paralisa, causa uma “cãibra mental”. Isso ocorre porque presumimos que, diante dela, é necessário que se identifique algum tipo de objeto que seja o referente de “significado”.⁴⁷⁴

⁴⁷² BIB, p. 25.

⁴⁷³ BIB, p. 47.

⁴⁷⁴ BIB, p. 25.

Segundo Roy Brand, para Wittgenstein, “todas as tentativas de reificação e objetificação estão enraizadas no referencialismo – a visão de que os significados das palavras são os objetos aos quais elas se referem”.⁴⁷⁵ Isso ocorre porque temos como um pressuposto tácito a ideia de que a denotação é a responsável, em última instância, pela fundamentação semântica de nossa linguagem. Quando não somos capazes de identificar um objeto físico ao qual se refira uma determinada palavra, postulamos a existência de algum outro tipo de entidade que cumpra esse papel – no mais das vezes, uma entidade mental. O mental é, na verdade, frequentemente visto como o domínio no qual os símbolos “inorgânicos” e mortos da linguagem – palavras e sons – ganham seu significado, por meio de processos como aqueles denominados “compreensão”, “entendimento” ou “interpretação”:

Frege ridicularizou a concepção formalista da matemática, afirmando que os formalistas confundiam aquilo que pouca importância tem, o signo, com o que é importante, o sentido. De fato, a matemática não trata de símbolos no papel. A ideia de Frege poderia ser expressa do seguinte modo: as proposições da matemática seriam inertes e totalmente desinteressantes, se fossem simplesmente conjuntos de símbolos, ao passo que elas apresentam nitidamente uma espécie de vida. E o mesmo poderia, evidentemente, ser dito de qualquer proposição. Sem um sentido, ou sem o pensamento, uma proposição seria uma coisa trivial e totalmente inerte. Parece ser claro, para além disso, que a adição de signos inorgânicos não pode dar vida a uma proposição. A conclusão que se pode extrair daqui é de que aquilo que deve ser adicionado aos signos inertes para que eles se transformem numa proposição viva é algo de imaterial, dotado de propriedades diferentes das dos simples signos.

Mas se tivéssemos de mencionar o que anima o signo, diríamos que é o seu uso.⁴⁷⁶

Na visão de Frege, apresentada aqui como a formulação explícita dos pressupostos tácitos com os quais a maioria das pessoas opera ao refletir sobre a linguagem, há um processo inorgânico que consiste na manipulação dos signos e, concomitantemente, um processo orgânico responsável por lhes conferir significado. Wittgenstein pretende mostrar, no *Livro Azul*, como estão na origem de duas tendências teóricas problemáticas as falsas analogias produzidas por essa forma de referencialismo ou denotacionismo, em um ramo do conhecimento como a psicologia, em que as aspirações à cientificidade colidem com dificuldades na determinação do estatuto ontológico das entidades estudadas. De um lado, há uma abordagem mentalista do psíquico, em que se ontologizam as entidades mentais; de

⁴⁷⁵ Brand, 2000, p. 4.

⁴⁷⁶ B1B, p. 30.

outro, a abordagem behaviorista, que tenta explicar o mental nos termos de fenômenos empiricamente observáveis.

Para tanto, é necessário, evidentemente, que se caracterize a investigação gramatical que se deseja ali apresentar em contraste com o tipo de investigação conduzida nas ciências empíricas. A investigação gramatical ainda precede, naturalmente, a investigação científica, o que já era o caso em momentos anteriores da filosofia de Wittgenstein. Esta última ocorre quando observamos processos e objetos com a finalidade de determinar seu modo de funcionamento; aquela, distintamente, determina que tipo de objeto ou processo está sendo abordado. A distinção entre a investigação gramatical e a investigação científica deverá lançar luz sobre alguns dos problemas conceituais que estão na base da psicologia moderna: embora ela se apresente como uma investigação empírica da mente e dos processos mentais, não há ainda um consenso sobre como estes devem ser definidos. O discurso sobre o mental é, no mais das vezes, caracterizado por um uso metafórico dos termos nele contidos: concebemos o pensamento como um encadeamento de palavras ou a imaginação como a formação de imagens mentais, mas um exame da forma como esses termos são efetivamente usados mostra que essas tentativas de definição raramente são adequadas. Evidentemente, elas são apenas metáforas inofensivas quando se encontram fora do contexto específico da formulação de teorias científicas. No mais das vezes, contudo, sua familiaridade faz com que a tomemos literalmente e passemos, portanto, a formular teorias sobre o modo como palavras e imagens são processadas pela mente. Os resultados dessa atividade certamente não serão teorias científicas.

Uma série de analogias e semelhanças superficiais na gramática de certas palavras leva-nos a postular a existência de um domínio do mental, em contraposição àquele dos objetos físicos e, portanto, “extramentais”. Há, por exemplo, todo um complexo delas que gira em torno da extrapolação semântica da noção de “localização”. Um oftalmologista poderia perguntar a um paciente sentado diante de um equipamento diagnóstico, por exemplo, onde está localizada em seu campo visual a imagem de uma árvore, ao que se responderia, adequadamente: “‘vejo, no meu campo visual, a imagem da árvore situada à direita da imagem da torre’ ou ‘vejo a imagem da árvore no meio do campo visual’”.⁴⁷⁷ Alguém pode pensar, no entanto, que diante disso, seria também lícita a pergunta “E onde está localizado

⁴⁷⁷ BIB, p. 35.

o seu campo visual?”, ao que se responderia, presumivelmente, “Em minha mente”. Assim como a palavra “localização” tem um significado bem definido no interior da linguagem fisicalista, ela também o tem quando aplicada ao campo visual. Isso pode nos levar à falsa conclusão de que se possa falar na localização de toda e qualquer suposta entidade, o que nos leva a tratar uma série de termos, como é o caso de “campo visual”, como referentes de entidades localizadas na esfera do mental.

De modo semelhante, acreditamos que nossas mentes sejam também povoadas por uma série de outras supostas entidades, mas a mais exemplar delas talvez seja o próprio pensamento. De fato, há um segundo grupo de falácias analógicas responsáveis pela constituição da metafísica do mental, e ele se concentra em torno da gramática das palavras “pensamento” e “pensar”. É possível que se percorra o seguinte raciocínio: se uma sentença em inglês e outra, em francês, podem expressar o mesmo pensamento, deve-se concluir que o pensamento é distinto da sentença. Porque a sentença tem uma localização física, a folha de papel, podemos então concluir, falaciosamente, que também o pensamento deve tê-la, de modo que nos sentimos impelidos a localizá-lo, mais uma vez, na mente. Para Wittgenstein, contudo, a única conclusão lícita seria a de que “a palavra ‘pensamento’ tem o seu uso, que é de um tipo completamente diferente do uso da palavra ‘sentença’”.⁴⁷⁸ Uma segunda falácia analógica que está, provavelmente, na origem da hipóstase do pensamento é a seguinte:

[...] a existência das palavras “pensamento” e “pensar” paralelamente à de palavras que denotam atividades (corporais), como escrever, falar etc. leva-nos a procurar uma atividade diferente dessas, mas a elas análoga, que corresponda à palavra “pensamento”. Quando as palavras na nossa linguagem vulgar têm, à primeira vista, gramáticas análogas, tendemos a tentar interpretá-las de modo análogo; isto é, tentamos manter a analogia a qualquer preço.⁴⁷⁹

Embora sejamos capazes de apontar literalmente para o local onde se encontram pensamentos escritos ou falados – i.e. a folha de papel e o aparelho fonador –, não se pode fazer o mesmo com aqueles que não foram assim expressos. Se pensar equivale a operar signos, pensamos com as mãos quando escrevemos, ou com o aparelho fonador quando falamos. Quando se diz, portanto, que a localização do pensamento é a cabeça, o cérebro ou a mente, fala-se de maneira metafórica; quando se diz, por outro lado, que sua localização é

⁴⁷⁸ B1B, pp. 33–34.

⁴⁷⁹ B1B, p. 33.

uma folha de papel, dá-se um uso literal às palavras. Ou seja, se digo “Aqui estão os pensamentos de Maria”, enquanto aponto para as palavras escritas em seu diário, falo literalmente; se digo o mesmo, por outro lado, enquanto aponto para sua cabeça, deve-se concluir que emprego a sentença de modo metafórico.

Suponhamos, portanto, que o que me permite entender um comando como “Traga-me uma flor vermelha” é o fato de que tenho, no momento em que o ouço, uma imagem mental da cor vermelha, aquela que me servirá como amostra durante o processo de busca subsequente. Nesse caso, uma amostra física – um pedaço de papel vermelho, por exemplo – deve certamente ser capaz de desempenhar a mesma função que a amostra mental. O significado das palavras não será encontrado, portanto, em uma investigação dos processos e entidades mentais que ocorrem concomitantemente ao uso da linguagem, como se fossem dotados de uma capacidade misteriosa de conferir significado a signos mortos. Concedemos, portanto, que há analogias entre a linguagem usada na descrição de processos mentais e aquela que empregamos para a descrição de processos físicos, mas insistimos em dotar a mente de uma capacidade de significação que não reconhecemos na mera manipulação de objetos físicos.

Somos tentados a pensar que o mecanismo da linguagem é composto por duas partes; uma parte inorgânica, a manipulação dos signos, e uma parte orgânica, a que podemos chamar a compreensão desses signos, a atribuição de sentido a esses signos, a sua interpretação, o pensamento. Estas últimas atividades parecem decorrer em um meio excepcional, a mente; e o mecanismo da mente, cuja natureza, segundo parece, não compreendemos completamente, pode produzir efeitos não suscetíveis de serem provocados por um mecanismo material. Assim, por exemplo, um pensamento (que é um processo mental desse tipo) pode ou não estar de acordo com a realidade; posso pensar em um homem que não está presente; sou capaz de imaginá-lo, de me referir a ele em um comentário qualquer a seu respeito, mesmo que ele se encontre a milhares de quilômetros, mesmo que esteja morto. “Estranho mecanismo, o do desejo”, pode-se dizer, “que me permite desejar o que nunca acontecerá”.⁴⁸⁰

Como se pode ver, no *Livro Azul*, Wittgenstein se dedica principalmente a identificar as falsas analogias que estão na origem da constituição da visão referencialista do significado, bem como a consequente constituição de uma problemática filosófica centrada sobre o mental. O livro tem início, afinal, com a abordagem dos mal-entendidos causados pela

⁴⁸⁰ BIB, pp. 28–29.

comparação de substantivos que se referem a objetos e outros que não o fazem.⁴⁸¹ Na sequência, Wittgenstein discute as diversas analogias supracitadas entre a localização das sentenças e do pensamento; a analogia entre “saber algo” e “ter consciência de algo”; entre as diversas atividades a que denominamos “medição” e o paradoxo temporal identificado por Agostinho; entre “dizer algo” e “querer dizer algo” (*to mean*, em inglês; *meinen*, em alemão); entre os diferentes usos da palavra “subjetivo”, por vezes considerados idênticos; e, por fim, entre proposições metafísicas e empíricas.⁴⁸²

Em todos esses casos, a busca por um corpo de significação por trás de certas palavras se mostrou infrutífera. Portanto, não nos resta outra opção, senão reconhecer no uso das palavras – na forma como com ela operamos – o seu significado. Mas se pensar consiste em operar com signos, é preciso que entendamos o que são os signos e como eles são usados. É nesse contexto que Wittgenstein introduz a noção de jogos de linguagem, que nos permitirá um exame mais perspicuo da forma como os signos são empregados no interior da linguagem, ou seja, de sua gramática. Como observa Stern, em meados dos anos 30, à época da redação do *Big Typescript* e da *Gramática Filosófica*, Wittgenstein já usava os termos “cálculo” e “jogo” de maneira intersubstituível, tendo por vezes no jogo de xadrez um ponto de contato entre as duas analogias.⁴⁸³ A escolha terminológica variava de acordo com o aspecto da linguagem que se desejava salientar, mas o elemento unificador era claramente o papel desempenhado pelas regras gramaticais na constituição do significado.⁴⁸⁴ Afinal, o fato de que sejam regidos por regras é uma das características comuns mais notórias possuídas tanto por jogos, quanto por cálculos matemáticos.

Não há uma transição brusca do modelo do cálculo para o modelo dos jogos de linguagem, do holismo lógico para o holismo prático: Wittgenstein não desiste da ideia de que nossas práticas linguísticas são governadas por regras, mas percebe que o comportamento governado por regras depende de um contexto prático.⁴⁸⁵

Se a comparação entre cálculo e linguagem predominou, como já vimos, durante toda a primeira metade da década de 30, ela perde gradualmente a força à medida que Wittgenstein

⁴⁸¹ BIB, p. 1.

⁴⁸² Respectivamente: BIB, pp. 7, 23, 27, 35, 48 e 56.

⁴⁸³ Stern, 1995, p. 120.

⁴⁸⁴ Glock, 1996, p. 193.

⁴⁸⁵ Stern, 1995, p. 120.

se aproxima da concepção antropológica ou pragmática da linguagem, que foi objeto da primeira seção deste capítulo. É dessa forma que não apenas passa a ganhar preponderância a analogia entre linguagem e jogo – como já vimos, conceito paradigmático para as relações de semelhança de família –, como floresce a própria ideia de jogo de linguagem, que desempenha um papel basilar no método filosófico tardio. No *Livro Azul*, após a breve descrição de uma interação paradigmática entre cliente e merceeiro, que será mais tarde incorporada à primeira seção das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein faz o seguinte comentário a respeito dos jogos de linguagem de um modo geral:

No futuro, chamarei muitas vezes a sua atenção para aquilo a que denomino jogos de linguagem. Eles são maneiras mais simples de usar os signos do que as da nossa linguagem altamente complicada do dia-a-dia. Os jogos de linguagem são as formas de linguagem com que a criança começa a fazer uso das palavras. O estudo dos jogos de linguagem é o estudo das formas primitivas da linguagem ou de linguagens primitivas. Se pretendemos estudar os problemas da verdade e da falsidade, do acordo e desacordo de proposições com a realidade, da natureza da asserção, da suposição e da interrogação, teremos toda a vantagem em examinar as formas primitivas da linguagem em que essas formas de pensamento surgem, sem o pano de fundo perturbador dos processos de pensamento muito complicados. Quando examinamos essas formas simples de linguagem, a névoa mental que parece encobrir o uso habitual da linguagem desaparece. Descobrimos atividades, reações, que são nítidas e transparentes. Por outro lado, reconhecemos, nesses processos simples, formas de linguagem que não diferem essencialmente de nossas formas mais complicadas. Apercebemo-nos da possibilidade de construir as formas complicadas pela adição gradual de novas formas a partir das formas primitivas.⁴⁸⁶

Como se pode ver, no *Livro Azul*, Wittgenstein ainda caracteriza os jogos de linguagem como simplificações da linguagem de uma maneira mais ampla, úteis porque capazes de tornar perspicuos aspectos da gramática ignorados quando utilizamos a linguagem cotidianamente. Como observa Rush Rhees na introdução a essas duas obras, já não é mais esse o caso no *Livro Marrom*: ali, os jogos de linguagem podem ser vistos como absolutamente autônomos, compondo uma linguagem em sua totalidade, uma vez que foi abolida a distinção entre sistemas linguísticos completos e inacabados ou parciais. Na verdade, nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein pede expressamente ao leitor que conceba um dos jogos de linguagem apresentados como “uma linguagem primitiva completa”.⁴⁸⁷ Quando introduzi a temática das linguagens primitivas, na seção 3.i, observei

⁴⁸⁶ BIB, p. 17.

⁴⁸⁷ PU, §2.

que não há, segundo Wittgenstein, critérios satisfatórios para a definição do conceito de completude da linguagem. É isso o que o levará mais tarde a sugerir, em §18 das *Investigações Filosóficas*, que tratemos os jogos de linguagem de §2 e §8 como linguagens completas. Portanto, as mesmas conclusões ali obtidas no que diz respeito à completude das linguagens primitivas são também aplicáveis aos jogos de linguagem. Isso ocorre porque, embora muitos dos jogos de linguagem descritos por Wittgenstein não existam factualmente, *poderiam* existir, de modo que é lícito concebê-los heurísticamente como linguagens completas.

Wittgenstein não define de maneira precisa o termo “jogo de linguagem” em momento algum dos *Livros Azul & Marrom* ou das *Investigações Filosóficas*. Isso causou recorrentes queixas da parte de alguns comentadores, como foi o caso de Max Black, que afirmou ser impossível “[...] chegar a uma compreensão articulada dos usos dados por Wittgenstein a ‘jogo de linguagem’”.⁴⁸⁸ A ausência de uma definição do termo deve ser atribuída ao fato de se tratar de mais um conceito que obtém seu significado a partir de relações de semelhança de família. Há um certo tipo específico de distinção, no entanto, que me parece bastante proveitoso para nossa presente exposição. William Barnett observa que os jogos de linguagem podem ser de quatro tipos distintos: primitivos (ou simples) e fictícios, como é o caso do jogo de linguagem dos construtores, em §2 das *Investigações Filosóficas*; primitivos e verídicos, como os que usamos ao ensinar uma criança a falar; complexos e fictícios, como alguns dos jogos de linguagem que envolvem o reconhecimento da dor em terceiros; e, por fim, também os complexos e verídicos, que presumidamente comporiam a maior parte de nossa atividade linguística adulta.⁴⁸⁹

Se, no *Livro Azul*, o “estudo dos jogos de linguagem” era basicamente “o estudo das formas primitivas da linguagem ou de linguagens primitivas”,⁴⁹⁰ no *Livro Marrom*, ele se torna muito mais variado. A classificação proposta por Barnett sugere que nem todo jogo de linguagem seja, na verdade, primitivo – i.e., uma simplificação do uso complexo real da linguagem. Talvez estejamos, nesse ponto, sob a tentação de reproduzir o velho método analítico do *Tractatus*. O jogo de linguagem seria, nesse caso, uma espécie de ponto terminal da análise – semelhante àquilo que a proposição elementar era no *Tractatus*. É preciso resistir a essa tentação. Oponho-me, portanto, a uma interpretação possível dos jogos de linguagem

⁴⁸⁸ Black, 1979, p. 350; Kenny, 1973, pp. 164–165; Hintikka, 1976, p. 118; Fogelin, 1976, p. 148.

⁴⁸⁹ Barnett, 1990, pp. 47–48.

⁴⁹⁰ BIB, p. 17.

como entidades de uma teoria positiva a respeito da estrutura da linguagem. Jogos de linguagem não devem ser vistos como partes ou entidades mais fundamentais da atividade linguística tomada em sua totalidade, uma espécie de átomo lógico no novo modelo wittgensteiniano da linguagem. Afinal, a própria forma como escolhemos categorizar nossa linguagem está sujeita aos propósitos específicos aos quais tal categorização deve atender, o que fica evidente em §23 das *Investigações Filosóficas*.⁴⁹¹ Os jogos de linguagem não são, portanto, uma *teoria* a respeito da linguagem; eles servem, fundamentalmente, ao novo método filosófico, que não pretende ser positivo. Devem ser concebidos, na verdade, muito mais como ferramentas do novo método filosófico, que podem ser e são usadas, no mais das vezes, sem que se postule, por meio de tal uso, a existência daqueles componentes específicos da linguagem.

Nossos jogos de linguagem claros e simples não são estudos preparatórios para uma regulamentação futura da linguagem – não são, por assim dizer, aproximações preliminares, sem levar em conta o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem estão aí muito mais como objetos de comparação, os quais, por semelhança e dissemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem.⁴⁹²

É, portanto, concebidos como instrumentos do novo método filosófico de Wittgenstein – e não propriamente como modelos hipotéticos para o modo de funcionamento da linguagem – que os jogos de linguagem se tornam elementos de sua filosofia tardia. No interior do método sinóptico, o filósofo lhes dá diversos usos. O primeiro deles consiste na tentativa de reconstrução do discurso filosófico complexo a partir de jogos de linguagem primitivos, de tal maneira que as prováveis violações gramaticais sub-repticiamente introduzidas quando da formulação da questão filosófica abordada se tornem perspícuas. É essa a abordagem que domina o *Livro Marrom*, texto onde os jogos de linguagem ocupam pela primeira vez o proscênio da atividade filosófica de Wittgenstein. Pode-se descrevê-lo, na verdade, como uma longa sequência de jogos de linguagem unificados por certo grau de proximidade temática, embora haja no texto pouco espaço para uma exposição mais convencional do contexto filosófico específico em que surgem as dificuldades a serem

⁴⁹¹ PU, §23: “Mas quantas espécies de sentenças existem? Porventura asserção, pergunta e ordem? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego do que denominamos “signos”, “palavras”, “frases”. E essa variedade não é algo fixo, dado de uma vez por todas; mas, podemos dizer, novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem surgem, outros envelhecem e são esquecidos”.

⁴⁹² PU, §130.

elucidadas pelos jogos de linguagem em questão. Evidentemente, isso pode tornar a leitura, por vezes, um tanto truncada e difícil, fato que é reconhecido pelo próprio Wittgenstein em carta a Russell.⁴⁹³ É interessante que se observe, no entanto, que a despeito dessa maior opacidade na exposição, em contraste com o *Livro Azul*, o fundamento antropológico da linguagem ganha destaque no *Livro Marrom*. Desse modo, ressaltam-se ali, com maior frequência do que naquele primeiro texto, as formas de vida que estão por trás de cada uma das interações descritas. Tendo isso em vista, na sequência, tentarei reproduzir alguns dos jogos de linguagem abordados ao longo do livro, de modo a esclarecer a função mais ampla desempenhada por cada um deles na argumentação e o fundo teórico sobre os quais se desenrolam tais argumentos.

Observe-se, no entanto, que há no *Livro Marrom* dezenas de jogos de linguagem dos mais variados tipos, de modo que é forçoso que se aborde aqui apenas aqueles mais ilustrativos dos argumentos a serem desenvolvidos. Porque sustento que os jogos de linguagem devem ser vistos, fundamentalmente, como dispositivos heurísticos para a aplicação do método sinóptico, parece-me proveitoso usar, como critério na seleção de exemplos do *Livro Marrom*, uma tipologia não exaustiva apresentada por Glock das possíveis causas de confusões filosóficas que podem ser abordadas por meio do método sinóptico. Frequentemente, a origem de um paradoxo filosófico está na (A) “ânsia por generalidade”, que nos leva a tratar como unitários conceitos de semelhança de família, como “proposição”, “sentença” e “linguagem”. Por diversas vezes, contudo, a causa são (B) as “analogias na gramática superficial de expressões logicamente distintas”, como ocorre entre nomes e numerais. Ainda segundo Glock, uma terceira causa recorrente de tais desvios são (C) as características fenomenológicas acidentais do uso da linguagem, o que ocorre, por exemplo, quando “associamos palavras familiares com sensações específicas, concluindo, equivocadamente, que estas constituem o significado daquelas”. Como já vimos, teorias causais do significado, como as de Russell, Ogden e Richards, tendem a gerar perturbações desse tipo. Também é uma causa muito recorrente (D) a tendência a “projetar características de um jogo de linguagem sobre outro”, o que ocorre com frequência, por exemplo, quando falamos de experiências psicológicas nos termos de objetos do mundo material. Outras dificuldades são causadas pelas (E) imagens fixas em nossa linguagem, como aquela evocada

⁴⁹³ CL, 269.

pela expressão “ter algo em mente”. Outra causa importante é (F) a tentativa de emulação do método científico, que nos leva a formular respostas causais a questões que deveriam ser abordadas gramaticalmente, por serem de natureza estritamente conceitual. Por fim, há (G) a “busca pelo incondicionado”, que se traduz em uma tendência a “cavar sempre mais fundo, [...] à procura de uma realidade por trás dos fenômenos, sem saber quando parar”.⁴⁹⁴ Indicarei, na sequência, à medida que são expostos alguns dos jogos de linguagem do *Livro Marrom*, que serão identificados pelo número do parágrafo em que ocorrem naquele texto, o tipo de violação gramatical que visam diagnosticar, utilizando-me para tanto das letras que os identificam na listagem acima.

O primeiro jogo de linguagem apresentado no *Livro Marrom* se insere no mesmo contexto das preocupações filosóficas que, como constatamos nos parágrafos anteriores, caracterizaram o *Livro Azul*. Ele é precedido, portanto, por um breve comentário sobre certa concepção denotacionista *naïf* da linguagem, segundo a qual a função primordial das palavras é a de nomear objetos. Wittgenstein a vincula a Santo Agostinho, que “afirma ter sido ensinado a falar aprendendo os nomes das coisas”.⁴⁹⁵ É necessário que se tenha claro, contudo, que Wittgenstein não pretende com isso imputar a Agostinho uma dada teoria da linguagem, a ser subsequentemente atacada, mas apenas atentar para uma tendência enganadora a qual frequentemente sucumbimos ao filosofar: generalizar uma função particular das palavras, a denotação, e tratá-la como função prioritária dos termos e expressões linguísticas. Esse jogo de linguagem visa elucidar, portanto, como a ânsia por generalidade (A), identificada por Glock como uma etiologia recorrente de problemas filosóficos, leva-nos a presumir uma unidade essencial às diversas aplicações de um determinado conceito – nesse caso, “linguagem”. Pode-se presumir que o apelo a uma autoridade filosófica historicamente remota sirva ao propósito de mostrar o quão antiga e arraigada é tal tendência. Wittgenstein apresenta, em seguida, um jogo de linguagem que será familiar a todos aqueles que já tenham lido as *Investigações Filosóficas*:

1) A sua função [desta linguagem] é a comunicação entre um pedreiro A e o seu aprendiz B. B tem de entregar a pedras para a construção. Há cubos, tijolos, lajes, vigas e colunas. A linguagem consiste nas palavras “cubo”, “tijolo”, “laje” e “coluna”. A grita uma dessas palavras e B traz-lhe uma pedra de uma certa forma.

⁴⁹⁴ Glock, 1996, p. 280.

⁴⁹⁵ BrB, p. 77.

Trata-se, afinal, de uma primeira introdução da interação que será exposta em §2 das *Investigações Filosóficas*: o pedreiro A solicita ao seu assistente B, por meio de sentenças compostas por uma única palavra, que traga até ele determinados objetos. Os objetos e os comandos que os designam são, portanto, “cubo”, “tijolo”, “laje” e “coluna”. Observe-se que, tal como supôs Agostinho, no processo de aprendizado desse jogo de linguagem, definições ostensivas como “☞ cubo” ou “☞ laje” talvez sejam de fato suficientes para que se ensine o uso do léxico. A descrição dessa interação se apresenta, portanto, como uma tentativa de criação de um modelo simplificado da linguagem, capaz de se adequar às limitações impostas pela hipótese agostiniana.

Ao longo dos jogos de linguagem 2–9, Wittgenstein adiciona ao vocabulário inicial uma série de novas palavras: numerais, nomes próprios, indexicais como “isto” e “aqui”, bem como o pronome interrogativo “quantos”. O fato de que tais palavras sejam de um tipo absolutamente distinto daquelas empregadas na primeira variante do jogo – os “nomes das coisas”, na perspectiva de Agostinho – torna-se imediatamente evidente quando atentamos às formas como são aprendidas. O ensino ostensivo dos numerais pode tomar qualquer objeto como paradigma: cinco blocos, cinco tijolos, cinco telhas ou cinco dedos. O ato de apontar, no entanto, é sempre o mesmo, o que coloca dúvidas quanto à maneira como somos capazes de distinguir uma definição numérica de uma definição de nome. O mesmo poderia ser estendido, evidentemente, a outros tipos de palavra, como já havia observado Wittgenstein no *Livro Azul*: “A definição pode ser interpretada como significando [...] ‘Isto é redondo’, ‘Isto é madeira’, ‘Isto é um’, ‘Isto é duro’ etc.”.⁴⁹⁶

O problema central é que a concepção denotacionista da linguagem, assim como as ideias de Agostinho sobre a forma como esta é adquirida, cria a falsa sensação de que aprendemos as palavras de maneira individual e cumulativa. Para que seja capaz de compreender a definição de uma palavra como “tijolo”, no entanto, o aprendiz deve já dispor de uma série de conhecimentos prévios. Deve saber, por exemplo, que a palavra em questão é um substantivo e que substantivos são usados de determinadas maneiras, sendo-lhes admitida a combinação com palavras de outras categorias gramaticais apenas em circunstâncias específicas. A concepção agostiniana do aprendizado da linguagem, embora

⁴⁹⁶ BIB, p. 2.

válida para o primeiro jogo de linguagem analisado, faz água quando tentamos aplicá-la à nossa linguagem real, uma vez que é incapaz de explicar a forma como aprendemos a estrutura gramatical da linguagem. Com a expansão do primeiro jogo de linguagem, portanto, identifica-se uma instância de falsa analogia pertencente ao tipo (B), que ocorre quando “analogias na gramática superficial de expressões logicamente distintas” nos levam a tratá-las como equivalentes:

(Observação: O nosso uso de expressões como “nomes de números”, “nomes de cores”, “nomes e materiais”, “nomes de nações” pode derivar de duas fontes distintas. Uma consiste no fato de que poderíamos imaginar as funções dos nomes próprios, dos numerais, das palavras que designam cores etc. como sendo muito mais idênticas do que na realidade o são. Se o fizermos, somos levados a pensar que a função de todas as palavras é mais ou menos idêntica à função do nome próprio de uma pessoa, ou à de nomes genéricos como “mesa”, “cadeira”, “porta” etc. A segunda fonte consiste em que, se considerarmos quão fundamentalmente diferentes são as funções de palavras como “mesa”, “cadeira” etc. das funções dos nomes próprios, e quão diferentes são também das funções, dos nomes de cores, por exemplo, não veremos qualquer razão para não falarmos também, quer de nomes de números, quer de nomes de direções. Não com a intenção de dizermos coisas como “os números e as direções são simplesmente formas diferentes de objetos”, mas antes com a intenção de realçarmos a analogia que existe na falta de analogia entre as funções das palavras “cadeira” e “Joãozinho”, por um lado, e “leste” e “Joãozinho”, por outro)⁴⁹⁷

Na variante de número 7 desse primeiro jogo de linguagem, Wittgenstein introduz um novo dispositivo simbólico no jogo de linguagem dos construtores, as tabelas:

7) B tem uma tabela em que, em frente a imagens de objetos (por exemplo, uma mesa, uma cadeira, uma xícara etc.) se encontram signos escritos. A escreve um dos signos, B o procura na tabela, olhando ou apontando com o dedo para a figura em frente do signo, e vai buscar o objeto que a imagem representa.⁴⁹⁸

Wittgenstein observa que, no jogo de linguagem 7, o indivíduo B deverá comparar uma imagem da tabela com os objetos físicos que se encontram diante de si. Em 13, no entanto, surge a questão: em que consiste, exatamente, essa comparação? Poderíamos ser levados a postular, mais uma vez, uma espécie de traço essencial a todos aqueles processos e atividades do qual predicamos, normalmente, a palavra “comparação”. A fim de investigar, portanto, a gramática das palavras “comparar” e “comparação”, Wittgenstein introduz os

⁴⁹⁷ BrB, p. 15.

⁴⁹⁸ BrB, p. 15.

jogos de linguagem 14–17. Nele, um indivíduo A mostra a um indivíduo B uma amostra de cor, pedindo-lhe que traga um pedaço de tecido da mesma cor. Há uma ampla variedade de coisas que B pode fazer, desde simplesmente caminhar até a estante e escolher um pedaço de tecido até cuidadosamente posicionar a amostra contra cada um dos tecidos disponíveis, a fim de encontrar aquele cuja cor mais se aproxima à da amostra:

- 14) A mostra a amostra a B, que em seguida vai buscar o material “de memória”.
15) A dá a B a amostra, B olha alternativamente para a mostra e para os tecidos nas prateleiras, dentre os quais terá de fazer a sua escolha.
16) B põe a amostra sobre cada peça de tecido e escolhe aquela que não consegue distinguir da amostra, aquela em que a diferença entre a amostra e o tecido parece desaparecer.
[...]
14a) [...] B tem presente na sua memória uma imagem quando vai procurar o tecido. Ele olha alternadamente para os tecidos, evocando a sua imagem. Segue este processo com, por exemplo, cinco das peças, dizendo para si mesmo, em alguns casos, “Muito escuro”, noutros, “Muito claro”. Chegado à quinta peça de tecido, para e diz “Eis o que procuro”, tirando-a da prateleira.
14b) B não tem presente qualquer imagem na sua memória. Olha para quatro peças de tecido, abanando a cabeça perante cada uma delas, sentindo uma espécie de tensão mental. Ao alcançar a quinta peça, esta tensão relaxa-se, ele acena com a cabeça em sinal de concordância e tira a peça.
14c) B dirige-se à prateleira sem ter qualquer imagem na memória, olha sucessivamente para cinco peças de tecido e tira a quinta peça.
“Mas a comparação não pode consistir apenas nisso”.⁴⁹⁹

Não há, portanto, uma atividade única, essencial ou exclusivamente característica do verbo “comparar”, mas toda uma ampla gama de atividades diversas. Os jogos de linguagem 14–16 mostram, no entanto, que a compreensão e a significação não são dependentes de imagens ou processos mentais, mas se dão, antes, no interior de jogos de linguagem específicos, ou seja, de interações linguísticas fundamentadas por um conjunto de práticas ou formas de vida que, em grande medida, dispensam ulterior justificação. A ideia de Wittgenstein é, portanto, contrapor-se à falsa hipótese de que o ato de comparar consistiria em (C) “associar palavras familiares com sensações específicas, concluindo, equivocadamente, que estas constituem o significado daquelas”. A associação presumida, nesse caso, é aquela entre o objeto e uma imagem mental específica – nesse caso, o pedaço de tecido a ser escolhido e a “imagem de memória” da cor desejada.

⁴⁹⁹ BrB, p. 19.

Mais adiante, Wittgenstein percorre uma série de outros jogos de linguagem que visam salientar as diferenças entre vários possíveis sistemas numéricos. Na seção 22, por exemplo, Wittgenstein propõe que se imaginem dois jogos de cartas, um deles jogado com um baralho limitado de trinta e duas cartas e outro no qual é possível preencher cartas em branco, de modo que os baralhos podem ter um número arbitrário delas. O jogo ilimitado certamente será distinto de sua versão limitada de diversas maneiras – seu livro de regras poderá, por exemplo, usar as palavras “e assim por diante” e os jogadores poderão se perguntar “Quantas cartas teremos?” –, embora ele também possa ser simplesmente jogado com as trinta e duas cartas iniciais, não se distinguindo do outro. Não é necessário que haja, portanto, um conceito de infinito na mente dos jogadores, da mesma forma como não o seria se concebêssemos sistemas numéricos finitos e infinitos como inteiramente distintos:

32) Uma tribo tem dois sistemas de contagem. As pessoas aprenderam a contar recorrendo ao alfabeto de A a Z e também ao sistema decimal, como em 30. Se alguém tem de contar objetos empregando o primeiro sistema, ordena-se-lhe que conte “de maneira fechada”, e no segundo caso, “de maneira aberta”. As palavras “aberto” e “fechado” são também usadas pela tribo para se referir a uma porta aberta ou fechada.⁵⁰⁰

Entre as seções 23 e 32, Wittgenstein introduzirá, portanto, uma série de diferentes sistemas numéricos, afirmando que a diferença entre os dois é o fato de que os sistemas finitos introduzem um número definido de numerais com os quais se pode operar, enquanto os segundos oferecem um sistema regrado para a contagem. Essas regras podem ser aprendidas por meio do treinamento, do desenvolvimento de uma disposição mental para que se proceda de determinada maneira, da memorização de uma regra ou de outros métodos similares. Seria possível argumentar que temos, nesses jogos de linguagem, mais uma vez um caso de (C) extrapolação das analogias na gramática superficial de diferentes expressões. Pressupomos que contar com uma quantidade finita de numerais ou contar infinitamente sejam processos similares, pois em um primeiro momento assim o parecem. No entanto, ignoramos assim o fato de que a construção ilimitada de novos números é um procedimento mediado por regras gramaticais bastante distintas daquelas que nos permitem a contagem “de maneira fechada”. Aqui, no entanto, trata-se também de investigar o tipo (D) de violação gramatical: casos em

⁵⁰⁰ BrB, p. 29.

que cedemos a uma tendência de “projetar características de um jogo de linguagem sobre outros”.

A filosofia da matemática de Wittgenstein, em suas fases intermediária e tardia, ocupou-se longamente da questão da natureza do infinito. Uma das mais importantes diferenças entre a filosofia da matemática tractariana e a desses períodos é o fato de que Wittgenstein passa a tratar do cálculo matemático como fundamentalmente constituído por extensões e intensões. Para o filósofo, extensões matemáticas – por exemplo: símbolos, sequências e conjuntos finitos, proposições e axiomas – contrapõem-se a intensões na medida em que estas últimas devem ser vistas como expressões estritamente normativas. Logo, para Wittgenstein, a extensão é o objeto ou agregado de objetos aos quais uma determinada expressão linguística ou matemática se aplica. A intensão, por outro lado, é o conceito vinculado à expressão, que independe, por exemplo, da existência ou inexistência de uma extensão a ele correspondente, ou seja, de objetos que o instanciem. Em termos fregianos: a extensão de “Estrela da Manhã” e “Estrela da Tarde” é a mesma – o planeta Vênus –, embora as intensões dessas duas expressões sejam distintas. Intensões tem, por conseguinte, como seu traço mais distintivo, a normatividade. Assim sendo, é compreensível que Wittgenstein enxergue um forte contraste gramatical entre séries numéricas finitas e infinitas, bem como mais uma falácia analógica na suposição de que sejam empregadas, na linguagem, de maneira similar. As primeiras são, afinal, equivalentes a listas limitadas, enquanto as últimas devem ser encaradas, antes, como regras para a construção de séries.

Entre as seções 50–56, Wittgenstein apresenta uma série de jogos de linguagem pertinentes à passagem do tempo. Na seção 52, por exemplo, narramos o dia de uma pessoa desenhando imagens de suas várias atividades e, concomitantemente, vinculando-as a diagramas representando relógios, que nos informam o horário em que tal atividade foi desempenhada. Na seção 55, por outro lado, temos mais uma vez uma retomada do primeiro jogo de linguagem – o dos construtores A e B –, de modo que se introduz nele mecanismos para a determinação do momento específico em que B deverá entregar a A certos materiais. Usam-se, nesse caso, expressões como “Bloco, agora!” e “Bloco!” seguido da indicação, em um relógio, de uma hora específica:

55) [...] Se for dada uma ordem como “Laje!”, “Coluna!” etc., B é treinado para a executar imediatamente. Introduzimos agora um relógio nesse jogo, é dada uma ordem e treinamos a criança para não a executar até que o ponteiro do nosso relógio atinja um ponto que anteriormente tínhamos indicado, apontando com o dedo.

[...]

Poderíamos, chegando a esse ponto, introduzir uma palavra do tipo “agora”. Dispomos, nesse jogo, de dois tipos de ordens, as ordens utilizadas em 1 e ordens constituídas por essas conjuntamente com um gesto indicativo de um ponto no mostrador do relógio. De modo a tornar mais explícita a distinção entre dois tipos, podemos pensar um signo particular às ordens do primeiro tipo e dizer, por exemplo, “Laje agora!”.

Não seria agora difícil descrever jogos de linguagem com expressões como “Daqui a cinco minutos”, “Há meia hora”.⁵⁰¹

Embora lidem com o tempo, esses jogos de linguagem não envolvem conceitos fixos como “passado”, “presente” e “futuro”. Portanto, não nos levam a formular perguntas de teor metafísico, como aquelas colocadas por Agostinho em suas reflexões: “Como é possível a medição do tempo? O passado não pode ser medido, porque passou, e o futuro não pode ser medido porque ainda não existe. E o presente não pode ser medido porque não tem extensão”.⁵⁰² Perguntas sobre o local de origem do futuro, bem como aquelas sobre o local de destino do passado são um subproduto de características arbitrárias de nossa linguagem, nesse caso, semelhanças superficiais na forma como são substantivados certos processos temporais. Fica claro aqui que o problema agostiniano da incomensurabilidade do tempo, que já havia sido mobilizado no *Livro Azul*, está fundamentado, em grande medida, em uma (E) “imagem fixa em nossa linguagem”, que produz desorientadoras analogias espaciais. Podemos citar ainda, como exemplos de tais analogias, aquelas suscitada por expressões como “O passado ficou para *trás*” e “Temos um brilhante futuro *diante* de nós”.

Na abordagem de um outro tipo de analogia falaciosa elencado por Glock, (F) a “tentativa de emulação do método científico, que nos leva a formular respostas causais a questões que deveriam ser abordadas gramaticalmente”, avanço à segunda parte do *Livro Marrom*, por julgar que há ali uma exposição mais abrangente e satisfatória de um caso desse tipo. Como mencionei no início deste capítulo, os *Livros Azul* e *Marrom* têm como pressuposto a distinção entre a investigação gramatical, que é tarefa da filosofia, e a

⁵⁰¹ BrB, p. 44.

⁵⁰² BlB, pp 59.

investigação empírica das ciências. No entanto, com frequência tendemos a confundir esses dois tipos de abordagem.

A partir da seção 11 da segunda parte do *Livro Marrom*, Wittgenstein dedica uma série de parágrafos à discussão dos conceitos de ações “voluntárias” e “involuntárias”. Pode-se pensar, em um primeiro momento, que essas são palavras para as quais se aplicam definições claras, extraídas no mais das vezes de alguma das ciências empíricas. Na biologia e na anatomia, por exemplo, fala-se sobre os movimentos involuntários da musculatura lisa, como os batimentos do coração, bem como de reflexos automáticos acionados por algum estímulo nervoso. Na psicologia de matriz freudiana, de maneira análoga, atos falhos são por vezes descritos como desvios involuntários durante a fala em que se introduzem no discurso conteúdos inconscientes reprimidos. Uma investigação gramatical mais cuidadosa da forma como efetivamente usamos essas palavras em nossa linguagem ordinária, no entanto, mostra que é insatisfatória uma abordagem que vise reduzir dessa forma a aplicação da noção de volição – assim como, naturalmente, todo um complexo de palavras que se aproximam desse campo semântico, como “voluntário”, “vontade”, “de propósito”, “intencional” etc.⁵⁰³

II–11) Deparamos também com o problema que nos interessa, ao pensarmos sobre a volição, a ação deliberada e involuntária. Pensem, por exemplo, nesses exemplos: delibero sobre se levantarei um certo objeto muito pesado, decido-me a fazê-lo e aplico-lhe, em seguida, a minha força, levantando-o. Poderia dizer que, aqui, nos deparamos com um caso completo de escolha e ação intencional. Comparem com esse, um caso do tipo de passar a um homem um fósforo aceso, depois de termos acendido com ele o nosso cigarro, ao vermos que ele pretende acender o dele; ou ainda, o caso em que movem as suas mãos ao escreverem uma carta, ou se movem a sua boca, a laringe etc. ao falar. Ora, quando eu chamei ao primeiro exemplo um caso completo de escolha, usei deliberadamente essa expressão enganadora. Essa expressão mostra que se está inclinado, ao pensar sobre a volição, a considerar esse tipo de exemplo como um exemplo que exhibe, da maneira mais distinta, a característica típica da vontade. Obtêm-se as ideias e a linguagem sobre a volição a partir desse tipo de exemplo e pensa-se que elas devem se aplicar – embora não de uma maneira tão óbvia – a todos os casos a que se pode propriamente chamar, casos em que está presente a vontade. [...] Falamos de um “ato de volição” como se se tratasse de algo diferente da ação que é escolhida e, no nosso primeiro exemplo, existem muitos atos diferentes que distinguem nitidamente esse caso de outro, em que tudo o que acontece é que a mão e o peso se erguem: há os preparativos da deliberação e da decisão, há o esforço de erguer. Mas onde encontramos algo de análogo a esses processos nos nossos outros exemplos e em inumeráveis exemplos que poderíamos ter dado?⁵⁰⁴

⁵⁰³ BlB, p. 43.

⁵⁰⁴ BrB, p. 150.

A questão é aqui, mais uma vez, a presunção da existência de um elemento comum a todos os casos de aplicação de uma palavra como “voluntário”. Diferentes teorias psicológicas ou abordagens dos fenômenos volitivos propõem, evidentemente, diferentes referentes para essas expressões: seja um instinto neurologicamente determinado que nos leva a desempenhar ações propícias à sobrevivência e perpetuação da espécie, como ocorre na biologia evolutiva; seja uma força libidinal que subjaz todo o comportamento humano, como é o caso na psicanálise. Contudo, há fortes indícios de que Wittgenstein tem em vista, particularmente nesse caso, as teorias psicológicas de William James sobre o assunto.⁵⁰⁵ São diversos os paralelos entre o conceito jamesiano da vontade e a teoria causal de Russell, Ogden e Richards: assim como Russell havia proposto, a fim de explicar a relação entre as sentenças e as imagens mentais por elas referidas, a mediação de uma sensação de expectativa, na abordagem de James se faz equivaler a vontade à “memória de uma sensação cinestésica que acompanha o movimento”. Denominam-se sensações cinestésicas aquelas que dizem respeito à nossa capacidade inata de reconhecer a localização espacial e orientação de nossos corpos, a força exercida por nossos músculos e a posição de diferentes partes do corpo em relação às demais, independentemente do sentido da visão. A memória seria o traço distintivo do voluntário, na medida em que é invocada no momento em que o sujeito se determina a realizar voluntariamente uma certa ação. Sendo assim, ao realizar uma determinada ação voluntária, como tocar piano, por exemplo, invoco as memórias musculares e cinestésicas dos movimentos de minha mão sobre as teclas, que foram construídas a partir de inúmeras sessões de prática. Isso é diferente do que ocorre, por exemplo, quando realizo uma ação voluntária, como afastar rapidamente minhas mãos de uma panela quente.

A teoria da volição de James apresenta uma série de limitações, a mais evidente delas, como observa Custer, sendo a de que não se aplica a casos em que são descritas ações voluntárias mentais, às quais não é possível conceber sensações cinestésicas correspondentes.⁵⁰⁶ É o caso, por exemplo, do esforço por se recordar de um poema ou de fazer um cálculo mental. Ainda mais problemático, creio, é o fato de que ela incorpore em seu modelo da volição um mediador não mediado, semelhante àquele invocado no interior da teoria causal

⁵⁰⁵ Glock, 1996, p. 192.

⁵⁰⁶ Custer, *Fatos Gramaticais*, In: Mente, Cérebro e Filosofia, pp. 36–37.

do significado de Russell. Afinal, se a memória da sensação cinestésica é o elemento distintivo dos fenômenos corporais voluntários, como se pode categorizar ela mesma na mente do agente – ela é voluntária ou involuntária? Se for voluntária, deve-se supor a mediação de uma segunda memória, responsável pelo caráter voluntário da primeira, que também deverá ela própria ser fundamentada por uma terceira – e assim por diante. Por outro lado, se for involuntária, produz-se a estranha situação de que um fenômeno mental involuntário surge como justificativa para o suposto caráter voluntário de outro, dele dependente. A situação remete ao célebre aforismo de Arthur Schopenhauer: “Um homem pode fazer o que quiser, mas não pode querer o que quiser”.

Ocorre que, porque hipostasiamos o conceito de “vontade”, somos levados a presumir a existência de um elemento comum a todas as ações a que chamamos “voluntárias”, que estaria ausente, evidentemente, daquelas a que chamamos “involuntárias”. Presumimos, portanto, a existência de uma cadeia causal responsável por sua mobilização, cujo início se encontraria em processos mentais ou cerebrais específicos e o término, em uma tomada de decisão consciente: a de levantar, por exemplo, um determinado objeto pesado. A inspeção da forma como empregamos essas expressões, contudo, mostra-nos que sua gramática é completamente alheia a tais postulações, já que “[...] não há uma diferença comum entre os chamados atos voluntários e involuntários, a saber, a presença ou ausência de um elemento, o ‘ato de volição’”.⁵⁰⁷ É mais uma vez, portanto, o jogo de linguagem em questão o que licita que se chame uma mesma ação de “voluntária” em alguns casos e, em outros, de “involuntária”.⁵⁰⁸

Chegamos, por fim, na segunda parte do *Livro Marrom*, a um jogo de linguagem particularmente representativo de toda a discussão em torno da natureza da normatividade das regras gramaticais. Ele ocupa a posição do quinto jogo de linguagem na segunda parte do livro e ilustra as dificuldades produzidas pelo último tipo de analogia falaciosa, ainda de acordo com a listagem de Glock: a (G) “‘busca pelo incondicionado’, que se traduz em uma

⁵⁰⁷ BrB, p. 96.

⁵⁰⁸ A discussão sobre as expressões volitivas na filosofia tardia de Wittgenstein é extremamente complexa e detalhada, de modo que não pretendo com esse curto sumário ter oferecido um panorama satisfatório dela. No entanto, porque creio ser possivelmente uma das discussões mais ilustrativas da falácia analógica discutida, julgo pertinente essa abordagem mais superficial dos elementos nela envolvidos.

tendência a ‘cavar sempre mais fundo, [...] à procura de uma realidade por trás dos fenômenos, sem saber quando parar’”. Wittgenstein sugere que se considere o seguinte problema:

II-5) Todas as questões aqui consideradas ligam-se ao seguinte problema: suponham que tenhamos ensinado alguém a escrever séries de números segundo regras do gênero: escreva sempre um número n maior do que o anterior. (Esta regra é abreviada para “Adicione n ”). [...] Aquilo a que chamo ensinar esse jogo consiste, evidentemente, em fornecer explicações da série de, por exemplo, 1 a 85. Damos agora ao aluno a ordem “Adicione 1”. Passado algum tempo, constatamos que, depois de ultrapassado o 1000, ele faz o que chamaríamos adicionar 2; depois de ultrapassado o 3000, o que chamaríamos adicionar 3. Nós o chamamos, por causa disso, e lhe dizemos: “Não lhe disse para adicionar sempre 1? Observa o que você fez antes de chegar a 100!”. Suponham que o aluno dizia, apontando para os números 102, 104 etc., “Pois bem, não foi isso o que eu fiz aqui? Pensava que era isso o que você queria que eu fizesse”. – Conforme constatam, em nada adiantaria aqui dizer “Mas você não vê que...?”, chamando-lhe a atenção de novo para as regras e os exemplos que lhe tínhamos dado. Poderíamos, em um caso desse tipo, dizer que essa pessoa compreende naturalmente (interpreta) a regra (e os exemplos) que lhe demos, da mesma maneira como nós compreenderíamos a regra (e os exemplos) que nos diriam: “Adicione 1 até 100, depois 2 até 200 etc.”.⁵⁰⁹

Wittgenstein nos oferece aqui um exemplo de alguém que interpreta a instrução “Adicione 1” como significando “Adicione 1 até 100, adicione 2 entre 100 e 200, adicione 3 entre 200 e 300 etc.”. Pode-se dizer que uma tal pessoa não segue as instruções de maneira correta? Porque a única coisa que lhe oferecemos foi o ensino ostensivo de “Adicione 1”, não se pode dizer que ela foi dotada de uma definição completamente exaustiva da operação. Mostramos-lhe, afinal, como se deve levá-la a cabo até o número 85, presumindo que tenha sido capaz de inferir o seu modo de aplicação a partir desse ponto. No entanto, nós nunca lhe instruímos sobre como levar a cabo a operação a partir daí, de modo que demos uma grande margem à atuação de sua capacidade interpretativa. Poderíamos argumentar que, ao fornecer a regra “Adicione 1”, *queríamos dizer* que o aluno devia escrever, após “100”, “101”. Pode-se interpretar “querer dizer”, aqui, de duas maneiras distintas. A primeira delas é que, ao fornecer a regra, tinha-se qualquer tipo de imagem mental da série em que o número “101” se seguia a “100”. No entanto, como já vimos, um dos principais pontos de ataque dos *Livros Azul e Marrom* é precisamente a ideia de que imagens mentais devam se prestar ao papel de mediadoras entre uma expressão e o seu significado. A série tem o potencial de ser levada adiante infinitamente; posso dizer, no entanto, que ao enunciar a regra, eu tinha também em

⁵⁰⁹ BrB, p. 84.

mente que “211609341” deve suceder “211609340”? Seguramente, a resposta é negativa. Mas como é possível, então, que uma única regra, como “Adicione 1”, seja capaz de abranger essa infinidade de casos?

Se não somos capazes de demonstrar que o aluno seguiu as instruções de maneira incorreta, talvez sejamos levados a dizer que uma intuição integra cada etapa do processo de adição que dá origem à série numérica. No entanto, tampouco temos bons motivos para supor que a intuição humana sugere, de modo universal, a adição de um em cada uma das etapas do processo. O ensino ostensivo que fornecemos de “Adicione 1” se aplica tanto à regra “Adicione 1 até 100, adicione 2 de 100 a 200” quanto a “Adicione um até 85, adicione 2 até 91, adicione 6,5 daí em diante”, bem como a uma infinidade de outras possíveis interpretações. A ostensão não foi capaz de ensinar ao aluno, portanto, uma regra geral que pudesse ser aplicada sucessivamente a cada termo na série, de modo que precisará de uma nova intuição a cada termo que escreva. Ou bem, do contrário, seria necessário que postulássemos uma infinidade de outras regras que fossem capazes de elucidar de maneira precisa o sentido da primeira.

Nossas explicações só podem, portanto, chegar até um certo ponto. A partir dele, pode-se dizer que é apenas a função desempenhada pela regra, no interior de nossas formas de vida, o que legitima uma de suas interpretações possíveis, em detrimento de outras. No caso em questão, pode-se dizer que é a forma como a aritmética se integra às nossas formas de vida e atende aos nossos propósitos a responsável por essa legitimação. Podem-se conceber, no entanto, jogos de linguagem aritméticos distintos – úteis ou não –, em que a adição opere de maneira completamente diferente. Se ofereço justificativas para a forma como opero da maneira como opero, pode-se perguntar, no entanto, como justifico essas próprias justificativas: não atingimos o solo seguro da certeza ao oferecer razões para seguir as regras da maneira como as sigo, mas apenas desci um nível em uma hierarquia infinita de regras. A expectativa de uma justificativa última, contudo, é uma miragem.

Quando das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein já havia substituído o uso dado aos jogos de linguagem no *Livro Marrom* por uma versão mais sofisticada, que tem como principal estratégia a *reductio ad absurdum* das teses filosóficas por meio dos exemplos fornecidos por jogos de linguagem. Trata-se, como observa Glock, de “construir jogos de

linguagem [fictícios] correspondentes à forma como entendemos conceitos que subjazem certa teoria filosófica, apontando-se, na sequência, para o contraste entre nossos jogos de linguagem verídicos”. Essa forma específica de utilização dos jogos de linguagem será mais bem explorada na seção subsequente, quando abordo as *Investigações Filosóficas*. No entanto, podemos antecipar, a título de exemplo, que o jogo de linguagem dos construtores, em §2, cumpre ali precisamente essa função. Trata-se de assumir como válida a hipótese agostiniana da linguagem, segundo a qual a principal função da linguagem é a denotativa, modelando à sua imagem um jogo de linguagem específico, apenas para que se mostre, na sequência, a imensa distância entre o nosso uso real da linguagem e o daqueles agentes fictícios.⁵¹⁰ O mesmo ocorre em §68, quando se tenta produzir um jogo de linguagem fictício em que o vocabulário empregado na formulação do projeto atomista lógico do *Tractatus* – como “análise”, “complexo” e “elementar” – receba definições absolutas. A tentativa, evidentemente, acaba por se mostrar infrutífera.⁵¹¹

Glock observa que esse é, de fato, um ponto específico em que a analogia se torna problemática: “Diferentemente do que ocorre com jogos, os fragmentos de nossa prática linguística estão interrelacionados (e.g., ordenar e obedecer), formando parte de um sistema geral”.⁵¹² Na seção 18 das *Investigações Filosóficas*, onde discute a suposta incompletude de uma linguagem composta unicamente por sentenças imperativas, Wittgenstein compara a linguagem a uma antiga cidade. Ela é composta, por um lado, de “novos bairros”, com suas ruas ordenadas e retas, à maneira do simbolismo químico e da notação infinitesimal, mas, presumivelmente, também da notação lógica russelliana. Por outro, de um centro antigo, uma “rede de ruelas e praças, casas velhas e novas” que sedimentam diversas camadas de história urbanística em um emaranhado de mais difícil compreensão, mas plenamente funcional:

Não se deixe incomodar com o fato de as linguagens (2) e (8) consistirem apenas de ordens. Se você quer dizer que por isso elas não são completas, pergunte-se se nossa linguagem é completa; se o era antes de lhe ter sido incorporado o simbolismo químico e a notação infinitesimal; pois estes são, por assim dizer, subúrbios de nossa linguagem. (E com quantas casas ou ruas começa uma cidade a ser Cidade?) Podemos ver nossa linguagem como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas velhas e novas, e casas com remendos de épocas diferentes;

⁵¹⁰ PU, §2.

⁵¹¹ PU, §68.

⁵¹² Glock, 1996, p. 197.

e isto tudo circundado por uma grande quantidade de novos bairros, com ruas retas e regulares e com casas uniformes.⁵¹³

Porque, como já mencionei, os próprios critérios usados na definição de uma hierarquia composicionalista da linguagem também recebem seu significado por meio de relações de semelhança de família, já não é mais possível simplesmente presumir a possibilidade de uma análise linguística na qual diversas camadas de jogos de linguagem se manifestam à medida que a análise procede. Por isso, nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein afirma: “[...] Chamarei de ‘jogo de linguagem’ também a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada”.⁵¹⁴

iv.

Investigações Filosóficas: crítica ao modelo do cálculo

Tendo já exposto a gênese dos principais conceitos que norteiam o método filosófico tardio de Wittgenstein, avanço agora rumo às *Investigações Filosóficas*.⁵¹⁵ É nessa obra que todos os elementos de que tratei nas seções anteriores deste capítulo se veem finalmente harmonizados em uma abordagem coesa, fluida e metódica de uma longa série de problemas filosóficos. Em sua maioria, esses problemas são aqueles que Wittgenstein havia anteriormente tentado resolver por meio de seu primeiro método, em que se conjugavam as diferentes variantes da visão da linguagem como um cálculo com regras fixas e o pressuposto de que, por meio delas, seria possível distinguir de maneira definitiva o significativo do contrassensual. Por isso, talvez mais do que em qualquer outro momento da presente exposição, é importante que se tenham agora, como um pano de fundo constante, as diversas abordagens que caracterizaram etapas anteriores da filosofia de Wittgenstein: o cálculo tractariano de funções de verdade, o cálculo dos determinantes fenomenológicos e o cálculo gramatical. As *Investigações Filosóficas* são a obra em que a crítica à concepção da

⁵¹³ PU, §18. É interessante observar que a analogia já ocorria tanto na *Física* de Boltzmann, quanto nas *Contribuições a uma Crítica da Linguagem*, publicadas por Mauthner entre 1901 e 1903, o que deve atestar em favor da grande influência exercida por esses pensadores sobre Wittgenstein. (Boltzmann, 1866, p. 77; Mauthner, 1901, p. 26)

⁵¹⁴ PU, §7.

⁵¹⁵ A saber: formas de vida, abordagem antropológica ou pragmática da linguagem, significado como uso, semelhanças de família, falácias analógicas como origem de problemas filosóficos, visão sinóptica, nova concepção da gramática, filosofia como terapia e jogos de linguagem.

linguagem como um cálculo ganha finalmente contornos bastante nítidos, de modo que temas profundamente relevantes para aquela primeira etapa de sua filosofia são ali revisitados. O próprio Wittgenstein parece acreditar, afinal, que as ideias expostas naquela obra só poderiam ser plenamente entendidas se contrastadas às sustentadas ao longo da primeira etapa de sua produção filosófica, como deixa transparecer no seguinte trecho do prólogo:

Há quatro anos tive ocasião de voltar a ler o meu primeiro livro (o *Tractatus Logico-Philosophicus*) e de explicar as suas teses. De súbito, pareceu-me então que devia publicar conjuntamente a minha velha com a minha nova maneira de pensar: que esta só podia ser verdadeiramente iluminada pelo contraste e contra o plano de fundo daquela.⁵¹⁶

Pretendo, portanto, mostrar agora como Wittgenstein levou a cabo essa crítica ao tipo de filosofia que ele próprio anteriormente propusera. Como principais pontos de ataque, tomarei aquilo que identifiquei no capítulo 2.1 deste estudo como três dos mais importantes pressupostos da filosofia tractariana: o atomismo lógico, o composicionalismo e a teoria figurativa da linguagem. Como vimos ao longo da seção 2.2, esses pressupostos foram sendo paulatinamente abandonados à medida que dificuldades na manutenção da filosofia tractariana levavam o filósofo a considerar novas características da linguagem, ignoradas no *Tractatus*. Foi dessa forma que Wittgenstein abandonou, primeiramente, importantes aspectos do atomismo lógico, mediante as críticas de Ramsey e a constatação de que a notação tractariana era inadequada para a representação de um importante tipo de necessidade lógica nas proposições elementares. Após o fracasso do projeto da linguagem fenomenológica e um breve período de incorporação de certa variante do verificacionismo, também é deixada de lado a ideia de que a linguagem seja, em qualquer sentido relevante, a afiguração simbólica de fatos. Isso ocorre quando o filósofo passa a encarar as regras gramaticais constitutivas do sentido das sentenças como inteiramente autônomas e arbitrárias. O composicionalismo, por sua vez, é o último traço da filosofia da linguagem tractariana a ser abandonado, uma vez que a ideia da gramática como um sistema articulado de regras que determinam o significado individual dos termos e, conseqüentemente, o sentido das sentenças – ou seja, um sistema dotado de multiplicidade lógica – só foi deixada de lado a partir das críticas de Sraffa e do período de redação dos *Livros Azul e Marrom*.

⁵¹⁶ PU, p. x.

Descreverei de maneira sumária a forma como o novo método será aplicado, nas *Investigações Filosóficas*, a toda uma família de problemas determinantes para a constituição da filosofia do *Tractatus* e de alguns dos textos do período intermediário. O objetivo de Wittgenstein não será, evidentemente, oferecer uma solução a tais problemas sob a forma de uma nova teoria filosófica, mas antes mostrar como eles se “dissolvem” (*sich auflösen*) mediante a elucidação da gramática dos termos envolvidos em sua formulação. Tomarei como referência aqui a divisão da obra proposta por Garth Hallett, em *A Companion to Wittgenstein's Philosophical Investigations*. O ataque à concepção da linguagem como cálculo – e, portanto, também aos pressupostos elencados no parágrafo anterior – está majoritariamente contido no trecho que abrange as seções §§1–137 do livro, tendo, portanto, a discussão sobre a visão agostiniana da linguagem como pano de fundo. Por esse motivo, pretendo me ocupar aqui majoritariamente dessa primeira parte do texto, em que Hallett identifica algumas importantes transições temáticas. Apresenta-se, inicialmente, a visão agostiniana do significado e a concepção alternativa da linguagem como um jogo (§§1–25). Em seguida, há uma discussão sobre nomes (§§26–64) e uma reflexão a respeito dos conceitos de essência e precisão (§§65–78), ao que se segue a crítica à ideia de que a linguagem seja um “cálculo dotado de regras fixas” (§§79–88). Essas considerações levam Wittgenstein a uma análise do atomismo lógico tractariano (§§89–108). Tendo mostrado que são insatisfatórios o modelo da linguagem conformado pelas ideias até então discutidas e o método filosófico a ele associado, Wittgenstein introduz então a filosofia terapêutica (§§109–133). Por fim, discute a forma geral da proposição, ponto de convergência de todo o sistema tractariano (§§134–137). Esse trecho inicial do livro é introduzido por meio da citação das *Confissões* de Santo Agostinho, em §1, em que este apresenta, sem a pretensão de com isso esboçar uma teoria filosófica geral sobre a linguagem, uma hipótese sobre a forma como veio a adquiri-la:

Quando eles (os meus pais) diziam o nome de um objeto e, em seguida, se moviam na sua direção, eu observava-os e compreendia que o objeto era designado pelo som que eles faziam, quando o queriam mostrar ostensivamente. A sua intenção era revelada pelos movimentos do corpo, como se estes fossem a linguagem natural de todos os povos: a expressão facial, o olhar, os movimentos das outras partes do corpo e o tom de voz, que exprime o estado de espírito ao desejar, ter, rejeitar ou evitar uma coisa qualquer. Assim, ao ouvir palavras repetidamente empregues nos seus devidos lugares em diversas frases, acabei por compreender que objetos é que

estas palavras designavam. E depois de ter habituado a minha boca a articular estes sons, usava-os para exprimir os meus próprios desejos.⁵¹⁷

Trata-se, é claro, da mesma passagem que Wittgenstein tem em mente no início do *Livro Marrom*, e ela desempenha aqui uma função semelhante àquela que lá já ocupava na argumentação. O relato de Agostinho na abertura do livro cumpre o propósito de apresentar as falsas analogias que dão origem a uma certa imagem metafísica da linguagem: a ideia de um vínculo entre palavras e objetos, que são seu significado, da qual a teoria figurativa do *Tractatus* é uma sofisticação. Embora não propositivo, ele é de particular interesse para os propósitos gerais das *Investigações Filosóficas* por explicitar como, mesmo em um nível pré-teórico, certas pressuposições fundamentais a respeito da natureza e do modo de funcionamento da linguagem operam.⁵¹⁸ Não parece razoável supor que Wittgenstein tenha escolhido tal citação por ser ela ilustrativa daquilo que há de mais sofisticado em uma possível teoria denotacionista da linguagem – fosse esse o caso, teria recorrido a um trecho de um filósofo ou linguista contemporâneo seu. A citação de Agostinho parece antes preparar o leitor para a ideia de que as questões a serem abordadas não se circunscrevem historicamente à interação específica entre um grupo de filósofos dos séculos XIX e XX, mas caracterizam a filosofia de uma maneira geral, bem como suas perguntas e respostas conforme historicamente formuladas. Além disso, cabe ressaltar que, mesmo que aqui busquemos compreender como a chamada “visão agostiniana da linguagem” é característica da discussão filosófica, ela também está frequentemente implícita em concepções não filosóficas e não científicas a respeito do funcionamento da linguagem.

Vários aspectos da concepção agostiniana serão mencionados por Wittgenstein, portanto, ainda em §1, sendo dois deles fundamentais para a compreensão dos demais: “as palavras da linguagem nomeiam objetos” e “[...] as sentenças são combinações de tais nomes”.⁵¹⁹ Podem-se ver já pronunciadas aí, como pressupostos da visão agostiniana, as noções de afiguração e composicionalidade. Porque Wittgenstein dedicará as seções §§27–64 a uma crítica mais minuciosa ao atomismo lógico e ao composicionalismo, pretendo me focar inicialmente na forma como o relato de Agostinho se relaciona à teoria da linguagem como afiguração. De fato, ao longo dos parágrafos seguintes, o autor se esforçará por

⁵¹⁷ PU, §1; citação das *Confissões* de Santo Agostinho.

⁵¹⁸ Baker & Hacker, 1980b, p. 49.

⁵¹⁹ PU, §1.

demonstrar a insustentabilidade de uma tal concepção geral da linguagem a partir da forma como ela explica a significação, primeiramente, no âmbito das palavras ou termos individuais e, em segundo lugar, no âmbito das sentenças.

Os jogos de linguagem que se seguem ao relato agostiniano (§§1–8 e §21), em larga medida também coincidentes com aqueles já mobilizados no *Livro Marrom*, têm como propósito identificar os pontos precisos em que essa concepção da linguagem começa a se mostrar insustentável. Assim como fizera naquela obra, Wittgenstein mostra, por meio deles, que a introdução de numerais, indexicais e outros tipos de palavras no jogo de linguagem dos construtores torna inadequada a descrição de Agostinho do processo de aprendizado linguístico. Nas *Investigações Filosóficas*, no entanto, a fim de deixar clara sua recusa da hipótese agostiniana, Wittgenstein expõe já desde o início aquele que foi, no *Livro Marrom*, o segundo jogo de linguagem apresentado:

Pense agora no seguinte emprego da linguagem: eu envio alguém às compras. Dou-lhe uma folha de papel onde se encontram os signos: “cinco maçãs vermelhas”. Ele leva o papel ao comerciante. Este abre a gaveta sobre a qual está o signo “maçã”. Ele procura a palavra “vermelho” numa tabela e encontra defronte a ela uma amostra de cores. Ele diz a sequência dos numerais – suponho que ele a saiba de cor – até à palavra “cinco”, e a cada número tira da gaveta uma maçã que tem a cor da amostra. – Da mesma forma, operamos com palavras. – “Como ele sabe onde e como deve procurar a palavra ‘vermelho’ e o que tem que fazer com a palavra ‘cinco’?” – Ora, suponho que ele aja conforme descrevi. As explicações encontram um fim em algum lugar. – Qual é o significado da palavra ‘cinco’? – Aqui não se falou disso, mas somente de como a palavra ‘cinco’ é usada.⁵²⁰

A imagem agostiniana da linguagem se mostra, nesse caso, claramente inadequada. Embora nesse jogo de linguagem a palavra “maçãs” nomeie, de fato, objetos, o mesmo não pode ser dito de “cinco” ou de “vermelhas”. Percebe-se como são diversos os procedimentos empregados pelo comerciante ao interpretar cada uma das palavras do comando que lhe foi dado. As maçãs são simplesmente identificadas por uma etiqueta com um signo – presumivelmente, a própria palavra “maçãs”. Nesse caso, o nome serve literalmente como um rótulo, de modo que é lícito que se conceba o significado da palavra como denotação. Diante da palavra “vermelhas”, no entanto, sua resposta é recorrer a uma amostra de cores. Evidentemente, seria também possível que ele recorresse à imagem mental ou memória da cor vermelha, mas a ideia de Wittgenstein, ao fazer com que o comerciante empregue uma

⁵²⁰ PU, §1.

amostra física, é precisamente salientar a ociosidade do recurso a qualquer entidade mental na atribuição de significado. A palavra “cinco”, por sua vez, exige que se faça corresponder cada uma das maçãs a um termo em uma série, que não é necessariamente a série numérica. Essa interação simples, conquanto excêntrica, mostra desde já como é inadequado que se conceba o significado de qualquer palavra como o objeto ao qual ela se refere, ou seja, mostra como é limitado o relato de Agostinho. É evidente, no entanto, que podemos conceber uma interação linguística à qual ele seja, talvez, aplicável:

Imaginemos uma linguagem para a qual a descrição dada por Santo Agostinho esteja correta: a linguagem deve servir ao entendimento de um construtor A com um ajudante B. A constrói um edifício usando pedras de construção. Há blocos, colunas, lajes e vigas. B tem que lhe passar as pedras na sequência em que A delas precisa. Para tal objetivo, eles se utilizam de uma linguagem constituída das palavras: “bloco”, “coluna”, “laje”, “viga”. A grita as palavras; – B traz a pedra que aprendeu a trazer ao ouvir esse grito. – Conceba isto como uma linguagem primitiva completa.⁵²¹

Nesse jogo de linguagem, a concepção agostiniana parece adequada: a cada uma das palavras usadas por A corresponde um tipo específico de objeto, que B deverá trazer mediante sua enunciação. Podemos talvez dizer que, aqui, blocos e vigas são realmente os objetos designados pelas palavras “bloco” e “viga”. Se for esse o caso, talvez também seja concebível que o ensino dessa linguagem consista basicamente na definição ostensiva das palavras que a compõem, o que nos aproximaria ainda mais do relato de Agostinho. Wittgenstein se mantém consistente, nessa passagem, com a negatividade teórica de seu próprio método: não se trata exatamente de refutar a hipótese agostiniana, uma vez que ela “é apropriada, embora apenas para essa região estreitamente circunscrita, e não para a totalidade daquilo que afirma descrever [a linguagem]”.⁵²² Como seu interesse último não é uma linguagem fictícia e artificialmente limitada, mas sim a linguagem real na qual habitualmente nos expressamos, Wittgenstein transformará esse jogo de linguagem no próprio instrumento da refutação da hipótese agostiniana. A partir da seção §8, portanto, são introduzidas nele várias novas palavras, que visam tornar claro os pontos em que uma concepção estritamente denotacionista da linguagem começa a se mostrar problemática. Elas são numerais, amostras de cores e os indexicais “isso” e “ali”:

⁵²¹ PU, §2.

⁵²² PU, §3.

Consideremos uma extensão da linguagem de §2. Além das quatro palavras “bloco”, “coluna” etc., ela conteria uma série de palavras que é empregada como o comerciante em §1 emprega os numerais (pode ser a série de letras do alfabeto); além disso, duas palavras, que podem ser “ali” e “isso” (porque isso já sugere mais ou menos sua finalidade), são usadas em conexão com um movimento indicativo de mão. E, por fim, uma quantidade de padrões de cores. A dá uma ordem do tipo: “d-laje-ali”. Nisso ele faz o ajudante ver um padrão de cores e, ao pronunciar a palavra “ali”, aponta para um lugar da construção. B apanha do estoque de lajes uma de cada cor do padrão para cada letra do alfabeto até “d” e a leva para o local assinalado por A. – Em outras ocasiões, A ordena: “isso-ali”. Ao dizer “isso”, aponta para um tijolo. E assim por diante.⁵²³

Essas palavras talvez possam também ser ensinadas de maneira ostensiva, como sugere Agostinho em seu relato, mas o seu modo de ensino variará amplamente, a depender de seu tipo. Ao aprender a usar os numerais, uma criança será confrontada com outro emprego da definição ostensiva: os objetos variarão – cinco blocos, cinco lajes ou cinco dedos –, embora a palavra assim definida se mantenha a mesma. A ostensão certamente não poderá ser aplicada, no entanto, no ensino dos numerais mais elevados, quando está interdita a possibilidade de uma apreensão imediata do número de objetos em uma pilha. O procedimento, nesse caso, deverá se assemelhar muito mais ao modo como o comerciante contou as maçãs, no jogo de linguagem §1. O ensino das expressões indexicais, por sua vez, emprega o gesto ostensivo de maneira ainda mais idiossincrática. “Isso” e “ali” podem se referir, respectivamente, a qualquer objeto ou lugar que esteja visível aos interlocutores, já que o próprio gesto ostensivo é parte integrante de seu uso habitual. Como se pode ver, a ideia de uma uniformidade no método de ensino das palavras, elemento central do relato de Agostinho, vai aos poucos se mostrando errônea. A ostensão, que parecera tão promissora para uma teoria geral do significado, seguramente não é onipresente e, além disso, a maneira como é usada varia de caso a caso.

É provável que poucos filósofos compartilhem plenamente da concepção agostiniana tal como apresentada por Wittgenstein. Afinal, não é difícil perceber, por meio do exame de uma sentença qualquer, que diversas palavras não parecem denotar objetos no mesmo sentido em que supostamente o faz um substantivo concreto. Isso não impede, no entanto, que ela exerça de maneira oblíqua sua influência sobre teóricos da linguagem, por meio da presunção de que a denotação seja a forma paradigmática do significado. Pode-se supor que foi a força dessa imagem o que levou Frege, por exemplo, à formulação de uma teoria do significado

⁵²³ PU, §8.

centrada na noção de referência, em que os objetos pertencentes a uma determinada classe saturariam a função proposicional. Essa concepção produziu, evidentemente, toda uma família de paradoxos da referencialidade, como aqueles elencados na seção 2.i deste estudo.⁵²⁴ Esses paradoxos forçaram Frege a uma abordagem bidimensional da semântica dos signos e das proposições: o filósofo postulou que estes fossem dotados tanto de sentido, quanto de referência. O primeiro era o seu modo de apresentação e dizia respeito à interpretação subjetiva dos sinais; o segundo, por outro lado, era sua denotação e, portanto, aquilo que efetivamente determinava o valor de verdade da proposição em que o termo aparecia. No que diz respeito à proposição como totalidade, Frege se viu impelido à estranha conclusão de que sua denotação fosse seu próprio valor de verdade.

Tampouco Russell escapou da influência exercida pela imagem agostiniana, embora tenha se mostrado insatisfeito com a teoria fregiana e presumido que a análise lógica da linguagem e a teoria das descrições deveriam servir como instrumentos para a identificação dos nomes verdadeiramente significativos – i.e., denotativos – da linguagem. Russell não aceitou a ideia de que a proposição fosse significativa em virtude de denotar essas misteriosas entidades, a verdade e a falsidade, de modo que se viu impelido a tratar do sentido das proposições unicamente nos termos de suas partes constituintes, essas sim dotadas de *denotata* seguros. Em sua filosofia de juventude, como mencionei na seção 2.1, Wittgenstein parte do mesmo pressuposto referencialista que caracterizou a filosofia de Russell, mas confere aos nomes e objetos um estatuto bastante peculiar. Na ontologia do *Tractatus*, os objetos são os elementos últimos a partir dos quais se constituem estados de coisas. É notório, no entanto, que na teoria figurativa do *Tractatus*, grande parte daquilo que é tratado em termos denotacionistas em outras semânticas referencialistas, como as relações e os números, seja explicado nos termos das possibilidades combinatórias dadas pela própria estrutura dos nomes e dos objetos.

No *Tractatus*, nomes e objetos são, portanto, os únicos elementos verdadeiros das proposições e dos estados de coisas, respectivamente. Isso pode nos sugerir que a visão

⁵²⁴ Recapitulo aqui, por meio de um exemplo já utilizado, a forma mais comumente assumida por esses paradoxos. As proposições “A estrela da manhã é a estrela da manhã” e “A estrela da manhã é a estrela da tarde” significam o mesmo, de um ponto de vista estritamente referencialista. É estranho, no entanto, que a primeira seja uma tautologia – i.e. uma proposição incondicionalmente verdadeira –, enquanto a segunda seja uma proposição comum.

tractariana da linguagem, que também é essencialmente referencialista, seria capaz de eliminar algumas das dificuldades colocadas por um referencialismo mais ingênuo, como é o de Agostinho. Ainda em §1, Wittgenstein observa: “Quem descreve o aprendizado da linguagem dessa forma pensa, acredito eu, primeiramente em substantivos como ‘mesa’, ‘cadeira’, ‘pão’ e em nomes de pessoas. Somente em segundo plano, em nomes de certas atividades e qualidades e nas restantes espécies de palavras como algo que se irá encontrar”.⁵²⁵ O próprio Wittgenstein, na primeira redação das *Investigações Filosóficas*, apresentou uma crítica injusta ao *Tractatus*, que acabou por se ver eliminada da versão final do texto. Possivelmente porque esteve longamente afastado do contexto filosófico daquela primeira obra, o filósofo apresenta ali uma versão da teoria figurativa segundo a qual atividades, qualidades e até mesmo relações como “estar à direita de” denotam objetos.⁵²⁶

Na verdade, é absolutamente central à concepção tractariana da linguagem a ideia de que apenas são denotativos os nomes genuínos, sendo todo o restante proposições não analisadas. Na teoria figurativa do *Tractatus*, portanto, a ideia do significado como denotação se aplica apenas a esses nomes. Na verdade, ao longo de todo o livro, Wittgenstein faz grandes esforços por mostrar a insubstancialidade de certas supostas entidades, tidas em outras semânticas referencialistas como *denotata* simples dos nomes que a elas correspondem. No mais das vezes, essas entidades são eliminadas por meio de dois expedientes que dão forma ao conceito tractariano de análise: a teoria das descrições de Russell e a distinção, intrínseca à teoria figurativa do significado, entre o dizer e o mostrar. A teoria das descrições foi desenvolvida a fim de solucionar, como já vimos anteriormente, o inveterado problema dos nomes desprovidos de referência – como é o caso em “O atual rei da França é calvo” –, mas sua aplicação a uma série de outras dificuldades recorrentes também é facilmente perceptível. Durante muito tempo ela foi, na verdade, o paradigma da análise para Wittgenstein. O resíduo linguístico que a teoria das descrições não foi capaz de eliminar – os conectivos lógicos – é eliminado por meio da notação das tabelas de verdade apresentada no *Tractatus*. Os conectivos lógicos, que Russell também tratou como nomes de entidades mentais, podiam ali ser reduzidos a meras estruturas sintáticas, cuja simbolização se mostraria desnecessária em uma notação adequada, como pretendia ser a notação das

⁵²⁵ PU, §1.

⁵²⁶ Engelmann, 2013, p. 233.

tabelas de verdade do *Tractatus*. A representação perspicua das relações interproposicionais por meio da notação das tabelas de verdade torna desnecessária a postulação de qualquer entidade a eles correspondente.

A fim de evitar dificuldades correlatas, Wittgenstein trata como contrassensos toda uma variedade de proposições em que se predicam propriedades formais ou internas, como “5 é um número” e “A é um objeto”.⁵²⁷ Para tanto, era providencial a distinção estabelecida, no interior da teoria figurativa da linguagem, entre o dizer e o mostrar. Como já vimos, no *Tractatus*, a proposição representava um fato porque compartilhava de sua forma lógica, embora esta última não pudesse ser afigurada. Wittgenstein identificou ali, portanto, dois tipos bastantes distintos de significação: o que pode ser dito pela proposição, e o que apenas pode ser mostrado pela notação adotada. Não é possível dizer em que consiste a forma lógica de uma proposição ou de um fato, embora ela própria se mostre na maneira como fato e proposição estão internamente organizados, bem como na relação figurativa existente entre eles. De modo semelhante, tampouco são passíveis de tematização discursiva as conexões entre as diferentes proposições no espaço lógico e, paralelamente, as conexões entre diferentes fatos ou estados de coisas – apenas se mostram. Tanto no caso da eliminação dos nomes supérfluos via teoria das descrições, quanto por meio da teoria figurativa, é a ausência de perspicuidade de nossa notação a causa da maior parte das confusões.

Vê-se, portanto, que o referencialismo tractariano apresenta características bastante distintas daquelas encontradas na visão agostiniana do significado. Nele, a conexão semântica entre palavra e objeto não é indiscriminadamente encontrada em toda e qualquer palavra significativa da linguagem, sendo antes necessária a conclusão da análise lógica a fim de que se distinga o elementar do composto. O pressuposto de que devam existir tais elementos advém da concepção *a priori* da lógica no *Tractatus*. Ali, uma proposição elementar é logicamente independente apenas se seus elementos forem simples e, portanto, se não puder ser ulteriormente analisada. Essencial à teoria composicionalista da linguagem é a ideia de que unidades elementares, as palavras – ou seja, na versão tractariana, os nomes verdadeiros – compõem estruturas complexas, as sentenças – no *Tractatus*, proposições –, que obtêm seu sentido em função do significado desses elementos. Afinal, já no *Tractatus*, Wittgenstein subscrevia ao princípio fregiano do contexto, segundo o qual não se deve

⁵²⁷ TLP, 4.122.

“perguntar pelo significado de uma palavra isoladamente, mas apenas no contexto de uma proposição”. A razão disso era, como foi discutido na seção 2.1 deste estudo, a constatação de que, assim como o objeto não pode existir independentemente de um estado de coisas, tampouco o nome pode ser significativo fora do contexto da proposição.

Por isso, em §18 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein realiza uma passagem do âmbito do significado das palavras para o do sentido das sentenças ou proposições. Porque a concepção agostiniana do significado não faz jus à forma como o tema é abordado no *Tractatus*, é aqui que se encontrará o ponto mais substancial da crítica tardia de Wittgenstein aos pressupostos de sua filosofia de juventude. No *Tractatus*, o uso mais fundamental da linguagem era a descrição, ao qual todos os demais deviam poder ser reduzidos por meio de certo tipo de análise. Uma pergunta deve poder ser expressa como a descrição do estado mental de dúvida de quem a enuncia quanto à verdade do radical proposicional: pode-se facilmente, afinal, transformar uma pergunta como “O gato está no telhado?” na proposição “Eu gostaria de saber se o gato está no telhado”. De maneira semelhante, também é possível traduzir sentenças imperativas em proposições, interpretadas como a descrição do desejo do enunciador de que se concretize o estado de coisas expresso pelo radical proposicional. Chamam-se atitudes proposicionais a essas diferentes expressões que precedem o radical proposicional não asserido e, ao longo de grande parte da história da filosofia, a possibilidade da reconstrução de perguntas e comandos nesses termos foi vista como forte evidência da preponderância da asserção sobre as demais formas da linguagem.

Há uma série de dificuldades, no entanto, relativas à classificação das formas sentenciais, o que coloca em dúvida o pressuposto da teoria figurativa tractariana de que a descrição – expressa por meio da proposição – seja a função mais elementar da linguagem. Em um jogo de linguagem relacionado àqueles já previamente descritos, A solicita a B que relate o número de lajes ou blocos existentes em uma pilha. Nele, portanto, uma sentença como “Cinco lajes” poderia ser considerada uma descrição.⁵²⁸ O que a distinguiria, no entanto, da ordem “Cinco lajes!” no jogo de linguagem de §8? Segundo Wittgenstein, apenas o “[...] papel que o proferir dessas palavras representa no jogo de linguagem” é realmente capaz de fazer tal distinção. A ideia de que a função primordial da linguagem seja descrever

⁵²⁸ PU, §21.

estados de coisas é contestada em §23 das *Investigações Filosóficas*, em que se afirma que não é possível encontrar formas fixas definitivas para a expressão linguística:

Mas quantas espécies de sentenças há? Talvez asserção, pergunta e ordem? Há um número *incontável* de espécies: incontáveis espécies diferentes de uso daquilo a que chamamos ‘símbolos’, ‘palavras’, ‘sentenças’. E esta multiplicidade não é nada de fixo, dado de uma vez por todas; mas antes novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, surgem e outros envelhecem e são esquecidos. (A evolução da matemática pode nos dar uma *imagem aproximada* dessa situação). A expressão jogo de linguagem deve aqui realçar o fato de que falar uma língua é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida. Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem nestes exemplos e em outros:

Dar ordens e agir de acordo com elas —
Descrever um objeto a partir do seu aspecto ou das suas medidas —
Construir um objeto a partir de uma descrição (desenho) —
Relatar um acontecimento —
Fazer conjecturas sobre o acontecimento —
Formar e examinar uma hipótese —
Representar resultados de uma experiência através de tabelas e diagramas —
Inventar uma história; lê-la —
Representação teatral —
Cantar numa roda —
Resolver enigmas —
Fazer uma piada; contá-la —
Resolver um problema de aritmética aplicada —
Traduzir de uma língua para outra —
Pedir, agradecer, xingar, cumprimentar, rezar —

— É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e dos seus modos de aplicação, a multiplicidade das espécies verbais e proposicionais, com o que os lógicos têm dito acerca da estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-Philosophicus*).⁵²⁹

Wittgenstein atenta, nessas passagens iniciais das *Investigações Filosóficas*, para a grande variedade dos usos reais da linguagem e, também, para o fato de que qualquer tentativa de os reduzir a categorias mais restritivas é uma mera convenção – útil para certos propósitos, mas nunca absoluta. Aqui, a ideia fundamental é a da arbitrariedade do princípio elegido para a classificação das sentenças, e a consequente arbitrariedade de uma teoria das formas sentenciais que tenha como fundamento qualquer sistema de classificação desse tipo. Se Wittgenstein apresentou anteriormente a objeção de que é possível pensar em ordens formuladas como perguntas ou afirmações, o que inutilizaria o método de classificação funcional proposta pelo interlocutor, também seria possível, no entanto, aplicar objeções

⁵²⁹ PU, §23.

semelhantes a qualquer outro método adotado. Os métodos de classificação são muitos, podendo-se dividir as sentenças em empíricas e não empíricas, éticas e não éticas, matemáticas e não matemáticas etc.; bem como produzir sistemas de classificação que misturam diversas categorias.⁵³⁰ Portanto, assim como nem todas as palavras são nomes, nem todas as sentenças são descrições. Uma última pergunta, por fim, parece reduzir ao absurdo a argumentação do reducionista assertórico: “O grito ‘Ajuda!’ é também uma tal descrição [de um estado mental]”? A isso só é possível dar uma resposta que nos leva a atenção na direção dos usos que damos à palavra “descrição”:

Pense em quantas diferentes espécies de coisas são chamadas de ‘descrição’: descrição da posição de um corpo por meio de suas coordenadas; descrição de uma expressão facial; descrição de uma sensação de toque; de um estado de humor. É claro que é possível substituir a forma da declaração ou da descrição pela forma usual da pergunta: “Eu quero saber se (...)” ou “Estou em dúvida sobre se (...)” — mas isso não aproxima em nada os diferentes jogos de linguagem.⁵³¹

Em oposição à ideia de que a conexão entre linguagem e mundo se dê por meio de qualquer tipo de representação — seja a vinculação direta entre palavra e objeto, seja o compartilhamento da forma lógica, como era o caso no *Tractatus* —, Wittgenstein propõe, portanto, que se pense a linguagem como parte do mundo, parte da história natural dos seres humanos: “Ordenar, perguntar, contar, conversar, fazem parte de nossa história natural assim como andar, comer, beber, brincar”.⁵³² A linguagem ganha sentido, portanto, apenas no contexto concreto das formas de vida em que aparece. O próprio recurso à noção de “descrição”, que possibilitou a redução das duas demais categorias sentenciais hipotéticas — pergunta e ordem — à forma assertórica, é problemático. Afinal, há inúmeros distintos jogos de linguagem nos quais palavras como “descrição” e “descrever” são empregadas, não se podendo, portanto, presumir um uso uniforme das sentenças tendo como base unicamente a recorrência de tais palavras. A possibilidade de que se transforme qualquer pergunta ou ordem em uma asserção não prova que perguntas e ordens sejam, fundamentalmente, asserções sobre estados mentais específicos camufladas em meio à indeterminação da linguagem ordinária.

⁵³⁰ Baker & Hacker, 1980b, p. 49.

⁵³¹ PU, §24.

⁵³² PU, §25.

A partir das considerações precedentes, §26 apresenta uma importante consequência da nova concepção wittgensteiniana da linguagem, particularmente no que diz respeito à função desempenhada pelo ato de nomear objetos. A visão agostiniana – e também sua reapresentação nos termos do atomismo lógico e do composicionalismo – parece sustentar a ideia de que a atribuição de nomes aos objetos é o fundamento da linguagem. Conhecendo-se o significado das palavras individuais, pode-se chegar a conhecer o significado das sentenças. Isso, contudo, é uma inversão da ordem. Nomear um objeto é apenas uma preparação para que se possa operar no interior de um jogo de linguagem já constituído – o próprio ato de nomear não tem sentido se não existe ainda uma estrutura gramatical prévia em que os nomes possam ser acomodados, em que possam encontrar uma posição funcional. Pode-se perceber, portanto, que a discussão em torno da concepção agostiniana do significado passa pela elucidação das noções de nomeação e definição ostensiva, tema que é abordado entre §§26–38 das *Investigações Filosóficas*.

Na descrição de Agostinho, a relação entre nome e palavra se estabelecia “quando os adultos nomeavam um objeto qualquer voltando-se para ele. [...] Deduzia[-se] isto, porém, de seus gestos, a linguagem natural de todos os povos [...]”.⁵³³ O objeto e os movimentos das mãos e do corpo são tomados como suficientes para que a criança entenda o significado da palavra assim definida.⁵³⁴ Agostinho trata a definição ostensiva e sua compreensão como uma espécie de instinto humano, desconsiderando a rede de pressupostos tácitos que são necessários para que definições de tal tipo ganhem sentido durante o processo de aquisição da linguagem. Para que obtenham sucesso, na verdade, todo o complexo aparato categorial da linguagem deve já estar em pleno funcionamento, de tal maneira que a criança seja capaz de desambiguar o sentido das definições. Afinal, como já observei anteriormente, a ostensão de um objeto não é suficiente para que se entenda o que exatamente está sendo definido: talvez o objeto em questão sirva como uma amostra de cor (“Isto é azul”), talvez como um exemplar de uma categoria mais ampla (“Isto é uma ave”) e assim por diante.⁵³⁵ As

⁵³³ PU, §1.

⁵³⁴ Hallett, 1977, p. 99.

⁵³⁵ Aqui, é clara a relação da questão discutida com o chamado problema da indeterminação da referência, que integra a discussão mais ampla sobre a indeterminação da tradução na obra do filósofo Willard Van Orman Quine, particularmente em *Palavra e Objeto*. (Quine, 1960, p. 23–72) Quine propõe que se imagine a seguinte situação: um falante nativo da língua arunta, ainda desconhecida, enuncia a palavra “gavagai” ao se deparar com um coelho, apontando para o animal. Podemos pressupor que o antropólogo que o acompanha interpretaria a palavra como sendo o equivalente em arunta da palavra portuguesa “coelho”. Há, no entanto, uma série de

definições ostensivas não podem ser o fundamento sobre o qual a linguagem é construída, pois só são eficazes quando já dispomos de todo o restante da linguagem. Wittgenstein propõe então uma reflexão sobre a problemática ideia de que a linguagem se conecta diretamente ao mundo por meio das definições ostensivas. Sua investigação parece sugerir que, embora frequentemente seja possível dizer que uma palavra é o nome de um objeto, isso só acontece porque a palavra em questão já está sistematicamente relacionada a uma série de outras, de modo que já possuímos uma familiaridade prévia com essa complexa estrutura gramatical.

Há, aqui, fortes ecos da problemática de que Wittgenstein se ocupou em 1929, quando retornou a Cambridge e à atividade filosófica após um período sabático de dez anos. Como mencionei em 2.2.i, esse regresso coincidiu com o início do projeto daquilo que chamaria de linguagem (ou notação) fenomenológica. A ideia de que definições ostensivas possam servir como fundamento para toda a linguagem foi parte de diversas abordagens teóricas nesse período, contexto no qual se insere a busca pela notação fenomenológica então idealizada por Wittgenstein. Contudo, esse tipo de abordagem conduz, normalmente, a resultados muito paradoxais. Antes de expor tais paradoxos, no entanto, é preciso recapitular algumas das já mencionadas peculiaridades das semânticas de tipo referencialista adotadas por Russell e pelo jovem Wittgenstein à época. Afinal, para esses dois filósofos, apenas os nomes simples e inanalísáveis compõem as proposições elementares a partir das quais se constroem as sentenças complexas de que habitualmente dispomos na linguagem cotidiana.

Embora Wittgenstein tenha deixado indeterminada a identidade de nomes e objetos no *Tractatus*, muitas evidências extraídas de sua produção intermediária parecem sinalizar que a crítica ao papel reservado por Agostinho à ostensão seja também, em alguma medida, aplicável ao projeto do *Tractatus*. Ali, Wittgenstein não falou sobre a natureza dos nomes e objetos, ou das proposições elementares e dos estados de coisas por elas descritos. No entanto, como mencionei em 2.2.ii, parece razoável supor que, no horizonte da análise lógica tractariana, encontrassem-se nomes e objetos determinados pela experiência sensorial

outras traduções compatíveis com a evidência disponível: “comida”, “vamos caçar”, “orelha de coelho”, “correndo”, “branco”, “vai haver uma tempestade” (supondo-se que, na supersticiosa cultura arunta, o coelho seja um indício de tempestades, como o gato preto é um indício de azar para muitos de nós) etc. A ostensão claramente não é condição suficiente para a determinação do significado de uma palavra, ainda que definições ostensivas sejam muitas vezes bem-sucedidas.

imediate – ou seja, pela experiência fenomenológica. A ideia de que as proposições não analisadas da linguagem ordinária recebem seu sentido por meio de um processo sintético de construção que parte das proposições elementares relativas à experiência fenomenológica já podia ser encontrada, por exemplo, na obra de Russell (*Nosso Conhecimento do Mundo Exterior*, de 1914) e, mais tarde, também na de Carnap (*A Construção Lógica do Mundo*, de 1928).⁵³⁶

Wittgenstein abandonou o projeto da linguagem fenomenológica por não ter sido capaz de encontrar nela a determinação do sentido e a inambiguidade esperadas – e, conseqüentemente, abandonou também a aspiração por fazer equivaler as hipotéticas proposições elementares do *Tractatus* a proposições fenomenológicas. Mais interessante, para nós, é o caso de Russell. Porque não foi capaz de identificar nomes que satisfizessem os requisitos de simplicidade e referencialidade impostos por sua própria teoria, a conclusão a que chegou foi a de que apenas o indexical “isto” deve ser, propriamente, um nome. Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein dá início à discussão desse importante tema a partir de §39:

Mas, por que se chega à ideia de se querer fazer exatamente desta palavra [“isto”] um nome, quando ela manifestamente não o é? – Exatamente por isso. Pois, se é tentado a fazer uma objeção contra o que usualmente se chama “nome”; e pode-se exprimi-la assim: o nome deve propriamente designar algo simples. Pode-se fundamentar isso mais ou menos assim: Um nome próprio, em sentido comum, é p. ex., a palavra “Nothung”.⁵³⁷ A espada Nothung constitui-se de várias partes, em uma determinada composição. Caso sejam compostas de forma diferente, então não existe Nothung. Mas a frase “Nothung tem uma lâmina afiada”, evidentemente, tem sentido, quer Nothung esteja ainda inteira, quer já esteja destruída. Mas, se “Nothung” é o nome de um objeto, então este objeto não existe mais, caso Nothung esteja destruída; e, uma vez que nenhum objeto corresponderia ao nome, por conseguinte, ele não teria nenhum significado. Mas então haveria na frase “Nothung tem uma lâmina afiada” uma palavra sem significado, e a frase seria por isso um absurdo. Mas ela tem sentido; portanto, algo tem sempre que corresponder às palavras de que a frase é composta. Portanto, a palavra “Nothung” tem que desaparecer na análise do sentido e, em seu lugar, têm que entrar palavras que denominem algo simples. Com razão, chamaremos essas palavras de nomes genuínos.⁵³⁸

O paradoxo da ausência de referencialidade adquire uma importância especial para semânticas como as de Russell e do jovem Wittgenstein. A fim de preservar a validade da

⁵³⁶ Cf. Russell, 1914; cf. Carnap, 1928.

⁵³⁷ Na versão wagneriana do mito nórdico, conforme narrada na ópera *Siegfried*, que compõe o ciclo *O Anel dos Nibelungos*, “Nothung” é o nome dado à espada usada pelo protagonista Siegfried em luta contra o dragão Fafner. Ela é entregue em pedaços ao herói, que deve reforjá-la.

⁵³⁸ PU, §39.

Lei do Terceiro Excluído, era necessário que se pudesse determinar o valor de verdade de uma proposição como “Nothung tem uma lâmina afiada”, sendo “Nothung” um termo desprovido de referente.⁵³⁹ Se tais proposições fossem tomadas por verdadeiras, seria indispensável que se abdicasse do referencialismo, elemento central da própria teoria do significado que se deseja desenvolver, ou que se recorresse a artifícios ontológicos suspeitos, como fizera Meinong ao postular a “subsistência” dos nomes sem referentes. Uma segunda opção, evidentemente, seria tratar tais proposições como contrassensos, mas é difícil ignorar o caráter *ad hoc* dessa decisão diante do fato de que todos os falantes da língua são capazes de compreender seu sentido. A terceira opção, escolhida por Russell, consistia em tratá-las simplesmente como falsas, mas para tal foi necessário justificar a escolha por meio de expedientes extraídos da teoria das descrições, expostos na seção 2.i deste estudo, que têm como pressuposto a existência de nomes simples.

Os nomes simples se tornam necessários porque são a única coisa que garantirá uma correspondência real entre as palavras e as coisas – ou seja, entre nomes e objetos –, se não nas proposições comuns da linguagem ordinária, ao menos nas proposições elementares a partir das quais estas são verdadeiramente compostas. No *Tractatus*, Wittgenstein acreditava, portanto, que a existência de simples – nomes e objetos – era uma necessidade colocada pela própria natureza *a priori* da lógica. Eles ocupavam, ali, a posição de transcendentais, que configuram, como observa Engelmann, as “condições de possibilidade do sentido”.⁵⁴⁰ Sendo assim, “a palavra ‘Nothung’ tem que desaparecer na análise do sentido e, em seu lugar, têm que entrar palavras que denotem algo simples”.⁵⁴¹ Apenas dessa forma será possível afirmar, como fez Wittgenstein no *Tractatus*, que “uma proposição que menciona um complexo não será um contrassenso, se o complexo não existir, mas simplesmente falsa”.⁵⁴² Nem Wittgenstein, nem Russell levaram plenamente a cabo a análise por meio da qual se deveria chegar a esses nomes genuínos da linguagem, embora este último tenha refletido demoradamente sobre a questão em diversos textos. No *Tractatus*, a natureza dos nomes e dos objetos a eles correspondentes é deixada em aberto. As dificuldades em encontrar

⁵³⁹ Deve-se desconsiderar, aqui, o fato de que um nome ficcional (“Nothung”) integra a proposição, o que por si só levanta dificuldades que não desempenham papel algum na presente discussão.

⁵⁴⁰ Engelmann, 2013, p. 240.

⁵⁴¹ PU, §39.

⁵⁴² TLP, 3.24.

candidatos ideais ao posto de nomes genuínos levaram Russell a tratar como tal um indexical como “isto”, que em razão de sua própria gramática não pode jamais ser desprovido de referência. Wittgenstein explica da seguinte forma o mal-entendido que levou Russell a tal escolha:

O demonstrativo “isto” jamais pode ficar sem portador. “Enquanto houver um isto, a palavra ‘isto’ terá um significado, quer isto seja simples ou composto”. – Mas isso não faz da palavra exatamente um nome. Pelo contrário, pois um nome não é empregado com o gesto ostensivo, mas apenas explicado por meio dele.⁵⁴³

Confundem-se aqui o significado de um nome e o seu portador, precisamente porque se postulou, anteriormente, que “[...] uma palavra não tem significado se nada corresponde a ela”.⁵⁴⁴ A investigação de um novo jogo de linguagem é capaz de mostrar, no entanto, o verdadeiro papel desempenhado em nossa linguagem por noções como as de “significado”, “referência” e “portador do nome”, bem como pelas palavras deles destituídas. Os nomes de objetos inexistentes podem ter significado, é claro, em nossos jogos de linguagem, como o mostra claramente a proposição significativa “Nothung tem uma lâmina afiada”, desde que tenham ali um uso. Como exemplo, Wittgenstein recorre novamente à variante de §15 do jogo de linguagem dos construtores. Introduziram-se ali nomes próprios que devem designar os objetos levados por B até A. Suponhamos, no entanto, que a ferramenta de nome “N” esteja quebrada:

No §15, introduzimos nomes próprios na linguagem de §8. Suponha agora que a ferramenta com o nome “N” esteja quebrada. A não sabe disso e dá a B o signo “N”. Este signo agora tem ou não significado? – O que B deve fazer quando recebe este signo? – Não combinamos nada sobre isso. Poder-se-ia perguntar: o que ele fará? Talvez quedará perplexo, ou mostrará os pedaços a A. Poder-se-ia dizer aqui: “N” tornou-se insignificante; e esta expressão significaria que agora não há mais nenhuma aplicação para o signo “N” em nosso jogo de linguagem (a não ser que lhe dêssemos uma nova aplicação). “N” poderia também tornar-se insignificante pelo fato de que, seja por que motivo for, dá-se à ferramenta uma outra designação e não se emprega mais o signo “N” no jogo de linguagem. – Mas poderíamos imaginar também um acordo, segundo o qual B deve abanar a cabeça como resposta quando uma ferramenta estiver quebrada e A der o signo dessa ferramenta. – Poder-se-ia dizer que com isso a ordem “N” foi absorvida no jogo de linguagem, mesmo que essa ferramenta não mais exista, e que o signo “N” tem significado, mesmo que seu portador deixe de existir.⁵⁴⁵

⁵⁴³ PU, §45.

⁵⁴⁴ PU, §40.

⁵⁴⁵ PU, §41.

Um nome não tem significado em virtude de se referir a objetos ou de poder ser analisado nos termos de outros, os nomes genuínos, que a eles se refiram. A destruição do portador do nome não acarreta a extinção do seu significado, evidentemente. Tampouco é a composição do objeto a partir de suas partes o que torna o nome significativo. Seu significado é dado, antes, pelo uso que dele se pode fazer em diversos jogos de linguagem. No entanto, seria proveitoso tentar esclarecer o que está na origem dessa tão arraigada imagem da composicionalidade como um *a priori*. Para tanto, Wittgenstein se coloca a seguinte pergunta: “Como acontece que nomes designem, propriamente, o simples”?⁵⁴⁶ Antes de responder como isso ocorreu consigo mesmo, o filósofo recorre à antiga formulação platônica da questão, tratando de mostrar dessa forma a origem remota e a persistência do tema ao longo da história da filosofia:

– Sócrates (em *Teeteto*): “Se não me engano, ouvi de algumas pessoas: não há definição para os elementos primários – para me expressar assim – de que nós e as outras coisas somos compostos; pois, tudo o que existe por si mesmo só pode ser nomeado; não é possível uma outra definição, nem de que existe, nem de que não existe... Mas o que existe por si mesmo, temos que ... nomeá-lo, sem quaisquer outras definições. Em consequência, é impossível falar explicativamente de qualquer elemento primário; pois para ele não há nada além do mero nome; há somente seu nome. Mas, assim como aquilo que se compõe desses elementos primários é, ele mesmo, complexo, da mesma forma os nomes dos elementos se convertem em discurso explicativo ao serem compostos; pois a essência da linguagem é a composição de nomes”.

Esses elementos originários eram também os “individuais” de Russell, e também os meus “objetos” (*Tract. Log.-Philos.*).⁵⁴⁷

Embora não sejam estritamente as mesmas, as considerações que levaram Platão, Russell e Wittgenstein a postular a existência de elementos simples são todas, fundamentalmente, de natureza lógica. Por uma série de motivos, no entanto, é problemática a ideia de que o mundo seja povoado por objetos complexos analisáveis em partes elementares, sendo estas, por sua vez, indivisíveis e indefiníveis. Wittgenstein toma essa discussão como ensejo para uma investigação de um dos componentes mais centrais à sua antiga filosofia lógico-atomista: a noção de análise. A análise pressupõe um acordo prévio quanto ao significado de uma série de conceitos essenciais à sua condução: “elemento”, “simples”, “composto”. No entanto, assim como acabou por concluir pela impossibilidade de uma definição absoluta dos conceitos de “palavra” e “sentença”, ou de “asserção” e

⁵⁴⁶ PU, §41.

⁵⁴⁷ PU, §46.

“pergunta”, o filósofo também concluirá que há uma ampla margem de indeterminação no significado daquelas palavras, conforme dado pelo uso que delas fazemos habitualmente. Não se pode dizer de algo que é simples ou composto *in abstracto*, mas apenas em um contexto específico e tendo-se em vista estabelecer certas distinções, úteis para os propósitos em questão: a cor branca, por exemplo, pode ser considerada simples em certas circunstâncias, mas também composta de todas as demais cores do espectro luminoso.

Em que sentido diríamos de uma cadeira, por exemplo, que é um objeto composto? Tratando-se de um objeto físico como tantos outros, podem-se conceber moléculas e átomos como os elementos que o compõem. No entanto, do ponto de vista de sua manufatura, talvez seja mais adequado tratar como partes constituintes o seu encosto, assento, braços e pernas. Ela própria também pode ser considerada um objeto simples, contudo, quando concebida como uma dentre as várias cadeiras em uma sala de teatro ou ao redor de uma mesa de jantar.⁵⁴⁸ É curioso que tendamos a julgar indigna de consideração a pergunta pela natureza da complexidade de uma cadeira – visto que é óbvia a arbitrariedade de qualquer possível resposta fornecida – enquanto, simultaneamente, percebemos como de suma importância a investigação análoga sobre a natureza da complexidade da linguagem. Em §48, a fim de elucidar aspectos diversos dos conceitos de elemento, complexo e análise, Wittgenstein propõe um novo jogo de linguagem:

Vamos aplicar o método de §2 à apresentação de Teeteto. Olhemos com atenção um jogo de linguagem para o qual esta apresentação realmente se aplica. A linguagem serve para apresentar combinações de quadrados coloridos sobre uma superfície. Os quadrados formam um complexo com formato de um tabuleiro de xadrez. Há quadrados rubros, verdes, brancos e pretos. As palavras da linguagem são (correspondentemente): "R", "V", "B" e "P" e uma proposição é uma série de tais palavras. Elas descrevem uma composição de quadrados na sequência:

1	2	3
4	5	6
7	8	9

⁵⁴⁸ PU, §47.

A frase "RRPVVVRBB" descreve, p. ex., uma composição da seguinte espécie:⁵⁴⁹

r	r	p
v	v	v
r	b	b

Como o próprio filósofo anuncia, trata-se aqui de adotar uma estratégia semelhante àquela que se empregou na investigação do relato de Agostinho: construir um jogo de linguagem bastante simples ao qual a teoria seja possivelmente aplicável. Em um primeiro momento, pode parecer evidente que temos, aqui, um quadrado maior composto de quatro elementos simples, os quadrados menores nomeados por letras. Percebe-se facilmente, contudo, que há interpretações alternativas de “simples” e “composto” perfeitamente condizentes com o sistema proposto. Por isso, as dificuldades surgem prematuramente. Wittgenstein afirma: “Eu não saberia dizer o que, nesse jogo de linguagem, deveria chamar mais naturalmente de ‘simples’ [...], não sei se devo dizer agora que a figura descrita pela nossa frase se constitui de quatro ou de nove elementos! [...] E quais são os seus elementos: os tipos de letras ou as letras?”.⁵⁵⁰ É evidente que tais escolhas dependem, em última instância, do propósito com o qual se usa esse sistema.

Platão menciona como características distintivas dos elementos os fatos de que são indefiníveis e de que a eles não se pode atribuir nem existência, nem inexistência. Que sejam indefiníveis pode significar, em nosso jogo de linguagem e outros semelhantes, que em um complexo composto de um único quadrado, enunciar o nome do quadrado colorido deve ser a única forma possível de descrevê-lo – e.g., “R”. É impossível determinar de modo absoluto e alheio às suas circunstâncias específicas de uso, no entanto, se “R” é um nome indefinível ou uma sentença como outra qualquer. Afinal, um indivíduo que se familiariza com nosso jogo de linguagem pode, ao tentar memorizar os nomes dos quadrados, enunciar “R” sem asserti-lo, de modo que estaria simplesmente nomeando-o. Contudo, ao ser empregue em uma descrição de uma imagem composta por um único quadrado vermelho, “R” se torna uma proposição como qualquer outra. Sua indestrutibilidade, o segundo critério platônico para o

⁵⁴⁹ PU, §48.

⁵⁵⁰ PU, §48.

simples, é colocada como uma necessidade lógica: porque a destruição é entendida precisamente como a separação das partes, as mais elementares delas – i.e. as partes que não são compostas em absoluto – não devem poder ser destruídas.⁵⁵¹ Somos levados a buscar uma essência comum presente em todas as diversas maneiras como usamos palavras como “simples” e “complexo”, mas elas têm, na verdade, usos diversos em diferentes jogos de linguagem. Elas não são capazes, portanto, de desempenhar o papel dos conceitos *a priori* que esperamos dar sustentação a uma visão composicionalista da linguagem e do mundo. Na sequência, são apresentadas algumas das inquietudes que possivelmente afligem o leitor, a essa altura da exposição:

Aqui nos deparamos com a grande questão que está por trás de todas essas considerações. – É que alguém poderia retorquir: “Você facilita muito a coisa! Você fala de todos os jogos de linguagem possíveis, mas não disse, em nenhum lugar, o que é a essência do jogo de linguagem e, portanto, da linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna uma linguagem ou partes da linguagem. Você se dá de presente, portanto, exatamente a parte da investigação que, a seu tempo, lhe deu as maiores dores de cabeça, a saber: a parte que diz respeito à *forma geral da proposição* e da linguagem”.⁵⁵²

Chegamos agora a um ponto de importância crucial na exposição das *Investigações Filosóficas*. A visão da linguagem como um cálculo, em todas as suas variantes, coaduna-se bem com o método filosófico sustentado por Wittgenstein desde o *Tractatus* até a fase final do período intermediário de sua produção filosófica. Esse método, como espero ter deixado claro no segundo capítulo deste estudo, consistiu na determinação inambígua do sentido das sentenças, o que deve anteceder questões relativas à verdade das proposições. No *Tractatus*, portanto, ele passava pela identificação da sintaxe lógica *a priori* da linguagem, por meio, de um lado, da determinação das possibilidades combinatórias dos nomes elementares – i.e., a sintaxe das proposições elementares – e, de outro, da introdução da forma geral da proposição,

⁵⁵¹ O tema é particularmente caro a Wittgenstein porque, como já mencionei anteriormente, quando se viu confrontado com a necessidade de elucidar o que entendia por objeto, no *Tractatus*, o filósofo recorreu aos objetos fenomenológicos, como cores e sons. Esses parecem ser, em um primeiro momento, objetos indefiníveis e indestrutíveis. Indefiníveis porque seu significado só poderia ser dado ostensivamente. Indestrutíveis, por outro lado, pois embora seja possível conceber, por exemplo, a destruição de um objeto vermelho, não se pode imaginar a destruição da própria vermelhidão. Porque um dos elementos mais decisivos no abandono do projeto da linguagem fenomenológica foi, precisamente, a constatação da imprecisão e vagueza constitutivas dos campos fenomênicos (e, portanto, também de expressões de natureza fenomenológica), não parece casual a proximidade no tratamento desses dois tópicos nas *Investigações Filosóficas* – a discussão sobre a natureza dos objetos e nomes simples e o problema semântico da indeterminação dos conceitos.

⁵⁵² PU, §65.

que determina a sintaxe de todas as proposições moleculares por meio da operação de negação conjunta. O filósofo havia identificado, portanto, na forma geral da proposição o que há de essencial à linguagem.

Wittgenstein assente à crítica de seu interlocutor. É verdade que escapam ao uso dado a jogos de linguagem, nas *Investigações Filosóficas*, quaisquer considerações relativas à sua essência, aquilo que devem necessariamente ter em comum. No entanto, o motivo pelo qual o filósofo já não mais se preocupa em encontrar essa essência comum a todos os fenômenos linguísticos – i.e., a forma geral da proposição – é o fato de que concluiu ser essa uma busca fundamentalmente mal orientada, já que foi dada por exigências impostas dogmaticamente e de maneira externa à linguagem. Como vimos, a adoção tácita de um referencialismo já há muito enraizado na concepção filosófica da linguagem produziu uma série de dificuldades, particularmente no que diz respeito às proposições significativas desprovidas de referência. A fim de solucioná-las, foi necessário que se incorporasse também como pressuposto, no *Tractatus*, a ideia de que a linguagem é composicional, tendo nos nomes de objetos simples os átomos lógicos a partir dos quais é construída. Porque uma consequência importante do referencialismo é a visão da linguagem como representação do mundo, introduz-se a teoria figurativa, que explica o modo como deve se dar tal representação, a saber: a forma lógica compartilhada por mundo e linguagem permite que se adote um método de projeção coerente, por meio do qual se faz corresponder a cada elemento em um estado de coisas um outro elemento em uma proposição elementar. Todas as proposições elementares, isto é, plenamente analisadas, devem ter, portanto, a mesma forma, expressa por Wittgenstein da seguinte maneira no *Tractatus*: “As coisas são assim” (“*Es verhält sich so und so*”).⁵⁵³ A descrição, exatamente por isso, era a função primordial da linguagem.

Agora, no entanto, o próprio conceito de linguagem deve estar sujeito a uma investigação que não difere, fundamentalmente, daquela que se aplica aos demais termos. Essa investigação, como já vimos, consiste em um estudo comparativo dos diferentes modos de uso de uma palavra, atentando-se para homônimas e analogias possivelmente enganadoras. “Linguagem” é, afinal, também um conceito de semelhança de família: os diversos fenômenos aos quais assim chamamos estão relacionados entre si de diferentes

⁵⁵³ TLP, 4.5.

maneiras, sem que apresentem qualquer característica definitiva – “linguagem” é, portanto, semelhante a “jogo”:

Observe, p. ex., os processos a que chamamos “jogos”. Tenho em mente os jogos de tabuleiro, os jogos de cartas, os jogos de bola, os jogos de combate etc. O que é comum a todos esses jogos? – Não diga: “*Tem que* haver algo que lhes seja comum, do contrário não se chamariam ‘jogos’” – mas *olhe* se há algo que seja comum a todos. – Porque, quando olhá-los, você não verá algo que seria comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, aliás, uma boa quantidade deles. Como foi dito: não pense, mas olhe! – Olhe, p. ex., os jogos de tabuleiro com seus variegados parentescos. Passe agora para os jogos de cartas: aqui você encontra muitas correspondências com aquela primeira classe, mas muitos traços comuns desaparecem, outros se apresentam. Se passarmos agora para os jogos de bola, veremos que certas coisas comuns são mantidas, ao passo que muitas se perdem. – Prestam-se todos ao *entretenimento*? Compare o xadrez com o ludo. Ou há, por toda parte, ganhar e perder, ou uma concorrência dos jogadores? Pense nas paciências. Nos jogos de bola há ganhar e perder; mas se uma criança atira a bola contra a parede e a agarra novamente, nesse caso esse traço desapareceu. Veja que papel desempenham habilidade e sorte. E quão diferente é habilidade no jogo de xadrez e habilidade no jogo de tênis. Pense agora nas brincadeiras de roda: aqui se encontra o elemento de entretenimento, mas quantos outros traços característicos desapareceram! E assim podemos percorrer os muitos, muitos outros grupos de jogos, ver as semelhanças aparecerem e desaparecerem.

E o resultado desta observação é: vemos uma complicada rede de semelhanças que se sobrepõem umas às outras e se entrecruzam. Semelhanças em grande e em pequena escala.⁵⁵⁴

Não é possível chegar a uma definição de “jogo” que inclua tudo aquilo a que chamamos de jogos, excluindo de maneira simultânea tudo o que não chamamos assim. Mais uma vez, Wittgenstein enfrenta aqui a ideia da fixidez do significado, que pode ser traduzida nos seguintes termos: se uma expressão não tem um significado fixo e bem definido, ela não tem significado algum. Uma estratégia recorrente é a de tentar definir universais como “jogo” nos termos da soma lógica de todos os conceitos interrelacionados: “xadrez $\vee$ ludo $\vee$ futebol $\vee$ pôquer $\vee$ bocha ...”. No entanto, ao adotá-la, ignora-se a possibilidade da extensão do conceito a novos casos. Wittgenstein expõe então a noção de semelhança de família. A maneira como se constituem os complexos semânticos assim chamados pelo filósofo é a analogia. Porque há, em um dado conjunto de jogos, agrupamentos de características compartilhadas – como o fato de que são divertidas, competitivas ou viciantes – somos levados a aproximá-los e conceitualizá-los como atividades análogas, passíveis de serem comumente identificadas, portanto, por meio de um único termo: “jogo”. No entanto, tais

⁵⁵⁴ PU, §66.

atividades são fundamentalmente distintas, de modo que sua aproximação ou unificação terminológica atende apenas a exigências práticas do uso cotidiano da linguagem, dadas pelas contingências do modo como organizamos nossas atividades comunais, nossas formas de vida.

Exemplos dessas contingências são o fato de que os seres humanos se interessam por realizar campeonatos em torno de determinadas práticas, de que as consideram propícias à socialização ou de que preferem dedicar seu tempo ocioso a qualquer tipo de atividade lúdica, ainda que improdutiva, em vez de simplesmente esperar pelo próximo turno de trabalho. Um problema maior se coloca quando, em plena atividade filosófica, ignoramos a grande quantidade de diferenças existentes entre as diversas ações, processos ou objetos designados por uma mesma palavra, tomando sua homonímia como índice de qualquer tipo de essencialidade por elas compartilhada:

Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que por meio das palavras “semelhanças de família”; pois assim se sobrepõem e se entrecruzam as várias semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, andar, temperamento etc. etc. – E eu direi: os ‘jogos’ formam uma família. Do mesmo modo formam uma família, p. ex., as espécies de números. Por que chamamos algo de “número”? Ora, talvez porque tem um direto parentesco com alguma coisa que até agora se chamou de número; e pode-se dizer que através disso adquire um parentesco com uma outra coisa que também chamamos assim. E alargamos nosso conceito de número do mesmo modo que, ao tecermos um fio, traçamos fibra por fibra. E a robustez do fio não consiste em que uma fibra qualquer perpasse toda sua extensão, mas em que muitas fibras se sobreponham umas às outras. Mas, se alguém quisesse dizer: “Há, portanto, algo comum a essas construções todas, a saber: a disjunção de todas essas propriedades comuns” – Eu responderia então: aqui você joga com palavras apenas. Poder-se-ia dizer, igualmente: algo perpassa o fio todo, a saber, a sobreposição sem falhas dessas fibras.⁵⁵⁵

A noção de semelhança de família pode produzir certa resistência no leitor. Podemos nos perguntar se Wittgenstein sugere que palavras como “jogo” não têm definição exata ou se não há uma fronteira bem definida entre o que é considerado um jogo e o que não é. Por vezes, contudo, aquilo de que necessitamos é precisamente uma palavra dotada de certa inexatidão semântica – fronteiras não muito bem definidas – e, na verdade, tentativas de tornar a descrição mais precisa causam distorções no significado. Muitas vezes, sabemos perfeitamente bem o que uma palavra quer dizer ainda que, para tal, não necessitemos de uma definição precisa. Tomemos como exemplo uma proposição como “Moisés não existiu”.

⁵⁵⁵ PU, §67.

Por “Moisés”, pode-se entender o homem que liderou os israelitas em sua saída do Egito; o homem que tinha tal nome, em tal lugar e em tal época; ou o homem que, quando criança, foi retirado do Nilo pela filha do Faraó, entre inúmeros outros fatos. Se a história de Moisés ter sido retirado do Nilo se mostrar falsa, mas todo o restante verdadeiro, provavelmente negaremos a proposição. No entanto, não há um limite preciso para quantos fatos específicos a respeito de Moisés devem ser falsos a fim de que tendamos a negar sua existência. Na verdade, a palavra “Moisés” não tem um significado definido.⁵⁵⁶ Pode-se pensar que, na definição de um nome, algumas características do objeto sejam mais essenciais do que outras. No entanto, sequer temos condições objetivas de determinar o que conta como essencial:

Quando digo “N morreu”, pode ser que com o significado do nome “N” se dê o seguinte caso: eu acredito que viveu um homem, (1) o qual eu vi aqui e ali, (2) o qual tinha esta e aquela aparência (imagens), (3) fez isto e aquilo e (4) no mundo civil era portador do nome “N”. – Se me perguntassem o que entendo por “N”, eu enumeraria tudo isto ou algumas dessas coisas e coisas diferentes em ocasiões diferentes. Minha definição de “N” seria mais ou menos assim: “o homem, a quem tudo isso se encaixa”. – Mas, e se agora alguma dessas coisas se mostrar falsa? – Estarei disposto a declarar que a proposição “N morreu” é falsa, mesmo que apenas uma coisa, que me pareça secundária, verificar-se falsa? Mas onde é o limite do secundário? – Se, num tal caso, eu tivesse dado uma explicação do nome, estaria disposto a modificá-la.

E isto pode ser expresso da seguinte maneira: Eu uso o nome “N” sem um significado fixo. (Mas isto influencia o seu uso tão pouco quanto o uso de uma mesa que repousa sobre quatro pernas ao invés de três e, por isso, em certas ocasiões, balança.)⁵⁵⁷

A constatação de uma vagueza ou indeterminação intrínseca às linguagens naturais – uma indeterminação que, contraintuitivamente, contribui em muito para o seu poder expressivo – leva Wittgenstein, na sequência, a abordar uma série de temas relativos às noções de vagueza e determinação do sentido. Afinal, a determinação do sentido é uma pré-condição de modelos composicionalistas da linguagem e, particularmente para Wittgenstein, um elemento muito importante de seu primeiro método filosófico. No *Tractatus*, afinal, o filósofo afirmou: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”.⁵⁵⁸ O método filosófico, ali, consistia precisamente nisso: identificar no discurso a violação da sintaxe

⁵⁵⁶ PU, §79.

⁵⁵⁷ PU, §79.

⁵⁵⁸ TLP, 7.

lógica e os contrassensos por ela produzidos.⁵⁵⁹ A presença, em uma proposição, de um termo cujo significado não pudesse ser inambiguamente determinado era motivo suficiente para que fosse tratada como um contrassenso e, portanto, eliminada do discurso. Afinal, na lógica, deveríamos encontrar um mundo de relações rígidas que pudessem ser aplicadas à linguagem, ao pensamento e à realidade. A lógica parecia conter a ordem *a priori* das coisas, expressando todas as possibilidades da maneira mais clara o possível, sem espaço para qualquer tipo de vagueza.

Contudo, ao eliminar toda a vagueza e incerteza, o ideal de uma linguagem logicamente perfeita também faz com que nos desconectemos da indeterminação frequentemente necessária para o emprego cotidiano da linguagem. É aqui que Wittgenstein faz uma analogia entre o mundo das formas lógicas ideais e uma superfície completamente lisa e desprovida de atrito, em comparação com o “solo acidentado” da linguagem cotidiana: “– Entramos por um terreno escorregadio, onde falta o atrito, portanto, onde as condições, em certo sentido, são ideais, mas nós, justamente por isso, também não somos capazes de andar. Queremos andar. Então precisamos de *atrito*. De volta ao terreno acidentado!”.⁵⁶⁰ É dessa forma que, em §89, coloca-se a seguinte pergunta: “Em que sentido a lógica é algo sublime?”. Foram a suposta generalidade e a aprioricidade da lógica que levaram o autor do *Tractatus* a atribuir-lhe esse caráter especial:

Pois parecia competir-lhe uma profundidade especial – um significado geral. Parecia que ela estava na base de todas as ciências. – É que a reflexão lógica investiga a essência de todas as coisas. Ela quer ver as coisas em seu fundamento e não deve se preocupar se o acontecimento real é deste ou daquele modo. – Ela não emerge de um interesse por fatos da natureza nem da necessidade de apreender conexões causais, mas de uma aspiração por compreender o fundamento ou a essência de tudo o que é empírico. Não que para isso devêssemos rastrear fatos novos: para nossa investigação é muito mais essencial que não queiramos aprender nada *novo* com ela. Queremos *compreender* algo que já está aberto diante de nossos olhos. Porque, em um certo sentido, é *isto* o que parecemos não compreender.⁵⁶¹

Portanto, a atribuição de um caráter paradigmático à denotação (§§1–25), a consequente postulação de nomes e objetos atômicos (§§26–64), a suposição de uma essência comum às diversas instâncias de uso dos nomes (§§65–78) e a concepção de que a linguagem

⁵⁵⁹ Na metafísica, isso aparecia frequentemente sob a forma da tematização discursiva daquilo que apenas podia ser mostrado por meio da notação, quando se fala, por exemplo, sobre a existência de objetos.

⁵⁶⁰ PU, §107.

⁵⁶¹ PU, §89.

seja um cálculo rígido e preciso (§§79–88) não são o resultado da investigação empírica, mas de um ideal *a priori*. Como observa Hallett, enquanto nos “[...] deslumbrar[mos] com esse ideal, seguiremos na ‘busca por quimeras’, ignorando as aparentes trivialidades que poderiam por si mesmas resolver [nossos] problemas”.⁵⁶² Essas trivialidades são, na verdade, de sumo interesse para o novo tipo de investigação gramatical proposto agora por Wittgenstein. Em oposição ao método analítico do *Tractatus*, que tinha na teoria russelliana das descrições o seu paradigma, não se busca agora por uma “[...] análise última das nossas formas de linguagem, portanto, uma forma de expressão perfeitamente decomposta”.⁵⁶³ Pode-se dizer que a investigação perde sua verticalidade, que a caracterizava quando partia das sentenças supostamente complexas da linguagem ordinária rumo às proposições elementares que as fundamentam, tornando-se agora horizontal: o interesse maior são os diversos casos paralelos e análogos de uso das palavras, impassíveis de serem reduzidos uns aos outros. No mais das vezes, trata-se de elucidar as diferenças gramaticais constitutivas que dão forma a usos diversos de uma mesma palavra, embora haja muitos outros expedientes característicos do novo método. Isso fez com que Wittgenstein tenha cogitado usar uma sugestiva citação do *Rei Lear* como epígrafe às *Investigações Filosóficas*: “Vou ensinar-lhe diferenças”.⁵⁶⁴

A partir de §109, portanto, Wittgenstein apresenta seu novo método de abordagem dos problemas filosóficos, uma alternativa à concepção da filosofia como análise da linguagem que caracterizou o *Tractatus* e grande parte dos textos do período intermediário. Buscamos, por meio dele, remover os mal-entendidos gerados pelas analogias superficiais entre diferentes formas de expressão. Essas investigações são gramaticais. O que as torna fundamentalmente distintas da análise lógica da linguagem é o fato de que, por meio delas, não obtemos maior exatidão quanto às nossas expressões, mas apenas maior clareza. No *Tractatus*, Wittgenstein concebeu a filosofia como a atividade que traz à tona aquilo que está oculto na linguagem, agora, pelo contrário: “A filosofia, de fato, simplesmente expõe tudo e não esclarece nada. – Uma vez que tudo se encontra em aberto, não há também nada a esclarecer. Pois o que porventura está oculto não nos interessa”.⁵⁶⁵

⁵⁶² Hallett, 1977, p. 168.

⁵⁶³ PU, §91.

⁵⁶⁴ Monk, 1990, pp. 536–537.

⁵⁶⁵ PU, §126.

Uma maneira elucidativa de se conceber a nova filosofia de Wittgenstein é por meio da velha distinção entre o método filosófico e o método científico, que já existia no *Tractatus*, embora assumisse ali contornos distintos. Na física, por exemplo, encontram-se um campo de investigação bem delimitado e uma terminologia especializada e adequada à sua descrição, composta de palavras como “força”, “massa” e “elétron”. Pode-se, talvez, supor que algo análogo deva ser o caso na filosofia, de modo que se possam investigar conceitos como “conhecimento”, “ego” e “linguagem”, adotando-se uma terminologia especializada para tanto. No entanto, as situações são profundamente distintas. Na filosofia, tratamos “conhecimento” como um termo técnico que se refere a algo cuja natureza ainda não está bem clara, de modo que precisamos descobri-la. Por outro lado, a investigação toma a palavra “conhecimento” da linguagem cotidiana. Um físico que investiga o que é um elétron realiza uma pesquisa empírica, tendo nomeado um fenômeno então desconhecido a fim de poder a ele se referir no discurso; quando investigamos a natureza do conhecimento, no entanto, estamos lidando com uma palavra com a qual, na verdade, já estamos previamente familiarizados. Quando removemos essa palavra de seu uso cotidiano e, em seguida, filosofamos sobre a natureza daquilo que é supostamente por ela referido, abstraindo assim o contexto real em que inicialmente a encontramos, abrimos as portas para a perplexidade filosófica.

O novo método de Wittgenstein consiste, precisamente, na descrição de como essas palavras são usadas em contextos cotidianos, mostrando, portanto, que as questões metafísicas que colocamos a seu respeito não são apropriadas. Esse método não oferece nenhuma grande revelação, mas apenas a consciência de quão pouco se consegue por meio de investigações metafísicas. A filosofia não nos diz aquilo que não sabíamos, ela apenas nos lembra daquilo que sempre soubemos, apresentando-o claramente. Ela deve, portanto, lembrar-nos do uso ordinário das palavras sobre as quais filosofamos, quando as extraímos de seus contextos ordinários. Os métodos empregados são, portanto, “terapias” para lidar com a perplexidade metafísica. Todos nós sabemos perfeitamente bem o que “conhecimento” quer dizer em contextos ordinários, mas quando extraímos a palavra desses contextos e simplesmente perguntamos “O que é conhecimento?”, não sabemos como responder. A especulação metafísica, de acordo com Wittgenstein, surge sempre quando tiramos as palavras de seu contexto corriqueiro de uso, perguntando por sua essência. Se tomarmos a

palavra “conhecimento” fora de qualquer jogo de linguagem e nos perguntarmos por seu significado, não obteremos nenhuma resposta satisfatória, pois fora deles ela não tem, na verdade, significado algum.

Ao tratar a linguagem como um cálculo, Wittgenstein foi vítima de uma falsa analogia. Em sua busca pela essência da linguagem – identificada, inicialmente, à forma geral da proposição –, o filósofo foi levado a ignorar a diversidade dos fenômenos a que chamamos linguísticos, bem como o caráter inessencial das categorias que usamos em seu estudo e classificação. Foi levado, também, a ignorar o papel desempenhado por circunstâncias ambientais e históricas contingentes na constituição do sentido. Ao longo do período intermediário, a metáfora da linguagem como cálculo se mostrou promissora porque, ainda que as regras gramaticais necessárias para a determinação inambígua do sentido das sentenças tenham se mostrado muito mais complexas do que as regras da sintaxe lógica do *Tractatus*, parecia ainda óbvio que elas deveriam ser completamente autônomas, como o são as regras de um cálculo.

Agora, no entanto, quando as comparações entre linguagem e cálculo passam para o segundo plano e dão espaço àquelas entre linguagem e jogo, muito mais recorrentes, Wittgenstein já não mais corre o risco de replicar o erro que antes cometera: o de tomar tal metáfora literalmente. A analogia entre linguagem e jogo é bastante elucidativa e, portanto, útil, particularmente em vista do caráter exemplar atribuído pelo filósofo à noção de “jogo” na explicação do conceito de semelhança de família, bem como à escolha da expressão “jogo de linguagem” para nomear os paradigmas de uso prático da linguagem em seu novo método. No entanto, não se deve supor que isso permita que se trate a analogia entre linguagem e jogo como uma correção ou atualização de sua antecedente, a analogia entre linguagem e cálculo. Se a linguagem se assemelha a um jogo em diversos aspectos, há também várias de suas características que fazem com que se distancie fundamentalmente deles. Porque um componente central do novo método empregado nas *Investigações Filosóficas* é precisamente a identificação do ponto de ruptura das analogias que fundamentam nossa linguagem, deve-se estar particularmente atento aos riscos apresentados por um entusiasmo exagerado quanto a essa nova aproximação.

4

Conclusão

Nossa investigação teve como ponto de partida, em 2.i, o contexto intelectual em que ganhou forma uma maneira específica de se interpretar e lidar com a linguagem, aquela que Wittgenstein mais tarde chamaria de concepção da “linguagem como cálculo”. Nesse sentido, abordei as ideias visionárias de Leibniz sobre o *calculus ratiocinator* e a *characteristica universalis*, o trabalho pioneiro de Frege no sentido de sua concretização e, por fim, os *insights* – mas também os paradoxos – identificados por Russell durante o desenvolvimento de sua própria variante de tal projeto. Na sequência, em 2.1, descrevi como o *Tractatus Logico-Philosophicus* se apresentou, no momento de sua publicação, como uma atraente proposta para a resolução de vários dos problemas encontrados por seus antecessores no modelo do cálculo, tendo como uma de suas características mais distintivas o fato de que, ali, a linguagem era tratada nos termos de um cálculo de funções de verdade. Em 2.2, vimos ainda que, após a constatação de limitações intrínsecas ao sistema tractariano, o que se deu por meio das discussões com Ramsey em meados dos anos 20, Wittgenstein abandonou sua primeira versão, mas não o modelo do cálculo em sua totalidade. Nasceram assim sucessivas tentativas de adaptação da filosofia da linguagem apresentada em sua obra de juventude, deixando-se de lado, em cada uma delas, alguns dos aspectos mais distintivos do *Tractatus*. Essas tentativas foram, em ordem cronológica, o cálculo dos determinantes fenomenológicos de *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, o cálculo das regras gramaticais não autônomas das *Observações Filosóficas* e, também, o cálculo das regras gramaticais autônomas do *Big Typescript* e da *Gramática Filosófica*.

A franca formulação do modelo do cálculo, ou seja, o reconhecimento explícito, por parte de Wittgenstein, de que sua filosofia toma como um de seus pontos de partida precisamente a analogia entre cálculo e linguagem, dá-se no contexto da redação dessas duas obras tardias do período intermediário, o *Big Typescript* e a *Gramática Filosófica*. Como mencionei em 2.2.iv e 2.2.v, ela surge em resposta a uma série de dificuldades recalcitrantes colocadas pela noção de intencionalidade, tal como se apresentava no contexto da crítica de

Wittgenstein às então influentes teorias causais do significado. Ali, o significado se apresenta como produto do cálculo das regras gramaticais, que constituem critérios objetivos para a determinação da significatividade ou do contrassenso das sentenças. Ironicamente, no entanto, é no mesmo período em que a franca comparação entre linguagem e cálculo passa a ocorrer de maneira frequente nos textos de Wittgenstein, os anos intermediários da década de 30, que uma nova ideia parece tornar ocioso o próprio modelo do cálculo. Refiro-me à constatação, abordada em 3.i, de que a resolução ou dissolução de questões filosóficas não tem como condição prévia o estabelecimento de critérios absolutos para sua significatividade – ou seja, independe de uma teoria do significado. Como tentei mostrar nas seções 2.2.v e 3.ii deste estudo, surge nesse momento o método profundamente característico das *Investigações Filosóficas*, por meio do qual somos capazes de identificar de maneira inequívoca o momento em que falsos símiles e analogias nos levam a um emprego inadequado de termos e expressões advindos da linguagem cotidiana.

Ao mesmo tempo em que trabalhava no desenvolvimento de seu novo método filosófico, Wittgenstein se viu influenciado por considerações de ordem pragmática ou antropológica, sob a influência das discussões então travadas com Piero Sraffa. Em 3.i, adotei como hipótese de trabalho a ideia de que a grande contribuição de Sraffa, mencionada por Wittgenstein no prefácio das *Investigações Filosóficas*, estava vinculada à sua crítica ao modo como o filósofo usava o conceito de gramática: o sistema das regras autônomas da linguagem, por meio do qual podem-se diferenciar sentenças significativas de contrassensos.⁵⁶⁶ Porque a essa concepção da gramática estão vinculados também os conceitos de sentença, proposição, linguagem, significado e contrassenso, que em conjunto desempenham um grande papel no método então empregado por Wittgenstein, opera-se, a partir da aceitação das críticas de Sraffa, uma verdadeira revolução em sua filosofia. Um de seus aspectos mais destacados é precisamente o abandono definitivo do modelo do cálculo.⁵⁶⁷ Dessa perspectiva, pode-se compreender o exagerado entusiasmo com que Wittgenstein afirma, no *Livro Azul*, que a analogia entre linguagem e cálculo está *sempre* por trás das

⁵⁶⁶ Engelmann, 2013, pp. 148–160.

⁵⁶⁷ Nesse período de transição, como já mencionei em 3.ii e 3.iii, Wittgenstein usa de maneira intersubstituível os termos “cálculo”, “sistema” e “jogo”.

dificuldades filosóficas que nos causam perplexidade.⁵⁶⁸ Foi esse, afinal, o falso símile que fez dele próprio prisioneiro das armadilhas da linguagem:

Quando falamos da linguagem como um simbolismo usado em um cálculo exato, o que temos em mente pode ser encontrado na ciência e na matemática. O nosso uso comum da linguagem apenas em casos raros se adapta a esse padrão de exatidão. Por que motivo então comparamos constantemente, ao filosofarmos, o nosso uso das palavras com um uso que obedece a regras exatas? A resposta reside no fato de os enigmas que procuramos eliminar derivarem sempre, precisamente, desta atitude para com a linguagem.⁵⁶⁹

Para Wittgenstein, até meados dos anos 30, a atividade filosófica dependia ainda fundamentalmente da distinção entre expressões significativas e contrassensos, o que só seria possível caso fosse atendida uma condição prévia: a identificação das “regras exatas” da gramática às quais obedece o “nosso uso das palavras”. O abandono definitivo do modelo do cálculo se deu concomitantemente a uma extensa revisão da natureza e função da gramática. Como observa Glock, em meado dos anos 30, o termo tinha para o filósofo ainda dois significados distintos: referia-se tanto às “regras constitutivas da linguagem, [quanto] à investigação filosófica ou tabulação de tais regras”, à maneira do que ocorre com outras disciplinas em que se confundem objeto de estudo e metodologia, como a física.⁵⁷⁰ Como mencionei em 3.ii, a partir de então, seu significado muda em ambos os casos: enquanto objeto de estudo, a gramática se imiscui ao próprio contexto empírico das práticas que acompanham o uso real da linguagem, deixando de ser uma estrutura putativa subjacente aos fenômenos linguísticos; enquanto disciplina ou atividade, já não mais consiste na tabulação de regras, tornando-se a atividade muito mais genérica de “descrição de práticas relacionadas às palavras e seu contexto”.⁵⁷¹ À gramática rígida do período intermediário se contrapõe, portanto, uma investigação mais versátil do contexto prático em que ocorrem nossas elocuções verbais, este último o verdadeiro responsável pela atribuição de sentido às

⁵⁶⁸ Sraffa pondera, em comentário ao *Livro Azul*: “Quando você [Wittgenstein] descreve a causa desses enigmas e prescreve o remédio, age como um cientista (como Freud). Você descobriu se esses enigmas de fato advêm dessa atitude em relação à linguagem, você se certificou de que não existiam antes que qualquer pessoa assumisse tal atitude etc.? E, além disso, acaso é um fato que a doença seja curada por meio de sua prescrição? Ainda que seja assim, você a fundamenta apenas em sua própria afirmação, não oferece evidências. (Compare isso com a grande quantidade de exemplos reais produzidos por Freud)”. (Venturinha, 2012)

⁵⁶⁹ BlB, p. 59.

⁵⁷⁰ Glock, 1996, p. 150.

⁵⁷¹ Engelmann, 2013, p. 171.

sentenças. Dessa maneira, Wittgenstein faz equivaler uso e significado: no novo modelo pragmático ou antropológico, o contexto das práticas humanas no qual a linguagem ganha forma, isto é, as formas de vida que a circundam, tem primazia sobre a gramática na constituição do sentido.

Dessa forma, superado o modelo do cálculo, chegamos finalmente ao conceito de jogo de linguagem ou, de maneira mais ampla, à concepção da linguagem como jogo. Como mencionei em 3.iii, na primeira metade da década de 30, Wittgenstein usou, por diversas vezes, os termos “cálculo” e “jogo” de maneira intercambiável, tendo particularmente no jogo de xadrez um significativo ponto de contato. O abandono da primeira analogia em favor da segunda passa, principalmente, pela constatação de certas características constitutivas daquilo a que habitualmente chamamos de regras da linguagem – ou da gramática. Diferentemente do que o filósofo havia suposto, tais regras não existem em um vácuo, mas são antes condicionadas pelo conjunto das práticas humanas nas quais estão inseridas as elocuições por elas regidas. Em 3.iii, observei que, ao complexo formado por tais elocuições e pelas práticas que normalmente as acompanham, Wittgenstein chamou “jogo de linguagem”. Esse novo modelo lúdico da linguagem teve como principal função salientar o caráter aberto e contextual das regras que habitualmente usamos na produção linguística, em oposição às regras rígidas e bem definidas que deveriam caracterizar o cálculo linguístico nos textos do período intermediário. Em 3.iv, mostrei como Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, emprega seu novo método na crítica de diversos pressupostos que caracterizaram etapas anteriores de sua filosofia.

Como se pode notar a partir dessa breve sumarização dos tópicos aqui abordados, a busca por esclarecer a transição entre as duas concepções de linguagem sustentadas por Wittgenstein nos levou a desenvolver uma análise de textos que ocupam um período bastante longo de sua produção filosófica. Mais do que isso, foi necessário que se apresentassem e se discutissem não apenas obras de terceiros, com as quais Wittgenstein dialogou, como também parte do percurso intelectual intergeracional que possibilitou a própria interpretação dos fenômenos linguísticos como análogos a um cálculo matemático. Afinal, como espero ter mostrado, a semelhança entre linguagem e cálculo não apenas era já suposta desde muito antes da publicação do *Tractatus*, obra em que se apresenta uma sofisticada e idiossincrática proposta para o seu aprimoramento, como também foi um pré-requisito para a formação do

próprio contexto intelectual em que se desenvolveu a primeira fase da filosofia de Wittgenstein.

Ao abordar as duas principais analogias empregadas pelo filósofo quando tratou da linguagem, espero ter conseguido lançar luz sobre certas questões apresentadas na introdução deste estudo. Cabe lembrar que, ali, mencionei algumas das diferentes divisões possíveis da evolução cronológica da filosofia de Wittgenstein, particularmente, da leitura ortodoxa em que ganhou forma a exegese de Hacker e Baker e dos comentários resolutos, inaugurados por Cora Diamond, Alice Cray e Rupert Read. No que diz respeito a essas duas escolas interpretativas, identifiquei uma divergência particularmente significativa quanto à natureza da atividade filosófica bem orientada: para os primeiros, a filosofia de Wittgenstein apresenta duas fases bem demarcadas e indubitavelmente distintas; para os segundos, ela deve ser vista como uma unidade, marcada do início ao fim pelo compromisso com o quietismo ou negativismo teórico e com a concepção terapêutica da filosofia. Acredito que o estudo mais detalhado do período de transição entre as etapas inicial e tardia da filosofia de Wittgenstein, temporalmente confinado à primeira metade da década de 30, mostra como é difícil sustentar a unidade de seu pensamento ao longo do tempo.

Para além disso, no entanto, o fato de que tenham sido capazes de exercer uma influência definitiva sobre duas grandes correntes filosóficas antagônicas do século XX – o positivismo lógico do Círculo de Viena e a filosofia da linguagem ordinária de Oxford – deve testemunhar, acredito, em favor da longa distância existente entre os pontos extremos da filosofia de Wittgenstein, a saber, o *Tractatus* e as *Investigações Filosóficas*.⁵⁷² Ao mesmo tempo, contudo, o exame das transformações individuais e paulatinas pelas quais seu pensamento passou no início dos anos 30 também parece colocar em xeque a possibilidade ou relevância de uma divisão precisa de sua filosofia em duas fases distintas, como desejam defensores da interpretação mais tradicional. É verdade que todas essas transformações

⁵⁷² Isso é bem ilustrado por uma carta de Friedrich Waismann para Moritz Schlick, enviada em 1934. Ali, Waismann desabafa sobre as dificuldades de colaborar com Wittgenstein na redação de um livro, cujo material daria origem tanto a *Wittgenstein e o Círculo de Viena*, quanto à obra publicada de Waismann *Os Princípios da Filosofia Linguística*: “Ele tem o grande talento de sempre ver as coisas como se fosse pela primeira vez. Mas isso mostra, creio eu, como é difícil qualquer trabalho colaborativo com ele, já que está sempre seguindo a inspiração do momento e demolindo tudo aquilo que foi previamente esboçado. [...] Tudo o que se vê é que a estrutura está sendo demolida, pedaço por pedaço, e que tudo está gradualmente adquirindo uma aparência completamente diferente, de modo que quase temos a sensação de que pouco importa a forma como os pensamentos foram combinados, já que no final nada fica como estava antes”. (Engelmann, 2013, p. 213)

ocorreram em um período relativamente curto – cerca de cinco ou seis anos –, mas não creio que a velocidade com que surgiram suas novas ideias filosóficas deva servir como critério relevante para a identificação do período. Na verdade, como espero ter sido capaz de mostrar, os manuscritos e datiloscritos do período intermediário testemunham em favor de uma visão bem mais nuançada da transição.

Bibliografia

1. ANSCOMBE, G. E. M. *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. Oxford: Thoemmes Press, 1971.
2. BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations: Understanding and Meaning (Vol. 1) – Part I: Essays*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
3. _____. *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations: Understanding and Meaning (Vol. 1) – Part II: Exegesis*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
4. _____. *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations: Rules, Grammar and Necessity (Vol. 2)*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
5. BARNETT, W. The Rhetoric of Grammar: Understanding Wittgenstein's Method. *Metaphilosophy*, Hoboken, Vol. 21, No. 1 & 2, pp. 43–66, 1990.
6. BLACK, M. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*. Ithaca: Cornell University Press, 1966.
7. BROWN, S.; FOX, N. J. *A Historical Dictionary of Leibniz's Philosophy*. Lanham: The Scarecrow Press, 2006.
8. CARNAP, R. On the Character of Philosophical Problems. *Philosophy of Science*, Chicago, 1:1, pp. 5–19, 1934.
9. CARVALHO, M. et al. *Fenomenologia, Análise e Gramática: Comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein (Vol. 1)*. São Paulo: Mundaréu, 2017.
10. _____. Linguagem sem Regras Fixas: a Normatividade da Linguagem e a Recusa do Modelo do Cálculo nas 'Investigações Filosóficas'. In: SMITH, P.; SILVA FILHO, W.; SANTOS, P. (orgs.). *Crença, Verdade e Racionalidade*. Salvador: EDUFBA, 2014.
11. COFFA, J. A. *The Semantic Tradition from Kant to Carnap: to the Vienna Station*. Nova York: Cambridge University Press, 1991.
12. CONDÉ, M. *Wittgenstein: Linguagem e Mundo*. São Paulo: Annablume, 1998.
13. CRARY, A.; READ, R (orgs.). *The New Wittgenstein*. Londres: Routledge, 2000.

14. CUTER, J. V. G. A lógica do Tractatus. *Manuscrito*, Campinas, XXV.1, pp. 87–120, 2002.
15. _____. Operations and Truth-Operations in the Tractatus. *Philosophical Investigations*, Hoboken, XXVIII.1, pp. 63–75, 2005.
16. _____. The Tractatus and the Need of Non-Truth-Functional Operations. In: *Papers of the 27th International Wittgenstein Symposium*, p. 86–89. Kirchberg am Wechsel: Austrian Ludwig Wittgenstein Society, 2004.
17. DUMMETT, M. 1959, Wittgenstein's Philosophy of Mathematics. *The Philosophical Review*, Durham, vol. 68, pp. 324–348, 1959.
18. ENGELMANN, M. Verificacionismo e 'Mito do Dado' no Contexto das Observações Filosóficas. *Analytica*, Rio de Janeiro, vol 18, nº. 2, pp. 13–40, 2014.
19. _____. *Wittgenstein's Philosophical Development: Phenomenology, Grammar, the Genetic Method, and the Anthropological Perspective*. Londres: Palgrave MacMillian, 2013.
20. FEYERABEND, P. Wittgenstein's Philosophical Investigations. *The Philosophical Review*, Durham, vol. 64, pp. 449–483, 1955.
21. FOGELIN, R. *Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
22. _____. *Wittgenstein*. Londres: Routledge, Kegan & Paul, 1987.
23. FRASCOLLA, P. *Il Tractatus Logico-Philosophicus di Wittgenstein: Introduzione alla Lettura*. Roma: Carocci, 2007.
24. FREGE, G. *Begriffsschrift: eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens*. Hildesheim: Georg Olms, 1964.
25. _____. *Die Grundlagen der Arithmetik*. Hildesheim: Georg Olms, 1961.
26. FRIEDMAN, M. *Reconsidering Logical Positivism*. Nova York: Cambridge University Press, 1999.
27. GEACH, P.T. Wittgenstein's N-Operator. *Analysis*, Oxford, XLI-4, pp. 124–127, 1981.
28. GEBAUER, G. *O pensamento antropológico de Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Trad. MOTA, M.

29. GELLNER, E. *Words and Things: A Critical Account of Linguistic Philosophy and a Study in Ideology*. Oxford: Basil Blackwell, 1959.
30. GLOCK, H.-J. *A Wittgenstein Dictionary*. Londres: Wiley-Blackwell, 1996.
31. HACKER, P. M. S. *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations: Meaning and Mind (Vol. 3) – Part I: Essays*. Oxford: Basil Blackwell, 1993.
32. _____. *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations: Meaning and Mind (Vol. 3) – Part II: Exegesis*. Oxford: Basil Blackwell, 1993.
33. _____. *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations: Mind and Will (Vol. 4) – Part I: Essays*. Oxford: Basil Blackwell, 2000.
34. _____. *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations: Mind and Will (Vol. 4) – Part II: Exegesis*. Oxford: Basil Blackwell, 2000.
35. _____. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
36. _____. *Wittgenstein: Comparisons and Contexts*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
37. _____. *Wittgenstein's Place in Twentieth Century Analytic Philosophy*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
38. HARRIS, R. *Language, Saussure & Wittgenstein: How to Play Games with Words*. Nova York: Routledge, 1988.
39. HILMY, S. *The Later Wittgenstein: The Emergence of a New Philosophical Method*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
40. HINTIKKA, J. *Selected Papers (Vol. 2)*. Berlin: Kluwer Academic Publishers, 1997.
41. HINTIKKA, M. B. & HINTIKKA, J. H. *Investigating Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
42. HYLTON, P. *Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

43. KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Berlin: Suhrkamp Verlag, 1995.
44. KENNY, A. *Wittgenstein*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
45. KLEMENT, K. Russell's Logical Atomism. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2019 Edition (ed. Edward N. Zalta). URL = <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/logical-atomism/>
46. KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Oxford: Blackwell Publishing, 1982.
47. LANDINI, G. *Wittgenstein's Apprenticeship with Russell*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
48. LEWIS, C. I. A Pragmatic Conception of the A Priori. *The Journal of Philosophy*, Nova York, XX, pp. 169–177, 1923.
49. MARION, M. *Wittgenstein, Finitism and the Foundations of Mathematics*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
50. MCGINN, M. *Elucidating the Tractatus*. Oxford: Clarendon Press, 2006.
51. _____. *The Routledge Guidebook to Wittgenstein's Philosophical Investigations*. Nova York: Routledge, 1997.
52. MONK, R. *Wittgenstein: The Duty of Genius*. Nova York: Vintage, 1991.
53. MOORE, G. E. *Wittgenstein: Lectures, Cambridge 1930-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
54. MOYAL-SHARROCK, D. Beyond Hacker's Wittgenstein. *Philosophical Investigations*, Hoboken, XXXV:1, pp. 1–17, 2013.
55. _____. *The Third Wittgenstein: The Post-Investigations Work*. Farnham: Ashgate, 2004.
56. NAKANO, A. *A Matemática das Filosóficas Bemerkungen no Contexto da Grundlagenkrise*. Tese de doutorado, UFSCar. São Carlos, 2015.
57. OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. *The Meaning of Meaning*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1952.
58. PROOPS, I. "The New Wittgenstein: A Critique". *European Journal of Philosophy*, Hoboken, IX (3), pp. 375-404, 2001.
59. PROUDFOOT, M.; LACEY, A.R. *The Routledge Dictionary of Philosophy: Fourth Edition*. Nova York: Routledge, 2010.

60. RAMSEY, F. P. Critical Notice of Wittgenstein's 'Tractatus Logico-Philosophicus'. *Mind*, Oxford, 32, pp. 465-478, 1923.
61. RICKETTS, T. "Pictures, Logic and the Limits of Sense". In: *The Cambridge Companion to Wittgenstein*, pp. 59–99. Nova York: Cambridge University Press, 1996.
62. RUSSELL, B. *The Analysis of Mind*. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1949.
63. _____. *Introdução à Filosofia Matemática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.
64. _____. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1912.
65. SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Lausanne-Paris: Payot, 1916.
66. SIMPSON, T. M. *Linguagem, Realidade e Significado*. São Paulo: EDUSP, 1976.
67. SLUGA, H. & STERN, D. (Org.) *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Nova York: Cambridge University Press, 1996.
68. STERN, D. "How Many Wittgensteins?". In: *Wittgenstein: The Philosopher and his Works* (orgs. SÄÄTELÄ, S.; PICHLER, A.). Berlim: Ontos Verlag, 2006.
69. _____. *Wittgenstein on Mind and Language*. Nova York: Cambridge University Press, 1996.
70. VENTURINHA, N. *Sraffa's Notes on Wittgenstein's 'Blue Book'*. Nordic Wittgenstein Review, Bergen, 1, pp. 1–11, 2012.
71. WAISMANN, F. *Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle: Conversations Recorded by Friedrich Waismann*. Oxford: Blackwell, 1979.
72. _____. *The Principles of Linguistic Philosophy*. Londres: Palgrave Macmillan, 1997.
73. _____. Verifiability. *Aristotelian Society*, Cambridge, vol. sup. XIX, pp. 119-150 – vol. 12, ed. 3, 1945.
74. WHITE, R. *Wittgenstein's Tractatus Logico-Philosophicus: A Reader's Guide*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2006.
75. WITTGENSTEIN, L. *Nachlass: The Bergen Electronic Edition*, 2000. URL = <http://wab.uib.no/transform/wab.php?modus=opsjoner>
76. _____. *Notebooks 1914-1916*. Oxford: Blackwell, 1961.

77. _____. *On Certainty*. Oxford: Blackwell, 1969.
78. _____. *Philosophische Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1964.
79. _____. *Philosophische Grammatik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1969.
80. _____. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 2003.
81. _____. *Philosophical Occasions*. Indianapolis: Hackett Publishing, 1993.
82. _____. Some Remarks on Logical Form. *Proceedings of the Aristotelian Society*, Oxford, 9 (Supplemental): pp. 162-171, 1929.
83. _____. *The Big Typescript: TS 213*. Nova York: Wiley-Blackwell, 2012.
84. _____. *The Blue and Brown Books*. Oxford: Basil Blackwell, 1958.
85. _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1961.